

Top Lawyers

2017 ♦ 2018

Top Lawyers

2017 ♦ 2018

inBOOK

Mgalhas

inBOOK

Diretores / *Directors*

Claudio Schleder

Claudio Schleder Filho

Top Lawyers

2017 ♦ 2018

Editor e Diretor / *Editor and Publisher*

Claudio Schleder

Diretor Executivo / *Executive Director*

Claudio Schleder Filho

Fotos / *Photographs*

Marcelo Spatafora, Silvia Costanti, Ruy Baron, Nitro Imagens, Fernando Battistte, Marcelo Correa, Theo Marques, Edson Ruiz, Alexandre Campbell, Cristiano Borges, Malu Ornelas, Caio Gomes, Flávia Gomes, Filipe Araújo

Redatora Colaboradora / *Contributing Writer*

Queli Ávila

Tradutora / *Translator*

Alessandra Will

Direção de Arte / *Art Direction*

RL Markossa

Tratamento de Imagem / *Image Treatment*

Ricardo Batista

Colaboradora / *Collaborator*

Maria Adelina de Oliveira

Revisão / *Proofreading*

Maria Dolfina

Diretora Administrativa e Financeira / *Finance Director*

Tábata Schleder

Gerente Financeira / *Finance Manager*

Dayane Rodrigues

Impressão e Acabamento / *Printing*

Nywgraf

TOP LAWYERS é uma publicação de **INBOOK EDITORA** em parceria com o portal **MIGALHAS**

Redação e Administração

Rua Jerônimo da Veiga, 428 cj. 82 – CEP 04536-001 – Tel. (11) 3078-7716 – São Paulo – Brasil

© INBOOK Editora 2017. Todos os direitos reservados. ISBN: 978-85-64654-23-5

www.inbook.com.br || **www.migalhas.com.br**

TOP LAWYERS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados e anúncios ou mensagens publicitárias desta edição. As pessoas que não constam do expediente não têm autorização para falar em nome de **TOP LAWYERS**.

É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação sem autorização.

Super Lawyers

Estamos no 41º andar de um hotel em Manhattan folheando a edição dominical do *New York Times*. Corre o ano de 2010.

As janelas panorâmicas exibem vistas como se fossem imagens tiradas de *Superman*, o filme. Manchete principal do matutino: Um terremoto e conseqüente tsunami na costa de Sumatra, na Indonésia, mata mais de 300 pessoas e deixa centenas de pessoas desaparecidas.

Outra chamada: Em preparação para o “summit” de Seul, os ministros das finanças do G-20 concordam em reformar o Fundo Monetário Internacional e mudar a proporção das ações com direito a voto para países em desenvolvimento e países com mercados emergentes.

Depois de revirar as páginas de artes e espetáculos, me delicio com anúncios do Nutcracker ballet no Lincoln Center, um concerto de Roger Waters do Pink Floyd no Madison Square Garden e um concerto de Elton John no Radio City Music Hall. Até que dou de cara com um suplemento especial dedicado aos advogados de destaque na América.

A ideia para um livro que tratasse exclusivamente dos mais destacados escritórios de advocacia do Brasil começou a germinar naquele momento.

Um ano depois, em parceria com o portal Migalhas, lançamos a edição de estreia de *Top Lawyers*. Sucesso instantâneo. *Top Lawyers* chega em 2017 à sua quarta edição bienal, eleita como a publicação *top* do *who’s who* dos advogados brasileiros. Nas quatro edições, apresentamos 210 escritórios, 1564 advogados e 70 artigos em 1178 páginas!

Esperamos que a leitura seja interessante em companhia dos *Top Lawyers*.

Claudio Schleder

Editor – Top Lawyers

Super Lawyers

We are on the 41st floor of a hotel in Manhattan perusing the Sunday edition of the *New York Times*. The year is 2010.

The panoramic windows offer views like images taken from Superman, the film. Main morning headline: An earthquake and ensuing tsunami on the coast of Sumatra, Indonesia, killed more than 300 people and left hundreds of people missing.

Another headline: In preparation for the “summit” of Seoul, the Ministers of Finance of the G-20 agree to reform the International Monetary Fund and change the proportion of the shares with voting rights for developing countries and countries with emerging markets.

After going through the arts and shows pages, I get delighted with the Nutcracker Ballet announcements at Lincoln Center, a concert by Roger Waters of Pink Floyd at Madison Square Garden and an Elton John concert at the Radio City Music Hall. Until I happen to see a special supplement dedicated to prominent lawyers in America.

The idea for a book that deals exclusively with the leading law firms in Brazil began to germinate at that time.

A year later, in partnership with the portal called “Migalhas”, we launched the first edition of *Top Lawyers*. An instant success. In 2017, *Top Lawyers* reaches its fourth biennial edition, voted the *top* publication of *Who’s Who* of the Brazilian lawyers. In the four editions we presented 210 firms; 1,564 lawyers; and 70 articles in 1,178 pages!

We hope the reading in the company of *Top Lawyers* is interesting.

Claudio Schleder

Editor – Top Lawyers

Adeus ano velho, feliz ano novo

Diz o ditado popular que depois da tempestade vem a bonança. É assim que, seguramente, se vê a advocacia no ano que se avizinha.

Os tempos de crise abalaram significativamente os negócios e, conseqüentemente, prejudicaram o mercado jurídico.

E muito embora tenha havido um incremento na área criminal, com as inúmeras operações policiais que se sucederam, deu-se também um aumento no cerceamento do exercício da defesa, o que obrigou os profissionais a serem ainda mais habilidosos.

O fato, incontestável, é que os últimos anos foram de certa forma pedregosos para os advogados. Com efeito, seja pela crise econômica, que levou o país a patamares de queda nunca vistos, seja pelos embaraços criados contra a advocacia criminal, o que se deu não foi um cenário dos melhores.

Diferentemente é o que se vislumbra com o ano vindouro. Passados os piores momentos da debacle, e anteendo um porvir auspicioso, a profissão deverá ter um salto significativo, pois o reaquecimento da economia trará uma pujança nos negócios.

Eis, queremos crer, o grande valor desta 4ª edição de *Top Lawyers*: apresentar ao mundo dos negócios os grandes nomes da advocacia que, tendo atravessado de modo sobranceiro os tempos áridos, serão os grandes fomentadores do alvissareiro ano.

Miguel Matos

Editor – Migalhas

Goodbye Old Year, Happy New Year

There is a maxim saying that after the storm comes the calm. This is how one surely sees the law in the year ahead.

Times of crisis have shaken businesses significantly and have consequently undermined the legal market.

And, although there has been an increase in the criminal area, with numerous police operations that followed, this has also happened in the curtailment of the defense exercise, forcing professionals to be even more skilled.

The fact, indisputable, is that recent years have been hard on lawyers. Indeed, whether due to the economic crisis, which led the country to fall to levels never seen before, or due to the embarrassments created against the criminal law, what happened was surely not a best case scenario.

What one sees in the coming year is different. Having passed the worst of the debacle, and foreseeing an auspicious future, the profession should have a significant leap since the economy reheating will bring strength in business.

Here, we believe, is the great value of this 4th edition of *Top Lawyers*: To present the great names of that law to the business world who, having passed through the overhanging way the arid times, will be the great promoters of the auspicious year.

Miguel Matos

Publisher – Migalhas

Abrahão Issa Neto e José Maria da Costa Sociedade de Advogados	12	Francisco Ortigão Advogados	132
Abreu Sampaio Advocacia	16	Gamil Föppel Advogados Associados	136
Advocacia Daniela Teixeira	20	Homero Costa Advogados	140
Advocacia Gandra Martins	24	HSLAW	144
Advocacia Maciel	28	Iokoi Advogados	148
Advocacia Mariz de Oliveira	32	Jacó Coelho Advogados	152
Affonso Ferreira Advogados	36	Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade De Advogados	156
AFMS Attorney & Counselor at Law	40	Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados	160
Andrade & Fichtner Advogados	44	Machado Ramos & Von Glehn Advogados	164
Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados	48	Marcelo Leonardo Advogados Associados	168
Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica	52	Mario Oscar Oliveira Advogados Associados	172
Badaró Almeida & Advogados Associados	56	Medina Osório Advogados	176
Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados	60	Meister Scorsim Advocacia	180
Cammarosano Advogados Associados	64	NDN Advogados Nunes, D'Alvia & Notari Advogados	184
Caodaglio & Associados	68	Nelio Machado Advogados	188
Castelo Branco Advogados Associados	72	Oliveira Castro Advogados Associados	192
Chaves Alves e Salomi Sociedade de Advogados	76	Onesti & Lima Neto Advogados	196
Chiaparini e Bastos Advogados	80	Penteado Mendonça e Char Advocacia	200
Chiarottino e Nicoletti	84	PSQA ADOVADOS	204
Choaib, Paiva e Justo Advogados Associados	88	Rocha, Marinho E Sales Advogados	208
Crosara Advogados	92	Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados	212
D'Urso e Borges Advogados Associados	96	Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”	216
Daniel Gerber Advogados Associados	100	Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados	220
Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados	104	Silveira Ribeiro Advogados	224
David Rechulski, Advogados	108	Soares de Oliveira Advogados Associados	228
Décio Freire & Associados / DF&A	112	Stüssi-Neves Advogados	232
Decoussau Tilkian Advogados	116	Teixeira, Martins & Advogados	236
Edgard Leite Advogados Associados	120	Tinoco Soares Sociedade de Advogados	240
Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados	124	Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados	244
Fidalgo Advogados	128	YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados	248

Abrahão Issa Neto e José Maria da Costa Sociedade de Advogados

Criada em maio de 2012, a **AJM – Sociedade de Advogados Abrahão Issa Neto e José Maria da Costa** – atua nas áreas de Direito Civil, Direito Empresarial e Direito Público, tanto de forma consultiva, quanto no contencioso estratégico. A **AJM** conta com a vasta experiência que seus sócios fundadores adquiriram ao longo de suas carreiras jurídicas e é formada por uma equipe de profissionais altamente especializados. Mestres e doutores integram o grupo, que mantém excelente nível e originalidade nos seus serviços e proporciona soluções jurídicas inovadoras e assertivas. A equipe atua de forma ética, personalizada, criativa, dinâmica e ágil, com foco nas necessidades específicas de cada um dos clientes.

Sentados (esq>dir)

Dr. Abrahão Issa Neto, Dr. José Maria da Costa

Em pé (esq>dir)

**Dr. Alexandre de Andrade Cristovão, Dr. Armando Coltro Évola,
Dr. André Mattos de Carvalho, Dra. Raquel Di Donato Lourenço,
Dra. Luciana Damião Issa, Dra. Marcella Paschoalin de Amorim,
Dr. Lucas Gonçalves Mesquita, Dra. Raquel Eloísa Guidi,
Dr. Marcos Valério Ferracini Morcilio, Dr. Daniel Branco Brillinger**



Abrahão Issa Neto e José Maria da Costa Sociedade de Advogados

A AJM, que tem sede em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, atua em âmbito nacional, com destaque para os Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além das Cortes Superiores, localizadas no Distrito Federal.

A **AJM** representa tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas em suas diversas demandas entre particulares ou que envolvam o Poder Público.

No Direito Civil, a equipe da **AJM** está capacitada para atuar em todos os tipos de discussões, destacando-se aquelas relacionadas a Contratos, Imóveis e Família e Sucessões. No campo do Direito Empresarial, as principais questões enfrentadas pela **AJM** estão voltadas para o Agronegócio, o Direito Bancário, a Recuperação de Crédito, o Cooperativismo, a Propriedade Intelectual e a Recuperação Judicial. Já na esfera do Direito Público, os principais desafios são relacionados ao Meio Ambiente, às Relações de Consumo e quaisquer outras discussões que envolvam os Municípios, os Estados e o Governo Federal.

A vasta experiência adquirida pelos profissionais da **AJM** faz com que o escritório atue tanto em demandas iniciadas na primeira instância como naquelas em que as discussões são levadas às Cortes Superiores. Não são raros os casos em que os sócios da **AJM** são solicitados para representar clientes em demandas já iniciadas, em decorrência da complexidade e dimensão que a discussão toma ao longo do tempo.

O lema principal da **AJM** é a satisfação do cliente. Isso requer dedicação, atualização técnica, competência e treinamento. Pautando suas atividades pelo comprometimento de cada um de seus advogados com o caso específico, a **AJM** oferece suporte jurídico personalizado. A cada situação, a equipe de profissionais da **AJM** confere um modo próprio de enfrentamento, somando estudos aprofundados e a experiência adquirida, para alcançar as melhores e mais eficientes soluções para o cliente. A equipe da **AJM** atua com objetividade, integridade, sigilo e discrição.

A **AJM**, que tem sede em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, atua em âmbito nacional, com destaque para os Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além das Cortes Superiores, localizadas no Distrito Federal.

Abrahão Issa Neto. Graduado em Direito (Faculdade de Direito do Largo São Francisco) e Economia (FEA – Faculdade de Economia e Administração) pela Universidade de São Paulo, é advogado especializado em Direito Civil, desde 1986. Em 2011, foi nomeado pela revista *Análise Advocacia 500* como um dos quinhentos advogados mais admirados do Brasil, figurando entre os vinte e três mais admirados do setor da Agroindústria.

José Maria da Costa. Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP. Bacharel em Direito, Letras e Pedagogia. Magistrado aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, ingressou por concurso, em 1987, conquistando o primeiro lugar entre quase dois mil advogados candidatos de todo o País. Ex-Professor de Direito Civil da Universidade de Ribeirão Preto. Ex-Professor da Escola Paulista da Magistratura do TJSP. Ex-Professor da Escola Superior da Advocacia da OAB/SP. Ex-Professor de Língua Latina. Ex-Professor de Português do Curso Anglo-Latino, em São Paulo. Ex-Diretor da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. Diretor do IMB – Instituto dos Magistrados do Brasil. Membro da Academia Ribeirão-Preтана de Letras Jurídicas. Escreve semanalmente a coluna “Gramatigalhas” no jornal eletrônico “Migalhas”, onde soluciona dúvidas de Português dos leitores. Como “Professor Gramatigalhas”, desenvolveu o “Manual de Redação Jurídica”. Autor de dezenas de livros e artigos.

Created in May 2012, **AJM – Sociedade de Advogados Abrahão Issa Neto e José Maria da Costa** – operates in the fields of Civil Law, Corporate Law and Public Law, both in advisory and strategic litigation. **AJM** relies on the vast experience its founding partners have acquired throughout their legal careers and is staffed by a team of highly specialized professionals. Both Masters and Doctors integrate the group, which keeps their excellent level and originality in service provision, offering innovative and assertive legal solutions. The team acts in an ethical, personalized, creative, dynamic and agile way, focusing on the specific needs of each client.

AJM represents both individuals and legal entities in their various actions between individuals or involving the Government.

In Civil Law, the **AJM** team is qualified to act in all kinds of discussions, especially those related to Contracts, Real Estate and Family and Succession. In the field of Corporate Law, the main issues faced by **AJM** are focused on Agribusiness, Banking Law, Credit Recovery, Co-operativism, Intellectual Property and Corporate Reorganization. In the sphere of Public Law, the main challenges are related to the Environment, Consumer Relations and any other discussions involving Municipalities, States and the Federal Government.

The vast experience acquired by **AJM** professionals allows the firm to act both in lawsuits filed in first instance and in those where discussions are brought to the Superior Courts. Not infrequently there are cases where **AJM** members are asked to represent clients in lawsuits which are already filed, due to the complexity and size that discussion takes over time.

AJM's main motto is customer satisfaction. This requires dedication, technical updating, competence and training. By regulating its activities with the commitment of each of its lawyers with the specific case, **AJM** offers personalized legal support. In each

situation, **AJM**'s team of professionals provide a unique way of coping, adding in-depth studies and experience to achieve the best and most efficient solutions for the client. The **AJM** team acts with objectivity, integrity, secrecy and discretion.

AJM, headquartered in Ribeirão Preto, in the countryside of São Paulo, operates nationwide, especially in the states of São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul and Mato Grosso, in addition to the Higher Courts located in the Federal District.

Abrahão Issa Neto. Graduated in Law (Largo São Francisco Law School) and Economics (FEA – Faculdade de Economia e Administração) from the University of São Paulo, is a lawyer specialized in Civil Law since 1986. In 2011, he was appointed by the magazine *Análise Advocacia 500* as one of the 500 most admired lawyers in Brazil, highlighting among the 23 most admired ones in the Agribusiness industry.

José Maria da Costa. Master of Laws and J.D. from PUC/SP. Bachelor of Laws, Languages and Pedagogy. Retired judge from the Court of Justice of São Paulo, he passed by public exam 1987, ranking first among almost 2,000 candidate lawyers from all over the country. Former professor of Civil Law at Universidade de Ribeirão Preto. Former professor of Escola Paulista da Magistratura of TJSP. Former professor of Escola Superior da Advocacia of OAB/SP. Former professor in Latin Language. Former professor of Portuguese at Curso Anglo-Latino, in São Paulo. Former Director of AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. Director of IMB – Instituto dos Magistrados do Brasil. Member of the Academia Ribeirão-Preтана de Letras Jurídicas. He weekly writes the column “Gramatigalhas” in the electronic newsletter “Migalhas”, where he solves Portuguese doubts from readers. As “Professor Gramatigalhas” he has developed the “Legal Writing Manual”. Author of dozens of books and articles.

Abreu Sampaio Advocacia



Os atuais sócios, **Maércio Abreu Sampaio** e **Raul Abreu Sampaio**, se uniram no início da década de 80, quando seu pai havia se aposentado da magistratura e passara a se dedicar a advocacia. Maércio era sócio do ex-ministro da justiça Saulo Ramos, que perdia seu braço direito para se juntar ao pai e ao irmão Raul, que também se despedia de Luiz Medeiros, com quem trabalhava. Posteriormente, o terceiro sócio, **Marcus de Abreu Sampaio**, o irmão caçula, atualmente professor da PUC/SP, em Processo Civil, logo após sua pós-graduação em Milão, se juntou aos dois mais velhos e formaram o escritório que com quase quatro décadas é referência entre os escritórios de contencioso cível no Brasil. Prestam, assim, desde 1982, assistência jurídica a clientes do mais elevado padrão por todo o país nas áreas de contencioso cível e consultivo empresarial, além de uma área destinada ao direito trabalhista.

Em pé (esq»dir)

Dra. Maria Paula Cheibub Macedo, Dr. Felipe Bresciani de Abreu Sampaio, Dr. Marcelo Morales de Abreu Sampaio, Dr. Arnaldo de Paula Wald, Dr. Gustavo Lopes Ferreira, Dr. André Luiz Rodrigues Sitta

Sentados (esq»dir)

Dr. Marcus Vinícius de Abreu Sampaio, Dr. Raul Felipe de Abreu Sampaio, Dr. Maércio T. J. de Abreu Sampaio

Abreu Sampaio Advocacia

Prestam assistência jurídica a clientes do mais elevado padrão por todo o país nas áreas de contencioso cível e consultivo empresarial, além de uma área destinada ao direito trabalhista.

O escritório “boutique” tem um atendimento personalizado para cada cliente e causa. Os processos e o acompanhamento em reuniões são sempre feitos pelos principais sócios. Por se tratar de atividade extremamente complexa, acreditam que a qualidade da advocacia está inerentemente ligada à excelência técnica e à experiência dos advogados, além da constante atualização sobre o cenário jurídico e econômico do país.

A **Abreu Sampaio Advocacia** está localizada no bairro Pinheiros, em São Paulo, com sede projetada por Débora Aguiar, planejada com ambientes próprios para o atendimento personalíssimo e uma sala de reunião principal com extensa e privilegiada vista da capital paulista.

Maércio Tadeu Jorge de Abreu Sampaio. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo – USP em 1976. Foi sócio do Ex-Ministro da Justiça Saulo Ramos (sucessor do Professor Vicente Ráo). Trabalhou como advogado convidado no Paskus, Gordon & Mandel, em Nova Iorque – EUA em 1979. Durante os anos de 1985 e 1986 foi Procurador-chefe do IBC (Instituto Brasileiro do Café). Sócio fundador, integra a **Abreu Sampaio Advocacia** desde 1984. Especialista em contencioso cível e empresarial consultivo.

Raul Felipe de Abreu Sampaio. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP em 1978. Milita na advocacia contenciosa e preventiva desde 1978, quando iniciou sua vida profissional no escritório de advocacia de José de Castro Bigi, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo. Integrou a Comissão de Prerrogativas da OAB/SP e participou da Comissão de Examinadores do Exame de Aprovação para ingresso na Advocacia. Sócio fundador, integra a **Abreu Sampaio Advocacia** desde 1984. Especialista em contencioso cível e empresarial consultivo.

Marcus Vinícius de Abreu Sampaio. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP em 1984. Especializado em Direito Processual Civil pela Università Degli Studi di Milano, na Itália (prof. Giuseppe Tarzia) entre 1985 e 1986. Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Autor de diversos artigos publicados. Professor de Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, nos cursos de graduação e

pós-graduação. Membro do Conselho Editorial da *Revista de Processo*, da Editora Revista dos Tribunais. Membro do Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, Espanha. Membro do IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro do IPDP – Instituto Panamericano de Derecho Processual. Membro da Diretoria Executiva e dos Conselhos Consultivo e Fiscal do Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas – IBCJ. Membro Efetivo da Comissão de Direitos Humanos, OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo. Integra a **Abreu Sampaio Advocacia** desde 1984. Especialista em contencioso cível e empresarial consultivo. Escreveu inúmeros livros e artigos acerca do direito processual civil, bem como participante constante em palestras pelo Brasil e Mundo, dentre elas, a recente Palestra na Embaixada do Brasil em Roma, Itália: *O Papel das Cortes Superiores no Ordenamento Brasileiro*, 2016. Durante o evento *O Processo Civil Contemporâneo: Estudos Comparados Itália/Brasil* – Instituição promotora/financiadora: Universitádi Roma Tor Vergata.

André Luiz Rodrigues Sitta. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP em 1994. Mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, em 2001. Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Anchieta no período de 2004 a 2007. Membro da Comissão de Exame e Estágio da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo. Integra a **Abreu Sampaio Advocacia** desde 1992. Especialista em processo do trabalho.

In the early 80’s, **Maércio Abreu Sampaio** and **Raul Abreu Sampaio**, joined forces with their father, Maércio Frankel de Abreu Sampaio, at the time recently retired from the bench (as São Paulo State Supreme Court Judge) in order to devote himself to the practice of law.

The younger Maércio had been partner and right-hand man to Mr. José Saulo Ramos, former Secretary of Justice of Brazil. Raul was also partner at the reputable law firm of Mr. Luis Lacerda Medeiros. **Marcus Abreu Sampaio** as the youngest of the brothers and currently a professor in Civil Procedure at PUC/SP, would join them after receiving a Graduate degree in Civil Law in Milan, Italy.

For almost four decades, **Abreu Sampaio Advocacia** has been considered a benchmark among Brazilian civil litigation law firms. They have been providing legal advice to prestigious clientele throughout the country in civil litigation and business advisory, as well as labor law.

The boutique law firm offers customized service to their clients. The partners take a hands-on approach and are personally involved in the litigation process and meetings pertaining to all their cases. They believe that the quality of their law practice is intrinsically linked to the lawyers’ technical expertise and up-to-date knowledge as to the country’s legal and economic scenario.

Abreu Sampaio Advocacia is located in the district of Pinheiros, in the city of Sao Paulo. Their headquarters is equipped to better receive their clientele and offer them personalized service. It boasts a spacious main conference room with a privileged and extensive view of the bustling “Paulista” Capital.

Maércio Tadeu Jorge de Abreu Sampaio. Graduated in Law from Universidade de São Paulo, USP, in 1976. He was a partner to the former Secretary of Justice of Brazil, Mr. Saulo Ramos (successor to Prof. Vicente Ráo). Visiting lawyer at Paskus, Gordon & Mendel, in New York, USA, in 1979. From 1985-1986, Chief-attorney of IBC (Brazilian Coffee Institute). Founding partner of **Abreu Sampaio Advocacia** since 1984. Specialized in civil litigation and business advisory.

Raul Felipe de Abreu Sampaio. Graduated in Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, in 1978. Began practicing litigation and preventive law in 1978 at the law

firm of José de Castro Bigi, former president of the Brazilian Bar Association – Ordem dos Advogados do Brasil. He was a member of the Prerogative Committee of the Brazilian Bar and participated in the Examining Association of the bar exams. Founding partner, he integrates **Abreu Sampaio Advocacia** since 1984. Specialized in civil litigation and business advisory.

Marcus Vinícius de Abreu Sampaio. Graduated in Law from Universidade de São Paulo, USP, in 1984. Specialized in Civil Procedural Law from Università Degli Studi di Milano, Italy (prof. Giuseppe Tarzia) between 1985 and 1986. Master degree in Civil Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Author of several published articles. Professor of Civil Procedural Law at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, both in undergraduate and graduate studies. Member of the Editing Council of *Revista do Processo*, Revista dos Tribunais Publisher. Member of the Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, Spain. Member of IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual. Member of IPDP – Instituto Panamericano de Derecho Procesal. Member of the Executive Board and Advisory Board and Fiscal Committee of Instituto de Ciências Jurídicas – IBCJ. Member of the Human Rights Committee, OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil – Regim of São Paulo. Partner at **Abreu Sampaio Advocacia** since 1984. Specialized in civil litigation and business advisory. Marcus has several books and articles on legal procedure published. Frequently attends symposiums, both in Brazil and abroad, among which the recent lecture at the Brazilian Embassy in Rome, Italy: *The Role of Superior Courts in the Brazilian Legal System*, 2016, during the event called *Contemporary Civil Procedure: Italian-Brazilian Compared Studies* – promoting/funding institution: Università di Roma Tor Vergata.

André Luiz Rodrigues Sitta. Bachelor of Laws from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, in 1994. Masters of Labor Laws from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, in 2001. Coordinator of the Law course at Faculdade Anchieta between 2004 and 2007. Member of the Examining and Trainee Program Committee at Ordem dos Advogados do Brasil – regim of São Paulo. Integrates **Abreu Sampaio Advocacia** since 1992. Specialized in labor procedure.

Advocacia Daniela Teixeira

Lastreado nas mais de duas décadas de experiência de sua titular, a **Advocacia Daniela Teixeira** tem o propósito de aliar o entusiasmo ao profissionalismo adquirido ao longo do tempo.

A propósito da advogada que dá nome à banca, trata-se hoje em dia, reconhecidamente, de uma das grandes expoentes na luta pelos direitos das mulheres no país, especialmente das mulheres advogadas, conquistando inúmeros direitos às profissionais. Não sem motivo, em 2017 ela foi a mais votada na Câmara dos Deputados para receber a láurea de “Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós”, a maior honraria do parlamento destinada a homenagear aquelas que se destacam na conquista pelos direitos das mulheres.

Falar em conquistas é relembrar a mais recente delas que resultou, nada mais nada menos, no que na sanção da Lei nº 13.363/16, que alterou o Código de Processo Civil e o Estatuto da Advocacia.

A história da lei é fruto de uma agrura pessoal, mas que bem pode ser a de outras mulheres que não tinham, antes do advento da novel legislação, garantida a preferência em sustentações orais quando estivessem grávidas. Afora esse direito, a referida lei também garante que gestantes tenham reserva de vagas na garagem dos fóruns de tribunais, acesso a creche ou a “local adequado ao atendimento das necessidades do bebê”, além de não precisar ser submetidas a detectores de metais e aparelhos de raio X nesses locais.



Advocacia Daniela Teixeira

A Advocacia Daniela Teixeira oferece um serviço jurídico baseado na excelência e no acompanhamento processual minucioso, no qual cada caso merece sua devida atenção e sua peculiar estratégia.

Mas a menção feita à posituação destas garantias é uma migalha perto da atuação diária da advogada **Daniela Teixeira**. E, de fato, essa mesma paixão pela luta dos direitos é encontrada nos Tribunais Superiores, onde não raro ela pode ser vista nas diversas tribunas defendendo a liberdade de pessoas com o mesmo desassombro com que defende o nobre direito das crianças não serem massacradas com comerciais de alimentos.

Por tudo isso, especializada na faina diária dos Tribunais de Brasília, a **Advocacia Daniela Teixeira** oferece um serviço jurídico baseado na excelência e no acompanhamento processual minucioso, no qual cada caso merece sua devida atenção e sua peculiar estratégia.

Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral têm características próprias que exigem conhecimento da prática diária específica de cada Corte. É precisamente este o diferencial da **Advocacia Daniela Teixeira**, fundamentado em profundo conhecimento do processo civil recursal e suas especificidades.

Com sede em Brasília, o centro jurídico do país, o escritório conta com parceiros em todos os Estados, de maneira a oferecer comodidade e agilidade na defesa dos interesses do cliente.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Tribunais Superiores – A experiência adquirida ao logo das duas últimas décadas permite à **Advocacia Daniela Teixeira** atuar de forma diferenciada em processos judiciais contenciosos nos Tribunais localizados em Brasília. O escritório oferece aos clientes atenção minuciosa em todas as fases do acompanhamento processual para assegurar que questões formais não inviabilizarão a apreciação do recurso.

Direito Privado – **Advocacia Daniela Teixeira** possui ampla experiência em julgamentos de leading cases na defesa da autonomia da vontade dos contratantes e da segurança jurídica dos contratos. O direito do cliente em suas relações privadas serão sempre defendidos com zelo e profissionalismo, tanto na área contenciosa, como no assessoramento completo para a elaboração de contratos e intermediação de acordos comerciais ou familiares.

Direito Criminal – A banca possui *expertise* a partir de importantes casos que ficaram sob sua responsabilidade quando chegaram aos Tribunais Superiores por meio de recursos ou no caso de competência originária. A discrição e o trabalho percuciente em incansável busca do verdadeiro Direito são as marcas da vitoriosa atuação da banca.

Direito Público – **Advocacia Daniela Teixeira** conhece profundamente a jurisprudência e a prática dos tribunais com relação aos contratos administrativos regulados – concessões, permissões e PPPs, e pode oferecer ao cliente ampla assessoria judicial e extrajudicial, desde a formação até a revisão judicial dos contratos com a Administração Pública.

DANIELA TEIXEIRA

Graduada pela prestigiosa Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); especialista em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF). Foi Conselheira Federal da OAB representando o Distrito Federal (2010/12), Diretora da OAB/DF (2013/15), e atualmente é vice-presidente da OAB/DF (2016/2018).

Founded over two decades of experience, **Advocacia Daniela Teixeira** aims to combine enthusiasm with professionalism acquired over time.

Regarding the lawyer who gives the firm its name, she is nowadays recognized as one of the great exponents of the struggle for women's rights in the country, especially for women lawyers. Not without reason, in 2017 she was the most voted in the House of Representatives to be awarded the laureate "Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós", the highest honor of the parliament intended to honor those who stand out in the conquest for women's rights.

To speak of achievements is to recall the most recent one, which resulted, nothing more or less, in the sanction of Law 13.363/16, which amended the Code of Civil Procedure and the Statute of Advocacy.

The history of law is the result of a personal affliction, but it may well be that of other women who, before the coming of the novel legislation, had no preference for oral arguments when they were pregnant. Aside from this right, said law also ensures that pregnant women have reserved parking spaces in court forums, access to daycare or a "suitable place to the needs of the baby," and do not need to be subjected to metal detectors and X-ray devices at these sites.

But the mention made to prove these guarantees is a crumb compared to the daily performance of lawyer **Daniela Teixeira**. And, in fact, this same passion for the rights struggle is found in the Superior Courts, where she is often be seen in the many tribunes defending the freedom of people with the same firmness as she does for the noble right of children not to be massacred with food commercials.

For all this, specialized in the daily work at the Courts of Brasília, **Advocacia Daniela Teixeira** offers legal service based on excellence and detailed procedural monitoring, in which each case deserves its due attention and its peculiar strategy.

Federal Supreme Court, the Superior Court of Justice, the Superior Electoral Court have their own aspects, demanding know-how of the specific daily practice of each Court. This is precisely the difference of **Advocacia Daniela**

Teixeira offers, based on deep knowledge of civil appeals and their specificities.

Headquartered in Brasília, the country's legal center, the firm counts on partners across all states, therefore offering convenience and agility in the defense of clients' interest.

FIELDS OF OPERATION

Superior Courts – Experience acquired over the past two decades enables **Advocacia Daniela Teixeira** to operate in differentiated ways in litigation lawsuits at Courts located in Brasília. The firm provides clients careful attention in all stages of procedural monitoring, in order to assure that formal issues will not prevent the appeals' evaluation.

Private Law – **Advocacia Daniela Teixeira** has wide experience in leading cases trials in the defense of contracting parties freedom of choice and legal safety of contracts. The clients' rights in their private relations will always be defined with care and professionalism, both in advisory and in the full assistance in drafting contracts and intermedating commercial or family agreements.

Criminal Law – The law firm has expertise from important cases that were under its responsibility when they reached the High Courts through appeals or in the case of original jurisdiction. The discretion and the percussive work in tireless pursuit of the true Right are the marks of the victorious performance of the firm.

Public Law – **Advocacia Daniela Teixeira** deeply knows the case law and court practice concerning regulated administrative contracts – concessions, permissions, PPPs, and it can provide the client extensive court-assisted and out-of-court assistance, from the drafting to legal review of contracts with the Government.

DANIELA TEIXEIRA

Graduated from the renowned Universidade de Brasília (UnB) Law School; specializing in Economic and Corporate Law from Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF). She worked as Federal Director of OAB representing the Federal District (2010/12), Director of OAB/DF (2013/15), and currently VP of OAB/DF (2016/2018).

Advocacia Gandra Martins

Foi em 1987 que começou a história de sucesso da **Advocacia Gandra Martins**. Ives Gandra da Silva Martins, sócio fundador, presidiu o Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e a Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ, da qual é chanceler. É também presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO/SP.

O escritório, localizado na Alameda Jaú, na capital paulista, tem atuação na área consultiva, nos ramos do Direito Constitucional, Tributário, Administrativo, Econômico e Societário e, na área contenciosa, especialmente em questões que envolvam matéria tributária, nas esferas administrativa e judicial. Exerce, ainda, de forma intensa e especial, atuação junto ao Supremo Tribunal Federal, no patrocínio de ações no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, para entidades públicas e privadas.

Os advogados mantêm-se fiel ao perfil tradicional da advocacia, fundado no atendimento personalizado ao cliente, na orientação segura, à luz do ordenamento jurídico e dos profundos preceitos da ética.

Ives Gandra da Silva Martins. Professor Emérito das Universidades Mackenzie, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Superior de Guerra – ESG e da Magistratura do TRF 1ª Região. Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia). Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs-PR e RS, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal). Fundou o Centro de Extensão Universitária – CEU. Possui 38 títulos universitários e pertence a 33 Academias.

Em pé (esq>dir)

**Dra. Roberta de Amorim Dutra, Dr. Fábio Braga Rodrigues de Souza,
Dra. Ana Regina Campos de Sica, Dra. Claudia Fonseca Morato Pavan,
Dr. Leonardo Rodrigues Garbin**

Sentados (esq>dir)

**Dr. Rogério Vidal Gandra da Silva Martins, Dra. Fátima Fernandes Rodrigues de Souza,
Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Dra. Marilene Talarico Martins Rodrigues,
Dra. Angela Vidal Gandra da Silva Martins**



Advocacia Gandra Martins

Nenhum país é livre sem advogados livres. Considera tua liberdade de opinião e a independência de julgamento os maiores valores do exercício profissional, para que não te submetas à força dos poderosos e do poder ou desprezes os fracos e insuficientes.

Fátima Fernandes Rodrigues de Souza. Procuradora do Estado de São Paulo (aposentada), Especialista em Direito Tributário e Professora do CEU-Escola de Direito.

Marilene Talarico Martins Rodrigues. Especialista em Direito Tributário e Professora, pelo CEU.

Rogério Vidal Gandra da Silva Martins. Especialista em Direito Tributário e Professor pelo CEU, foi Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT-SP) e Assessor-Direto (pro bono) do Embaixador do Brasil na Bélgica (Bruxelas).

Angela Vidal Gandra da Silva Martins. Mestre e Doutora em Filosofia do Direito pela UFRGS, Pesquisadora da Harvard Law School – AMP, IESE Business School e Representante da FECOMERCIO na ICC.

Claudia Fonseca Morato Pavan. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP e consultora da **Advocacia Gandra Martins.**

Roberta de Amorim Dutra. Especialista em Direito Tributário pela USP e pelo CEU.

Ana Regina Campos de Sica. Especialista em Direito Tributário pela USP e pós-graduada em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Mediadora pelo IASP e pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil – IMAB.

Leonardo Rodrigues Garbin. Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP. Curso de Extensão em Planejamento Tributário pelo IBET.

Fábio Braga Rodrigues de Souza. Pós-graduando no curso CBA – Certificate Business Administration no Insper/SP. Curso de extensão em Planejamento Tributário no IBET e em Direito Imobiliário na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

DECÁLOGO DO ADVOGADO POR IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

1. O Direito é a mais universal das aspirações humanas, pois sem ele não há organização social. O advogado é seu primeiro intérprete. Se não considerares a tua como a mais nobre profissão sobre a terra, abandona-a porque não és advogado.

2. O direito abstrato apenas ganha vida quando praticado. E os momentos mais dramáticos de sua realização ocorrem no aconselhamento às dúvidas, que suscita, ou no litígio dos problemas, que provoca. O advogado é o deflagrador das soluções. Sê conciliador, sem transigência de princípios, e batalhador, sem tréguas, nem leviandade. Qualquer questão encerra-se apenas quando transitada em julgado e, até que isto ocorra, o constituinte espera de seu procurador dedicação sem limites e fronteiras.

3. Nenhum país é livre sem advogados livres. Considera tua liberdade de opinião e a independência de julgamento os maiores valores do exercício profissional, para que não te submetas à força dos poderosos e do poder ou desprezes os fracos e insuficientes. O advogado deve ter o espírito do legendário El Cid, capaz de humilhar reis e dar de beber a leprosos.

4. Sem o Poder Judiciário não há Justiça. Respeita teus julgadores como desejas que teus julgadores te respeitem. Só assim,

em ambiente nobre e altaneiro, as disputas judiciais revelam, em seu instante conflitual, a grandeza do Direito.

5. Considera sempre teu colega adversário imbuído dos mesmos ideais de que te reveste. E trata-o com a dignidade que a profissão que exerces merece ser tratada.

6. O advogado não recebe salários, mas honorários, pois que os primeiros causídicos, que viveram exclusivamente da profissão, eram de tal forma considerados, que o pagamento de seus serviços representava honra admirável. Sê justo na determinação do valor de teus serviços, justiça que poderá levar-te a nada pedires, se legítima a causa e sem recursos o lesado. É, todavia, teu direito receberes a justa paga por teu trabalho.

7. Quando os governos violentam o Direito, não tenhas receio de denunciá-los, mesmo que perseguições decorram de tua postura e os pusilânimes te critiquem pela acusação. A história da humanidade lembra-se apenas dos corajosos que não tiveram medo de enfrentar os mais fortes, se justa a causa, esquecendo ou estigmatizando os covardes e os carreiristas.

8. Não percas a esperança quando o arbítrio prevalece. Sua vitória é temporária. Enquanto, fores advogado e lutares para recompor o Direito e a Justiça, cumprirás teu papel e a posteridade será grata à legião de pequenos e grandes heróis, que não cederam às tentações do desânimo.

9. O ideal da Justiça é a própria razão de ser do Direito. Não há direito formal sem Justiça, mas apenas corrupção do Direito. Há direitos fundamentais inatos ao ser humano que não podem ser desrespeitados sem que sofra toda a sociedade. Que o ideal de Justiça seja a bússola permanente de tua ação, advogado. Por isto estuda sempre, todos os dias, a fim de que possas distinguir o que é justo do que apenas aparenta ser justo.

10. Tua paixão pela advocacia deve ser tanta que nunca admittas deixar de advogar. E se o fizeres, temporariamente, continua a aspirar o retorno à profissão. Só assim poderás, dizer, à hora da morte: *“Cumprí minha tarefa na vida. Restei fiel à minha vocação. Fui advogado”.*

It was back in 1987 that the successful history of **Advocacia Gandra Martins** began. Ives Gandra da Silva Martins, founding partner, has chaired the Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP and the Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ, where he is chancellor. He is also the president of the FECOMERCIO/SP Superior Council of Law.

The law firm, located on Avenida Jaú in the capital of São Paulo, operates in advisory in the fields of Constitutional Law, Tax Law, Administrative Law, Economic, and Business Law, as well as in litigation, especially in tax matters, both administratively and judicially. He also intensely and particularly works with the Federal Supreme Court, supporting actions in the scope of focused control on constitutionality for both public and private entities.

The lawyers are faithful to the traditional profile of law, founded on customized customer service, on safe guidance in the light of the legal system, and on deep ethical maxims.

Ives Gandra da Silva Martins. Emeritus Professor of Universities Mackenzie, of Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Superior de Guerra – ESG and Magistracy of the Regional Federal Appellate Court (TRF) 1st region. Honorary professor of Universities Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) and Vasili Goldis (Romania). Doctor Honoris Causa of the Universities of Craiova (Romania) and PUC/PR and RS, and Lecturer of Universidade do Minho (Portugal). He founded the Centro de Extensão Universitária – CEU. He carries 38 university titles and is member of 33 academies.

Fátima Fernandes Rodrigues de Souza. Attorney of the State of Sao Paulo (retired), graduate certificate in Tax Law and Professor of CEU – Law School.

Marilene Talarico Martins Rodrigues. Graduate in Tax Law and Professor from CEU.

Rogério Vidal Gandra da Silva Martin. Graduate in Tax Law and Professor from CEU, he was a judge at the Tax Court (TIT-SP) and direct assistant (pro bono) to the Ambassador of Brazil in Belgium (Brussels).

Angela Vidal Gandra da Silva Martins. Master and Doctor in the Philosophy of Law from the UFRGS, Researcher at Harvard Law School – AMP, IESE Business School and Representative of FECOMERCIO at ICC.

Claudia Fonseca Morato Pavan. Master in Constitutional Law from PUC/SP and consultant at AGM.

Roberta de Amorim Dutra. Graduate in Tax Law from USP and CEU.

Ana Regina Campos de Sica. Graduate in Tax Law from USP and in Public Law from Universidade Anhanguera-Uniderp. Mediator by IASP and Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil – IMAB.

Leonardo Rodrigues Garbin. Graduate in Tax Law from PUC/SP. Extension studies in Tax Planning by IBET.

Fábio Braga Rodrigues de Souza. Graduate candidate at the Certificate Business Administration course at Insper/SP. Extension studies in Tax Planning at IBET and in Real Estate Law at Universidade Presbiteriana Mackenzie.

THE LAWYER'S DECALOGUE BY IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

1. Law is the most universal among human aspirations, since there is no social organization without it. The lawyer is its first interpreter. If you do not consider your profession as the noblest on earth, leave it, for you are no lawyer.

2. Abstract law only comes to life when it is practiced. And the most dramatic moments in its execution take place when of the advising on doubts it raises or in the litigation of issues it causes. The lawyer bursts solutions. Be a conciliator without compromising principles and a restless and prudent fighter. Any issue is only ended when it becomes unappealable and, for this to happen, the constituent expects full and limitless dedication from its proxy.

3. No country is free if lawyers aren't free. Take your freedom of speech and judgement independency as the highest values in your profession, so you do not writhe before the strength of the powerful ones and power itself, nor despise the weak and the needy ones. A lawyer should carry the spirit of the legendary El Cid, capable of humiliating kings and offering lepers something to drink.

4. There is no Justice without the Judiciary Branch. Respect your judges like you expect them to respect you. Only in such noble and proud environment shall legal disputes reveal the grandiosity of Law in its conflictive moment.

5. Do always consider that your adversarial colleague carries the same ideals you live up to. And treat him with the dignity this profession deserves.

6. A lawyer does not earn salaries, but fees, since the first advocates who lived solely by this profession were considered such that their service payments represented an admirable honor. Be fair in setting your service fees, a fairness that might lead you to ask nothing in return if the cause is legitimate and the aggrieved party, resourceless. However, it is your right to be fairly paid for your work.

7. When governments violate the Law, do not fear to denounce them, even if persecutions arise from your posture and faint-hearted people criticize your accusation. The history of humanity recalls only the bold ones who did not fear the stronger ones, if just it the cause, either forgetting of stigmatizing the cowards and the career-makers.

8. Do not lose hope when the right of decision prevails. Its victory is temporary. While a lawyer, fighting to renew the Law and Justice, you shall accomplish your role and posterity shall be grateful to the legion of both small and great heroes who did not succumb the temptations of discouragement.

9. The ideal of Justice is the reason Law exists. There is no formal law without Justice, only the corruption of Law. There are innate fundamental rights to the human being which cannot be disrespected without harming all of the society. May the ideal of Justice be the enduring compass of your actions, lawyer. Thus, never stop studying, do it every day, so you learn to distinguish what is fair from what only seems to be fair.

10. Your passion for law shall be such you never admit to leave the profession. And, if you do, temporarily, keep on aspiring to get back to it. Only then you will be able to say, at your dying time: *“I have accomplished my task in life. I remained loyal to my vocation. I was a lawyer.”*

Advocacia Maciel



A **Advocacia Maciel** foi fundada em 1983 por seu sócio-presidente **José Alberto Couto Maciel**, que já atuava como advogado trabalhista desde 1962. O propósito sempre foi oferecer serviços especializados e de alta qualidade em advocacia. Desde então, com seus alicerces constituídos pela sólida experiência na área, assim como por uma administração competente, a **Advocacia Maciel**

tem ampliado seu campo de atuação para melhor atender seus clientes e correspondentes.

As especialidades são: Direito do Trabalho e Direito Civil, mas também tem atuação nas áreas Administrativa, Direito do Consumidor, Direito da Saúde, Tributário, Previdenciário, Imobiliário, Bancário e Financeiro, Família e Sucessões, Contratual, Arbitragem e Mediação e Responsabilidade Civil.

Os profissionais que formam a equipe de 63 advogados estão entre os mais destacados em suas áreas de atuação e reúnem sólida formação acadêmica e cultural. Todos têm como objetivo proporcionar soluções jurídicas de alta qualidade, buscando a satisfação de seus clientes a nível nacional e internacional, seguindo sempre padrões éticos elevados. Possui ainda, 57 funcionários e 19 estagiários altamente capacitados, além de

(esq»dir)

Dra. Mariah Fagundes Faria Lincoln, Dra. Flávia Cristina Deusará Rosa, Dr. Bruno Machado Colela Maciel, Dr. Tomaz Alves Nina, Dra. Márcia Maria Guimarães de Sousa, Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira, Dra. Manuela Rubino Maciel Frota, Dra. Paula Machado Colela Maciel Azambuja, Dra. Mônica Rubino Maciel, Dr. José Alberto Couto Maciel, Dra. Maria Clara Sampaio Leite, Dr. Marcelo Miura, Dr. Pedro Rubino Maciel, Dra. Cristina Maciel Alencastro, Dra. Ana Maria Rodrigues Sidrim, Dr. Jonas Moreira de Moraes Neto, Dra. Déborah Cabral Siqueira de Souza, Dr. Daniel França Silva

Advocacia Maciel

Complementa a atuação do contencioso, um serviço especial de advocacia preventiva, mediante respostas às consultas e elaboração de pareceres, quer internamente, no Escritório, quer externamente, nas dependências dos próprios clientes.

rede de advogados correspondentes, para atuação contenciosa, preventiva e administrativa em todo o território nacional, com foco no setor empresarial.

Para a **Advocacia Maciel** cada caso é único e exige uma visão ampla pautada em informação, competência e ética. O escritório desenvolveu soluções diversificadas como a criação de um sistema de gestão processual, pelo qual os clientes recebem relatórios sobre todos os processos gerados por sistema interno do escritório, supervisionado por advogados, assim como a inserção dos dados e documentos nos sistemas de uso interno de cada cliente e a criação de parceria com os escritórios que atendem os clientes em outros Estados oferecendo subsídios para melhor fundamentar as peças de recurso para os Tribunais Superiores.

Complementa a atuação do contencioso um serviço especial de advocacia preventiva, mediante respostas às consultas e elaboração de pareceres, quer internamente, no escritório, quer externamente, nas dependências dos próprios clientes.

O escritório está localizado em Brasília, em terreno de 11.280 m² e foi projetado pela arquiteta Ana Verônica Bokos, possui 15 salas de advogados, auditório para mais de 80 pessoas e demais dependências.

O site próprio é vinculado a um blog no qual são postadas frequentemente notícias de interesse jurídico, artigos e estudos, atualizações de jurisprudência, legislação e demais publicações. Além disso, o escritório também atua nas redes sociais, por meio do *Facebook* e em página própria.

Nesses 34 anos, a **Advocacia Maciel** sempre teve como proposta de trabalho aliar a enorme experiência de seu titular e sócios à juventude e energia de advogados mais jovens, conseguindo com isso a mesma qualidade durante toda a sua existência.

José Alberto Couto Maciel. Em 1962 foi nomeado redator da Agência Nacional da Presidência da República. Atuou como Secretário Jurídico do Supremo Tribunal Federal; Advogado da Presidência da República, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Comissão de Financiamento da Produção e do Ministério do Trabalho, este último por mais de oito anos. Foi procurador da L.B.A. e da Presidência da República, onde se aposentou. É pós-graduado em Direito Individual do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Coletivo do Trabalho. Professor de direito processual e individual do trabalho. Membro do Instituto Latinoamericano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, do Instituto Iberoamericano del Derecho del Trabajo y Seguridad Social, do Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho e da Asociación Iberoamericana de Juristas del Derecho del Trabajo y la Seguridad Social. Integrou a comissão de atualização da CLT (1975), presidida pelo Ministro Arnaldo Süssekind, tendo sido Presidente da Comissão de Economia de Combustíveis, do Ministério do Trabalho, em substituição ao ministro Mozart Victor Russomano.

Integrou grupo de trabalho formado no Ministério das Relações Exteriores para estudar a situação do trabalhador brasileiro junto aos organismos internacionais. É membro e foi Presidente do Instituto dos Advogados do Distrito Federal. É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados de São Paulo, do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Foi Conselheiro e Delegado Governamental na 60ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. É autor de mais de quarenta livros especializados em Direito do Trabalho, sendo que um deles *Direito do Trabalho ao Alcance de Todos* foi transcrito em braille e vendeu mais de 750.000 exemplares. Autor de duas monografias premiadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

INTEGRAM A SOCIEDADE NA CONDIÇÃO DE SÓCIOS:

Mônica Rubino Maciel
Maria Clara Sampaio Leite
Roberto Caldas Alvim de Oliveira
Bruno Machado Colela Maciel
Márcia Maria Guimarães de Sousa
Déborah Cabral Siqueira de Souza
Ana Maria Rodrigues Sidrim
Jonas Moreira de Moraes Neto
Paula Machado Colela Maciel
Manuela Rubino Maciel
Daniel França Silva
Marcelo Miura
Pedro Rubino Maciel
Cristina Maciel de Alencastro
Flávia Cristina Deusdará Rosa
Mariah Fagundes Rosa de Farias
Tomaz Alves Nina

Advocacia Maciel was established in 1983 by its president-partner, José Alberto Couto Maciel, who has worked as a lawyer since 1962. The law firm's goals have always been to provide specialized and high quality service in law. Since then, having its foundations set on the vast expertise in the field, as well as on a competent administration, **Advocacia Maciel** has expanded its operation in order to better serve their clients and correspondents.

Their specialty areas are: Labor and Civil Law, but they also operate in the administrative area, in consumer rights, health rights, tax law, social security, property, banking and finance, family and successions, contracts, arbitration and mediation, and civil liability.

The professionals forming the 63-lawyer team are among the most renowned ones in their areas and gather strong academic and cultural background. All of them seek to provide highly qualified legal solutions, aiming at the client's satisfaction both nationally and internationally, always following high ethical standards. The firm also has 57 highly trained employees and 19 trainees, in addition to a network of correspondent lawyers for litigation, preventive and administrative operations across the country, focusing on the business sector.

For **Advocacia Maciel**, every case is unique and requires a comprehensive view supported by information, competency and ethics. The law firm has developed diversified solutions such as creating a procedural management system by which clients are provided with reports on all the processes generated by the firm's internal system, duly supervised by lawyers, as well as data and documents input in the systems for internal use of every client, and partnerships with law firms rendering service clients from other states, offering subsidies to better support the actions grounding the answers for the Superior Courts.

A special service, the preventive advice, complements the operation in litigation by means of answers to questions and preparation of legal opinions, both internally (at the law firm) and externally (at the clients' premises).

The firm is located in Brasília, on 11,280 m² of land and 1,634 m² of built area. Designed by architect Ana Verônica Bokos, it has 15 lawyer rooms, an auditorium for more than 80 people and other areas.

The website is linked to a blog, where news on legal interests, articles and studies, updates on jurisprudence, legislation, and other publications are often posted. In addition, the law firm is also present in social media, through *Facebook* and their own website.

In these 34 years, **Advocacia Maciel** has always kept its aim by connecting the wide experience of its senior partner and partners to the youth and energy of younger lawyers, thus achieving the very same quality throughout its existence.

José Alberto Couto Maciel. In 1962, he was appointed editor of the National Agency of the Presidency of the

Republic. He served as Legal Secretary of the Federal Supreme Court, as Lawyer at the Presidency of the Republic, of the National Bank of Cooperative Credit, of the Superintendence of the Manaus Free Trade Zone, of the Production Financing Committee and of the Ministry of Labor, the latter for more than 8 years. Mr. Maciel was prosecutor at LBA and at the Presidency of the Republic, where he retired. He is a graduate in individual labor law, labor process and collective labor law. Professor of procedural law and individual labor law. Member of the Instituto Latinoamericano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, of Instituto Iberoamericano del Derecho del Trabajo y Seguridad Social, of Centro Latino-Americano de Derecho Processual do Trabalho and of the Asociación Iberoamericana de Juristas del Derecho del Trabajo y la Seguridad Social. He participated of the CLT (Consolidation of Labor Laws, 1975) update, chaired by Minister Arnaldo Süssekind, and was President of the Fuels Economy Committee, of the Ministry of Labor, replacing minister Mozart Victor Russomano. Mr. Maciel integrated the work group formed at the Ministry of Foreign Affairs in order to study the Brazilian worker situation before international bodies. He is currently member and former President of Instituto dos Advogados do Distrito Federal. He is also member of the Instituto dos Advogados Brasileiros; of Instituto dos Advogados de São Paulo, Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul and of the Academia Nacional de Direito do Trabalho. Mr. Maciel was Counsellor and Government Deputy of the 60th International Labor Conference in Geneva. He is author of over 40 specialized books in Labor Law, one of them *Direito do Trabalho ao Alcance de Todos*, transcribed in braille, sold more than 750,000 copies. Author of two monographies awarded by the Labor Superior Court.

THE ORGANIZATION IS FORMED BY THE FOLLOWING PARTNERS:

Mônica Rubino Maciel
Maria Clara Sampaio Leite
Roberto Caldas Alvim de Oliveira
Bruno Machado Colela Maciel
Márcia Maria Guimarães de Sousa
Déborah Cabral Siqueira de Souza
Ana Maria Rodrigues Sidrim
Jonas Moreira de Moraes Neto
Paula Machado Colela Maciel
Manuela Rubino Maciel
Daniel França Silva
Marcelo Miura
Pedro Rubino Maciel
Cristina Maciel de Alencastro
Flávia Cristina Deusdará Rosa
Mariah Fagundes Rosa de Farias
Tomaz Alves Nina



Advocacia Mariz de Oliveira

Há quase 50 anos a **Advocacia Mariz de Oliveira** mantém o firme propósito de garantir a manutenção dos direitos de seus clientes. Dessa forma, quer contribuir para a construção de uma sociedade juridicamente segura e cumpridora dos preceitos constitucionais.

Em pé (esq»dir)

Dra. Mariana Santoro di Sessa Machado, Dra. Renata Castello Branco Mariz de Oliveira, Dr. Rodrigo Senzi Ribeiro de Mendonça, Dra. Analice Castello Branco de Castro Barbosa, Dr. Fausto Latuf Silveira, Dra. Angela Castello Branco Mariz de Oliveira, Dr. Antonio Claudio Mariz de Oliveira, Dra. Regina Maria Bueno de Godoy, Dr. Sérgio Eduardo Mendonça de Alvarenga, Dr. Felipe Salum Zak Zak, Dr. Jorge Urbani Salomão, Dra. Laura Soares de Godoy

Sentados (esq»dir)

Dr. George Victor Roberto da Silva, Dra. Paola Zanelato, Dr. Fábio Castello Branco Mariz de Oliveira

Advocacia Mariz de Oliveira

A equipe da Advocacia Mariz de Oliveira é notável não só por sua competência, mas pela forte lealdade e espírito colaborativo. Atua de forma preventiva, defensiva e dando apoio à vítima.

A trajetória da **Advocacia Mariz de Oliveira** remonta ao final da década de 60 e início da 70 quando **Antonio Cláudio Mariz de Oliveira** ensaiava o que viria a ser uma carreira brilhante nos corredores de um escritório na Praça da Sé, ao lado do pai, **Waldemar Mariz de Oliveira**. O ensejo de atuar na área penal fez com que **Antonio Cláudio Mariz de Oliveira** optasse por montar sua própria banca.

Formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) em 1970, Mariz forjou um caminho profissional de êxito trabalhando e estudando incansavelmente. No início da carreira, atuou como Defensor Dativo do Tribunal do Júri e no Centro Social dos Cabos e Soldados da PM.

Em sociedade com o primo, Alberto Viégas Mariz de Oliveira e o irmão, José Eduardo Mariz de Oliveira, o escritório de Direito Penal enfrentou desafios que se tornaram históricos. Foram eles que conseguiram a inédita autorização da justiça para realização de um aborto em um caso que irmão engravidou uma irmã. Ou a alegação, nova na ocasião, da possibilidade de estupro de marido contra mulher.

O escritório, na rua Nestor Pestana, abrigou inúmeros casos estimulantes e desafiadores. Foi também cenário para reuniões políticas, assunto que atraiu **Antonio Cláudio Mariz de Oliveira** desde a Faculdade. O interesse por se envolver com as demandas da classe começou em 1976, quando foi Conselheiro Substituto da Ordem dos Advogados e Secretário da Associação dos Advogados, instituição da qual se tornou presidente em 1983. Três anos depois foi eleito presidente da OAB, aos 41 anos.

No início da década de 1990, Mariz teve de se dividir entre a rotina na Nestor Pestana e a atuação como Secretário de Segurança Pública de SP.

Em 2002, a necessidade de expandir o escritório provocou a mudança para o espigão, na Avenida Paulista, onde hoje trabalha uma equipe de 25 pessoas. O espaço difere em estrutura dos anteriores, mas segue abrigando o grande volume de trabalho e entusiasmo dos profissionais em casos desafiadores.

A equipe da **Advocacia Mariz de Oliveira** é notável não só por sua competência, mas pela forte lealdade e espírito colaborativo. Atua de forma preventiva, defensiva e dando apoio à vítima.

We are very proud to be among one of the most prominent law firms of Brazil. We take this opportunity to reiterate our purpose. For almost 50 years, **Advocacia Mariz de Oliveira** has the mission to ensure the maintenance of our clients' rights. In this way, we want to contribute to the construction of a society that is legally safe and complies with constitutional precepts.

The career of **Advocacia Mariz de Oliveira** dates back to the late 1960s and early 1970s, when **Antonio Cláudio Mariz de Oliveira** rehearsed what was to be a brilliant career in the corridors of a law firm in Praça da Sé, alongside his father, **Waldemar Mariz de Oliveira**. The opportunity to act in the criminal area made **Mariz de Oliveira** choose to set up his own firm.

Graduated from Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) in 1970, Mariz forged a professional path of success working and studying tirelessly. At the beginning of his career, he served as Court-Appointed Attorney of the Jury Court and at the Social Center of Military Officers and Soldiers of the City Police Dept.

In partnership with his cousin, Alberto Viégas Mariz de Oliveira and his brother, José Eduardo Mariz de Oliveira, the Criminal Law firm faced challenges that have become historic. They were

the ones who got the unprecedented authorization of justice to perform an abortion in a case that brother impregnated a sister. Or the claim, new back then, of the possibility of marital rape.

The firm, on Nestor Pestana street, housed numerous stimulating and challenging cases. It was also a scenario for political meetings, a subject that attracted Mariz since college. His interest in getting involved with the disputes of this class began in 1976, when he was Substitute Counsel for the Bar Association and Secretary of the Association of Lawyers, institution of which he became president in 1983. Three years later, he was elected President of OAB, at the age of 41.

In the beginning of the 1990s, Mariz had to divide his time between the routine at the Nestor Pestana office and his work as Secretary of Public Security of Sao Paulo.

In 2002, the need to expand the firm led them to the move to Paulista Avenue, where today there is a team of 25 people working. The space differs in structure from the previous ones, but continues to house the great volume of work and enthusiasm of the professionals in challenging cases.

The **Advocacia Mariz de Oliveira** team is notable not only for its competence, but for its strong loyalty and collaborative spirit. We act in a preventive and defensive way, supporting the victim.

Affonso Ferreira Advogados



O riginário da associação do então iniciante Manuel Alceu Affonso Ferreira ao Professor José Frederico Marques, o escritório passou por várias alterações que culminaram na atual composição societária.

Firmou-se como um escritório especializado na advocacia contenciosa, nas áreas cível, empresarial, comunicações, constitucional, administrativa, eleitoral e de família e sucessões. Tem particular experiência nas áreas de imprensa,

empresarial, concessão comercial de veículos, telecomunicações, direito bancário e de licitações públicas.

A atuação do escritório nas diversas esferas do contencioso é conhecida pelo tratamento individual, acompanhamento exaustivo e pela prestação imediata de informações sobre quaisquer andamentos relevantes.

Quando do julgamento dos processos nos órgãos colegiados, também se destaca pela constante apresentação de memoriais

específicos para cada hipótese, sempre atentos às características de cada julgador. Isso, sem prejuízo de sustentações orais cujas necessidade e oportunidade são analisadas no caso concreto.

O *track-record* da banca registra vasto número de processos judiciais, incluídas complexas disputas empresariais e, notadamente, batalhas ligadas às sociedades comerciais e ao direito da comunicação social (imprensa tradicional, telecomunicações e internet).

Sentados (esq>dir)

Dr. André Cid de Oliveira, Dr. Afranio Affonso Ferreira Neto, Dr. Manuel Alceu Affonso Ferreira, Dr. Gustavo Surian Balestrero, Dr. Mauricio Joseph Abadi

Em pé (esq>dir)

Dr. Josevaldo dos Santos Dias, Dr. Marcelo Moreira Cabral, Dr. David Cury Neto, Dra. Fernanda Nogueira Camargo Parodi, Dra. Ana Carolina de Morais Guerra, Dra. Renata Barboza Ferraz

Affonso Ferreira Advogados

NAS PALAVRAS DO DOUTOR MANUEL ALCEU:

“O constituinte de 1988 decidiu firmar, em cláusula pétrea, a inviolabilidade do direito à livre manifestação das ideias, e portanto, à liberdade de comunicá-las. Foi por isso que, ao tratar da Comunicação Social, a Constituição não economizou no afirmar que a informação e a criação ‘sob qualquer forma, processo ou veículo’ não sofreriam ‘qualquer restrição’ além daquelas taxativamente previstas. Por sinal, insatisfeita com o pronome até ali utilizado [‘qualquer’], a Constituição insistira em que ‘nenhuma lei’ embarçaria a ‘plena’ liberdade de informação jornalística ‘em qualquer veículo de comunicação social...’”.

Comandada pelo jurista **Manuel Alceu Affonso Ferreira**, a sociedade de advogados é caracterizada sobretudo pela defesa das constitucionais liberdades de informação e de expressão.

SÓCIOS TITULARES:

Manuel Alceu Affonso Ferreira. Bacharel em Direito pela PUC/SP, tornou-se companheiro de escritório, e posteriormente sócio, do Professor José Frederico Marques. Associou-se ao Dr. José Rubens Machado de Campos na “Ferreira e Campos Advogados” até a fundação da “Manuel Alceu Affonso Ferreira Advogados”, da qual é sócio- titular. Representando a Seccional Paulista, compôs os Conselhos Federal e Estadual (dois mandatos) da OAB. Integrou, também, o Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. Foi Professor-Assistente de Direito Processual Civil da PUC/SP, Secretário de Estado da Justiça (1991-1993), Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (dois mandatos), e membro-suplente do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Senado Federal. Representando a OAB, participou das Comissões de Concurso para ingresso na Magistratura Estadual, na Magistratura Federal e no Ministério Público de São Paulo. É membro da Academia Paulista de Direito, do Instituto Brasileiro de Direito Público – IBDP, do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral – IBDE, do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD e do Instituto Pro Bono. Pertence ao Conselho Deliberativo do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, ao Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e ao Centro de Estudos Estratégicos e Avançados do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. É titular dos colares “Mérito Judiciário”, do Tribunal de Justiça de São Paulo, do “Ministro Pedro Lessa”, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do Tribunal de Justiça Militar Paulista. É autor de diversos artigos, estudos e prefácios, além de coautor de várias obras.

Afranio Affonso Ferreira Neto. Bacharel em Direito pela PUC/SP. Membro Efetivo do Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. Associado efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Integrou o Conselho da Organização das Nações Unidas – Brasil. Membro Suplente do Conselho da Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo – IPESP. Foi Presidente do Helvetia Polo Country Club e atualmente é Presidente do Conselho Diretor do mesmo clube, sediado em Indaiatuba/SP, entidade da qual preside o Conselho Deliberativo desde 2016. Sócio da Affonso Ferreira Advogados desde 1999.

Originated from the association between Manuel Alceu Affonso Ferreira – back then a beginner – and José Frederico Marques, the law firm has undergone some changes, which ended up in the current society.

They are established as a law firm specialized in litigation in the following fields of law: civil, business, communication, constitutional, administrative, electoral, and family and successions. Their expertise is particularly strong in the areas of the press, business, commercial concessions of vehicles, telecommunication, banking law and biddings.

The firm’s operations in several fields of litigation are known by their personal handling, exhaustive follow-up and by their prompt information on any of the relevant processes.

They also stand out when of the trial of cases at legal bodies due to the constant submission of specific memorials to each hypothesis, always paying attention to each judge’s characteristics. All of this with no detriment to oral arguments, whose necessities and opportunities are reviewed under the facts of the case.

The firm’s track record registers numerous lawsuits, including complex corporate disputes and notably cases linked to commercial companies and to the right of social communication (traditional press, telecommunications and the Internet).

Managed by jurist **Manuel Alceu Affonso Ferreira**, the law firm is strongly characterized by the defense of constitutional freedom of information and expression.

FOUNDING PARTNERS:

Manuel Alceu Affonso Ferreira. Bachelor of Laws from PUC/SP, he has become a member of the Firm and, later, partner of Professor José Frederico Marques. He has associated to Attorney José Rubens Machado de Campos at “Ferreira e Campos Advogados” until founding “Manuel Alceu Affonso Ferreira Advogados”, where he is the main partner of. He represents the Sao Paulo chapter, forming the Federal and State Councils (two terms) of OAB. He’s also integrated the Board of Directors of Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. He’s been Assistant Professor in Civil Procedural Law at PUC/SP, Secretary of State for Justice (1991-1993), Head Judge of the

Electoral Regional Court of São Paulo (two terms), and alternate member of the Council of Social Communication, an auxiliary department of the Senate. As representative of OAB, he has participated of the Committee of Examination to enter the State Judiciary, Federal Judiciary and Prosecutor’s Office of São Paulo. Member of Academia Paulista de Direito, of Instituto Brasileiro de Direito Público – IBDP, Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral – IBDE, Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD and of Instituto Pro Bono. He is member of the Advisory Board of Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, the Supreme Council for Legal and Legislative Issues of Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP and to the Center of Strategic and Advanced Studies of Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. Awarded “Mérito Judiciário” by the Court of Justice of São Paulo and “Ministro Pedro Lessa” by Federal Regional Court of the 3rd region and Military Court of Justice of Sao Paulo. Author of several articles, studies and prefaces, in addition to being co-author of many works.

Afranio Affonso Ferreira Neto. Bachelor of Laws from PUC/SP. Permanent member of the Board of Directors of Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. Permanent associate of Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Integrated the Council of the United Nations Organization – Brazil. Substitute Member of the Conselho da Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo – IPESP. Chairman of Helvetia Polo Country Club, located in Indaiatuba/SP, he became President of the Board of Directors of the club, position he holds to date. Partner of Affonso Ferreira Advogados since 1999.

IN THE WORDS OF MR. MANUEL ALCEU:

“The 1998 Constitutional Convention decided to establish, by unchangeable clause, the inviolability of the right to free expression of ideas and, therefore, the freedom to communicate them. That is why, in dealing with the Social Communication, the Constitution did not spare in affirming that information and creation ‘in any form, process or medium’ would not suffer ‘restriction’ other than those specifically provided for. By the same token, dissatisfied with the pronoun theretofore used [‘any’], the Constitution insisted that ‘no law’ would embarrass the ‘full’ freedom of journalistic information’ in any medium of communication...”.



AFMS Attorney & Counselor at Law

O escritório de advocacia **AFMS Attorney & Counselor at Law** foi fundado em 2014 pela advogada e empresária **Dra. Ana Flávia Magno Sandoval**, com foco na excelência e inovação, na prestação dos serviços jurídicos, sob respaldo na ética, responsabilidade e justiça.

A atuação jurídica consultiva e contenciosa é voltada para áreas relacionadas ao Direito Público, com forte atuação em Direito Constitucional, Direito do Consumidor, Direito Digital e Tecnologias, Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Tributário, Direito Econômico, Direitos Humanos, Direito Internacional, Processual Civil, Propriedade Intelectual, Registro de Marcas e Patentes, atuando também em áreas como Direito Empresarial, Civil e Comercial.

A sócia fundadora **Dra. Ana Flávia Magno Sandoval** é graduada em Direito pela PUC/SP, em 2011, onde teve a oportunidade de se aprofundar em temas do Direito Internacional e Direitos Humanos, que resultaram em trabalhos acadêmicos sob os títulos “O Brasil e o sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos” e “O Inadimplemento dos Precatórios Alimentares – ofensa ao Princípio da Dignidade Humana”, que serão em breve publicados em livros, pela editora Lex Master.

A **Dra. Ana Flávia Magno Sandoval** dedicou-se a atuação prática Processual Contenciosa, adquirindo *know how* e experiência prática na atuação advocatícia, e também no estudo e desenvolvimento de teses jurídicas. Pós graduou-se em Direito Tributário pela PUC/SP, em 2013.

AFMS Attorney & Counselor at Law

Fundar um novo escritório requer persistência e dedicação, além de muito estudo e seriedade para que a marca conquiste credibilidade no mercado e nos Tribunais. Hoje, o Escritório AFMS Attorney & Counselor at Law tem estrutura para atender causas em todo o território nacional.

O escritório de advocacia **AFMS Attorney & Counselor at Law** tem como advogado associado o Dr. Vinicius Neuenschwander Figueiredo, graduado pela Universidade Nove de Julho, pós-graduado em Direito Previdenciário pela mesma Universidade, membro da Ordem dos Advogados do Brasil, com experiência e atuação voltada para o Direito Empresarial e Direito do Trabalho.

A luta e missão do escritório é pela defesa dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos no Texto Constitucional promulgado em 1988, em observância aos dispositivos e normas que regem a República Federativa do Brasil, suas Instituições e os Direitos Individuais, sob o prisma do Princípio Constitucional da Igualdade, visando ao desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, diante das atribuladas burocracias e desafios que apresentam atualmente a política e a economia nacional.

Fundar um novo escritório requer persistência e dedicação, além de muito estudo e seriedade para que a marca conquiste credibilidade no mercado e nos Tribunais. Hoje, o Escritório **AFMS Attorney & Counselor at Law** tem estrutura para atender causas em todo o território nacional.

A sede, em São Paulo, tem projeto do arquiteto João Armentano, e foi estruturada para receber clientes, contando com amplas salas multimídia, equipadas para petição eletrônico, e para projetos de desenvolvimento em web, dando apoio para as edições das videoaulas da ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END.

A Instituição de Ensino ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END, teve início em 2014, e atualmente, conta com 24 (vinte e quatro) cursos concluídos, e 7 (sete) cursos em andamento, sendo 4 (quatro) de Extensão Profissional e 3 (três) de Extensão longa duração, em áreas relacionadas a Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Tributário, Direito do Trabalho, Processual do Trabalho, Direito Internacional, Direitos Humanos, e Curso Preparatório para o Exame Unificado da OAB.

Todos os cursos têm em comum uma abordagem direta e objetiva da legislação em vigor, e também das normas regimentais dos Tribunais nacionais. *“Desta forma, leva-se ao aluno e ao profissional de direito a matéria prima bruta do direito, que é a Legislação e a Constituição Federal, sem deixar de se ater ao contexto histórico político do país, diante do cenário internacional e histórico mundial, a filosofia e a lógica jurídica, que são matérias essenciais para dar efetividade e contextualização ao direito posto. O Brasil completando quase 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 passa por um perigoso e delicado momento, em que a tripartição dos poderes e a democracia, encontram-se fragilizados diante de tamanha insegurança jurídica, e sobreposição do judiciário sobre as legislações e até mesmo sobre o texto constitucional promulgado em 1988”*, afirma a advogada Fundadora e Presidente da Instituição de Ensino ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END.

Os cursos de Extensão Profissional de curta e longa duração foram se aprimorando desde a fundação da ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END, novos integrantes estão aderindo aos ideais

desta Instituição Educacional que leva desde o seu início o slogan: *END – Promovendo Educação de Alto Padrão e Qualidade, Consolidando Instituições Públicas e Construindo o Futuro do País.*

Os cursos podem ser assistidos, mediante matrícula através do website: www.escolanacionaldedireito.com.br, nas modalidades Presenciais, Online e Videoaulas.

Dra. Ana Flávia Magno Sandoval. Sócia fundadora do escritório **AFMS Attorney & Counselor at Law**, graduada em Direito pela PUC/SP, pós-graduada em Direito Tributário, pela mesma instituição, com vasta experiência em advocacia Consultiva e Contenciosa, nas áreas: Processo Civil, Constitucional, Consumidor, Internacional, Administrativo, Previdenciário, Trabalhista, Civil, Tributário, Marcas e Patentes, Direito Digital e Tecnologias. Fundadora, Professora palestrante e Presidente na ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Dr. Vinicius Neuenschwander Figueiredo. Advogado associado ao escritório **AFMS Attorney & Counselor at Law**, graduado em Direito pela Universidade Nove de Julho, pós-graduado em Direito Previdenciário pela mesma Universidade, com vasta experiência na área jurídica, notadamente em Direito Empresarial do Trabalho, tendo atuado em empresas nacionais e internacionais e escritórios de advocacia. Palestrante nos cursos da ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END e membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

The **AFMS Attorney & Counselor at Law** was founded in 2014 by attorney and businesswoman **Ms. Ana Flávia Magno Sandoval**, focusing on excellence and innovation in legal services backed by ethics, accountability, and justice.

The advisory and litigation legal operation is oriented to fields related to Public Law, with strong emphasis on Constitutional Law, Consumer Law, Digital Law and Technologies, Labor Law, Social Security Law, Tax Law, Economic Law, Human Rights, International Law, Civil Procedural Law, Intellectual Property, Trademark and Patents Registration, also operating in Business Law, Civil Law, and Commercial Law.

The founding partner **Ms. Ana Flávia Magno Sandoval** graduated in law from PUC/SP, in 2011, had the opportunity to plunge into topics related to International Law and Human Rights, which resulted in academic papers under the title “Brazil and the Interamerican Protection System to Human Rights” and “Default of Court-issued Registered Alimony Warrants – Defamation to the Principle of Human Dignity”, which will soon be published as books by Lex Master publisher.

Ms. Ana Flávia Magno Sandoval has dedicated to practice Litigation Procedure, getting know how and practical experience in the legal practice, as well as in the studies and development of legal theses. She got her postgraduate certificate in tax law from PUC/SP, in 2013.

AFMS Attorney & Counselor at Law has Vinicius Neuenschwander Figueiredo as associate attorney, graduated from Universidade Nove de Julho, with a postgraduate certificate in Social Security Law from the same university, member of the Brazilian Bar, with experience and practice aimed at Business Law and Labor Law.

The firm’s effort and mission are directed to the defense of Fundamental Rights and Guarantees provided in the Constitutional Text enacted in 1988, observing the provisions and rules that guide the Federal Republic of Brazil, its Institutions, and Individual Rights, under the scope of the Constitutional Principle of Equality, aiming at a sustainable economic and social development before the troubled bureaucracies and challenges currently presented in the Brazilian politics and economy.

To found a new law firm requires persistence and dedication, in addition to a lot of study and integrity so that the name gets credibility in the market and courts. Today, **AFMS Attorney & Counselor at Law** has the necessary structure to serve causes across the national territory.

Its headquarters, located in Sao Paulo, was designed by architect João Armentano, and it was structured to welcome their clients, with ample multimedia rooms, equipped for electronic pleading and web development projects, providing support for video-classes of ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END.

The educational institution ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END started in 2014 and currently offers 24 finished courses, 7 ongoing courses, of which 4 are professional extension courses and 3 long-term extension courses in fields related to Constitutional Law, Civil Procedural Law, Tax Law, Labor Law, Labor Procedural Law, International Law, Human Rights, and a Preparatory Course for the Unified Exam of OAB (Brazilian Bar).

All the courses present a direct and objective approach on the legislation in force, as well as on regimental rules of Brazilian Courts. *“By doing so, one provides both the student and the law professional with the gross raw material of law, which is Law and the Federal Constitution, while remaining within the country’s political historical context before the international and worldwide historical scenario, the philosophy and legal logic, which are essential matters to give effectiveness and contextualization to the law. Brazil, almost 30 years since the enactment of its Federal Constitution in 1988, is experiencing a dangerous and delicate moment, in which the tripartite of powers and democracy are weakened before such legal insecurity, and the overlapping of the judiciary over legislations and even over the constitutional text enacted in 1988”*, states the Founding Lawyer and Chairman of the Educational Institution ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END.

The short and long-term Professional Extended Studies have improved since the foundation of ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END, new members are adhering to the ideals of this Educational Institution, which, from its origin, carries the slogan: END – Providing High Standard and Quality Education, Consolidating Public Institutions and Forming the Future of the Country.

The courses can be seen at the following website, after enrolling in one of them: www.escolanacionaldedireito.com.br, in person, online, and video-classes.

Ms. Ana Flávia Magno Sandoval. Founding partner of the law firm **AFMS Attorney & Counselor at Law**, graduated in law from PUC/SP, with a postgraduate certificate in tax law from the same university, with broad experience in Litigation and Legal Advisory in the following fields of Law: Civil Procedural, Constitutional, Consumer, International, Administrative, Social Security, Labor, Civil, Tax, Trademarks & Patents, Digital Law and Technologies, Founder, Lecturer, Chairman of ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END. Member of the Brazilian Bar.

Mr. Vinicius Neuenschwander Figueiredo. Associate attorney, graduated in law from Universidade Nove de Julho, with a postgraduate certificate in Social Security Law from the same university, with broad experience in the legal area, especially in labor business law. He worked in both national and international companies and law firms, lecturer in the courses at ESCOLA NACIONAL DE DIREITO – END and member of the Brazilian Bar.

Andrade & Fichtner Advogados

O **Andrade & Fichtner Advogados** foi fundado em 1983 e logo se estabeleceu como um dos principais escritórios de Contencioso do Brasil. Com o crescimento da Arbitragem no País, passou a se especializar também nessa área, tendo larga experiência em arbitragens domésticas e internacionais. Hoje, o Escritório é amplamente reconhecido como um líder no mercado.

O **Andrade & Fichtner Advogados** é um escritório de prevenção e solução de litígios que fornece atendimento altamente especializado e personalizado com a dedicação direta dos sócios. Procura atuar antes do processo judicial ou arbitral, visando à sua prevenção e, caso isso não seja possível, formula uma estratégia para atingir os interesses do cliente e protegê-lo de eventuais riscos. O objetivo é buscar a melhor forma de solucionar os conflitos, seja na esfera administrativa, judicial, arbitral ou, ainda, através de uma atuação conjunta em diversas esferas.

Na área ambiental, o Escritório proporciona assistência especializada para seus clientes, tendo ampla experiência no processo de licenciamento e implementação de alguns dos maiores projetos de infraestrutura do Brasil.

O **Andrade & Fichtner Advogados** também tem uma prática consolidada em processos de regulação de sinistros e em complexas disputas judiciais e arbitrais relacionadas à área de seguros.

O escritório investe na formação de seus sócios e associados e conta com um time de pós-graduados e mestres no Brasil e no exterior, além de autores de livros e artigos.

Em pé (esq»dir)

**Dr. Marcelo Dickstein, Dr. Tomaz Tavares de Lyra,
Dra. Marcela Levy, Dr. Pedro Henrique Perez, Dr. Julio Rebelo Horta**

Sentados (esq»dir)

**Dra. Vivianne Fichtner, Dr. Sergio Mannheimer,
Dr. José Antonio Fichtner, Dra. Karina Stern de Siqueira**

Andrade & Fichtner Advogados

O Andrade & Fichtner Advogados é um escritório de prevenção e solução de litígios que fornece atendimento altamente especializado e personalizado com a dedicação direta dos sócios.

O trabalho desenvolvido tem sido reconhecido e o Escritório é correntemente classificado dentre os líderes em litígios judiciais e em arbitragem no País e no exterior, bem como nas áreas de seguro e meio ambiente, ocupando, atualmente, as primeiras posições em litígios e arbitragem, conforme a classificação das edições *Global e Latin America* da revista *Chambers and Partners*. A *Legal 500* também classifica o Escritório na primeira posição na área de resolução de conflitos, e o inclui entre os melhores nas áreas de seguros e meio ambiente.

Com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, o **Andrade & Fichtner Advogados** atua em todo o Brasil, tendo também forte presença em âmbito internacional.

José Antonio Fichtner. Bacharel em Direito pela PUC/RJ e Mestre em Direito pela Universidade de Chicago. Sócio-fundador do Escritório. Professor, Árbitro e Mediador, listado nas principais instituições do País. Conferencista e autor de livros e artigos nas áreas de Arbitragem, Direito Processual Civil e Direito Eleitoral. Exerceu o cargo de Procurador do Estado do Rio de Janeiro por 16 anos. Exerceu a magistratura federal por dois biênios no TRE- RJ. Foi eleito, por *Chambers Global*, um dos 20 maiores especialistas em arbitragem internacional da América Latina. Integrou a Comissão de Juristas que elaborou os anteprojatos das Leis de Arbitragem e Mediação brasileiras. É Coordenador Técnico do *LL. M. Litigation* da FGV/RJ.

Sergio Mannheimer. Bacharel em Direito pela UERJ. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Heidelberg, na Alemanha. Sócio do Escritório desde 1992. Procurador do Estado do Rio de Janeiro desde 1985. Integrou o Grupo de Apoio à Reforma do Estado. Ex Conselheiro Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do RJ. Professor e palestrante. Coordenador dos Volumes XVIII e XXVI da Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro, 2006 e 2016. Coautor do livro *Novos Temas de Arbitragem* (FGV, 2014). Diretor, desde 2014, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Alemanha (AHK). Eleito como *Leading Individual* nas áreas de litígios e arbitragem pela *Chambers Global* e pela *Chambers Latin America*, e nas áreas de litígios e seguros pela *The Legal 500* desde 2015.

Vivianne Fichtner. Bacharel em Direito pela PUC/RJ. Sócia do Escritório desde 1990. Procuradora do Município do Rio de Janeiro desde 1991, atuando especialmente nas áreas de urbanismo e meio ambiente, tendo sido Procuradora Chefe da Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente e exercendo atualmente o cargo de Procuradora Assessora do Procurador-Geral e Diretora do Centro de Estudos da Procuradoria Geral. Eleita como *Leading Individual* na área de litígios por *Chambers Global* e *Latin America* desde 2010, e na área de *Environment* por *The Legal 500* desde 2012.

Julio Rebello Horta. Bacharel em Direito pela UERJ. Sócio do Escritório desde 2009. Procurador do Município do Rio de Janeiro, desde 1991. Procurador-Geral da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro (2001-2008). Eleito como *Leading Individual* pelo *Chambers Global e Latin America* desde 2010 e na área de *Environment* por *The Legal 500* desde 2015.

Pedro Henrique Perez. Bacharel em Direito pela UERJ. Sócio do Escritório desde 2005. Ex-sócio do escritório Prisco Paraiso Advogados (1997-2005).

Tomaz Tavares de Lyra. Bacharel em Direito pela PUC/RJ. Sócio do Escritório desde 2008. Eleito como *Leading Individual* nas áreas de litígios e seguros por *The Legal 500*. Recomendado por *Chambers Global e Latin America* na área de litígios.

Karina Stern de Siqueira. Bacharel em Direito pela PUC/RJ. Pós-graduada em Direito Civil pela Universidade Cândido Mendes. Sócia do Escritório desde 2012.

Marcela Levy. Bacharel em Direito pela PUC/RJ. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela PUC/RJ. Mestre em Direito pela Columbia University. Sócia do Escritório desde 2017. Visiting Attorney no escritório Wachtell, Lipton, Rosen & Katz em Nova York (2012-2013). Membro da New York State Bar. Recomendada como uma *Next Generation Lawyer* pela *The Legal 500*.

Marcelo Dickstein. Bacharel em Direito pela UFRJ. Pós-graduado em Direito Civil Constitucional pela UERJ. Mestre em Direito Civil pela UERJ. Sócio do Escritório desde 2017. Autor dos livros *A Boa-fé Objetiva na Modificação Tácita da Relação Jurídica: Surrectio e Suppressio* (Lumen Juris, 2010); e *As Nulidades Prescrevem? Uma Perspectiva Funcional da Invalidez* (Lumen Juris, 2015). Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seção do Estado do Rio de Janeiro.

Andrade & Fichtner Advogados was founded in 1983 and soon established itself as one of the leading law firms in Brazil dedicated to litigation. With the increased use of arbitration in the country, the firm also began to specialize in this area. Currently, the firm has wide experience in both domestic and international arbitration, being widely recognized as a market leader.

Andrade & Fichtner Advogados acts in the prevention and resolution of disputes, providing highly specialized and tailor-made services with direct dedication of its partners. The firm seeks to act even before the judicial or arbitral proceeding has been initiated, with the aim of preventing the dispute or, in any event, to define the strategy which best suits the client's interests and protects it from risks. The firm's purpose is to determine the best way in which to resolve conflicts, whether in administrative, judicial or arbitral proceedings, or even through a combination of these options.

In the environmental area, the firm provides specialized assistance to its clients, with extensive experience in the licensing and implementation of some of the largest infrastructure projects in Brazil.

Andrade & Fichtner Advogados also has consolidated practice in insurance adjustment procedures and in complex judicial or arbitral disputes related to insurance.

The firm invests in the academic formation of its partners and associates and relies on a team of post-graduates and masters-of-law in Brazil and abroad, as well as authors of books and articles.

The firm's practice has been recognized and it is repeatedly ranked among the leaders in litigation and arbitration in Brazil and abroad, as well as in the areas of insurance and environment. *Chambers and Partners Global* and *Latin America* rank the firm in first place in Litigation and Arbitration. The *Legal 500* also ranks the law firm in first place in Dispute Resolution, as well as among the best in the areas of Insurance and Environmental Law.

With offices in Rio de Janeiro, São Paulo and Brasília, **Andrade & Fichtner Advogados** operates throughout Brazil, also having a strong international presence.

José Antonio Fichtner. Bachelor's Degree in Law from PUC/RJ and Master's Degree in Law from the University of Chicago. Founding partner of the firm. Professor, arbitrator and mediator, listed by the country's main institutions. Lecturer and author of many books and articles in the fields of Arbitration, Civil Procedural Law and Electoral Law. Attorney for the State of Rio de Janeiro for 16 years. Former judge before the Regional Federal Court for Election Matters between 1994 and 1998. Elected by *Chambers & Partners Global* as one of the top 20 experts in international arbitration in Latin America. Member of the Commission of Jurists that drafted the Brazilian Arbitration and Mediation Acts. Technical Coordinator of FGV/RJ's LL. M. Litigation program.

Sergio Mannheimer. Bachelor's Degree in Law from UERJ. Master's Degree in Law from the University of Heidelberg (Germany). Partner of the firm since 1992. Attorney for the State of Rio de Janeiro since 1985. Member of the State Reform Support Group. Former Commissioner of the Public Services Regulatory Agency for the State of Rio de Janeiro. Professor and lecturer. Coordinator of Volumes XVIII and XXVI of the Rio de Janeiro State's Solicitors' Law Journal, 2006 and 2016. Co-author of the book *Novos Temas de Arbitragem* (FGV, 2014). Director, since 2014, of the Brazil-Germany Chamber of Commerce and Industry – AHK. Elected *Leading Individual* in Litigation and Arbitration by *Chambers Global* and by *Chambers Latin America*, as well as in Litigation and Insurance by *The Legal 500*, since 2015.

Vivianne Fichtner. Bachelor's Degree in Law from PUC/RJ. Partner of the firm since 1990. Attorney for the Municipality of Rio de Janeiro since 1991, working particularly in urbanism and environment; formerly Chief Attorney of the Attorney's Office for Urbanism and Environment; currently holds the position of Assistant Attorney to the Attorney General and of Director of the Center of Legal Studies. Elected *Leading Individual* in Litigation by *Chambers Global* and *Latin America* since 2010 and in Environmental Law by *The Legal 500* since 2012.

Julio Rebello Horta. Bachelor's Degree in Law from UERJ. Partner of the firm since 2009. Attorney of the municipality of Rio de Janeiro since 1991. Attorney-General for the Municipality of Rio de Janeiro (2001-2008). Elected *Leading Individual* by *Chambers Global* and *Latin America* since 2010, as well as in Environmental Law by *The Legal 500* since 2015.

Pedro Henrique Perez. Bachelor's Degree in Law from UERJ. Partner of the firm since 2005. Former partner of Prisco Paraiso Advogados (1997-2005).

Tomaz Tavares de Lyra. Bachelor's Degree in Law from PUC/RJ. Partner of the firm since 2008. Elected *Leading Individual* in Litigation and Insurance by *The Legal 500*. Recommended by *Chambers Global* and *Latin America* in Litigation.

Karina Stern de Siqueira. Bachelor's Degree in Law from PUC/RJ. Post-graduate Degree in Civil Law from Universidade Cândido Mendes. Partner of the firm since 2012.

Marcela Levy. Bachelor's Degree in Law from PUC/RJ. Post-graduate degree in Civil Procedure from PUC/RJ. Master's Degree in Law from Columbia University. Partner of the firm since 2017. Visiting Attorney at Wachtell, Lipton, Rosen & Katz in New York (2012-2013). Member of the New York State Bar. Recommended as a *Next Generation Lawyer* by *The Legal 500*.

Marcelo Dickstein. Bachelor's Degree in Law from UFRJ. Post-graduate degree in Civil Law from UERJ. Master's Degree in Civil Law from UERJ. Partner of the firm since 2017. Author of the books *A Boa-fé Objetiva na Modificação Tácita da Relação Jurídica: Surrectio e Suppressio* (Lumen Juris, 2010) and *As Nulidades Prescrevem? Uma Perspectiva Funcional da Invalidez* (Lumen Juris, 2015). Counselor of Brazilian Bar Association, Section of Rio de Janeiro.

Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados

O escritório foi fundado em 1997 pelo advogado Marlus H. Arns de Oliveira. No ano seguinte, a advogada Fernanda Andreazza tornou-se sócia e, em 2013, o advogado Lucas B. Linzmayer Otsuka, tendo sido estagiário e advogado associado, também se tornou sócio. Já são 20 anos de atuação pautados pelos princípios éticos da Advocacia.

A sede própria fica no Centro Cívico, em Curitiba, e ocupa um andar e mais algumas salas de um edifício comercial localizado a poucos metros do Poder Judiciário Estadual e na mesma região da Justiça Federal. Com atuação abrangente e nacional, o escritório conta com uma equipe de mais de 30 pessoas, sendo 13 advogados.

Uma das principais características do **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** é o diálogo constante com seus clientes, que se tornaram parceiros profissionais de longa data. Cada caso é resolvido de forma única, especial, criativa e estratégica. São desenvolvidas soluções jurídicas inovadoras, adaptadas às necessidades específicas de cada cliente, indo além do âmbito jurídico para entregar soluções completas.

Primeira fila (esq>dir)

**Dr. Lucas B. Linzmayer Otsuka, Dra. Fernanda Andreazza,
Dr. Marlus H. Arns de Oliveira**

Segunda fila (esq>dir)

**Dra. Mariana P. Seleme, Dra. Ana Carolina Tsiflidis,
Dra. Raissa Fadel, Dra. Inaiá Botelho, Dra. Mariana N. Michelotto**

Terceira fila (esq>dir)

**Dr. Luiz Roberto Juraski Lino, Dra. Ana Cristina Follmann,
Dra. Mariana Borges de Souza, Dra. Jessica Gilbert Olenike**



Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados

Os advogados têm formação continuada e buscam no Brasil e no exterior conhecimento para enfrentar os novos desafios da advocacia. O escritório atua em praticamente todas as operações da Polícia Federal deflagradas no Estado do Paraná nas últimas duas décadas e também nas operações mais importantes da Justiça Criminal Estadual.

As duas principais áreas de atuação são o Direito Penal, com ênfase em crimes econômicos, e o Terceiro Setor. O escritório também atende as áreas Trabalhista, Tributária, Societária, Cível, Médico Hospitalar, Direito à Saúde, Consumidor e Administrativa. Atua ainda na advocacia preventiva e com *compliance* empresarial em todas as áreas do Direito.

Os advogados têm formação continuada e buscam no Brasil e no exterior conhecimento para enfrentar os novos desafios da advocacia. O escritório atua em praticamente todas as operações da Polícia Federal deflagradas no Estado do Paraná nas últimas duas décadas e também nas operações mais importantes da Justiça Criminal Estadual.

O pleno atendimento na área do Direito Penal tem forte ênfase na defesa de crimes econômicos, crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica e crimes ambientais de competência das Justiças Federal e Estadual. Com forte atuação perante todas as instâncias judiciais e também nas CPIs, sempre representando pessoas físicas e jurídicas envolvidas em investigações criminais com ampla assistência consultiva e preventiva, inclusive *compliance*.

Além disso, é referência nacional na atuação do Terceiro Setor que envolve não só a legislação específica desta área, como o conhecimento técnico para atuar nas demais áreas relacionadas, em especial Direito Trabalhista, Direito Tributário e Direito Administrativo. O escritório fornece pleno atendimento a entidades assistenciais e a projetos por elas realizados, acompanha as instituições desde sua criação e em todas as fases de sua organização, na elaboração de documentos institucionais como estatutos e atas, análise de convênios e termos de assessoria, auxílio na obtenção das certificações e também acompanhamento de audiências e reuniões com autoridades e agentes públicos.

Outra característica é a forte atuação perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo referência no tema.

A banca jurídica mantém desde a sua fundação um departamento pro bono com atendimento jurídico gratuito a pessoas e entidades carentes. E o **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** é investidor social do Hospital Pequeno Príncipe, parceiro do Hospital de Clínicas e doa horas para mentoria de organizações sociais. Por meio da PUC/PR, participa do programa Ciência e Transcendência na Penitenciária Feminina do Paraná e ainda mantém ações sociais mensais.

A responsabilidade social também está marcada em ações em prol do meio ambiente e da valorização profissional. Todo lixo tem destinação correta para reciclagem e a opção é por luzes de baixo consumo. Todos os profissionais são incentivados a leitura, a produção de artigos e a capacitação continuada. O escritório apoia eventos jurídicos nacionais e internacionais, além de publicações em todas as suas áreas de atuação.

Marlus H. Arns de Oliveira. Sócio do escritório. Doutor em Direito pela PUC/PR. Estudou Direito Penal em Georg-August Universität Göttingen, na Alemanha, e também na Universidade de Coruña, na Espanha. Realizou o curso internacional Business & Compliance na Barry University em 2016. Ex-Presidente da OAB Curitiba 2004-2006. Associado da ABA – American Bar Association. Associado da IABA – Inter-American Bar Association. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná; da Associação dos Advogados de São Paulo; do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e Diretor Executivo do IBDPE – Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico.

Fernanda Andreazza. Sócia do escritório. Formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Especialista em Direito Processual pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBEJ/PR. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Membro da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/PR.

Lucas B. Linzmayer Otsuka. Sócio do escritório. Formado em Direito pela Universidade Positivo. Especialista em Direito do Trabalho pelo Centro Universitário Curitiba, especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, MBA em Gestão Empresarial pela FAE Business School. Membro da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/PR, membro do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Neurologia de Curitiba (INC) e membro da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná.

The law firm was founded in 1997 by the lawyer Marlus H. Arns de Oliveira. In the following year, lawyer Fernanda Andreazza became a partner and, in 2013, the lawyer Lucas B. Linzmayer Otsuka, who worked as a trainee and associate lawyer, also became a partner. It's been 20 years of operation based by the ethical principles of law practice.

The main office is located in the Centro Civico district, in Curitiba, and occupies one floor and some other rooms of a commercial building a few meters from the State Judiciary Branch and in the same region of the Federal Justice. With comprehensive and national performance, the firm has a staff of more than 30 people, including 13 lawyers.

One of **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** main characteristics is the constant dialogue with their clients, who have become professional partners for a long time. Every case is solved in a unique, special, creative, and strategic way. Legal and innovative solutions are developed tailored to the specific needs of each client, going beyond the legal scope to deliver complete solutions.

The two main areas of activity are Criminal Law with emphasis on Economic Crimes and the Third Sector. The firm also renders service in the following areas: Labor, Tax, Business, Civil, Medical-Hospitals, Health, Consumer, and Administrative. They also operate in the preventive law practice, with corporate compliance in all the areas of Law.

The lawyers participate of continuous training and seek the knowledge, in Brazil and abroad, to face the new challenges of law. The firm has operated in practically all the Federal Police operations set off in the state of Parana in the past two decades, and also in the most important operations of the State Criminal Justice.

The full service provided in Criminal Law has strong emphasis on the defense of economic crimes, crimes against the tax order, against economic order, and environmental crimes in the jurisdiction of both the Federal and State Justice. With a strong presence in all judicial instances and also in the Parliamentary Committees of Inquiries (CPIs), always representing individuals and legal entities involved in criminal investigations with extensive advisory and preventive assistance, including compliance.

In addition, it is a national benchmark in the Third Sector activities, which not only involves specific legislation in this area, but also technical knowledge to work in other related areas, especially Labor Law, Tax and Administrative Law. The firm provides full assistance to charities and projects carried out by them, monitors institutions since their inception and in all phases of their organization, in the preparation of institutional documents such as bylaws and minutes, analysis of agreements and terms of advice,

assistance in getting certifications and also follow-up of hearings and meetings with authorities and public agents.

Another characteristic is the strong performance before the Accounting Court of the State of Parana, being a reference in this area.

Since its beginning, the law firm has a pro bono department, providing free service to people and entities in need. And **Arns de Oliveira & Andreazza Advogados Associados** is a social investor of Hospital Pequeno Príncipe, a partner of Hospital de Clínicas, and donates hours for mentoring in social institutions. Through PUC/PR, they participate in the Science and Transcendence program at the Parana Women's Penitentiary and also maintain monthly social actions.

Social responsibility is also marked in actions in favor of the environment and professional valorization. All their trash is correctly discarded for recycling purposes and they've chosen low consumption light bulbs. All their professionals are encouraged to read, write articles and on ongoing training. The firm supports both national and international legal events, in addition to publications in all their fields of operation.

Marlus H. Arns de Oliveira. Partner of the firm. J.D. by PUC/PR. He studied Criminal Law at the Georg-August Universität Göttingen, in Germany, and also in the Universidade de Coruña, in Spain. He held the international course of Business & Compliance at the Barry University, in 2016. Former President of OAB Curitiba – 2004-2006. Member of ABA – American Bar Association. Member of IABA – Inter-American Bar Association. Member of Instituto dos Advogados do Paraná; of Associação dos Advogados de São Paulo; of IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e Diretor Executivo do IBDPE – Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico.

Fernanda Andreazza. Partner of the firm. Law graduate from Faculdade de Direito de Curitiba. Graduate certificate in Procedural Law from Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBEJ/PR. Graduate certificate in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Member of the Rights of Handicapped People Committee of OAB/PR.

Lucas B. Linzmayer Otsuka. Partner of the firm. Law graduate from Universidade Positivo. Graduate certificate in Labor Law by Centro Universitário Curitiba; in Civil Procedural Law by Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, MBA in Business Management by FAE Business School. Member of the Labor Rights Committee of OAB/PR; member of the Committee of Ethics in Human Beings Research of Instituto de Neurologia de Curitiba (INC), and member of Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná.



Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Em 1960, Arruda Alvim e Thereza Alvim fundaram, em São Paulo, um escritório de advocacia que, reconhecidamente, se consolidou como um dos mais conceituados do País.

Constantemente, enriquece seus quadros com profissionais altamente qualificados. E ao passar do tempo, sucederam aos fundadores, Eduardo Arruda Alvim e Angélica Arruda Alvim. Mais adiante, integraram-se também ao escritório outros sócios, nomes de referência nacional nas mais variadas áreas do Direito, fazendo com que o escritório se aparelhasse cada vez mais para prestar assistência jurídica de alto padrão e atuar na esfera contenciosa, consultiva e em arbitragem.

SÓLIDA CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA

Com inovação e pioneirismo, o escritório conseguiu, ao longo dos anos, fazer verdadeiro intercâmbio entre a academia e a advocacia, formando uma equipe de profissionais com vasto conhecimento técnico e científico.

Com filiais no Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, o escritório mantém parceria em todo o Brasil e no exterior, destacando-se nos Estados Unidos, Portugal, Espanha e Inglaterra, sendo um dos mais conceituados prestadores de serviços jurídicos do Brasil.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Ações coletivas – Arbitragem – Administrativo – Ambiental – Bancário/Financeiro – Comercial e Corporativo – Consumidor – Direito Antitruste/Antidumping – Direito do Trabalho e Sindical – Eletrônico – Família e Sucessões – Imobiliário – Previdenciário – Processual Civil – Propriedade Intelectual – Seguro – Tributário.

Sentados (esq>dir)

Dr. Arruda Alvim, Dr. Fernando Anselmo Rodrigues

Em pé (esq>dir)

Dr. Aluizio José Almeida Cherubini, Dra. Thereza Arruda Alvim, Dr. Araken de Assis, Dra. Angélica Arruda Alvim, Dr. Fernando Crespo Queiroz Neves,

Dr. Gianfrancesco Genoso, Dr. Eduardo Arruda Alvim, Dr. Armando Verri Junior, Dr. Everaldo Augusto Cambler

Arruda Alvim e Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Com filiais no Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, o escritório mantém parceria em todo o Brasil e no exterior, destacando-se nos Estados Unidos, Portugal, Espanha e Inglaterra, sendo um dos mais conceituados prestadores de serviços jurídicos do Brasil.

José Manoel Arruda Alvim Netto. Graduado em Direito pela PUC/SP; Doutor em Direito Judiciário Civil pela PUC/SP; Professor Livre-Docente de Direito Judiciário Civil pela PUC/SP; Professor Titular da Cadeira de Direito Judiciário Civil da PUC/SP; Professor Livre-Docente e Professor Titular da PUC/SP; Coordenador da Área, no Mestrado e Doutorado, de Direito Civil. Desembargador Aposentado do TJSP; Consultor Internacional em empreendimento conjunto do The American Law Institute e Unidroit, intitulado The Principles And Rules Of Transnational Civil Procedure; Sócio Efetivo do IASP; Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual; Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual; Fundador e Diretor da Revista de Processo (Editora Revista dos Tribunais).

Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim. Graduada em Direito pela PUC/SP; Doutora em Direito pela PUC/SP. Procuradora do Estado e Consultora Jurídica da Reitoria da USP; Assessora jurídica do reitor da PUC/SP (1973-1975); fundadora da FADISP; coordenadora da Graduação em Direito da PUC/SP; professora dos cursos de pós-graduação da PUC/SP desde 1974, nas disciplinas Direito Administrativo e Direito Processual Civil.

Eduardo Arruda Alvim. Graduado em Direito pela PUC/SP; Professor do Curso de Doutorado, Mestrado, Especialização e Bacharelado da Faculdade de Direito da PUC/SP; Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP; Professor da FADISP; Acadêmico Titular da Cadeira número 20 da Academia Paulista de Direito; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual e do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal; Presidente da Comissão de Processo Constitucional do IASP. Autor de diversas obras jurídicas.

Angélica Arruda Alvim. Graduada em Direito pela PUC/SP; Mestre em Direito das Relações Sociais. Especialista em Direito Processual Civil; professora regente de Direito Civil na PUC/SP; Acadêmica Titular da Cadeira número 45 da Academia Paulista de Direito; Membro efetivo do IASP.

Gianfrancesco Genoso. Graduado em Direito pela PUC/SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP; Mestre em Direito do Estado (Direito Administrativo) pela USP, Doutor em Direito do Estado (Direito Administrativo) pela USP, Procurador do Município de São Paulo.

Araken de Assis. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS; Especialista e Mestre em Direito pela PUC/RS; Doutor em Direito pela PUC/SP; Professor Titular da Faculdade de Direito da PUC/RS, Desembargador Aposentado do TJRS. Autor de diversas obras jurídicas.

Armando Verri Júnior. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São José do Rio Preto-SP; Especialista em Direito Processual Civil pela Facoltà di Giurisprudenza della Università Degli Studi di Milano, Itália, sob a orientação do Prof. Enrico Tullio Liebman.

Fernando Anselmo Rodrigues. Graduado em Direito pela FMU; Mestre em Direito pela PUC/SP.

Fernando Crespo Queiroz Neves. Graduado em Direito pela PUC/SP; Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP; Acadêmico Titular da Cadeira número 30 da Academia Paulista de Direito; Membro efetivo do IASP. Autor de obras jurídicas individuais e coletivas.

Everaldo Augusto Cambler. Graduado em Direito pela PUC/SP; Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP. Autor de obras jurídicas individuais e coletivas.

Aluizio José de Almeida Cherubini. Graduado em Direito pela PUC/SP; Mestre em Direito pela PUC/SP.

Integram ainda o quadro de advogados do escritório: André Ribeiro Dantas; Diego Vasques dos Santos; Guilherme Pimenta da Veiga Neves; Laisa Dário Faustino de Moura; Patrícia de Oliveira Boaski; Paula Cristina Travain; Leandro Andrade Coelho Rodrigues; Otávio Kern Ruaro; Rennan Faria Krüger Thamay; e, Rosane Pereira dos Santos. No segundo momento: Alberico Eugênio da Silva Gazzineo; Alberto Fulvio Luchi; André Milchteim; Carlos Henrique dos Santos Liquori Filho; Cláudio Luiz Leite Júnior; Felipe José Meinberg Garcia; Franco Bet de Moraes Silva; Graziela Pais Furlaneto Mermejo; Guilherme Wanderley Dias Rodrigues; Helena de Oliveira Fausto; José Luiz Pinheiro Lisboa Miranda; João Marcos Neto de Carvalho; Luis Felipe Pennacchi; Maraisa Cristina de Moraes; Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima; Mariana Müller de Albuquerque; Marta Britto de Azevedo; Melina Lemos Vilela; Milena Gomes Francisco Teixeira; Patrícia Schoeps da Silva; Rafael Franco Toledo Barbosa da Silva; Rafael Ribeiro Rodrigues; Raissa Drudi Gomide; Renan Scapim Arcaro; Sérgio Ricardo Rodrigues; Thiago Roberto Muniz Leão Molena; Thiago Ros Nonato; e, Wadson Veloso Silva.

In 1960, in São Paulo, Arruda Alvim and Thereza Alvim founded the law firm which, admittedly, has established as one of the most respected firms in the country.

They constantly enrich their staff structure with highly qualified professionals. And, over time, the founders were succeeded by Eduardo Arruda Alvim and Angélica Arruda Alvim. Further on, other partners have joined the firm, names of national reference in the most varied areas of law, increasingly equipping the firm with the necessary tools to provide high quality legal assistance and to operate in the advisory, litigation and arbitration fields.

SOLID ACADEMIC CONTRIBUTION

In an innovative and pioneering way, over the years the firm managed to truly exchange between the academy and advocacy, forming a team of professionals with vast technical and scientific knowledge.

With branches in Rio de Janeiro, Brasília and Porto Alegre, they keep partnerships across Brazil and countries abroad, especially in the United States, Portugal, Spain and England, being one of the most renowned legal service providers of Brazil.

FIELDS OF OPERATION

Collective Actions – Arbitration – Administrative – Environmental – Banking/Finance – Commercial and Corporative – Consumer – Antitrust/Antidumping Law – Labor and Union Law – Electronic – Family and Succession – Property – Securities – Civil Procedure – Intellectual Property – Insurance – Tax.

José Manoel Arruda Alvim Netto. Bachelor of Laws from PUC/SP; J.D. of Civil Procedural Law from PUC/SP; Lecturing Professor of Civil Procedural Law at PUC/SP; Head Professor of the Civil Procedural Law course at PUC/SP; Lecturing professor and Head professor at PUC/SP; Area Coordinator at the Master and Doctorate courses of Civil Law. Retired Judge of the Court of Justice of the State of São Paulo; International Advisor in a conjunct work with The American Law Institute e Unidroit, called The Principles And Rules Of Transnational Civil Procedure; Permanent member of IASP; Member of Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Member of Instituto Brasileiro de Direito Processual; Member of Instituto Ibero-Americano de Direito Processual; Founder and Director of Revista de Processo (Editora Revista dos Tribunais).

Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim. Bachelor of Laws from PUC/SP; J.D. from PUC/SP. State Attorney and Legal Advisor of the Dean's Office of USP; Legal assistant to the Dean of PUC/SP (1973-1975); founder of FADISP; coordinator of undergraduate course of Law at PUC/SP; professor of Administrative Law and Civil Procedural Law postgraduate courses of PUC/SP since 1974.

Eduardo Arruda Alvim. Bachelor of Laws from PUC/SP; Professor of the Doctorate, Master, Specializing and Undergraduate courses of PUC/SP Law School; J.D. from PUC/SP; Master of Laws from PUC/SP; Professor at FADISP; Scholar holding Chair no. 20 of Academia Paulista de Direito; Member of Instituto Brasileiro de Direito Processual and Instituto Iberoamericano

de Derecho Procesal; President of the Constitutional Process Committee of IASP. Author of several legal works.

Angélica Arruda Alvim. Bachelor of Laws from PUC/SP; Master of Laws in Social Relations. Graduate in Civil Procedural Law; Head professor of Civil Law at PUC/SP; Scholar holding Chair no. 45 at Academia Paulista de Direito; Permanent Member of IASP.

Gianfrancesco Genoso. Bachelor of Laws from PUC/SP; Graduate in Civil Procedural Law from PUC/SP; Master of State Law (Administrative Law) from USP, J.D. of State Law (Administrative Law) from USP, Attorney of the Municipality of São Paulo.

Araken de Assis. Graduated in Legal and Social Sciences from UFRGS; Graduate and Master of Laws from PUC/RS; J.D. from PUC/SP; Head Professor of the Law School of PUC/RS; Retired Judge from TJRS. Author of several legal works.

Armando Verri Júnior. Bachelor of Laws from the Law School of São José do Rio Preto-SP; Graduate in Civil Procedural Law from Facoltà di Giurisprudenza della Università Degli Studi di Milano, Italy, under the guidance of Prof. Enrico Tullio Liebman.

Fernando Anselmo Rodrigues. Bachelor of Laws from FMU; Master of Laws from PUC/SP.

Fernando Crespo Queiroz Neves. Bachelor of Laws from PUC/SP; Master of Laws and J.D. from PUC/SP; Scholar holding Chair no. 30 at Academia Paulista de Direito; Permanent Member of IASP. Author of several individual and collective legal works.

Everaldo Augusto Cambler. Bachelor of Laws from PUC/SP; Master of Laws and J.D. from PUC/SP. Author of several individual and collective legal works.

Aluizio José de Almeida Cherubini. Bachelor of Laws from PUC/SP; Master of Laws from PUC/SP.

Also forming the lawyer team of the firm: André Ribeiro Dantas; Diego Vasques dos Santos; Guilherme Pimenta da Veiga Neves; Laisa Dário Faustino de Moura; Patrícia de Oliveira Boaski; Paula Cristina Travain; Leandro Andrade Coelho Rodrigues; Otávio Kern Ruaro; Rennan Faria Krüger Thamay; and Rosane Pereira dos Santos. And: Alberico Eugênio da Silva Gazzineo; Alberto Fulvio Luchi; André Milchteim; Carlos Henrique dos Santos Liquori Filho; Cláudio Luiz Leite Júnior; Felipe José Meinberg Garcia; Franco Bet de Moraes Silva; Graziela Pais Furlaneto Mermejo; Guilherme Wanderley Dias Rodrigues; Helena de Oliveira Fausto; José Luiz Pinheiro Lisboa Miranda; João Marcos Neto de Carvalho; Luis Felipe Pennacchi; Maraisa Cristina de Moraes; Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima; Mariana Müller de Albuquerque; Marta Britto de Azevedo; Melina Lemos Vilela; Milena Gomes Francisco Teixeira; Patrícia Schoeps da Silva; Rafael Franco Toledo Barbosa da Silva; Rafael Ribeiro Rodrigues; Raissa Drudi Gomide; Renan Scapim Arcaro; Sérgio Ricardo Rodrigues; Thiago Roberto Muniz Leão Molena; Thiago Ros Nonato; and Wadson Veloso Silva.

Badaró Almeida & Advogados Associados

Fundado em 2006 pelo advogado **Gilberto Badaró de Almeida**, em Salvador, Bahia, o escritório tem como objetivo atender seus clientes, de forma diferenciada na prevenção e na solução de conflitos.

Atende especialmente as áreas de Direito Civil, Direito Tributário, Precatórios, Direito do Trabalho, Direito do Consumidor, Direito Imobiliário e Holding Familiar.

No início, o foco era o atendimento às grandes corporações de forma única e personalizada, em todo Norte e Nordeste do país. Com o tempo a credibilidade do serviço desenvolvido foi se expandido e hoje o **Badaró Almeida & Advogados Associados** presta assessoria jurídica para empresas em todo o território nacional através de parcerias duradouras com advogados de alta excelência nos diversos setores.

O atendimento é personalizado, com a análise minuciosa do problema apresentado. Nesta linha o cliente tem sempre a oportunidade de compreender a exata dimensão do aspecto que será defendido, com o intuito de se perseguir o êxito final da demanda. Para isso mantém uma banca de advogados que alia a competência técnica e a qualificação ao comprometimento com o resultado da ação.

O escritório tem tido êxito em diversas causas, não apenas judicialmente, mas em acordos bastante satisfatórios, atuando de forma eficaz na jurisdição voluntária (conciliação e mediação) assim como na contenciosa.

O **Badaró Almeida & Advogados Associados** tem como principal missão conseguir alcançar o resultado com a superação das expectativas. Praticar e transmitir valores numa advocacia comprometida com a ética, responsabilidade, excelência das soluções legais, satisfação dos clientes e realização pessoal dos integrantes.

(esq>dir)

Dr. Gilberto Badaró de Almeida, Dra. Renata Badaró de Almeida,
Adm. Rejane Esteves, Dr. Pedro Marques Jones Neto (em pé),
Dr. Maurício da Cunha Sampaio, Dra. Betânia Miguel T. Cavalcante



Badaró Almeida & Advogados Associados

Com um vasto currículo, o Badaró Almeida & Advogados Associados já recebeu diversas premiações, a exemplo de Latin American Quality Institute (2014) e mais recentemente o Top of Quality Brazil (2016).

Para isso investe em valores, buscando sempre atrair e desenvolver os melhores talentos, para oferecer serviço de qualidade, aprimorar e compartilhar constantemente o conhecimento. A equipe é formada por profissionais experientes que atuam com seriedade, competência, dedicação, confiabilidade, sempre de forma personalizada e norteado pela ética.

O escritório é administrado por **Gilberto Badaró de Almeida**, advogado, graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), pós-graduado em Direito Tributário pela Fundação Faculdade de Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ele também é autor de diversos artigos jurídicos publicados em sites especializados e jornais. Atua nas áreas empresarial e de precatórios.

Com um vasto currículo, o **Badaró Almeida & Advogados Associados** já recebeu diversas premiações, a exemplo de *Latin American Quality Institute* (2014) – Prêmio dado a empresa com maior destaque do setor Jurídico do Brasil, e mais recentemente o *Top of Quality Brazil* (2016) – Prêmio de reconhecimento de escritório de alto padrão de excelência e qualidade em serviços, com profissionais que atuam com destaque e credibilidade, gerando resultados positivos no mercado globalizado.

A sede, em Salvador, foi projetada pela arquiteta Louise Teixeira, que dimensionou as salas para o exercício da advocacia.

O escritório também está nas mídias sociais:

Facebook: @BadaroAlmeidaAdvogados

Instagram: badaroalmeidaadvogados

Gilberto Badaró de Almeida. Advogado, graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), pós-graduado em Direito Tributário pela Fundação Faculdade de Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Autor de diversos artigos jurídicos publicados em e sites especializados. Atua nas áreas empresarial e de precatórios.

Renata Malcon Marques Badaró de Almeida. Advogada, graduada pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Engenharia Civil, graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na área de Precatórios e Direito Empresarial.

DEMAIS SÓCIOS E PRINCIPAIS ASSOCIADOS

Pedro Marques Jones Neto (sócio). Graduado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), pós-graduado em Direito Civil pela Universidade Salvador (UNIFACS). Atua nas áreas do Direito Cível e Consumidor.

Betânia Miguel Teixeira Cavalcante (sócia). Advogada, graduada pela Universidade Jorge Amado. Atua nas áreas do Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito Trabalhista.

Maurício Sampaio da Cunha (sócio). Advogado, graduado pela UNIME, pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Anhanguera, especialista em Direito do Trabalho com ampla experiência em contencioso e consultoria preventiva. Professor universitário da Faculdade Unyhana, em Salvador.

Alex Rogério Bahia de Araújo. Advogado, graduado pela Faculdade Fabac, pós-graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela JUSPODVIM. Atua nas áreas do Direito do Trabalho e Direito do Trânsito, com grande experiência em sustentação oral.

Bianca Lima Meneses. Advogada, graduada pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL, pós-graduada em Processo Civil pela Universidade Salvador – UNIFACS. Atua nas áreas do Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito do Consumidor.

Aurea Nogueira do Amorim. Advogada, graduada pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Atua nas áreas do Direito Civil e do Direito do Consumidor.

Cláudio Heberthe da Cruz Batista. Advogado, graduado pela Universidade Tiradentes – UNIT, pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Federal da Bahia e pós-graduado em Ciências Criminais pela Faculdade Guanambi. Atua nas áreas do Direito Público, Empresarial, Tributário e Tributário Penal. Grande experiência em Improbidade Administrativa, Crimes Tributários e de Licitação.

Carla Valoise Oliveira de Átila Machado. Advogada, graduada pela Faculdade 2 de julho. Pós-graduada em Processo Civil e Direito Civil pela Universidade Estácio de Sá. Atua nas áreas do Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho.

CONSULTORA

Thelma Badaró de Almeida Souza. Advogada, graduada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), especialista em Direito da Família e Direito Securitário, com forte passagem na advocacia na área de seguros.

Established in 2006 by lawyer **Gilberto Badaró de Almeida**, in Salvador, Bahia, the law firm aims at serving its clients in a personalized way both in the prevention and solution of disputes.

They especially operate in the fields of Civil Law, Tax Law, Court-issued registered warrants, Labor Law, Consumer Law, Real Estate Law, and Family Holding.

In the beginning their focus was on serving large corporations in a unique and customized way throughout the North and Northeast regions of Brazil. Over time, their credibility in services rendered has expanded and now **Badaró Almeida & Advogados Associados** provides legal advisory for organizations across the country through long-lasting partnerships with highly qualified lawyers in the most diverse segments.

Service is customized, with detailed analysis of the problem presented. In this line, the client always has the chance to understand the exact dimension of the aspect to be defended, aiming at pursuing the action's success. Thus, they have a team of lawyers that combine technical competence and qualification to the commitment of the action's outcome.

The law firm has been successful in many causes, not only legally but in quite satisfying agreements, efficiently acting in the volunteering jurisdiction (conciliation and mediation), as well as in litigation.

Badaró Almeida & Advogados Associados's major mission is to achieve results by exceeding expectations. To practice and transmit values within an environment committed to ethics, accountability, excellence in legal solutions, customer satisfaction and personal achievements of our members.

Keeping this in mind, they invest in values, always seeking to attract and develop the best talents, to provide quality service, enhance and share knowledge on a regular basis. The team is formed by experienced professional who work on a serious manner, with competence, dedication, reliability – always in a personalized way and guided by ethics.

The firm is managed by **Gilberto Badaró de Almeida**, lawyer, graduated from Universidade Católica do Salvador (UCSAL), with graduate certificate in Tax Law by the Tax Law School of Universidade Federal da Bahia (UFBA). He is also author of many legal articles published on specialized websites and newspapers. He operates in: business and court-issued registered warrants.

With a vast curriculum, **Badaró Almeida & Advogados Associados** has been awarded several prizes, such as the *Latin American Quality Institute* (2014), a prize given to the company with the highest distinction in the Brazilian Legal Sector and, more recently, *Top of Quality Brazil* (2016) – prize awarded for the recognition of law firm with high quality in excellence and service, with outstanding and reliable professionals, thus generating positive outcomes in the globalized market.

Their headquarters in Salvador was designed by architect Louise Teixeira, who projected the rooms for the practice of law. The firm is also on social media:

Facebook: @BadaroAlmeidaAdvogados

Instagram: badaroalmeidaadvogados

Gilberto Badaró de Almeida. Lawyer, graduated from Universidade Católica do Salvador (UCSAL), with graduate certificate in Tax Law by the Tax Law School of Universidade Federal da Bahia (UFBA). Author of many legal articles published on specialized websites and newspapers. He operates in business and court-issued registered warrants.

Renata Malcon Marques Badaró de Almeida. Lawyer, graduated from Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Civil Engineer, graduated from Universidade Federal da Bahia (UFBA). She works in the fields of Registered Warrants and Business Law.

OTHER PARTNERS AND MAIN ASSOCIATES

Pedro Marques Jones Neto (partner). Graduated from Universidade Católica de Salvador (UCSAL), holding a graduate certificate in Civil Law by Universidade Salvador (UNIFACS). He operates in Civil and Consumer Law.

Betânia Miguel Teixeira Cavalcante (partner). Lawyer, graduated from Universidade Jorge Amado. She operates in Civil, Consumer and Labor Law.

Maurício Sampaio da Cunha (partner). Lawyer, graduated from UNIME, holding a graduate certificate in Labor Law by Universidade Anhanguera, specialist in Labor Law with wide experience in litigation and preventive advisory. Professor at the Unyhana college in Salvador.

Alex Rogério Bahia de Araújo. Lawyer, graduated from Faculdade Fabac, holding a graduate certificate in Labor Law and Labor Process by JUSPODVIM. He works in Labor Law and Traffic Law, highly experienced in oral arguments.

Bianca Lima Meneses. Lawyer, graduated from Universidade Católica de Salvador – UCSAL, holding a graduate certificate in Civil Law by Universidade Salvador – UNIFACS. She operates in Civil, Consumer and Labor Law.

Aurea Nogueira do Amorim. Lawyer, graduated from Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). She operates in Civil and Consumer Law.

Cláudio Heberthe da Cruz Batista. lawyer, graduated from Universidade Tiradentes – UNIT, postgraduate certificate in Tax Law from the Universidade Federal da Bahia and postgraduate certificate in Criminal Sciences from Faculdade Guanambi. Working in Public Law, Business Law, Tax Law, and Criminal Law. Vast experience in Misconduct in office, Tax Crimes, and Bidding Crimes.

Carla Valoise Oliveira de Átila Machado. lawyer, graduated from Faculdade 2 de julho. Postgraduate certificate in Civil Process and Civil Law from Universidade Estácio de Sá. Working in Civil Law, Consumer Law, and Labor Law.

CONSULTANT

Thelma Badaró de Almeida Souza. Lawyer, graduated from Universidade Católica de Salvador (UCSAL), specializing in Family Law and Social Security Law, with strong emphasis in law practice in the insurance field.



Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados

Fundado em 1990 pelos sócios José Marcelo Braga Nascimento e Denise de Cássia Zílio, o escritório **Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados** construiu sua história atuando nos aspectos preventivo e contencioso das questões envolvendo Direito Civil e Tributário.

Em 2012, o escritório passou a ocupar oito casas na Rua Estados Unidos. O novo endereço abriu possibilidades, como a organização de seminários, cursos e treinamentos, em seu amplo auditório. Hoje, com mais de 100 advogados, o escritório se tornou *full service*.

O escritório desenvolve grupos de trabalho – *Task Forces* – para a imersão em segmentos da economia, unindo-se competências jurídicas, técnicas e negociais no aperfeiçoamento dos meios necessários para o alcance dos resultados das equipes especializadas, de forma interdisciplinar, atrelado ao eficiente gerenciamento de processos por meio do *software* de gestão ERP *Legal One*.

O Departamento de Inteligência e Pesquisas acompanha os trâmites nos órgãos legislativos, a pesquisas de novas legislações, o mapeamento e monitoramento dos julgados dos Tribunais, de forma a identificar entendimentos e tendências para auxiliar o cliente na definição de estratégias e tomadas de decisões.

A atuação no contencioso cível em geral conta com o diferencial de se dividir em departamentos de atuação especializada, como o Relações de Consumo, Cível Empresarial, Estratégico, Imobiliário, Água e Saneamento.

O escritório também se destaca em ações e projetos sociais. O incentivo ao esporte, a atuação em benefício da cidadania, da educação e da assistência social com a reintegração de pessoas em situação de vulnerabilidade, a preservação do patrimônio histórico brasileiro e a promoção de campanhas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados

A atuação no contencioso cível em geral conta com o diferencial de se dividir em departamentos de atuação especializada, como o Relações de Consumo, Cível Empresarial, Estratégico, Imobiliário, Água e Saneamento.

O símbolo e fonte de inspiração da banca é o ramo de trigo, sinônimo de prosperidade em muitas culturas, e que remete a elementos positivos que cercam a vida. Em paralelo, transmite a todos os seus colaboradores o patriotismo, materializado por meio da bandeira hasteada em todas as suas unidades, tradição, excelência e compromisso, como os principais valores.

José Marcelo Braga Nascimento. Advogado formado pela USP. Preside a Associação Reciclázaro, a Federação de Amigos de Museus do Brasil e a Associação Eu Amo o Brasil.

Denise de Cássia Zilio. Advogada formada pela PUC/SP. Atua nas áreas do Direito Civil e Família e Sucessões. É vice-presidente da Federação de Amigos de Museus do Brasil.

Everton Gabriel Monezzi. Diretor Geral. Advogado formado pela PUC/SP.

José Amado de Faria Souza. Diretor Jurídico. Advogado formado pela USP. Pós-doutor em Direito Penal Internacional pela School of Law New York University.

Daniel Orfale Giacomini. Gerente Jurídico e coordenador do departamento empresarial estratégico. Advogado formado pela PUC/SP. Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.

Fabiola Meira de Almeida Santos. Coordenadora do departamento de Direito das Relações de Consumo. Advogada formada pela Universidade Metropolitana de Santos. Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.

José Ricardo dos Santos Luz Júnior. Gerente Institucional. Advogado formado pela PUC/SP. MBA Internacional pela escola de negócios Vlerick Leuven Gent Management School.

André Castro Carvalho. Coordenador dos departamentos de Relacionamento Público-Privado e de Governança, Risco e Compliance (GRC). Advogado formado pela USP. Mestre e Doutor pela mesma faculdade.

Arthur Braga Nascimento. Coordenador do departamento de Start Ups e Inovações. Advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduado em Administração de Empresas pelo INSPER.

Celecino Calixto dos Reis. Coordenador do departamento Tributário. Advogado formado pela Faculdade de Direito de Guarulhos. Especialista em Direito Tributário e em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP.

Diana Braga Nascimento Toscani. Coordenadora do departamento Societário-Contratual. Advogada formada pela PUC/SP. Mestranda em Direito dos Negócios Aplicado e Direito Tributário na FGV.

Fernando José Reginato Piccolo. Coordenador do departamento de Recuperação de Tarifas. Advogado formado pela USP.

Karolina Previatti Gnecco. Coordenadora do departamento de Recuperação de Tarifas. Advogada formada pela PUC/SP. Pós-graduada em Direito Ambiental PUC/SP.

Leandro Bruno F. Mello Santos. Coordenador do departamento Cível Empresarial e Imobiliário. Advogado formado pela Universidade Católica de Santos. Especialista em Empreendimentos Imobiliários pela FGV.

Leonardo Bertolazzi. Coordenador do departamento de Inteligência e Pesquisas. Advogado formado pela FMU. MBA em Direito Empresarial pela FGV.

Marcelo Godoy Magnani. Coordenador do departamento Ambiental. Advogado formado pela UNIB. Especialista em Aprovação e Gestão de Loteamentos pelo SECOVI. LLM em Direito Contratual pelo INSPER.

Renato Marcon. Advogado *Senior* do departamento Tributário. Advogado formado pela FMU. Pós-graduado em Direito Processual Civil pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Roberto Chaves Bell. Coordenador do departamento Penal Empresarial. Advogado formado pela FMU. Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela PUC/SP.

Tony Ferreira de Carvalho Issaac Chalita. Coordenador do departamento Político e Eleitoral. Advogado formado pela PUC/SP. Pós-graduando em Direito e Filosofia do Estado pela mesma faculdade.

SÓCIOS CONSULTORES JURÍDICOS

José Santana. Advogado formado pela USP.

Antonio Carlos Mourão Bonetti. Advogado formado pela USP.

Antenor Cerello Junior. Advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Luis Carlos Galvão. Advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduação em Direito Comercial pela Ludwig-Maximilians Universidade em Munique, Alemanha.

Martius Mazza Lessa. Advogado formado pela USP.

Founded in 1990 by partners José Marcelo Braga Nascimento and Denise de Cássia Zilio, the law firm **Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados** has built its history by acting in prevention and litigation issues related to Civil and Tax Law.

By 2012, the firm occupied 8 mansions on Estados Unidos Street. The new address opened up possibilities, such as the organization of seminars, courses, and training in its large auditorium. Today, with over 100 lawyers, it has become a full service law firm.

The firm developed task forces for immersion in segments of the economy, joining legal, technical and business skills in the improvement of the necessary means to achieve the specialized teams results, in an interdisciplinary way, linked to the efficient process management through ERP Legal One management software.

The Intelligence and Research Department monitors procedures in legislative bodies, researches new legislation, maps and monitors court cases, in order to identify understandings and tendencies to assist clients in setting strategies and in the decision-making process.

The general civil litigation area has the differential of being divided into specialized departments such as Consumer Relations, Corporate Civil, Strategic, Real Estate, Water and Sanitation.

The firm also excels in social actions and projects. Encouraging sports, acting in favor of citizenship, education and social assistance with the reintegration of people in vulnerable situations, preservation of the Brazilian historical heritage and the promotion of campaigns related to the environment and sustainability.

The symbol and source of inspiration for the firm is wheat twig, synonymous with prosperity in many cultures, which refers to the positive elements that surround life. In parallel, it shares patriotism to all its collaborators, materialized by means of the flag raised in all its units, tradition, excellence and commitment, as its main values.

José Marcelo Braga Nascimento. Bachelor of Laws from USP. Chairs the following associations: Associação Reciclázaro, Federação de Amigos de Museus do Brasil and Associação Eu Amo o Brasil.

Denise de Cássia Zilio. Bachelor of Laws from USP. Operates in Civil, Family and Successions Law. She's the VP at Federação de Amigos de Museus do Brasil.

Everton Gabriel Monezzi. CEO. Bachelor of Laws from PUC/SP.

José Amado de Faria Souza. Legal Director. Bachelor of Laws from USP. Postdoctoral degree in International Criminal Law from School of Law of the New York University.

Daniel Orfale Giacomini. Legal Manager and Coordinator of the strategic business department. Bachelor of Laws from PUC/SP. Master of Laws in Social Relationships from PUC/SP.

Fabiola Meira de Almeida Santos. Coordinator of the Consumer Relations Department. Bachelor of Laws from Universidade Metropolitana de Santos. Master of Laws and J.D. in Social Relationships from PUC/SP.

José Ricardo dos Santos Luz Júnior. Institutional Manager.

Bachelor of Laws from PUC/SP. International MBA from Vlerick Leuven Gent Management School.

André Castro Carvalho. Coordinator of the Public Private Relationships, and Governance, Risk and Compliance (GRC) Departments. Bachelor of Laws from USP. Master and Doctor degrees from the same University.

Arthur Braga Nascimento. Coordinator of the Startups and Innovations Department. Bachelor of Laws from Universidade Presbiteriana Mackenzie. Postgraduate certificate in Business Administration from INSPER.

Celecino Calixto dos Reis. Coordinator of the Tax Department. Bachelor of Laws from Faculdade de Direito de Guarulhos. Postgraduate certificate in Tax Law and Civil Procedural Law from PUC/SP. Master of State Laws from PUC/SP.

Diana Braga Nascimento Toscani. Coordinator of Corporate-Contracts Department. Bachelor of Laws from USP. Master candidate in the Law of Applied Business and Tax Law at FGV.

Fernando José Reginato Piccolo. Coordinator of the Water and Sanitation Department. Bachelor of Laws from USP.

Karolina Previatti Gnecco. Coordinator of the Water and Sanitation Department. Bachelor of Laws from USP. Postgraduate certificate in Environmental Law from PUC/SP.

Leandro Bruno F. Mello Santos. Coordinator of the Business Civil and Real Estate Department. Bachelor of Laws from Universidade Católica de Santos. Postgraduate certificate in Real Estate Ventures from FGV.

Leonardo Bertolazzi. Coordinator of the Intelligence and Research Department. Bachelor of Laws from FMU., MBA in Business Law from FGV.

Marcelo Godoy Magnani. Coordinator of the Environmental Department. Bachelor of Laws from UNIB. Specialist in Lots Approval and Management by SECOVI. LLM in Contract Law from INSPER.

Renato Marcon. Senior lawyer at the Tax Department. Bachelor of Laws from FMU. Postgraduate certificate in Civil Procedural Law from Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Roberto Chaves Bell. Coordinator of the Business Criminal Department. Bachelor of Laws from FMU. Postgraduate certificate in Criminal Law and Criminal Procedure from PUC/SP.

Tony Ferreira de Carvalho Issaac Chalita. Coordinator of the Political and Electoral Department. Bachelor of Laws from PUC/SP. Candidate to a Master degree of Laws and State Philosophy from the same university.

LEGAL CONSULTING PARTNERS

José Santana. Bachelor of Laws from USP.

Antonio Carlos Mourão Bonetti. Bachelor of Laws from USP.

Antenor Cerello Junior. Bachelor of Laws from Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Luis Carlos Galvão. Bachelor of Laws from Universidade Presbiteriana Mackenzie. Postgraduate degree in Commercial Law from Ludwig-Maximilians University of Munich, Germany.

Martius Mazza Lessa. Bachelor of Laws from USP.

Cammarosano Advogados Associados

No ano de 2018, a **Cammarosano Advogados Associados** completa 15 anos. Com ética, compromisso e amor à profissão, após 30 anos de exercício de advocacia pública e magistério na PUC/SP, o **Dr. Márcio Cammarosano** fundou o escritório.

Em 2017, por seus trabalhos e destaque junto à classe jurídica, a **Cammarosano Advogados Associados** recebeu o prêmio *Quality Brasil*, na categoria “Escritório de Advocacia”.

Uma das características da **Cammarosano Advogados Associados** é a solidez no seu trabalho. Desde a sua fundação o trabalho é voltado para a atuação consultiva e forense na área de Direito Público, sobretudo em matérias de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Urbanístico e Direito Ambiental.

Especialmente em Direito Administrativo, as matérias de maior atuação do escritório são Improbidade Administrativa, Licitações e Contratos Administrativos, Concessões, PPPs, Lei Anticorrupção (responsabilização das pessoas jurídicas), Desapropriações, Ação Civil Pública, Ação Popular, Ações Coletivas, em geral, Mandados de Segurança, individuais e coletivos, servidores públicos, processos administrativos disciplinares.

Em matéria de Direito Civil há relevante atuação em ações de Responsabilidade Civil, empresarial, especialmente. O escritório também atua nas áreas Penal, Tributária, Empresarial, Eleitoral, Civil, em geral, e Trabalhista em sistema de *joint venture* com escritórios parceiros.

São valores da empresa, acima de tudo, a Ética Profissional, tanto na relação cliente-advogado, como também nas relações advogado-advogado e advogado-servidores públicos, e também, a Legalidade das suas ações.

(esq»dir)

Dra. Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli, Dr. Alexandre Henrique Moretti Cammarosano Kopczynski, Dr. Márcio Alexandre Giorgini Fusco Cammarosano, Dr. Márcio Cammarosano, Dra. Flávia Giorgini Fusco Cammarosano, Dr. Felipe Cecílio Filizola, Dr. Wassila Caleiro Abbud



Em matéria de Direito Civil há relevante atuação em ações de Responsabilidade Civil, empresarial, especialmente. O escritório também atua nas áreas Penal, Tributária, Empresarial, Eleitoral, Civil, em geral, e Trabalhista em sistema de joint venture com escritórios parceiros.

A equipe desenvolve atividades acadêmicas e em comissões da OAB/SP. Por se tratar de escritório tipo *boutique*, proporciona atendimento altamente personalizado e pessoal. Um dos objetivos é estar sempre próximo dos clientes, para antecipar questões e trazer soluções. Sendo assim, é missão proporcionar o melhor serviço possível, de forma transparente e mediante ações estritamente lícitas e éticas.

A **Cammarosano Advogados Associados** prima pela transparência nas relações, de modo que o cliente é sempre consultado e informado a respeito das decisões que precisem ser tomadas, ou estratégias a serem traçadas e, por fim, a eficácia e a eficiência na prestação dos serviços, no sentido não apenas de que os resultados desejados pelo cliente sejam alcançados, mas também que isso se dê de forma, tanto quanto possível, célere e com custos proporcionais à complexidade da demanda.

O escritório, localizado nos Jardins, em São Paulo, está instalado em dois conjuntos comerciais unificados, divididos em sete salas individuais, destinadas à equipe jurídica, além de duas salas de reunião.

Atua em todo o Estado, com ações também em Brasília-DF, sobretudo nos tribunais superiores e outros órgãos (como CNJ), no Rio de Janeiro-RJ, em Vitória-ES, em Cuiabá-MT e em João Pessoa-PB.

Márcio Cammarosano. Bacharel pela USP. Em 1970, ingressou como procurador do Município de Santo André, carreira que percorreu até o ano 2000, quando se aposentou. Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP (1982). Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP (1997). Professor de Direito Administrativo da Graduação e Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da PUC/SP. Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Municipal – IBDM. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Atuante na OAB: Atual Presidente da Comissão de Direito Administrativo do Conselho Federal da OAB; Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Direito Ambiental nas gestões de Rubens Aprobato Machado e Carlos Miguel Aidar – 1998 a 2003. Conselheiro Seccional na gestão Marcos da Costa – 2013-2015, reeleito Conselheiro Seccional – 2016-2018; Presidente da Comissão Especial de Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa da OAB/SP – 2016-2018; Ex-Presidente do Conselho Curador da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP; Representante da OAB/SP na Comissão Examinadora do 172º concurso de ingresso na Magistratura de São Paulo; Representante da OAB na Comissão Examinadora de Concurso Público para Ingresso na Magistratura Federal, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Ex-Tesoureiro da 38ª Subseção da OAB/SP – de Santo André – 1981 a 1982.

Flávia Giorgini Fusco Cammarosano. Advogada, Mestre e Doutoranda em Direito Administrativo pela PUC/SP, é professora de Direito Público na UNIP e Supervisora do Núcleo de Prática Jurídica da UNIP Campus Norte, assistente de coordenação do Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP (COGEAE) e membro efetivo da Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.

Márcio Alexandre Giorgini Fusco Cammarosano. Advogado, Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP e membro efetivo das comissões de Direito Administrativo, Estudos do Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa e Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável, todas da OAB/SP.

Tatiana Giorgini Fusco Cammarosano. Advogada e graduada em Farmácia pela PUC/Campinas.

Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli. Advogada, Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP, Professora Assistente no Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP (COGEAE) e membro efetivo da Comissão de Estudos do Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa da OAB/SP.

Wassila Caleiro Abbud. Advogada, Mestre e Doutoranda em Direito Administrativo pela PUC/SP e membro efetivo da Comissão de Estudos do Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa da OAB/SP.

Felipe Cecilio Filizola. Advogado, especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP (COGEAE).

Alexandre Henrique Moretti Cammarosano Kopczynski. Advogado, especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, cursando especialização em Direito Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito, e membro efetivo da Comissão de Estudos do Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa da OAB/SP.

Cammarosano Advogados Associados

In 2018, **Cammarosano Advogados Associados** completes 15 years of activities. **Mr. Márcio Cammarosano** founded the law firm with ethics, commitment and passion to profession after 30 years practicing public law and teaching at PUC/SP.

In 2017, due to his works and notability in the legal class, **Cammarosano Advogados Associados** was awarded the *Quality Brasil* prize in the category “Law Firm”.

One of Cammarosano’s aspects is stability in its work. From its foundation, work is aimed at advisory and legal operation in public law, especially in terms of Constitutional Law, Administrative Law, Urban Law, and Environmental Law.

Especially in Administrative Law, the most important matters of the firm are Misconduct in Public Office, Bids and Administrative Contracts, Concessions, PPPs, Anti-Corruption Law (liability of legal entities), Expropriations, Public Civil Action, Popular Action, Collective Actions, individual and collective Writs of Mandamus, civil servants, administrative disciplinary proceedings.

In terms of Civil Law, there’s considerable performance in actions of Civil Liability, especially in business. The firm also works in the following law fields: Criminal, Tax, Business, Electoral, Civil in general terms, and Labor in joint venture with other partner firms.

Above all, the company’s values are Professional Ethics, both in the lawyer-client relationship as well as in lawyer-lawyer and lawyer-public servants relationships, and Legality in their actions.

The team develops academic activities and in committees of OAB/SP. Because it is a boutique law firm, it provides highly customized and personal service. One of its objectives is to always be close to clients, in order to anticipate issues and get solutions. Thus, its mission is to provide the best service possible, in a clear way and taking strictly licit and ethic actions into account.

Cammarosano Advogados Associados excels at transparency in relationships, so that the client is always consulted and informed about the decisions that need to be made, or strategies to be drawn up, and, finally, the effectiveness and efficiency in the provision of services, not only to achieve the results desired by the client, but also for this to happen as fast as possible, with costs commensurate with the complexity of the dispute.

The firm, located in the district of Jardins, in São Paulo, is installed in two unified commercial complexes, divided into seven individual rooms for the legal team and two meeting rooms.

It operates throughout the state with actions also in Brasília-DF, especially in higher courts and other bodies, such as CNJ, in Rio de Janeiro-RJ, Vitória-ES, Cuiabá-MT and João Pessoa-PB.

Márcio Cammarosano. Bachelor from USP. In 1970, he started as Attorney for the municipality of Santo Andre, a career he performed until 2000, when he retired. Master of Laws from PUC/SP (1982). J.D. of State Law from PUC/SP (1997).

Professor of Administrative Law at the Graduation, Master and Doctor from PUC/SP Law School. Former chairman of Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Former chairman of Instituto Brasileiro de Direito Municipal – IBDM. Coordinator of the Graduation Course in Administrative Law at PUC/SP. Acting at OAB: Current Chairman of the Administrative Law Commission of the Federal Council of OAB; Sectional Director and Chairman of the Commission on Environmental Law in the management of Rubens Aprobato Machado and Carlos Miguel Aidar – 1998-2003. Sectional Director in the Marcos da Costa management – 2013-2015, reelected Sectional Director – 2016-2018; Chairman of the Anti-Corruption and Misconduct in Public Special Commission of OAB/SP – 2016-2018; Former Chairman of the Curator Council of Escola Superior de Advocacia of OAB/SP; Representative of OAB/SP in the Examining Committee of the 172th exam to enter the Bench in São Paulo; OAB Representative at the Examining Committee for Public Exams to enter the Federal Bench by the Federal Regional Court of the 3rd region; Former Treasurer of the 38th Sub-chapter Santo Andre of OAB/SP – 1981-1982.

Flávia Giorgini Fusco Cammarosano. Lawyer, Master and Candidate to a Doctorate Degree in Administrative Law at PUC/SP, professor of Public Law at UNIP and Supervisor at the Legal Practice Center at UNIP Campus Norte; Assistant coordinator of the Graduation Course in Administrative Law at PUC/SP (COGEAE) and tenured member of the Administrative Law Commission of OAB/SP.

Márcio Alexandre Giorgini Fusco Cammarosano. Lawyer, Master of Administrative Law from PUC/SP and tenured member of the commissions of Administrative Law, Studies on Anti-Corruption and Misconduct in Office, and Infrastructure, Logistics and Sustainable Development, all at OAB/SP.

Tatiana Giorgini Fusco Cammarosano. Lawyer and graduated in Pharmacy from PUC/Campinas.

Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli. Lawyer, Master of Constitutional Law from PUC/SP, Assistant Professor of the Graduation Course in Administrative Law of PUC/SP (COGEAE) and tenured member of the Studies on Anti-Corruption and Misconduct in Office Committee of OAB/SP.

Wassila Caleiro Abbud. Lawyer, Master and Candidate to a Doctorate degree in Administrative Law at PUC/SP and tenured member of the Studies on Anti-Corruption and Misconduct in Office Committee.

Felipe Cecilio Filizola. Lawyer, graduate certificate in Civil Procedural Law from PUC/SP (COGEAE).

Alexandre Henrique Moretti Cammarosano Kopczynski. Lawyer, graduate certificate in Civil Procedural Law from the São Bernardo do Campo Law School, taking graduate studies in Constitutional and Administrative Law at Escola Paulista de Direito, and tenured member of the Studies on Anti-Corruption and Misconduct in Office Committee of OAB/SP.



Caodaglio & Associados

Diante da cada vez mais complexa gama de informação disponível, tendo o mundo se transformado em uma imensa rede conectada e que transmite dados e cenários em milésimos de segundos, as relações jurídicas se converteram em território minado, cuja exploração requer cuidado constante e olhar minucioso.

Exatamente em razão da cada vez maior complexidade dessas relações, surge como imprescindível a simplicidade na orientação e esclarecimentos jurídicos necessários ao dia a dia dos clientes, resultando em diálogos com conteúdo denso, mas de extrema compreensibilidade.

(esq»dir)

Dra. Ana Paula Caodaglio, Dra. Fernanda dos Reis

Caodaglio & Associados

“Que ninguém se engane, só se consegue a simplicidade através de muito trabalho.”

CLARICE LISPECTOR

Hodiernamente, o Direito está intrinsecamente relacionado com o core business da empresa, devendo estar o jurídico apto a apresentar soluções factíveis, éticas e potencialmente desenvolvedoras da própria atividade econômica de seus clientes.

Com experiência de mais de duas décadas, o escritório **Caodaglio & Associados** tem como missão traduzir o Direito, incorporando-o como ferramenta diária de impulso e preservação do interesse de seus clientes, com ênfase na ética e na constante inovação, o escritório busca a clareza e a lógica como fundamentos de sua atuação profissional.

Consciente de que não subsistem mais na rotina empresarial as soluções prontas, o escritório desenvolve seu trabalho em harmonia com o DNA de cada cliente, promovendo a interface entre os diversos ramos do Direito e as necessidades concretas da realidade empresarial, atuação que evita a informação assimétrica, e torna factível a tomada de decisões estratégicas, propiciando a convergência de ações que programem a estratégia escolhida.

Para essa monumental tarefa, o escritório **Caodaglio & Associados** conta não só com uma equipe composta de advogados experientes, mas também com profissionais capacitados em gestão de pessoas, focados no desenvolvimento da cultura interna de seus clientes, tornando o *compliance* e as boas práticas de governança em uma decorrência lógica das rotinas de trabalho.

Apto a enfrentar o desafio das mídias e exposições online atuais, o escritório **Caodaglio & Associados** conta com uma equipe para gestão de riscos, preparada para o diagnósticos de potenciais problemas, assim como com profissionais formados em comunicação e jornalismo, para antecipação das soluções adequadas a cada situação vivenciada pela empresa e por seus gestores.

Com foco no Direito Empresarial e nas relações decorrentes de Contratos Públicos, os advogados da **Caodaglio & Associados** desenvolvem, com visão multidisciplinar e com interface para o negócio do empresário, atuações nas áreas de:

- Governança Corporativa e *Compliance*
- Relações do Trabalho e Direito Sindical – *Compliance* Trabalhista
- Concessões & Contratos Públicos
- Terceiro Setor
- Direito Público Ambiental
- Direito Penal Econômico e Criminal Empresarial

SÓCIAS FUNDADORAS

Ana Paula Balhes Caodaglio. Advogada graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, 27ª Turma, LLM em Direito Empresarial pelo CEU-IICS (2016-2017), foi membro da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP – Subseção São Bernardo do Campo, com especialização pela Escola Superior de Advocacia de São Paulo – ESA em Direito Empresarial, Fusões e Aquisições e Terceiro Setor, participante do Fórum Brasileiro do Controle da Administração Pública (2011), e do Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (2013).

Fernanda dos Reis. Contabilista, advogada graduada pela Universidade Mogi das Cruzes em 1995, Pós-graduanda em Processo Civil pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Auditora Trabalhista formada pela CENOFISCO e Perita Judicial Ambiental certificada pela Globo Verde Ambiental, participante do Fórum Brasileiro do Controle da Administração Pública (2011), e do Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública (2013).

Before an increasingly complex range of informations available, considering the world changing into a huge connected network, transmitting data and scenarios in milliseconds, legal relationships are converting into explosion fields, whose exploration requires ongoing and careful planning.

Due to the increasing complexity of such relationships, simplicity in legal advices and clarifications necessary for clients' daily routine is emerging as something indispensable, resulting in dense content discussion – but extremely understandable.

Currently, Law is intrinsically related to the company's core business, so that the legal area must be apt to present feasible and ethical solutions, potentially developing their clients' economic activity.

With over two decades expertise, **Caodaglio & Associados** aims at translating Law, incorporating it as a daily tool to both promote and preserve their clients' interests, and by focusing on ethics and constant innovation, the law firm intends to seek clarity and logic as foundations of their professional work.

Aware of the fact that there are no longer ready solutions in business routine, the law firm performs its work in harmony with each client's DNA, promoting the interface between the many fields of Law and the concrete needs of business reality, an approach that prevents asymmetric information and makes strategic decision-making feasible, therefore providing the convergence of actions that program the selected strategy.

In order to perform such herculean task, law firm **Caodaglio & Associados** not only relies on a team formed of skilled lawyers, but also on professionals capable of managing people, focusing on the development of their clients internal culture, turning compliance and good practices of governance into a logic consequence of work routine.

Capable of facing current challenges in media and online

exposure, **Caodaglio & Associados** counts on a team prepared to manage risks, ready to diagnose potential problems, as well as communication and journalism professionals, in order to anticipate suitable solutions to every situation experienced by the company and their managers.

Focusing on Business Law and relationships deriving from Public Contracts, using a multidisciplinary view interfacing with businessman's plans, **Caodaglio & Associados** lawyers act in the following fields:

- Corporative Governance & Compliance
- Labor relations & Union Law – Labor Compliance
- Concessions & Public Contracts
- Third sector
- Environmental Public Law
- Economic & Business Criminal Law

FOUNDING PARTNERS

Ana Paula Balhes Caodaglio. Lawyer graduated from São Bernardo do Campo Law School, 27th class, LLM in Business Law from CEU-IICS (2016-2017); she has acted as a member of the Prerogative Committee of OAB/SP – Sub-chapter São Bernardo do Campo, specializing certificate from Escola Superior de Advocacia de São Paulo – ESA in Business Law, Mergers & Acquisitions and Third Sector, having attended the Brazilian Forum of Government Control (2011), and the Brazilian Forum of Public Contracts and Management (2013).

Fernanda dos Reis. Accountant, graduated in Law from Universidade Mogi das Cruzes in 1995, graduate student in Civil Procedure from São Bernardo do Campo Law School, Labor Auditor graduated from CENOFISCO and Environmental Legal Expert certified by Globo Verde Ambiental, having attended the Brazilian Forum of Government Control (2011), and the Brazilian Forum of Public Contract and Management(2013).



Castelo Branco Advogados Associados

Fundado na década de 1960, pelo advogado **Tales Castelo Branco**, o Escritório **Castelo Branco Advogados Associados** sempre manteve intensa e ininterrupta atividade na prestação de serviços de elevado padrão em advocacia criminal.

Como resultado de dedicado trabalho, desfruta de sólida reputação e credibilidade, não só entre os clientes, mas também no setor em que atua. Tem sido reiteradamente destacado pelas mais respeitadas publicações especializadas, figurando, há vários anos, entre os escritórios de advocacia mais admirados do Brasil.

Tales Castelo Branco é reconhecido nacionalmente em razão da defesa exitosa e intransigente de seus clientes, mesmo nos momentos mais agudos da ditadura militar. Como Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, contribuiu decisivamente para o aperfeiçoamento da Advocacia, tendo sido agraciado, em 2015, com a mais alta honraria do judiciário paulista: o Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A partir do início da década de 1990, com o advento de novas leis voltadas ao combate dos crimes econômicos, o Escritório **Castelo Branco Advogados Associados** especializou-se, também, na defesa de empresas, seus sócios e administradores, contando com a importante contribuição do sócio **Fernando Castelo Branco**, indicado como um dos advogados especializados mais admirados do país. Professor Regente de Direito Processual Penal da PUC/SP, Coordenador da Pós-Graduação em Direito Penal Econômico do IDP-SP e autor do livro *A pessoa jurídica no processo penal* (Saraiva), dentre outras obras.

Em pé (esq>dir)

**Dra. Fernanda de Almeida Carneiro, Dr. Fernando Castelo Branco,
Dr. Raphael Debes Chan Spinola Costa, Dr. Sérgio Lopes Guimarães de Carvalho Bessa**

Sentados (esq>dir)

**Dr. Frederico Crissúma de Figueiredo, Dr. Tales Castelo Branco,
Dr. Gustavo Neves Forte**

Castelo Branco Advogados Associados

O Escritório atua tanto na área contenciosa, no acompanhamento de inquéritos policiais, ações penais, recursos e ações impugnativas, quanto na área consultiva, com a elaboração de estudos técnicos, pareceres, opiniões jurídicas e programas de compliance.

Castelo Branco Advogados Associados é composto por sócios e advogados altamente especializados em questões penais, notabilizando-se pelo atendimento de empresas nacionais e multinacionais, em questões relativas a crimes tributários, financeiros, concorrenciais, previdenciários, ambientais, eleitorais e correlatos, em inúmeras ações de repercussão nacional. Com a mesma dedicação, **Castelo Branco Advogados Associados** defende os interesses de particulares e autoridades públicas nas diversas esferas penais, com marcante atuação perante Comissões Parlamentares de Inquérito e o Tribunal do Júri.

O escritório atua tanto na área contenciosa, no acompanhamento de inquéritos policiais, ações penais, recursos e ações impugnativas, quanto na área consultiva, com a elaboração de estudos técnicos, pareceres, opiniões jurídicas e programas de *compliance*.

A equipe baseia sua atuação nas seguintes premissas: excelência nos serviços profissionais prestados; ética, lealdade e transparência na condução de casos sob seus cuidados; atendimento personalizado; discrição e respeito ao sigilo profissional; respeito às normas brasileiras e estrangeiras que regulam as boas práticas de atuação profissional junto a órgãos públicos e privados e permanente atualização profissional e acadêmica.

O escritório está localizado na Vila Madalena, na Capital do Estado de São Paulo. Possui ampla e moderna infraestrutura, com mobiliário projetado pelo arquiteto Carlos Motta, contando com biblioteca completa e atualizada, seis salas de reunião, jardim, 12 vagas de garagem, sala de estudos, arquivo, além das salas reservadas aos advogados, estagiários e equipe administrativa.

Tales Castelo Branco. Foi presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (2004-2006); vice-presidente nacional da OAB (1990-1991); Conselheiro Federal da OAB (1988-1989 e 1990-1991); professor de Direito Penal e Processual Penal da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP (1998-2000); autor dos livros *Da prisão em Flagrante e Teoria e Prática dos Recursos Criminais*, publicados pela editora Saraiva.

Fernando Castelo Branco. É professor de Direito Processual Penal e mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor do programa de educação continuada e especialização em Direito GVlaw da Fundação Getúlio Vargas; Coordenador da Pós-Graduação em Direito Penal Econômico do Instituto de Direito Público de São Paulo – IDP-SP; Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (desde 2009); Conselheiro Estadual da OAB/SP (1998-2000; 2001-2003; 2012-2015; 2016-2018); presidente da Comissão de Seleção e Inscrição da OAB/SP (2001-2003; 2012-2015; 2016-2018); autor do livro *A pessoa jurídica no processo penal* (Saraiva).

Frederico Crissiúma de Figueiredo. É professor assistente de Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Conselheiro Seccional, integrante da 4ª Câmara Recursal do Conselho Seccional e do Conselho de Prerrogativas, e Vice-Presidente da Comissão de Seleção e Inscrição, todos da OAB/SP (2013-2015; 2016-2018).

Gustavo Neves Forte. Mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor de Direito Penal e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Penal Econômico do Instituto de Direito Público de São Paulo – IDP-SP, foi membro da Comissão de Seleção e Inscrição e membro Colaborador da 4ª Câmara Recursal da OAB/SP (2013-2015).

Fernanda de Almeida Carneiro, pós-graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Coordenadora do Comitê Penal do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (desde 2015); membro da Comissão de Seleção e Inscrição e membro colaborador da 4ª Câmara Recursal da OAB/SP (2013-2015; 2016-2018).

Founded in the 1960s by attorney **Tales Castelo Branco, Castelo Branco Advogados Associados** has always kept intense and uninterrupted activity in providing high standard services in criminal law.

As a result of dedicated work, it enjoys solid reputation and credibility, not only among clients but also in the industry in which it operates. It has been repeatedly highlighted by the most respected specialized publications, appearing for several years among the most admired law firms in Brazil.

Tales Castelo Branco is recognized nationally because of the successful and uncompromising defense of its clients, even in the most acute moments of the military dictatorship. As Vice-President of the Federal Council of Ordem dos Advogados do Brasil and President of Instituto dos Advogados de São Paulo, he decisively contributed to the improvement of the Law, having been awarded in 2015 with the highest honor of the São Paulo judiciary: Judicial Merit of the Court of Justice of the State of São Paulo.

From the beginning of the 1990s, with the coming of new laws aimed at combating economic crimes, **Castelo Branco Advogados Associados** also became specialized in the defense of companies, their partners and managers, counting on the important contribution of partner Fernando Castelo Branco, indicated as one of the most admired specialized lawyers in the country, Head Professor of Criminal Procedural Law at PUC/SP, Coordinator of the Postgraduate course in Economic Criminal Law at IDP-SP and author of the book ‘A pessoa jurídica no processo penal’ (Saraiva), among other works.

Castelo Branco Advogados Associados is formed by partners and lawyers highly specialized in criminal matters, notably for serving national and multinational companies in matters related to tax, financial, competition, social security, environmental, electoral, and related crimes in numerous actions of national repercussion. With the same dedication, **Castelo Branco Advogados Associados** defends the interests of private individuals and public authorities in different criminal areas, with outstanding performance before Parliamentary Committees of Inquiry and the Jury.

The firm works in litigation, in monitoring police investigations, criminal actions, appeals, as well as in the advisory area, preparing technical studies, legal opinions and compliance programs.

The team bases its work on the following premises: excellence in professional services rendered; ethics, loyalty and transparency in conducting cases under their care; personalized service; discretion and respect for professional secrecy; respect to the Brazilian and foreign norms that regulate the good practices of professional action with public and private agencies and permanent professional and academic update.

The firm is located in Vila Madalena, in the Capital of the State of São Paulo. It has a large and modern infrastructure, with furniture designed by architect Carlos Motta, a complete and updated library, six meeting rooms, garden, 12 parking spaces, study room, archive, besides the rooms reserved for lawyers, trainees and administrative staff.

Tales Castelo Branco. Former chairman of Instituto dos Advogados de São Paulo (2004-2006); national VP of OAB (1990-1991); Federal Director of OAB (1988-1989 and 1990-1991); professor of Criminal Law and Criminal Procedure at Escola Superior de Advocacia of OAB/SP (1998-2000); author of the books: *Da prisão em Flagrante* and *Teoria e Prática dos Recursos Criminais*, by Saraiva publisher.

Fernando Castelo Branco. Professor of Criminal Procedural Law and Master in Criminal Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor at the continuing education and specialization program in Law at GVlaw of Fundação Getúlio Vargas; Coordinator at the Postgraduate course in Economic Criminal Law at Instituto de Direito Público de São Paulo – IDP-SP; Director at Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (since 2009); State Director at OAB/SP (1998-2000; 2001-2003; 2012-2015; 2016-2018); chairman of the Selection Commission of OAB/SP (2001-2003; 2012-2015; 2016-2018); author of the book *A pessoa jurídica no processo penal* (Saraiva).

Frederico Crissiúma de Figueiredo. Assistant professor in Criminal Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Chapter Director, member of the 4th Appeal chamber of the Chapter Council and of the Prerogatives Council, and VP of the Selection and Enrollment Commission, all of OAB/SP (2013-2015; 2016-2018).

Gustavo Neves Forte. Master of Criminal Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor of Criminal Law and Coordinator at the postgraduate course in Economic Criminal Law of Instituto de Direito Público de São Paulo – IDP-SP; former member of the Selection and Enrollment Commission and Collaborating Member of the 4th Appeal Chamber of OAB/SP (2013-2015).

Fernanda de Almeida Carneiro. Postgraduate certificate in Business Administration from Fundação Getúlio Vargas; Coordinator of the Criminal Committee of Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (since 2015); Member of the Selection and Enrollment Commission and Collaborating member of the 4th Appeal Chamber of OAB/SP (2013-2015; 2016-2018).



Chaves Alves e Salomi Sociedade de Advogados

Da união de duas jovens advogadas, **Marina Chaves Alves** e **Maira Beauchamp Salomi**, nasceu em 2015 a **Chaves Alves & Salomi Advogados**: uma pequena *boutique* especializada em Direito Penal com atuação na advocacia contenciosa e consultiva.

De um forte laço de amizade construído ao longo de anos e de um respeito e admiração recíprocos foi criado um escritório criminal de excelência, pautado em valores de transparência, comprometimento, dedicação e pontualidade.

As sócias estudaram juntas no colégio, durante a infância, e se reencontraram na faculdade, realizando o mesmo estágio na área penal. Seguiram a mesma trajetória profissional, sempre com forte compromisso com o aprendizado constante e imensa paixão pelas causas criminais. Tiveram a mesma escola profissional e pessoal, que as conduziu por um caminho de evolução crescente e de grandes conquistas.

(esq»dir)

Dra. Marina Chaves Alves, Dra. Maira Beauchamp Salomi

Chaves Alves e Salomi Sociedade de Advogados

O escritório destaca-se pela excelência na prestação de seus serviços, pontualidade em seus compromissos, transparência na relação com o cliente. Conta com uma equipe de advogados graduados nas melhores faculdades do país, com sólida formação e constante atualização de seus conhecimentos.

Separaram-se quando Máira tornou-se sócia de Márcio Thomaz Bastos, dando continuidade às parcerias profissionais em causas complexas que demandavam a atuação de mais de um escritório. Com o triste falecimento desse grande criminalista, surgiu a oportunidade de unir forças, conhecimento, dedicação e experiência para a criação de um escritório diferenciado. A junção da experiência e *expertise* dos clássicos criminalistas e a ousadia, esperança e modernidade dos jovens.

O escritório atende pessoas físicas e jurídicas em todas as áreas da advocacia criminal, contenciosa e consultiva, tanto na defesa quanto na assistência à acusação, dentre elas: crimes contra o sistema financeiro e mercado de capitais; crimes contra a ordem tributária; crimes de lavagem de dinheiro; crimes de licitação; crimes concorrenciais; crimes contra a Administração Pública; crimes contra o sistema previdenciário; crimes contra a organização do trabalho; crimes eletrônicos; crimes contra a vida; crimes contra a liberdade individual; crimes contra o patrimônio; crimes contra a propriedade intelectual; crimes contra a liberdade sexual; crimes contra a fé pública; crimes falimentares; crimes de trânsito; crimes definidos na Lei de Tóxicos; crimes contra o consumidor; crimes contra a honra; crimes eleitorais; crimes no âmbito da Lei Maria da Penha; Execuções Penais, controle de corrupção (*compliance*); extradição e cooperação internacional em causas criminais; acordos de colaboração, *due diligence* em fusões e aquisições, acordos de leniência entre outros.

O atendimento aos clientes ocorre de maneira exclusiva e artesanal. O perfil do escritório permite que todas as causas sejam cuidadas por ao menos uma das sócias fundadoras. A equipe de advogados foi criteriosamente selecionada. Todas as estratégias processuais são previamente discutidas e refletidas pela equipe, de modo que, para cada caso, as melhores soluções são apresentadas. Os clientes são acompanhados em todas as fases do processo.

O escritório destaca-se pela excelência na prestação de seus serviços, pontualidade em seus compromissos e transparência na relação com o cliente. Conta com uma equipe de advogados graduados nas melhores faculdades do país, com sólida formação e constante atualização de seus conhecimentos.

O trabalho desenvolvido é resultado de frequentes discussões internas, que levam o debate de cada causa à exaustão, resultando em soluções cuidadosamente refletidas, com base na mais abalizada doutrina penal e processual penal, nacional e estrangeira, bem como na jurisprudência atual dos tribunais pátrios.

A **Chaves Alves & Salomi Advogados** presta atendimento nacional e também em outros países e está localizada no bairro Jardins, em São Paulo. O escritório consta do *Anuário Análise Advocacia 500 – 2016* entre os 500 mais admirados do Brasil.

Marina Chaves Alves. Formada em Direito pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra. Integra a Comissão de Direito Penal Econômico da OAB/SP e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Idiomas: português e inglês. Foi sócia no escritório Ráo, Pires e Chaves Alves, onde trabalhou por dez anos em grandes casos criminais e adquiriu a experiência necessária para assumir qualquer defesa penal.

Maíra Beauchamp Salomi. Em 2007 graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especializou-se em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra. Formou-se Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo em 2012. Integra o Instituto de Defesa do Direito de Defesa e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Idiomas: português, inglês e italiano. No início de sua carreira foi sócia do escritório Ráo, Cavalcanti e Pacheco Advogados e, posteriormente, acompanhou os últimos anos da trajetória do saudoso criminalista Márcio Thomaz Bastos como sua única sócia. Com ele, aprofundou seus conhecimentos na área penal, adquirindo maior experiência em grandes causas criminais e aprimorando suas técnicas profissionais.

In 2015, **Chaves Alves & Salomi Advogados** was born from the union of lawyers **Marina Chaves Alves** e **Maíra Beauchamp Salomi**, a small boutique firm specialized in Criminal Law, performing both litigation and advisory service.

From a strong friendship bond built throughout the years, and reciprocal respect and admiration, the excellence law firm was formed founded on candor, commitment, dedication, and punctuality.

Both the partners studied together in school, during their childhood, and met each other again in college while in the same internship in the criminal area. They have both followed the same professional path, always with strong commitment and great passion for criminal causes. They had the same professional and personal basis, which led them through a path of increasing evolution and great accomplishments.

They got separated when Máira became partner of Márcio Thomaz Bastos, following professional partnerships in complex causes that required the operation of another firm. With the unfortunate death of this great criminalist, the opportunity came up to unite strengths, expertise, dedication, and knowledge to open a differentiated law firm. The union of experience and expertise of classic criminalists with the boldness, hope, and modernity of the young ones.

The firm serves both individuals and legal entities in all the fields of litigation and advisory criminal law, both in the defense and in assistance to public prosecution, among them crimes against the financial system and securities market; crimes against the tax system; money laundering; bidding crimes; competition crimes; crimes against the government; crimes against the social security system; crimes against the labor organization; cyber crimes; crimes against the environment; crimes against life such as murder and involuntary manslaughter; crimes against individual freedom; crimes against property; crimes against intellectual property; sexual offense; forgery; bankruptcy crimes; traffic crimes; crimes defined in the Drugs Act; crimes against the consumer; crimes against honor; electoral crimes; crimes in the scope of “Lei Maria da Penha” (domestic violence); Executions of the sentence; compliance (corruption control); extradition and international cooperation in criminal cases; plea bargains; due diligences in the M&A process, leniency agreements and others.

Customer service is provided on a unique and personalized

way. The firm profile allows every cause to be taken care of by at least one of the partners. The lawyers team has been carefully selected. All procedural strategies are previously discussed and reflected by the team, so that the best solutions are submitted for each case. Clients are tracked in every stage of the process.

The firm stands out for its excellence in service, punctuality in its commitments, transparency in the relationship with clients. They count on a team of lawyers graduated from the best universities of Brazil, with solid education and constant update of their knowledge.

The work developed is the result of frequent internal discussions that lead the debate of each cause to exhaustion, thus resulting in carefully thought solutions, based on the most established criminal and procedural jurists opinion, both national and international, as well as current jurisprudence of the Brazilian courts.

Chaves Alves & Salomi Advogados renders service both in Brazil and abroad, and is located in the district of Jardins in São Paulo. They rank among the 500 most admired firms of Brazil in *Anuário Análise Advocacia 500 – 2016*.

Marina Chaves Alves. Bachelor of Laws from Universidade de São Paulo. Graduate certificate in Economic Criminal Law from Universidade de Coimbra. She is member of the Economic Criminal Committee of OAB/SP and of the Instituto de Defesa do Direito de Defesa. Languages: Portuguese and English. She was a partner at the firm Ráo, Pires e Chaves Alves, where she’s worked for ten years in major criminal cases and acquired the necessary experience to take over any criminal defense.

Maíra Beauchamp Salomi. In 2007, she graduated in Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. She got her Graduate certificate in Economic Criminal Law from Universidade de Coimbra. Became a Master in Criminal Law from Universidade de São Paulo in 2012. She’s a member of Instituto de Defesa do Direito de Defesa and Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Languages: Portuguese, English and Italian. At the beginning of her career, she was a partner of the firm Ráo, Cavalcanti e Pacheco Advogados and, later on, she followed the last years of the path of the late criminalist, Márcio Thomaz Bastos, as his only partner. With him she has deepened her knowledge in the criminal area, getting further experience in major criminal causes and improving her professional techniques.



Chiaparini e Bastos Advogados

Fundado em 1987 por **José Diogo Bastos Neto** e **Marcos Ricardo Chiaparini**, que à época já reuniam experiência profissional no âmbito do Direito Empresarial, o escritório paulistano organiza-se em torno da concepção da advocacia como um trabalho artesanal, em que a proximidade e o conhecimento mútuo entre advogado e cliente e a consequente relação de confiança desenvolvida são as premissas para a obtenção dos resultados almejados.

Eleger o atendimento personalizado como método de trabalho significa privilegiar a rápida e descomplicada troca de informações entre advogado e cliente, a agilidade na resolução dos entraves, proporcionando, assim, melhores resultados.

O escritório estende sua atuação por diversas áreas – contratual, securitária, consumidor, societária, responsabilidade civil, família – com especial destaque para as relações jurídicas desenvolvidas no âmbito empresarial.

Na esfera contenciosa a atuação do escritório abrange todas as instâncias, inclusive a advocacia perante os tribunais superiores.

A atuação na área consultiva privilegia a prevenção de litígios e a orientação do cliente na condução e execução de negócios.

A PASSAGEM DOS 25 ANOS

Em 2012 o escritório completou 25 anos de existência. Mais do que a passagem do tempo, a comemoração ocorrida no Museu da Casa Brasileira em São Paulo, em maio de 2013, celebrou o acerto das premissas escolhidas pelos sócios para nortear o exercício da profissão.

(esq»dir)

Dr. Marcos Ricardo Chiaparini, Dr. Leonardo Furtado, Dr. José Diogo Bastos Neto

Chiaparini e Bastos Advogados

A excelência da advocacia artesanal.

EQUIPE

José Diogo Bastos. É especialista em contencioso cível, com foco em Direito Empresarial. Graduado em 1983 pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, obteve o título de especialista em Direito Empresarial em 1985 pela Universidade Mackenzie, em São Paulo. Iniciou a carreira em um pequeno escritório *fullservice* em que a proximidade com o titular proporcionou-lhe a oportunidade de conhecer amplamente o ofício, para em seguida passar por departamentos jurídicos de grandes empresas multinacionais – SOEICOM Indústria de Cimento S.A. (Grupo Champalimaud) e Fio e Cabos Plásticos do Brasil S.A. (Grupo Erickson), no Rio de Janeiro. Transferindo-se para São Paulo, trabalhou no escritório Felsberg e Associados, de onde saiu para a fundação de **Chiaparini e Bastos Advogados**, em 1987.

Foi presidente da AASP – Associação dos Advogados de São Paulo em 2005, dando mostras de que o exercício bem-sucedido da profissão de advogado não impede – antes impulsiona – a luta pelos interesses de toda a categoria dos advogados. Do discurso proferido por ocasião de sua posse são extraídas palavras definidoras de sua concepção de advocacia:

“Estando numa casa de advogados, não posso deixar de recordar meu início de carreira, tendo como memória viva a primeira vez que tive acesso a um processo. Vi, então, que ali se contava uma história real, pessoas de carne e osso expõem suas razões, estabelecendo uma disputa cujo resultado certamente afetaria suas vidas.

Entendi a razão que faz alguns afirmarem que processo tem voz, cheiro e alma. Percebi não só a dimensão da responsabilidade do advogado perante seu cliente, como o alcance social de sua militância, pois sem ela os conflitos não se dissolveriam, obstaculizando a paz social desejada por todos os cidadãos.

Tive certeza, então, que da advocacia não largaria mais, decisão cada

vez mais presente em minha vida, pois a profissão me deu maturidade e autorrespeito. Nela aprendi a ganhar e perder como exercício cotidiano, cheguei mais perto dos sentimentos humanos.”

É nessa linha participativa e combativa que além de atuar nos órgãos de classe, manifesta-se na imprensa especializada, assinando artigos opinativos e discutindo temas da pauta diária.

Certo de que ao advogado, como cidadão, também cabe trabalhar pela coletividade, é conselheiro da APAE-SP.

Marcos Ricardo Chiaparini. É especializado em consultoria empresarial. Formado em 1977 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), reúne em sua experiência profissional passagens pelo escritório Rezende, D’Avila, Hoelz, Felsberg e Saeki, em São Paulo, e pelos jurídicos da Ford Brasil S/A, do Banco Intercontinental S/A e do Brasilinvest S/A Participações e Negócios, antes da fundação do escritório **Chiaparini e Bastos Advogados** em 1987. Participou também do Conselho de Administração de diversas empresas. Foi Professor de Direito Comercial das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Atualmente está focado na consultoria a empreendimentos imobiliários de grande porte, com atenção especial à “sustentabilidade” e projetos ambientais.

Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira. É especializado em contencioso cível. Formado em 2001 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é especialista em Direito Processual Civil pela mesma Universidade, e em Direito Empresarial pela Escola Paulista da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Integra o escritório desde 2000.

Henrique Venturelli. Graduado em 2011 pela Faculdade Damásio de Jesus; pós-graduando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

EXCELLENCE IN CRAFT WORK LAW PRACTICE

Founded in 1987 by José Diogo Bastos Neto and Marcos Ricardo Chiaparini, who at that time already accumulated professional experience in Business Law, the law firm located in São Paulo is organized around the concept of law as a craft work, where closeness and mutual knowledge between lawyer and client and the resulting developed trust are the underlying assumptions to reach desired results.

Electing personalized service as a working method means favoring fast and uncomplicated exchange of information between lawyer and client, agility in solving barriers, thereby providing better results.

The firm extends its activities in various areas – contracts, insurance, consumer, corporate, civil, family – with special emphasis on the legal relationships developed in business.

In litigation, the firm’s operations cover all instances, including law practice in the higher courts.

Work developed in the advisory field focuses on disputes prevention and customer orientation in business conduction and performance.

TURNING 25

In 2012 the firm has completed 25 years of existence. More than only the passing of time, the celebration – which happened at Museu da Casa Brasileira in São Paulo in May 2013 – was around the right choices on assumptions made by the partners to guide the exercise of their profession.

STAFF

José Diogo Bastos. Specializes in civil litigation, focusing on Business Law. Graduated in 1983 from Universidade Estácio de Sá in Rio de Janeiro, he earned the title of specialist in Business Law in 1986 from Universidade Mackenzie, in São Paulo. He started his career in a small full service firm, in which the closeness to the owner provided him the chance to widely learn about this job; afterwards, he would pass through legal departments of large multinational companies – SOEICOM Indústria de Cimento S.A. (Grupo Champalimaud) and Fio e Cabos Plásticos do Brasil S.A. (Grupo Erickson), in Rio de Janeiro. Moving to São Paulo, he worked at Felsberg e Associados, where he left in order to found **Chiaparini e Bastos Advogados**, in 1987.

He was chairman of AASP – Associação dos Advogados de São Paulo in 2005, showing that the successful exercise as a lawyer

doesn’t prevent – rather motivates – the fight for the interests of the entire lawyers’ class. From the speech made when he took office, some defining words can be extracted on his conception of law practice:

“Living in a house of lawyers, I cannot help but recall my early career, and, as a living memory, the first time I had access to a lawsuit. Then I saw that there was a real story told, people of flesh and bone exposing their reasons, settling a dispute whose outcome would certainly affect their lives.

I understood the reason for some to claim a lawsuit has a voice, smell and soul. I realized not only the size of the lawyer’s liability towards his/her client, as well as the social impact of his/her militancy, for without it no conflicts would dissolve, hindering social peace, desired by all citizens.

I knew then that I would never drop law practice, a decision increasingly present in my life because of the maturity and self-respect the profession gave me. With it I’ve learned to win and to lose as a daily exercise, I came closer to human feelings.”

In this participatory and combative line – besides acting at professional agencies – he manifests in the specialized press, signing opinionated articles and discussing topics of daily agenda.

With the certainty that a lawyer, as a citizen, has also to work for the community, he is director of APAE-SP.

Marcos Ricardo Chiaparini. Specializes in Business advisory. Graduated in 1977 from Universidade de São Paulo (USP) Law School, in his professional experience he gathers passages through Rezende, D’Avila, Hoelz, Felsberg e Saeki, in São Paulo, and legal departments of Ford Brasil S/A, Banco Intercontinental S/A and Brasilinvest S/A Participações e Negócios, before founding **Chiaparini e Bastos Advogados** in 1987. He has participated of the Board of Directors of several companies. He was Professor of Commercial Law at Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Currently he focuses on the advisory to large real estate developments, especially on “sustainability” and environmental projects.

Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira. Specializes in civil litigation. Graduated in 2001 from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), he specializes in Civil Procedural Law from the same university and in Business Law from Escola Paulista da Magistratura of the Court of Justice of the State of São Paulo. He integrates the firm since 2000.

Henrique Venturelli. Graduate in 2011 from Faculdade Damásio de Jesus; postgraduate degree in Civil Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Chiarottino e Nicoletti

Em 2017, o escritório **Chiarottino e Nicoletti Advogados** completa 10 anos de atividades. Foi fundado, na cidade de São Paulo, pelos profissionais Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino e Nathalie Ciriadès Chiarottino.

Em 2012, Hélio Nicoletti, que havia sido sênior *partner* em Pinheiro Neto Advogados, por 39 anos, ingressa no escritório, que passa a chamar-se **Chiarottino e Nicoletti Advogados**.

Em 2013, ingressou na sociedade Rodrigo d'Ávila Mariano, também ex-integrante de Pinheiro Neto Advogados por 19 anos, com longa atuação na área contratual, tecnologia e propriedade intelectual. No mesmo ano, as entradas de Marcello Maurício dos Santos e a equipe fiscal em Ribeirão Preto também representaram um grande marco. Sócio-diretor da empresa de auditoria KPMG, onde atuou por 15 anos como consultor tributário, sua chegada reforçou as áreas de assessoria tributária e de contencioso tributário em **Chiarottino e Nicoletti Advogados**.

Em 2015, foi inaugurado o escritório de Ribeirão Preto. O grande reconhecimento aconteceu em 2016, quando **Chiarottino e Nicoletti Advogados** passou a fazer parte da lista dos 500 escritórios mais admirados do Brasil, segundo o renomado *Anuário Análise Advocacia 500*. Ao mesmo tempo, Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino é mencionado entre os advogados mais admirados do setor de Açúcar e Alcool.

(esq=dir)

Dr. Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino, Dr. Hélio Nicoletti



O escritório trabalha no sistema Full Service, com ênfase em Direito Empresarial e forte atuação nas áreas de Direito Ambiental, Arbitragem, Bancário e Financeiro, Contencioso Cível Estratégico, Contratos Comerciais, Mercado de Capitais, Trabalhista e Tributário.

O escritório trabalha no sistema *Full Service*, com ênfase em Direito Empresarial e forte atuação nas áreas de Direito Ambiental, Arbitragem, Bancário e Financeiro, Contencioso Cível Estratégico, Contratos Comerciais, Mercado de Capitais, Trabalhista e Tributário.

O escritório também atua nas áreas de Tecnologia da Informação e Telecomunicações e Mídias. Os principais setores são: Fusões e Aquisições, Recuperação Judicial e Reestruturação direcionada para atender os interesses da parte credora; Agronegócio com ênfase em operações de Açúcar e Alcool; Família e Sucessões para prevenção de demandas internas em grupos econômicos. Recentemente a área do contencioso cível estratégico vem se consolidando com uma atuação de destaque em grandes litígios envolvendo questões não só do direito nacional como também internacional.

Chiarottino e Nicoletti Advogados possui quatro escritórios no Estado de São Paulo. Dois na Capital, no bairro Vila Olímpia; um em Campinas, no bairro Fazenda São Quirino; e outro em Ribeirão Preto, no Jardim América. Como mantém relações com renomados escritórios no exterior e em todas as maiores cidades do Brasil, tem a possibilidade de assessorar clientes com presença e agilidade em todo o território nacional e fora do país.

O escritório está equipado com tecnologia de última geração, contando com servidores redundantes de alta capacidade para garantir a confidencialidade das informações dos clientes e de suas ações.

É primordial para o escritório a conduta ética, moral, íntegra e transparente. A equipe é completamente alinhada e comprometida com esses princípios. Utilizando sempre os mais avançados processos e o mais alto controle de qualidade, a missão é incrementar segurança e proteger valores. Imersos nos objetivos de cada cliente, acreditando na prática do Direito ancorada na inovação e excelência. Padrões internacionais de qualidade, sistemas globais de proteção de informações, de gestão de documentos e processos são algumas das ferramentas que permitiram construir um sólido e notável histórico de soluções inéditas e resultados extraordinários, desenvolvidos por um time de mais de 80 profissionais, em sua maioria bilíngues e pós-graduados em renomadas universidades no Brasil e exterior.

Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino. É sócio fundador do **Chiarottino e Nicoletti Advogados**. Com graduação em Direito iniciada na *Università degli Studi di Torino*, na Itália, e concluída na Faculdade de Direito da PUC/SP. Atuou por 12 anos no prestigiado Pinheiro Neto Advogados. Possui vasta experiência em grandes operações de Direito Societário (com ênfase em Fusões e Aquisições), Mercado de Capitais e Investimentos Estrangeiros. Além disso, atua na Reestruturação de Dívidas, Contratos e Disputas Arbitrais, e em Planejamento Sucessório e Gestão Patrimonial. Ao longo de sua carreira, atuou em mais de 50 negociações relevantes com empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive norte-americanas, britânicas e italianas.

Hélio Nicoletti. Formado em Direito pela PUC/SP. Pós-graduado pela FGV em Administração de Empresas. Foi assessor legal para o Brasil no *The First National Bank of Boston*. Integrou Pinheiro Neto Advogados por 39 anos. Com foco na área de Fusões e Aquisições, coordenou ao longo de sua carreira mais de uma centena de transações empresariais em diferentes setores econômicos. Foi Secretário Geral do *Club de Abogados – Iberoamerica* por mais de 30 anos, Presidente do Comitê de Legislação da Câmara Americana de São Paulo, integrou o Comitê Legal de outras Câmaras de Comércio e atuou como Presidente do Conselho de Câmaras de Comércio Internacionais da Associação Comercial de São Paulo.

Rodrigo d’Avila Mariano. Bacharel em Direito pela PUC/SP (1992), com 25 anos de experiência, atuou por 19 anos no escritório Pinheiro Neto Advogados, do qual foi sócio na área empresarial (2003 a 2009). Presta consultoria jurídica nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (“TIC”), proteção de dados, privacidade e sigilo, licenciamento de software e propriedade intelectual, transferência de tecnologia e direito administrativo regulatório. Especializado também em comércio eletrônico (*e-commerce*) e operações comerciais envolvendo infraestrutura e serviços em TIC, incluindo *outsourcing*, *off-shoring* e contratos globais correlatos. Integrante da Diretoria e Conselho da Associação Brasileira de Direito de Informática – ABDI (2000 a 2009). Membro do Comitê Executivo e Coordenador do Comitê de Comércio Internacional e Investimentos da Câmara Britânica de Comércio e Indústria – Britcham (2005 a 2009).

Marcello Maurício dos Santos. Graduado pelo Centro Universitário de Araraquara (2001), é sócio da área tributária de **Chiarottino e Nicoletti Advogados**. Foi sócio-diretor da empresa de auditoria KPMG, onde atuou por 15 anos como consultor tributário, antes de ingressar no escritório. Possui sólida experiência em assuntos tributários relacionados a Reorganização Societária, Due Diligence, Planejamento Sucessório, Opiniões Legais e Monetização de Créditos Tributários.

In 2017, the firm **Chiarottino e Nicoletti Advogados** celebrates 10 years of their activities. It was founded in the city of São Paulo by Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino and Nathalie Ciriadès Chiarottino.

In 2012, Hélio Nicoletti, who had been a senior partner at Pinheiro Neto Advogados for 39 years, joins the firm, which is now called **Chiarottino e Nicoletti Advogados**.

In 2013, Rodrigo d’Avila Mariano joins the firm, also a former member of Pinheiro Neto Advogados for 19 years, with a long line of work in the area of contract, technology and intellectual property. In the same year, Marcello Maurício dos Santos joins the firm and the tax team begins in Ribeirão Preto, which also represented a great milestone. Managing Partner of the audit firm KPMG, where he worked for 15 years as a tax consultant, his arrival reinforced the areas of tax advisory and tax litigation in **Chiarottino e Nicoletti Advogados**.

In 2015, the opening of the Ribeirão Preto office takes place. The great recognition happened in 2016, when **Chiarottino e Nicoletti Advogados** became part of the list of the 500 most admired offices in Brazil, according to the renowned yearbook *Análise Advocacia 500*. At the same time, Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino is mentioned among the most admired lawyers of the Sugar and Alcohol industry.

The firm works in the Full Service system, focusing on Business Law and strong performance in Environmental Law, Arbitration, Banking and Finance, Strategic Civil Litigation, Commercial Contracts, Capital Markets, Labor, and Tax Law.

The firm also operates in the areas of Information Technology, and Telecommunications and Media. The main sectors are: Mergers & Acquisitions, Reorganization and Restructuring aimed at meeting the interests of the creditor; Agribusiness with emphasis on Sugar and Alcohol operations; Family and Succession to prevent internal disputes in economic groups. Recently, the strategic civil litigation area has consolidated with a prominent role in large litigation cases involving not only national issues but also international.

Chiarottino e Nicoletti Advogados has four offices in the State of São Paulo. Two in the capital, in the Vila Olímpia district; one in Campinas, in the neighborhood of Fazenda São Quirino; and another in Ribeirão Preto, in Jardim América. Because of its relationships with renowned law firms abroad and in all major cities in Brazil, the firm offers the possibility to advise clients with presence and agility throughout the national territory and abroad.

The firm is equipped with state-of-the-art technology, with redundant, high-capacity servers to ensure the confidentiality of customer information and actions.

It is essential for the firm to conduct ethical, moral, integrity and transparency. The team is completely aligned and committed to these principles. Always using the most advanced processes and the highest quality control, the mission is to increase security and protect values, immersed in the objectives of each client, believing in the practice of Law anchored in innovation and excellence. International standards of quality, global systems of information

protection, document management and processes are some of the tools that have allowed us to build a solid and remarkable history of unprecedented solutions and extraordinary results, developed by a team of more than 80 professionals, mostly bilingual and holding graduate certificates, in renowned universities in Brazil and abroad.

Leandro Augusto Ramozzi Chiarottino. Founding partner of **Chiarottino e Nicoletti Advogados**. He started his undergraduate course at *Università degli Studi di Torino*, in Italy, and finished it at the Law School of PUC/SP. 12 years’ experience in the prestigious Pinheiro Neto Advogados. He has extensive experience in major Corporate Law operations (with emphasis on Mergers & Acquisitions), Capital Markets, and Foreign Investments. In addition, he works in Debt Restructuring, Arbitration Contracts and Disputes, and in Succession Planning and Asset Management. Throughout his career, he has acted in more than 50 relevant negotiations with Brazilian and foreign companies, including North American, British and Italian companies.

Hélio Nicoletti. Bachelor of Laws from PUC/SP. Graduate certificate from FGV in Business Administration. Two years later, he became legal advisor for Brazil at The First National Bank of Boston. He was a member of Pinheiro Neto Advogados for 39 years. Focusing on the area of Mergers & Acquisitions, he has coordinated over a hundred business transactions in different economic sectors throughout his career. He was Secretary General of the Club of Lawyers – Iberoamerica for more than 30 years, Chairman of the Legislation Committee of the American Chamber of São Paulo, he was a member of the Legal Committee of other Chambers of Commerce and served as Chairman of the Council of International Chambers of Commerce of Associação Comercial de São Paulo.

Rodrigo d’Avila Mariano. Bachelor of Laws from PUC/SP (1992), with over 25 years’ experience, worked for 19 years at the Pinheiro Neto Advogados law firm, where he was a partner in the business area (2003-2009). He provides legal advisory in Information Technology and Communication (ICT), data protection, privacy and confidentiality, software and intellectual property licensing, technology transfer and regulatory administrative law. Specialized in e-commerce and commercial operations involving infrastructure and ICT services, including outsourcing, off-shoring and related global contracts. Member of the C-Suite and Board of the Brazilian Association of Computer Law – ABDI (2000-2009). Member of the Executive Committee and Coordinator of the International Trade and Investment Committee of the British Chamber of Commerce and Industry – Britcham (2005-2009).

Marcello Maurício dos Santos. Graduated from Centro Universitário de Araraquara (2001), partner of the tax area of **Chiarottino e Nicoletti Advogados**. He was managing director of the audit firm KPMG, where he worked for 15 years as tax consultant before joining the law firm. He has ample experience in tax issues related to Reorganization, Due Diligence, Succession Planning, Legal Opinions, and Monetization of Tax Credits.

Chiarottino e Nicoletti

Choaib, Paiva e Justo Advogados Associados

O ano de 2017 é especial para o escritório **Choaib, Paiva e Justo Advogados Associados**. O escritório, fundado pelos sócios **Samir Choaib, Marcos Ferraz de Paiva e Roberto Justo**, completou, em fevereiro, 25 anos.

Pela própria formação, o foco do escritório sempre foi o atendimento especializado full service no direito empresarial-tributário, abrangendo as áreas consultiva e contenciosa tributária – judicial e administrativa, planejamento tributário, revisão e regularização fiscal, entre outros.

O **Choaib, Paiva e Justo Advogados Associados** é pioneiro em serviços focados no atendimento de clientes *private banking*. Nesse segmento, atua com planejamento fiscal, assessoria tributária nacional, planejamento e apoio à implantação de investimentos no Brasil e no exterior, bem como consultoria e análise da legislação bancária, fiscal e cambial, elaboração e/ou revisão de declaração de capitais brasileiros no exterior junto ao Banco Central, reformulação de processos de internacionalização de empresas, assessoria para capitalização, remessa de lucros e dividendos, e repatriação de capital de pessoas físicas e jurídicas.

Além disso, o escritório também atua fortemente com: Direito de Família, elaborando e implantando planejamentos sucessórios familiares, testamentos, inventários e divórcios; Direito Societário especializado, com foco no atendimento do dia a dia das empresas, reorganizações societárias e implantação de governanças corporativas; bem com Direito Imobiliário, prestando assessoria em operações estruturadas, compra e venda de imóveis, dentre outros. Todas as áreas são integradas com os Contenciosos estratégicos, atendendo empresas de médio e grande porte, pessoas físicas e instituições financeiras.

Egressos de *big four* e instituições financeiras, os sócios fundadores adquiriram grande experiência nos diversos setores do Direito Tributário, passando a formar e reunir, desde a fundação do escritório, profissionais altamente qualificados e comprometidos com a cultura e valores que regem os negócios, como preceitos de qualidade dos serviços prestados, compromisso com os clientes, atendimento pessoal e personalizado, agregado a conhecimento profundo das áreas do direito.

Sentados (esq»dir)

Dr. Roberto Justo, Dr. Marcos Paiva, Dr. Samir Choaib

Em pé (esq»dir)

Dra. Sonia Rodrigues, Dr. Alan Gai, Dra. Vanessa Ramos, Dr. Rodrigo Massud

O Choib, Paiva e Justo Advogados Associados foi o primeiro escritório a estruturar e apresentar uma série de palestras para brasileiros residentes nos EUA, em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos da Flórida (BACCF).

O escritório cresceu e se firmou no nicho “boutique jurídica”, sempre primando pela pessoalidade e personalização, com equipes e departamentos enxutos que, hoje, somam em torno de 50 colaboradores, entre advogados e consultores. Atualmente o **Choib, Paiva e Justo Advogados Associados** tem seu trabalho consolidado e bem posicionado no mercado, com escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como acordo operacional com escritório de advocacia sediado em Miami (EUA), tendo recentemente promovido quatro novos sócios com o objetivo de dar continuidade e perpetuação ao negócio.

O atendimento aos clientes, de todo o país, conta sempre com o envolvimento pessoal dos sócios de cada área, de modo que todos estejam sempre bem informados e atualizados sobre o andamento dos trabalhos.

O **Choib, Paiva e Justo Advogados Associados** foi o primeiro escritório a estruturar e apresentar uma série de palestras para brasileiros residentes nos EUA, em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos da Flórida (BACCF).

Samir Choib. Sócio fundador do escritório – é responsável pelas áreas de planejamento sucessório e tributário, com ênfase em imposto de renda de pessoas físicas no Brasil e Exterior. Atuou na área fiscal da PricewaterhouseCoopers como consultor nas áreas tributária e empresarial e como especialista de planejamento tributário e societário, impostos indiretos e imposto de renda de pessoa física. Samir Choib é o atual Chairman da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos da Flórida (BACCF), em São Paulo. Advogado e economista formado pela Universidade Mackenzie, possui pós-graduação em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Marcos Ferraz Paiva. Sócio fundador do escritório – é responsável pelas áreas societária e de contenciosos tributário e cível. Trabalhou na PricewaterhouseCoopers como consultor tributário, respondendo pelas áreas de planejamento tributário e societário, imposto de renda de pessoa jurídica e impostos indiretos. Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), é professor de Direito Tributário dos cursos de MBA (Master Business Administration) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo.

Roberto Justo. Sócio fundador do escritório – é responsável pelas áreas de planejamento fiscal, financeiro e *banking*. Trabalhou na PricewaterhouseCoopers como consultor, respondendo pelas áreas de planejamento tributário e societário, bem como imposto de renda de pessoa jurídica. Atuou também no Lloyds Bank TSB coordenando a área tributária e no *Private Banking* do banco como consultor legal sênior em planejamento societário, tributário e financeiro. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).

Alan Gai da Silva. Sócio com atuação na Consultoria Tributária do escritório, onde atua desde 1997, tendo participado

de diversos trabalhos de DueDiligence, envolvendo tributos diretos, indiretos, processos da área trabalhista e previdenciária e controles internos. Advogado e contador, possui pós-graduação “lato sensu” em Direito Tributário pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e extensão em Reorganizações Empresariais: aspectos societários e tributários pela Fundação Getúlio Vargas – GVLaw.

Carlos Claudio da Silva Costa Figueira de Mello. Sócio com atuação na área de Planejamento Sucessório de pessoas físicas e grupos de empresas familiares, envolvendo patrimônio no Brasil e/ou exterior. Advogado com pós-graduação “lato sensu” em Direito Privado pela Universidade Gama Filho – UGF, é responsável pelo escritório no Rio de Janeiro.

Rodrigo Giacomeli Nunes Massud. Sócio com atuação na área Contenciosa Tributária, possuindo ampla experiência nos tribunais administrativos, estratégias litigiosas e relações governamentais. Advogado com Mestrado em Direito Tributário pela PUC/SP, possui pós-graduação “lato sensu” em Direito Tributário e em Direito Processual Civil pela PUC/COGEAE/SP. Professor conferencista de processo tributário nos cursos de extensão e especialização do IBET, PUC/COGEAE e PGE-SP.

Sonia Regina Senhorini Rodrigues. Sócia com atuação na área de Consultoria e Planejamento Tributário de pessoas físicas. Advogada e contadora, possui pós-graduação “lato sensu” pelo Insper e é pós-graduada em Direito Tributário Internacional pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).

Vanessa Amadeu Ramos. Sócia com atuação na área Contenciosa Tributária, onde atua desde 1999, período no qual acumulou vasta experiência com ênfase no contencioso judicial e administrativo, consultas, pareceres e DueDiligences. Advogada com pós-graduação “lato sensu” em Direito Administrativo Econômico pela Universidade Mackenzie, é especialista em Processo Tributário pelo Centro de Extensão Universitário – CEU e possui extensões em Contabilidade para advogados pelo IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo, em Estratégias Societárias, Sucessórias e Tributação pela GVLaw/SP e em Teoria Geral do Direito pelo IBET/SP.

The year 2017 is special for **Choib, Paiva e Justo Advogados Associados**. The law firm, founded by partners **Samir Choib, Marcos Ferraz de Paiva** and **Roberto Justo** celebrated its 25th anniversary in February.

From its own formation, their focus has always been specialized service in tax-business law, including the advisory and litigation areas – involving tax advisory and litigation areas, legal and administrative, tax planning, fiscal review and regularizing, among others.

Choib, Paiva e Justo Advogados Associados pioneered in services focused for private banking customers. Within this segment, they operate in tax planning, national tax assistance, planning and support to implement investments both in Brazil and abroad, as well as consultancy and analysis of banking legislation, taxes and exchange rates, drafting and/or review of Brazilian capital abroad before the Central Bank, reformulation of companies internationalization processes, advice for capitalization, remittance of profits and dividends, and repatriation of capital of both individuals and companies.

In addition, the firm also strongly acts in: Family Law, drafting and implementing family succession planning, wills, inventories and divorces; specialized business law, focusing on corporate daily service, business reorganization and implementation of corporate governance policies; and Property Law, providing services in structures operations, real estate buying and selling, among others. All areas are integrated with strategic litigation, serving midsize and large companies, individuals and financial institutions.

Coming from the big four and financial institutions, the founding partners gained vast experience in different sectors of tax law, thus forming and reuniting highly qualified professionals, engaged with the implemented culture and values, since the firm establishment, like quality rules for the services rendered, commitment to their clients, personal and customized service, in addition to a profound knowledge of the legal fields.

The firm has expanded and consolidated in the “legal boutique” niche, always prioritizing personality and customization, with lean teams and departments which now amount around 50 associates, among lawyers and consultants. Currently **Choib, Paiva e Justo Advogados Associados** has its work well consolidated and positioned in the market, with offices in São Paulo and Rio de Janeiro, as well as an operational agreement with a law firm located in Miami (USA). They have recently promoted four new partners aiming at keeping the business running on the long-term.

Customer service across Brazil has always counted on the partners’ personal engagement with each area, so that they are all well informed and updated on work progress.

Choib, Paiva e Justo Advogados Associados was the first law firm to structure and present a sequence of lectures for Brazilians residing in the USA, in a partnership with the Brazilian-American Chamber of Commerce in Florida (BACCF).

Samir Choib. Founding partner of the law firm, he is in charge of succession planning and tax areas, emphasizing on individual tax income statement both in Brazil and abroad. He has worked in the tax area at PricewaterhouseCoopers as a consultant in the tax and business areas and as an expert in tax and corporate planning, indirect taxes and individual income tax statement. Samir Choib is the current chairman at the Brazilian-American Chamber of Commerce of Florida (BACCF), in São

Choib, Paiva e Justo Advogados Associados

Paulo. Lawyer and economist graduated from Universidade Mackenzie, Mr. Choib also holds a graduate certificate in Tax Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC).

Marcos Ferraz Paiva. Founding partner of the office, he is in charge of the business area, and tax litigation and civil area. He worked at PricewaterhouseCoopers as a tax consultant, responsible for the tax and corporate planning areas, and corporate income tax and indirect taxes areas. Lawyer, graduated from the Largo São Francisco Law School (USP), he is Tax Law professor for the MBA courses at Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) of the University of São Paulo.

Roberto Justo. Founding partner of the office responsible for the tax planning, finance and banking areas of the firm. He worked at PricewaterhouseCoopers as a consultant, responsible for the tax and corporate planning, and corporate income tax areas. He also worked at Lloyds Bank TSB coordinating the bank’s tax and private banking areas as a senior legal consultant in corporate, tax and financial planning. Lawyer graduated from Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).

Alan Gai da Silva. Partner operating in the Tax Advisory area, where he’s been working since 1997. He took part of many due diligence projects, involving direct and indirect taxes, labor and social security actions and internal controls. Lawyer and accountant, postgraduate studies on broad-topics of Tax Law at Universidade Presbiteriana Mackenzie and is specialized in corporate reorganizations: corporate and tax aspects by Fundação Getúlio Vargas – GVLaw.

Carlos Claudio da Silva Costa Figueira de Mello. Partner operating in Succession Planning for individuals and family business groups, involving assets both in Brazil and abroad. Lawyer with Postgraduate studies on broad-topics of Private Law at Universidade Gama Filho – UGF, he is responsible for the office in Rio de Janeiro.

Rodrigo Giacomeli Nunes Massud. Partner operating in Tax Litigation, with vast experience in administrative courts, litigation strategies and governmental affairs. Lawyer with Master degree in Tax Law from PUC/SP, postgraduate studies on broad-topics of Tax Law and in Civil Procedural Law from PUC/COGEAE/SP. Lecturing professor in tax process in graduate and postgraduate courses at IBET, PUC/COGEAE and PGE-SP.

Sonia Regina Senhorini Rodrigues. Partner acting in the tax area with expertise in Consultancy and Tax Planning for individuals. Lawyer and accountant, postgraduate studies on broad-topics by Insper and in International Tax Law from Instituto de Direito Tributário (IBDT).

Vanessa Amadeu Ramos. Partner operating in the Tax Litigation area, where she’s been working since 1999, a period in which she has gathered vast experience with emphasis on legal and administrative litigation, consulting, legal opinions and due diligences. Lawyer, postgraduate studies on broad-topics of Economic Administrative Law from Universidade Mackenzie, specializing in Tax Process at Centro de Extensão Universitária – CEU, with extension studies in Accounting for lawyers at IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo; Business, Succession and Tax Strategies at GVLaw/SP and Geral Theory of Law at IBET/SP.

Crosara Advogados

O ano de 2017 vai ficar marcado como o ano de fundação do escritório **Crosara Advogados**, sediado em Goiânia e que atua nas áreas: Cível, Empresarial e em Direito Público.

Com ampla sede e a poucos passos do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal Regional Eleitoral, o escritório atua especialmente nos Tribunais locais, já sendo uma referência.

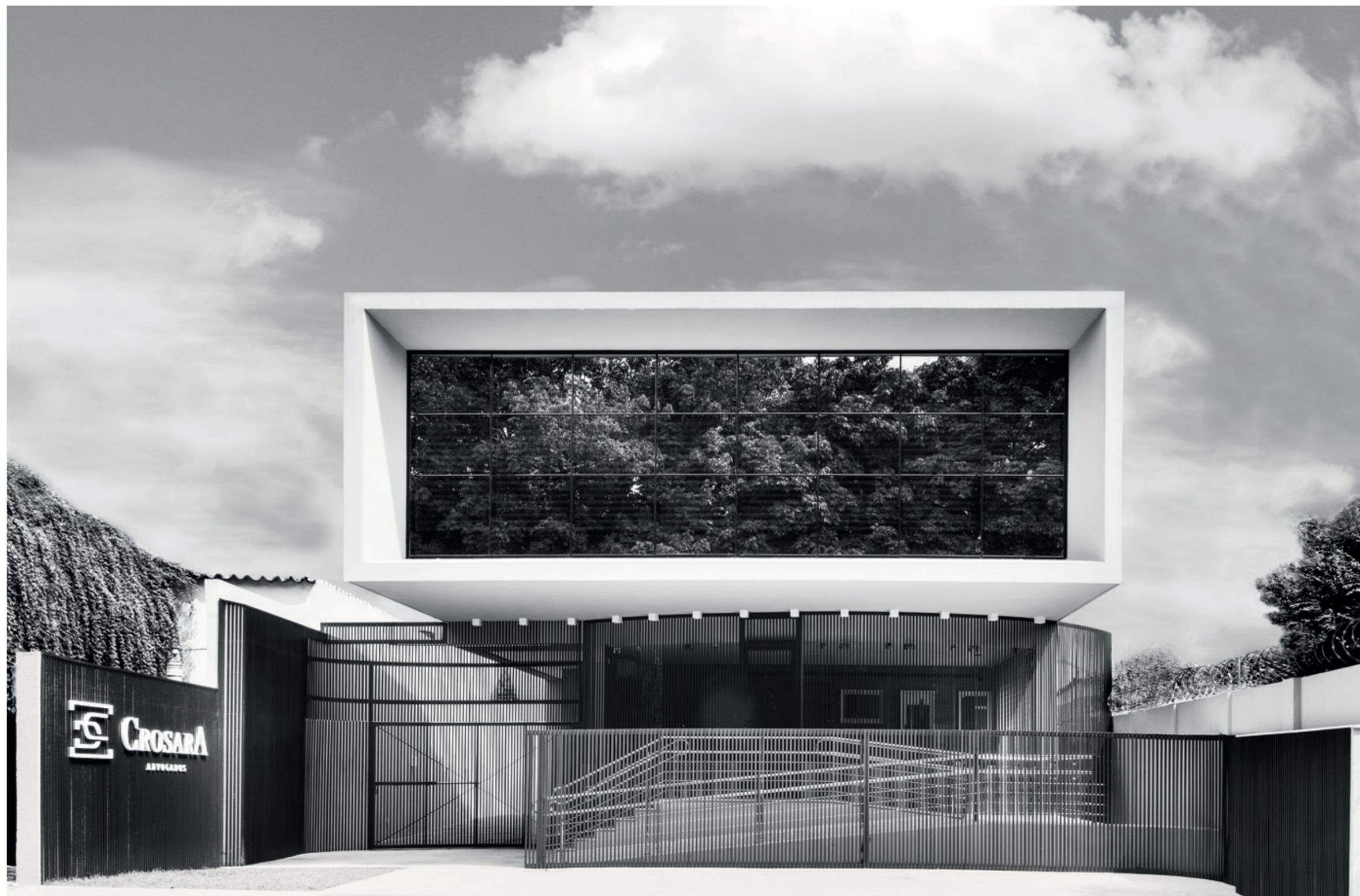
A equipe é liderada por Dyogo Crosara e conta ainda com Laura Ferreira Alves de Carvalho, Suelem Costa Silva, Artur Henrique Bahia Azevedo, Felipe Cardoso Araújo Neiva, Marciely Ferreira de Paula e Felipe Campos Crosara, tendo como objetivo oferecer serviços jurídicos de qualidade, a fim de auxiliar os clientes a alcançar seus objetivos de forma eficaz, inovadora e criando uma relação de cumplicidade e confiança.

Uma das marcas é a busca por um atendimento diferenciado, contando com uma equipe jovem e em constante atualização. Projetado pelo arquiteto Leo Romano, a sede conta com 12 salas e estacionamento próprio.

Já no primeiro ano de sua existência, o escritório já possui uma vasta clientela, tendo atuado em importantes demandas, como no questionamento feito pela FECOMERCIO-GO sobre leis municipais que criavam embaraços para a implantação de empreendimentos imobiliários.

“A advocacia é uma atividade que necessita de constante aprimoramento. Não se pode parar no tempo e se esquecer que precisamos estar em constante evolução”. Sobre a responsabilidade de dirigir uma equipe, Crosara é enfático: *“Não existe meio termo quando se torna empreendedor. É necessário viver o dia a dia do escritório e isso tem sido uma enorme experiência. É o que me motiva a exercer a advocacia com empenho.”*

Fachada do escritório Crosara Advogados



Crosara Advogados

“A advocacia é uma atividade que necessita de constante aprimoramento. Não se pode parar no tempo e se esquecer que precisamos estar em constante evolução”.

Dyogo Crosara. Formado pela Universidade Federal de Goiás, pós-graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil pela UNIGRANRIO. Foi estagiário e assistente de Juiz de Direito na Comarca de Goiás. Foi assessor Administrativo da Prefeitura. Em 2005 ingressou no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás como analista judiciário, saindo do Tribunal em 2008.

Foi assessor de comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Foi conselheiro estadual da OAB/GO na gestão 2013/2015, além de ter sido diretor-adjunto da Escola Superior da Advocacia da OAB/GO por quatro anos. É professor de Direito Eleitoral, Ambiental e Direito Administrativo.

Foi sócio de um dos maiores advogados em Goiás, Dr. Felicíssimo Sena, até montar seu próprio escritório, o Crosara Advogados Associados.

Dyogo Crosara foi destaque no prêmio “Mais Admirados do Direito em Goiás”, no ano de 2013, na categoria Advogado Revelação da Capital.

Laura Ferreira Alves de Carvalho. Formada pela PUC/GO. Cursando MBA pela FGV, *LLM em Direito Empresarial*. Foi estagiária no Tribunal de Justiça de Goiás, tendo atuado na 3ª Vara Cível e na 12ª Vara Cível da Comarca de Goiânia. Foi estagiária pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, com atuação na Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública. Foi estagiária no Tribunal Regional Eleitoral. Atuou como advogada nas áreas do Direito Eleitoral e Público no escritório Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S até se tornar sócia no escritório **Crosara Advogados**.

Suelem Costa Silva. Graduada pela PUC/GO e pós-graduada em Direito Processual Civil no Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Fez estágio no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Atuou como advogada nas áreas de Direito Administrativo e Eleitoral no escritório Ribeiro Silva Advogados Associados, posteriormente nas áreas de Administrativo e Eleitoral no escritório Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S. Atualmente, é associada do escritório **Crosara Advogados**, atuando especialmente no Direito Público e Cível.

Artur Henrique Bahia Azevedo. Graduated pela UFG e pós-graduado em Direito Processual Civil, também pela UFG. Fez estágio nos escritórios Alencastro e Correa Advogados Associados, Vellasco, Velasco & Simonini Advogados e na Procuradoria Geral do Estado. Atuou como advogado nas áreas Cível e Eleitoral no escritório Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S. É associado do escritório **Crosara Advogados**, atuando especialmente no Direito Público e Cível.

Felipe Cardoso Araújo Neiva. Graduado pela PUC/GO e pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela UFG. Fez estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região de Goiás. Atuou como advogado nas áreas Trabalhista, Cível e Criminal e, no escritório Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S, nas áreas de Direito Empresarial, Trabalhista e Público. É advogado associado do escritório **Crosara Advogados**, nas áreas de Direito Empresarial, Trabalhista e Público.

Marciely Ferreira de Paula. Graduada pela UFG, pós-graduada em Direito Administrativo Contemporâneo pelo Instituto de Direito Administrativo em Goiás (IDAG) e em Direito do Estado com habilitação em docência universitária pela Academia da Polícia Civil do Estado de Goiás e PUC/GO. Foi procuradora-geral e assessora jurídica do município de Anicuns (GO). Foi presidente da Autarquia RPPS de Anicuns. Procuradora-geral dos municípios de Trindade (GO) e Pirenópolis (GO). Foi professora universitária da Fundação Educacional de Anicuns – Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns até o requerimento de exoneração em 2013. Foi Conselheira Fiscal da CREDIJUR – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiânia. É membro da Comissão de Direito Constitucional e Legislação da OAB/GO e da Comissão de Direito Tributário da OAB/GO. É professora efetiva da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É advogada associada do escritório **Crosara Advogados**, na área de Direito Público.

Felipe Campos Crosara. Graduado pela Universidade Federal de Goiás. Pós-graduado em Processo Civil e Direito Civil pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduado em Direito Tributário e Processo Tributário pela Universidade Cândido Mendes. Estagiou no Machado e Veiga Advogados Associados. Em Goiás, atuou como advogado nas áreas Previdenciária e Civil.

The year 2017 will be remembered as **Crosara Advogados** law firm’s foundation, located in Goiania, operating in the following areas: Civil Law, Business Law and Public Law.

With large headquarters just a few steps from the State Court and the Regional Electoral Court, the firm especially operates at the local Courts, already being considered a benchmark.

The team is led by Dyogo Crosara, also counting on Laura Ferreira Alves de Carvalho, Suelem Costa Silva, Artur Henrique Bahia Azevedo, Felipe Cardoso Araújo Neiva, Marciely Ferreira de Paula and Felipe Campos Crosara, with the objective of offering quality legal services, to help clients achieve their goals effectively, innovatively and create a relationship of complicity and trust.

One of their marks is the search for a differentiated service, counting on a young and constantly updated team. Designed by the architect Leo Romano, the headquarters have 12 rooms and their own parking.

In the first year of its existence, the firm already has a large clientele, having acted in important disputes, such as the questioning made by FECOMERCIO-GO about municipal laws that created obstacles for the implementation of real estate developments.

“Law practice is an activity that needs constant improvement. We cannot stop in time and forget that we need to be constantly evolving.” On the responsibility of running a team, Crosara is emphatic: *“There is no middle ground when you become an entrepreneur. It is necessary to live the firm’s day to day and this has been a huge experience. It’s what motivates me to practice law firmly.”*

Dyogo Crosara. Graduated from the Federal University of Goiás, he holds a postgraduate certificate in Civil Law and Civil Procedural Law from UNIGRANRIO. He was a trainee and Assistant Judge of Law in the Goiás Region. He was Administrative Advisor to the City Hall. In 2005 he joined the Regional Electoral Court of Goiás as a legal analyst, leaving the Court in 2008.

He was a communications adviser for the Regional Electoral Court of Goiás. He was an OAB/GO state director for the 2013-2015 term, as well as a deputy director of the OAB/GO Law School for four years. He is a professor of Electoral, Environmental and Administrative Law.

He was a partner of one of the largest lawyers in Goiás, Felicíssimo Sena, until setting up his own office, Crosara Advogados Associados.

Dyogo Crosara was featured in the “Most Admired Law Award in Goiás”, in 2013, in the category Lawyer Revelation of the Capital.

Laura Ferreira Alves de Carvalho. Graduated from PUC/GO. Taking the *LLM in Business Law* at MBAFGV. She was a trainee at the Goiás Court of Justice, having served in the 3rd Civil Court and in the 12th Civil Court of Goiânia. She was a trainee at the State Public Security Department, working at the Office of Crime Prevention against Public Administration. Laura was a trainee at the Regional Electoral Court. She worked as a lawyer in the areas of Electoral and Public Law at Felicíssimo

Sena Advogados Associados S/S law firm until she became a partner at **Crosara Advogados**.

Suelem Costa Silva. Graduated from PUC/GO and candidate to a postgraduate certificate in Civil Procedural Law at Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. She was a trainee at the Court of Justice of the State of Goiás. Suelem worked as a lawyer in the areas of Administrative and Electoral Law at Ribeiro Silva Advogados Associados, later in the Administrative and Electoral areas at the Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S. Currently, she is an associate of **Crosara Advogados** law firm, acting especially in Public and Civil Law.

Artur Henrique Bahia Azevedo. Graduated from UFG and candidate to a postgraduate certificate in Civil Procedural Law, also from UFG. He was a trainee at Alencastro and Correa Advogados Associados, Vellasco and Simonini and at the Attorney General’s Office. He worked as a lawyer in the Civil and Electoral areas at Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S. He is an associate of **Crosara Advogados** law firm, acting especially in Public and Civil Law.

Felipe Cardoso Araújo Neiva. Graduated from PUC/GO and candidate to a postgraduate certificate in Law and Labor Process, from UFG. He was a trainee at the Regional Electoral Court of Goiás and at the Regional Labor Court of the 18th Region of Goiás. He worked as a lawyer in the labor, civil and criminal areas and at Felicíssimo Sena Advogados Associados S/S in the areas of Business, Labor and Public Law. He is an associate lawyer at **Crosara Advogados**, in the areas of Business, Labor and Public Law.

Marciely Ferreira de Paula. Graduated from UFG, post-graduate certificate in Contemporary Administrative Law from Instituto de Direito Administrativo em Goiás (IDAG) and in State Law with qualification in university teaching from the Civil Police Academy of the State of Goiás and PUC/GO. She was attorney general and legal advisor of the municipality of Anicuns (GO). Marciely was president of the Anicuns RPPS state company, Attorney General of the municipalities of Trindade (GO) and Pirenópolis (GO). She was a university professor of Fundação Educacional de Anicuns – Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns until the request for resignation in 2013. She was Fiscal Advisor of CREDIJUR – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiânia. She is a member of the Committee on Constitutional Law and Legislation of OAB/GO and the Tax Law Committee of the OAB/GO. She is an tenured professor at the Pontifícia Universidade Católica de Goiás. She is an associate lawyer at **Crosara Advogados** in the area of Public Law.

Felipe Campos Crosara. Graduated from Universidade Federal de Goiás. Postgraduate certificate in Civil Process and Civil Law from Universidade Cândido Mendes. Candidate to a postgraduate certificate in Tax Law and Tax Process from Universidade Cândido Mendes. He was a trainee at Machado e Veiga Advogados Associados. In Goiás, he has acted as a lawyer in the social security and civil areas.

D'Urso e Borges Advogados Associados

Sessenta anos de Advocacia! Desde sua fundação, em 1956, se tornou um dos mais tradicionais e respeitados escritórios de advocacia do país. **D'Urso e Borges Advogados Associados** teve sua origem por ocasião da formatura do Dr. Umberto Luiz D'Urso pela Faculdade de Direito da USP. A partir daquele ano, o Dr. Umberto iniciou suas atividades na advocacia, dividindo seu tempo entre seus clientes e sua atuação como Professor de Direito. Ainda com a denominação de Advocacia D'Urso, permaneceu estabelecido por longos anos no coração da capital paulista, ao lado dos fóruns. Com a chegada dos filhos – Luiz Flávio Borges D'Urso, em 1982, e Umberto Luiz Borges D'Urso, em 1986 –, o escritório ampliou-se, e em 1989 tornou-se **D'Urso e Borges Advogados Associados**. O crescimento trouxe novas feições ao escritório: ao lado da mudança de endereço para sede própria, passou a dedicar-se especialmente ao Direito Criminal. A partir do ano 2000, mais novidades: além dos sócios, o escritório passou a receber a terceira geração da família D'Urso, Adriana Filizzola D'Urso, Luiz Flávio Filizzola D'Urso e Luiz Augusto Filizzola D'Urso. Em 2014, o Dr. Umberto faleceu, aos 88 anos, ainda advogando, e deixou um legado de profissionalismo, retidão, humanismo e qualidade na prestação dos serviços.

ADVOCACIA CRIMINAL

A atuação da sociedade está voltada preferencialmente à advocacia criminal, área para a qual todos os integrantes da **D'Urso e Borges Advogados Associados** estão capacitados por longos anos de experiência e uma sólida formação jurídica-penal, no Brasil e no exterior. O escritório está estruturado para atendimento em todo território nacional, por meio de parcerias, com profissionais experientados, professores e pós-graduados, em todos os Estados da federação.

Em pé (esq>dir)

Dr. Luiz Flávio Filizzola D'Urso, Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso,
Dr. Umberto Luiz Borges D'Urso

Sentados (esq>dir)

Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso, Dra. Adriana Filizzola D'Urso



D'Urso e Borges Advogados Associados

Sessenta anos de advocacia. A sociedade está voltada preferencialmente à advocacia criminal, com profissionalismo, humanismo e qualidade na prestação do serviço.

SÓCIOS, ASSOCIADOS E COLABORADORES

Prof. Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso. Advogado Criminalista há 35 anos. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, por três gestões consecutivas (2004 a 2012). É Conselheiro Federal da OAB. Mestre e Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da USP. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito Castilla-La Mancha (Espanha). É Presidente de Honra da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM. Preside o Comitê de estudos sobre *Criminal Compliance* da OAB/SP. Preside o LIDE JUSTIÇA. Foi membro do Conselho Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. É Presidente de Honra da Academia Brasileira de Direito Criminal – ABDCCRIM, da qual foi fundador. Autor e coautor de mais de uma dezena de livros jurídicos, dentre eles *Direito Criminal na Atualidade*. Lecionou Direito Penal e Processual Penal em diversas faculdades, dentre elas a Faculdade de Direito da USP e a Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), da qual recebeu o título de *Professor Honoris Causa*.

Prof. Dr. Umberto Luiz D'Urso (*in memoriam*). Advogado graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1956. Foi professor por 50 anos, tendo lecionado em várias instituições, dentre elas a Faculdade de Direito da FMU, a Faculdade de Direito Franciscanas e a Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Em 2011 foi homenageado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo – OAB/SP, como decano da Advocacia Paulista.

Dr. Umberto Luiz Borges D'Urso. Advogado Criminalista. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Mackenzie. Pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade de Direito da Uni-FMU. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito Castilla-La Mancha (Espanha). Foi Presidente e integra o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo. É Conselheiro Seccional e Diretor do Departamento de Cultura e Eventos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo desde 2004.

Prof.ª. Dra. Adriana Filizzola D'Urso. Advogada Criminalista. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Pós-graduada em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Estudou Ciências Criminais e Dogmática Penal Alemã na Universidade Georg-August-Universität Göttingen (Alemanha). Mestre e Doutoranda em Direito Penal pela Universidade de Salamanca (Espanha). Membro Fundadora da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). Membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas. Membro da Comissão da Mulher Advogada e do Comitê de Estudos sobre *Criminal Compliance*, ambos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo. Lecionou Direito Penal na Faculdade Armando Álvares Penteado – FAAP. Foi Professora Assistente Voluntária de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Membro do Comitê de Jovens Empreendedores da FIESP.

Dr. Luiz Flávio Filizzola D'Urso. Advogado Criminalista. Conselheiro Estadual Efetivo da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, gestão 2016/2018. Pós-graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Pós-graduado em Processo Penal pela mesma faculdade. Pós-graduado em Garantias Constitucionais e Direitos Fundamentais pela Universidade de Castilla-La Mancha (Espanha). Membro Relator da Primeira Câmara Recursal do Tribunal de Ética da OAB/SP. Integrou o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Estado de São Paulo, por duas gestões. Secretário da Comissão Nacional da Jovem Advocacia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Membro do Conselho Consultivo da Associação Comercial de São Paulo – ACSP, gestão 2017/2019. Membro do Comitê de Jovens Empreendedores da FIESP. Membro Fundador da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa – CJLP. Membro do Núcleo de Altos Temas – NAT do Secovi-SP.

Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso. Advogado Criminalista. Pós-Graduado em Garantias Constitucionais e Direitos Fundamentais pela Universidade de Castilla-La Mancha (Espanha). Pós-graduando em Processo Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Auditor no Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) do Futebol do Estado de São Paulo. Membro do Grupo de Estudos Temáticos de Direito Digital e *Compliance* da FIESP. Presidente da Comissão de Crimes Cibernéticos da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM) e do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Membro da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). Membro da Comissão Especial de Direito Digital e *Compliance* e da Comissão de Política Criminal e Penitenciária, ambas da OAB/SP.

Sixty years in Law Practice! Since its foundation in 1956, the law firm has become one of the most traditional and respected firms in the country. **D'Urso e Borges Advogados Associados** was established by the time of the graduation of Umberto Luiz D'Urso from USP Law School. From that year on, Mr. D'Urso has begun his activities in law practice, splitting his time between his clients and his work as Professor of Law. Still named Advocacia D'Urso, they remained for long years in São Paulo capital's heart, next to courts. With the arrival of sons, Luiz Flávio Borges D'Urso, in 1982, and Umberto Luiz Borges D'Urso, in 1986, the firm grew, becoming **D'Urso e Borges Advogados Associados** in 1989. The expansion gave the firm new shapes: along with the address change to their own headquarters, it began to especially dedicate to Criminal Law. From the year 2000, more news: besides the partners, the firm began to receive the third generation of the family D'Urso, Adriana Filizzola D'Urso, Luiz Flávio Filizzola D'Urso and Luiz Augusto Filizzola D'Urso. In 2014, Umberto passed away at the age of 88, still practicing law, leaving a legacy of professionalism, integrity, humanism, and quality in service provision.

CRIMINAL LAW

The role of the firm is mainly aimed to criminal law, the area in which all members of **D'Urso e Borges Advogados Associados** are trained for through their long years' experience and a solid legal and criminal background in Brazil and abroad. The firm is structured to offer nationwide service through partnerships with experienced professionals, professors and postgraduates in all states of the country.

PARTNERS, ASSOCIATES AND COLLABORATORS

Prof. Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso. Criminal Lawyer for 35 years. Chairman of Ordem dos Advogados do Brasil – SP, for three consecutive terms (2004–2012). Federal Director at OAB. Master and J.D. of Criminal Law from USP Law School. Graduate certificate in Economic Criminal Law from Castilla-La Mancha Law School (Spain). Honorary President of Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM. President of the Criminal Compliance Committee of OAB/SP. Chairs LIDE JUSTIÇA. Former member of the National Council of Public Safety of the Court of Justice. He is Honorary President of Academia Brasileira de Direito Criminal – ABDCCRIM, which he founded. Author and co-author of over a dozen legal books, among them *Direito Criminal na Atualidade*. He lectured Criminal Law and Criminal Procedure in several universities, among them the Law School of USP and the Law School of Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), which awarded him the title of *Professor Honoris Causa*.

Prof. Dr. Umberto Luiz D'Urso (*in memoriam*). Bachelor of Laws from the University of São Paulo (USP) Law School in 1956. He was a professor for 50 years, and lectured in several institutions, among them the Law School of FMU, Faculdades de Direito Franciscanas and the Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). In 2011, he was honored by Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo – OAB/SP as dean of the Sao Paulo Law Practice.

Dr. Umberto Luiz Borges D'Urso. Criminal Lawyer. Master of Criminal Law from Mackenzie Law School. Graduate certificate degree in Criminal Law and Criminal Process from Uni-FMU Law School. Graduate certificate in Economic Criminal Law from Castilla-La Mancha Law School (Spain). He was President of the Penitentiary Council of the State of São Paulo. Chapter Director and Director of the Culture and Events Dept of OAB–SP since 2004.

Prof.ª. Dra. Adriana Filizzola D'Urso. Criminal Lawyer. Graduated from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo–PUC/SP. Graduate certificate in Economic and European Criminal Law from the University of Coimbra Law School (Portugal). She studied Criminal Sciences and Penal Dogmatics at the Georg-August-Universität Göttingen (Germany). Master of Laws and candidate to a JD in Criminal Law at the University of Salamanca (Spain). Founding member of Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). Member of Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas. Member of the Women Lawyer Commission and Studies Committee on Criminal Compliance, both from Ordem dos Advogados do Brasil – Chapter São Paulo (OAB/SP). She lectured Criminal Law at Faculdade Armando Álvares Penteado – FAAP. She worked as Volunteer Assistant Professor of Criminal Law at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Member of the Young Entrepreneurs Committee of FIESP.

Dr. Luiz Flávio Filizzola D'Urso. Criminal Lawyer. Effective State Director of Ordem dos Advogados do Brasil – SP, 2016/2018 term. Graduate certificate in Economic and European Criminal Law from the University of Coimbra Law School (Portugal). Graduate certificate in Criminal Process from the same college. Graduate certificate in Constitutional Guarantees and Fundamental Rights from the University of Castilla-La Mancha (Spain). Rapporteur-member of the First Appellate Chamber of the Ethics Court of OAB/SP. Former member of the State Council of Criminal and Penitentiary Policy of the State of São Paulo for two terms. Secretary of the National Commission of Young Law Practice of the Federal Council of Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Member of the Advisory Board of Associação Comercial de São Paulo – ACSP, 2017/2019 term. Member of the Young Entrepreneurs Committee of FIESP. Founding member of Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). Member of Núcleo de Altos Temas – NAT of Secovi-SP.

Dr. Luiz Augusto Filizzola D'Urso. Criminal Lawyer. Graduate certificate in Constitutional Guarantees and Fundamental Rights from the University of Castilla-La Mancha (Spain). Candidate to a graduate certificate in Criminal Process at the University of Coimbra Law School (Portugal). Auditor of the Soccer Sports Court of Justice (TJD) of the State of São Paulo. Member of the Thematic Studies Group of Digital Right and Compliance of FIESP. Chairman of the Cybercrimes Committee of Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (ABRACRIM) and Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Member of Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa (CJLP). Member of the Special Commission of Digital Right and Compliance and of the Commission of Criminal and Penitentiary Policy, both from OAB/SP.

Daniel Gerber Advogados Associados

O escritório **Daniel Gerber Advogados Associados** foi fundado em 1995, no RS, e desde 2010 está sediado em Brasília/DF, com atuação voltada para gerenciamento de crise e negociações avançadas, além de defesa criminal e administrativa de pessoas físicas e jurídicas, em âmbito estadual e federal.

A equipe, formada por professores universitários e advogados com anos de experiência no Brasil, mantém parcerias com escritórios nos Estados Unidos da América e Europa, atuando em procedimentos contencioso, colaborativo e/ou consultivo, sendo especializada em gestão de riscos, conformação legal e relacionamento negocial/empresarial em acordo com as determinações legais oriundas das técnicas de *compliance* exigidas em nosso país.

Discrição, personalidade, comprometimento e obtenção de resultados são os valores que regem o desenvolvimento profissional de seus integrantes. Para alcance de tais objetivos, o escritório patrocina cursos e desenvolve teses e pareceres lastreados pela fusão entre o saber universitário, a experiência obtida nos fóruns, tribunais e casas legislativas, assim como nas negociações das quais participa.

Os serviços prestados abrangem acompanhamento judicial de processos em todas as instâncias e tribunais, notadamente Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, inquéritos policiais, investigações do Ministério Público e comissões parlamentares de inquérito (CPI), assim como sustentações orais, e emissão de pareceres técnicos em processos capitaneados por escritórios coligados. Abrangem, ainda, a conformação legal das práticas internas empresariais e políticas com os modelos de regulação exigidos pela Lei Anticorrupção, assim como gerenciamento de crise negocial e midiática.

(esq>dir)

**Dra. Marília Fontenele, Dr. Bernardo Felon, Dra. Marianny Branquinho,
Dra. Sofia Coelho, Dr. Daniel Gerber, Dr. Danniel Moura, Dra. Joana Vargas,
Dra. Isabella Michelin, Dra. Thaynara Rocha de Sá Chaves**



Discrição, pessoalidade, comprometimento e obtenção de resultados são os valores que regem o desenvolvimento profissional de seus integrantes. Para alcance de tais objetivos, o escritório patrocina cursos e desenvolve teses e pareceres lastreados pela fusão entre o saber universitário, a experiência obtida nos fóruns, tribunais e casas legislativas, assim como nas negociações das quais participa.

Daniel Gerber. Advogado Criminalista desde 1995. Ainda em tal ano passou a lecionar Direito Penal e Processual Penal no Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC), no RS, e na Escola Superior de Advocacia (ESA/RS). Coursou a Escola Superior da Magistratura do RS (AJURIS); Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal do RS; Mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS; Lecionou na Universidade do Vale dos Sinos/RS (UNISINOS) e, como professor convidado, no programa de pós-graduação da PUC/RS. Integrou o Conselho Penitenciário do RS, e integra o Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC/RS). Radicado em Brasília, realizou, nesses últimos vinte e um anos, mais de uma centena de palestras, milhares de aulas, dezenas de artigos e vários livros sobre temas de Direito Penal e Processo Penal.

Marília Fontenele. Advogada, especialista em Direito Penal e Processo Penal pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, mestranda em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, pesquisadora membro do Grupo de Pesquisa Sistema Penal e Garantias Fundamentais (CNPq-IDP) e colaboradora voluntária no Projeto Mulheres Encarceradas, promovido pelo IDP/EDB.

Sofia Coelho Araujo. Advogada, pós-graduada no Curso lato sensu pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT. Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Humanos e Política Criminal da Universidade de Brasília – UnB. Autora de artigos sobre temas penais e processuais penais.

Joana Vargas. Advogada formada pela Universidade Católica de Pelotas/RS. Especializada em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas/RS e Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.

Bernardo Fenelon. Advogado. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Especialista em Direito Penal pela Universidad de Salamanca/ES. Pós-graduando em Processo Penal pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. Membro da Association Internationale de Droit Pénal – AIDP. Membro-fundador do Projeto Assistencial de Júri no Distrito Federal – PROJURI/IDP. Fluente em inglês e espanhol.

Marcelo Mayora. Advogado criminalista desde 2007. Doutor em Direito Penal pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e especialista em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Professor adjunto de Direito Penal e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Foi professor substituto na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor e pesquisador na área do direito penal, processo penal e criminologia, com diversos livros e artigos publicados.

Daniel Moura. Advogado. Graduado em Direito pela Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP. Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília – UnB. Conciliador Judicial credenciado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Participante do Grupo de Pesquisa Observatório de Financiamento Eleitoral da Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP.

Raccius Potter. Advogado desde 2007. Professor de Direito Penal e Processo Penal na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), unidade Guaíba/RS. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade do Vale dos Sinos (2013). Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Membro do Instituto Lia Pires. Membro colaborador do Centro de Estudos da OAB/RS. Membro da Comissão de Defesa e Assistência das Prerrogativas (CDAP) da OAB/RS. Autor de diversos artigos e capítulo de livro sobre Direito Penal, Processo Penal e Política Criminal. Professor convidado das faculdades IMED (Faculdade Meridional de Passo Fundo/RS) e Dom Bosco (Porto Alegre/RS).

The **Daniel Gerber Advogados Associados** law firm was founded in 1995 in the state of Rio Grande do Sul and since 2010 is headquartered in Brasília/DF, with operations focused on crisis management and advanced negotiations, as well as criminal and administrative defense of individuals and companies at the state and federal levels.

The team, made up of university professors and lawyers with years of experience in Brazil, partners with law firm in the United States and Europe, working in litigation, collaborative and/or advisory procedures, specializing in risk management, legal conformation and business/negotiation relationship in accordance with legal determinations derived from the compliance techniques required in our country.

Discretion, personality, commitment and achievement of results are the values that govern the professional development of its members. In order to achieve these objectives, the firm sponsors courses and develops theses and opinions backed by the fusion of university knowledge, experience gained in courts and legislative houses, as well as in the negotiations in which it participates.

The provided services include legal follow-up of processes in all legal instances and courts, notably the Superior Court of Justice and the Federal Supreme Court, police investigations, investigations by the Public Prosecution Office, Parliamentary Committees of Inquiries (CPI), oral arguments, and issuance of technical opinions in processes managed by integrated firms. It also englobes legal conformation in internal business and political practices with regulation models required by the Anti-corruption Act, thus managing media and business crises.

Daniel Gerber. Criminal lawyer since 1995. Back in this year, he began to lecture Criminal Law and Criminal Procedure at Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC), in Rio Grande do Sul, and at Escola Superior de Advocacia (ESA/RS). He studied at Escola Superior da Magistratura do RS (AJURIS); Postgraduate certificate in Criminal Law from Universidade Federal do RS; Master of Criminal Sciences by PUC/RS; He lectured at Universidade Vale dos Sinos/RS (UNISINOS) and as invited professor in the postgraduate studies program at PUC/RS. He integrated the Penitentiary Counsel in RS and integrates the Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC/RS). Based in Brasília, in the last twenty-one years, he has held more than a hundred lectures, thousands of classes, dozens of articles and several books on topics of Criminal Law and Criminal Procedure.

Marília Fontenele. Lawyer; postgraduate certificate in Criminal Law and Criminal Procedure from Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP; candidate to a Master's degree in Constitutional Law at Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, research

member of the Research Group on the Penal System and Basic Guarantees (CNPq-IDP) and volunteer at the Incarcerated Women Project, promoted by IDP/EDB.

Sofia Coelho Araujo. Lawyer; postgraduate certificate from Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT. Member of the Research Group on Human Rights and Criminal Policy of Universidade de Brasília – UnB. Author of several articles on criminal and criminal procedures matters.

Joana Vargas. Lawyer graduated from Universidade Católica de Pelotas/RS, specializing in Environmental Law at Universidade Federal de Pelotas/RS and Tax Law at Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.

Bernardo Fenelon. Lawyer. Bachelor of Laws from Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Graduate certificate in Economic Law from Universidad de Salamanca, in Spain. Postgraduate certificate in Criminal Process from Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP. Member of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. Member of Association Internationale De Droit Pénal – AIDP. Founding member of the Jury Assisting Project in the Federal District – PROJURI/DF. Fluent both in English and Spanish.

Marcelo Mayora. Criminal lawyer since 2007. J.D. In Criminal Law from Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Master and postgraduate in Criminal Sciences from Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Assistant Professor of Criminal Law and Criminology at the Universidade Federal de Juiz de Fora Law School (UFJF). He's been substitute professor at the Universidade Federal de Santa Catarina Law School. Professor and researcher in criminal law, criminal procedure and criminology, having several published books and articles.

Daniel Moura. Lawyer. Bachelor of Laws from Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP. Candidate to bachelor degree in Political Science at Universidade de Brasília – UnB. Judicial Adjudicator accredited by the Federal District and Territories Court. Participant of the Observatory Research Group for Electoral Financing of Escola de Direito de Brasília – EDB/IDP.

Raccius Potter. Lawyer since 2007. Professor of Criminal Law and Criminal Procedural at Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), unit Guaíba/RS. Master in Criminal Sciences at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010). Graduate in Environmental Law from Universidade do Vale dos Sinos (2013). Graduate in Penal Sciences at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Member of Instituto Lia Pires. Collaborating member of OAB/RS Study Center. Member of the Prerogative Defense and Assistance Committee (CDAP) of OAB/RS. Author of several articles and a book chapter on Penal Law, Penal Process and Criminal Policy. Invited professor of the colleges: IMED (Faculdade Meridional de Passo Fundo/RS) and Dom Bosco (Porto Alegre/RS).

Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados

Quem pensa em advocacia criminal, pensa em **Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados**. Com a *expertise* de mais de 30 anos na área e o conhecimento intrínseco das práticas forenses, atende os clientes com determinação, lealdade, respeito, ética e dignidade.

Presta assessoria jurídica especializada com a mais alta qualidade e eficiência na esfera consultiva e contenciosa tanto para pessoas físicas quanto para grupos empresariais.

O escritório atua em todos os tribunais, estaduais, federais e nos superiores (Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal) e entidades de classe. Áreas de atuação: Tribunal do Júri, crimes tributários e empresariais, crimes eletrônicos de internet e virtuais, crimes previdenciários, crimes eleitorais, crimes contra a fé pública, crimes de corrupção passiva e ativa, crimes contra a administração pública, crimes médicos, crimes contra a relação de consumo, crimes ambientais, crimes patrimoniais, crimes contra a criação, adolescentes e mulheres, crimes contra a pessoa, narcotráfico, crime contra os costumes e advocacia consultiva empresarial, nas áreas Societária, Fusões e Aquisições, Contratos, Compliance, Imobiliário, Família e Sucessões.

Sentados (esq»dir)

Dr. Flavio Torres, Dr. Davi Gebara Neto, Dra. Maria Stela Battazza Gebara

Em pé (esq»dir)

**Dr. Eduardo Armando Ramos, Dr. Dário Freitas dos Santos,
Dr. Antonio Carlos Mingrone, Dr. Leandro José Morais de Lima**



Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados

Davi Gebara Neto sabe que uma equipe afinada é essencial para a execução dos processos e pelo desenvolvimento e implementação de ideias. Toda a tecnologia existente e a melhor metodologia não são suficientes se não houver uma equipe de alto nível de conhecimento e experiência adequados e interados com as causas dos clientes.

A história do escritório **Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados** se mistura com a do renomado advogado **Dr. Afiz Gebara**. Conhecido e admirado, é o patrono da escola pública estadual localizada no bairro São Bento, em São Paulo, Capital.

Afiz Gebara. Veio de Avaré, interior de São Paulo e construiu uma brilhante caminhada. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), também conhecida como Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, com dedicação e afinco, acabou por se tornar um dos melhores criminalistas do Brasil.

Seguindo os seus passos, **Davi Gebara Neto** e se tornou um referencial na advocacia criminal paulista, atuando pontualmente em todos os Estados da federação. Sua competência e confiança são repassadas aos clientes e fazem com que o escritório desponte no cenário nacional com imponência e brilhantismo.

Assim, a memória e o legado de **Afiz Gebara** se perpetuam através do escritório de seu filho, que conta com uma equipe de especialistas de alto gabarito na área do Direito Penal e Processual Penal, sempre prontos a trabalhar para o sucesso de suas causas.

Para cumprir a sua missão, **Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados** adota os mais elevados padrões técnico-jurídicos e éticos e conta com o apoio de advogados especializados nas mais diversas áreas.

O atendimento é personalizado e sigiloso, proporcionando um trabalho diferenciado, pautado na confiança, transparência e sempre focado na excelência.

Davi Gebara Neto sabe que uma equipe afinada é essencial para a execução dos processos e para o desenvolvimento e implementação de ideias. Toda a tecnologia existente e a melhor metodologia não são suficientes se não houver uma equipe de alto nível de conhecimento e experiência adequados e interados com as causas dos clientes.

Flávio Torres. Advogado, bacharel pela Universidade de São Paulo, Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal, coordenador do Tribunal do Júri de Santo Amaro, italiano fluente.

Dário Freitas dos Santos. Advogado, bacharel pela Universidade Nove de Julho, com Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Penal pela Faculdade Damásio de Jesus.

Maria Stela Battazza Gebara. Advogada, Pós-Graduada *Lato Sensu* em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica, inglês fluente. Cursou PEC de Negociação, pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou em renomados escritórios, de grande porte, com mais de 20 anos de carreira profissional.

Anyone thinking of criminal law thinks of **Davi Gebara Neto**. With over 30-year expertise in this area and intrinsic knowledge in legal practice, the firm serves clients with determination, loyalty, respect, ethics, and dignity. It provides specialized legal advisory of the highest quality and efficiency in both litigation and advisory areas to individuals and business groups.

The law firm operates in all courts, state, federal and high courts (Superior Court of Justice, Federal Supreme Court) and class entities. Fields of Operation: Juries, tax and business crimes, Internet and virtual electronic crimes, social security crimes, electoral crimes, forgery, solicitation of bribe and bribery by individual citizen to a public officer, crimes against the government, medical crimes, crimes against consumer relations, environmental crimes, property crimes, crimes against creation, adolescents, and women, crimes against the individual, drug trafficking; crime against the customs, and business advisory in the corporate field, in Mergers and Acquisitions, Contracts, Compliance, Real Estate, Family and Successions.

The history of **Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados** mixes with the history of renowned lawyer, Mr. Afiz Gebara. Known and admired, he is patron of the state public school located in the Sao Paulo capital neighborhood called São Bento.

Afiz Gebara came from Avare, in the countryside of Sao Paulo and built a brilliant trajectory. He studied at the University of Sao Paulo (UPS) Law School, also known as Largo de Sao Francisco Law School, with dedication and determination, becoming one of the best criminalists of Brazil.

Following in his steps, **Davi Gebara Neto** became a benchmark in the criminal law of São Paulo, promptly acting in all states of the country. His competence and confidence are passed on to the

clients, making the firm stand out in the national scenario with magnificence and brilliance.

Thus the memory and legacy of Afiz Gebara are perpetuated through his son's law firm, who has a team of high-level experts in the area of Criminal Law and Criminal Procedure, always ready to work towards the success of its causes.

In order to fulfill its mission, **Davi Gebara Neto Sociedade de Advogados** adopts the highest technical-legal and ethical standards and counts on the support of specialized lawyers in the most diverse areas.

The service is personalized and confidential, providing differentiated work, based on trust, transparency and always focused on excellence.

Davi Gebara Neto knows that a fine-tuned team is essential for the accomplishment of processes, and the development and implementation of ideas. All the existing technology and the best methodology are not enough if there is not a highly knowledgeable and properly experienced team that interacts with the clients' causes.

Flavio Torres. Lawyer, Bachelor from the University of São Paulo, Postgraduate certificate in Criminal Law and Criminal Procedure, Coordinator of the Jury of Santo Amaro, fluent Italian.

Dário Freitas dos Santos. Lawyer, Bachelor from the Universidade Nove de Julho, Postgraduate certificate in Criminal Law from Faculdade Damásio de Jesus.

Maria Stela Battazza Gebara. Lawyer, Postgraduate certificate in Business Law from Pontifícia Universidade Católica, fluent English. She has studied the Continuing Education Program in Negotiation at Fundação Getúlio Vargas. She has worked in renowned large law firms and has over 20 year professional experience.

David Rechulski, Advogados

David Rechulski, Advogados, fundado em 2004, é um escritório altamente especializado em Direito Penal e Direito Penal Empresarial. A experiência jurídica do sócio fundador, **David Rechulski**, que atua de forma direta na criação e desenvolvimento de estratégias caso a caso, permite a prestação de serviços advocatícios com excelente padrão de qualidade, sempre pautada por rigor técnico e princípios éticos, contribuindo com esse diferencial para o alcance dos melhores resultados possíveis.

O escritório tem por premissa fundamental o atendimento célere e efetivo, com uma abordagem altamente estratégica e a cuidadosa personalidade no atendimento aos clientes, voltando-se sempre às peculiaridades e aos objetivos de cada caso na busca por resultados concretos e eficientes. A prospecção de soluções eficazes às demandas confiadas a **David Rechulski, Advogados** consagraram-no como um dos mais renomados e especializados escritórios de advocacia criminal do país.

A discrição no trato dos assuntos confiados ao escritório, principalmente em casos de repercussão midiática, bem como a valorização e o respeito à ética, que são premissas indelévels nos contatos com autoridades públicas, há muito notabilizaram a reputação do escritório e seus integrantes.

David Rechulski, Advogados possui uma grande estrutura, com atuação em âmbito nacional, composta por profissionais altamente qualificados para atender empresas, grupos econômicos nacionais e multinacionais, entidades e associações, bem como pessoas físicas, prestando-lhes assessoria jurídica plena em sua área de especialidade.



David Rechulski, Advogados

O escritório vem recebendo seguidos prêmios nacionais e internacionais, merecendo menção os concedidos há 10 anos consecutivos pelo Anuário Análise Advocacia 500.

Dentre os diversos segmentos atendidos pelo escritório, incluem-se os de mineração, telecomunicações, alimentos, construção civil, indústria automobilística, química e farmacêutica, transportes e logística, seguros, bancário, finanças e tecnologia de informação.

O escritório atua em todos os ramos do Direito Penal, com alta especialização em Direito Penal Público, Econômico e Empresarial. **David Rechulski, Advogados** é reconhecidamente qualificado para elaboração de opiniões legais e pareceres, como também para atuação estratégica contenciosa em procedimentos investigatórios, inquéritos policiais, CPIs, operações da Polícia Federal e ações penais, em todas as instâncias e Tribunais Superiores.

Possui vasta experiência no desenvolvimento e implementação de programas de *criminal compliance*, incluindo projetos, programas, treinamentos e palestras. Atua com notório êxito na estruturação estratégica para gestão de crises, visando mitigar seus efeitos e evitar que os clientes enfrentem graves situações decorrentes de acusações de prática de atos de corrupção, formação de cartel, fraudes, crimes tributários, ambientais, dentre outros.

O escritório também se destaca no combate a fraudes corporativas, fenômeno de incidência crescente. O atendimento oferecido por **David Rechulski, Advogados** vai desde a orientação dos clientes nas fases iniciais de estruturação investigativa e constituição probatória, até sua habilitação como assistente de acusação, visando à defesa judicial dos interesses da empresa-vítima, tanto no espectro repressivo e punitivo, como no de recuperação patrimonial, destacando-se ainda o acultamento na adoção de medidas antes e depois de fraudes, as quais, se bem estruturadas, mitigam sensivelmente as chances de novas investidas fraudulentas, garantem a responsabilização criminal dos autores do ilícito e propiciam a recuperação de ativos e recursos desviados.

Participar ativamente da discussão dos temas relevantes à sociedade e principalmente enxergar por meio do Direito a melhor forma de encaminhá-los são atitudes que compõem a responsabilidade social, a ética e o perfil de todos os integrantes de **David Rechulski, Advogados**. Nos últimos anos, o sócio fundador **David Rechulski** teve artigos publicados na imprensa tratando, dentre outros, de questões brasileiras como a cultura do nepotismo; a adoção da Ética como disciplina curricular obrigatória; a violação da comunicação entre advogado e cliente; escutas telefônicas ilegais; dentre outros temas de grande repercussão.

O escritório vem recebendo seguidos prêmios nacionais e internacionais, merecendo menção os concedidos há 10 anos consecutivos pelo *Anuário Análise Advocacia 500 – “Os Escritórios e os Advogados Mais Admirados do Brasil”*, estando, na categoria dos escritórios especializados em Direito Penal, ranqueado em 1º lugar no país.

O escritório, localizado na Av. Dr. Chucri Zaidan, em São Paulo, conta com uma aconchegante sede ao lado do Shopping Morumbi, com 500 m². A sala do sócio fundador foi projetada pelo arquiteto Carlos Rossi. O piso inferior serve para receber os clientes: há uma área para reuniões, um lounge e um terraço.

O site www.dreadv.com.br traz a história, prêmios, palestras, matérias e artigos individualizados, breve currículo dos profissionais e seus contatos.

PERFIL

David Rechulski, Sócio fundador do escritório **David Rechulski, Advogados**, é advogado criminalista há mais de 27 anos, sendo um dos pioneiros no segmento do Direito Penal Empresarial. Pós-graduado em Direito Penal Econômico Internacional pelo Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu (IDPEE) da Universidade de Coimbra e em Direito Processual Penal. Especialista em Direito Penal e autor de diversos artigos e publicações na área, além de ser palestrante e presidente de seminários nacionais e internacionais desta temática. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e da ACRIMESP. Da mesma forma, foi apontado pelo 10º ano consecutivo como um dos criminalistas mais admirados no Brasil, figurando nas três últimas edições do *Anuário Análise Advocacia 500 – “Os Escritórios e os Advogados Mais Admirados do Brasil”* em 1º lugar na categoria Direito Penal Especializado e em 1º lugar dentre os advogados especializados de todas as áreas no Estado de São Paulo. Também foi indicado pela publicação *TOP Lawyers* como profissional de alto destaque na edição do biênio 2015/2016. Soma-se a isso um importante reconhecimento do sócio **David Rechulski** pela *Forbes* do Brasil, apontado pela publicação como um dos primeiros advogados brasileiros a trabalhar com *compliance* no início dos anos 2000, além de ter integrado a Primeira Missão Internacional de Compliance da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos em Nova Iorque e Washington, que contou com a participação de autoridades e empresas de projeção mundial. Reiteradamente é apontado dentre os de maior destaque no país por excelência em assessoria jurídica em Direito Penal e Penal Empresarial.

David Rechulski, Advogados, established in 2004, is a law firm highly specialized in Criminal Law and Corporate Criminal Law. The legal expertise of the founding partner, **David Rechulski**, who works directly in creating and developing strategies for every case, allows the provision of legal service with an excellent quality standard, always founded on technical strictness and ethical principles, using this difference to reach the best possible results.

The law firm’s fundamental premise is the fast and effective service, with a highly strategic approach and careful individuality in customer service, always turning to the peculiarities and goals of each case in the search for concrete and efficient results. By prospecting effective solutions to the cases entrusted to **David Rechulski, Advogados**, the firm is now established as one of the most renowned and specialized criminal law firms in the country. Discretion in handling matters assigned to the law firm, mainly in cases of media repercussions, as well as valuing and respecting ethics, considered indelible premises in contacts with public authorities, have long noted the law firm’s reputation and of their members.

David Rechulski, Advogados has a large structure, operating nationwide, formed by highly qualified professionals in order to serve companies, national and multinational economic groups, entities and associations, as well as individuals, providing full legal advisory in its specialty area.

Some of the many segments served by the law firm are: mining, telecommunications, food industry, civil construction, automotive industry, chemical, and pharmaceutical industries, transport and logistics, insurance, banking, finance and information technology.

The office operates in all the fields of Criminal Law, highly specializing in Public Penal Law, Economic, and Corporate Law. **David Rechulski, Advogados** is clearly qualified to elaborate legal opinions and litigation strategic actions in investigative procedures, police investigations, Parliamentary Committees of Inquiries (CPIs), in operations of the Federal Police and criminal actions, in all instances and Superior Courts.

They have comprehensive experience in developing and implementing criminal compliance programs, including projects, programs, trainings and lectures. The firm operates with notorious success in the strategic structuring of crises management, aiming to mitigate their effects and avoid that clients face serious situations due to charges for the practice of corruption acts, cartelization, frauds, tax crimes, environmental crimes, and others.

They also stand out in fighting corporate frauds, a phenomenon with increasing incidence. Service provided by **David Rechulski, Advogados** range from client orientation in the initial stages of investigative structuring and evidence constitution up to their qualification as accusation assistant, aiming at the legal defense of the victim company interests both in the repressive and punitive spectrum, and recovery of assets, emphasizing acculturation by adopting measures before and after frauds, which, if well structured, significantly mitigate the chances of new frauds, guarantee the

criminal responsibility of the perpetrators of wrongful acts and facilitate the recovery of assets and resources.

To actively participate in the discussion of topics relevant to the society and mainly to find the best way, through the Law, to submit them are attitudes forming the social responsibility, ethics and the profile of **David Rechulski, Advogados** members. In the past years, the founding partner, **David Rechulski**, had articles published in the press, addressing, among others, Brazilian issues such as the culture of nepotism, the adoption of ethics as compulsory curricular subject; the communication violation between lawyer and client; illegal wiretapping; among other topics of great repercussion.

The office has been receiving national and international awards followed by those granted for 10 consecutive years by the *Anuário Análise Advocacia 500 – “Os Escritórios e os Advogados Mais Admirados do Brasil”* deserves to be highlighted, ranking them #1 in the country among the specialized Criminal Law firms.

The law firm, located on Av. Dr. Chucri Zaidan, in São Paulo, has comfortable premises next to Shopping Morumbi, with 500 m². The founding partner’s office was designed by architect Carlos Rossi. The lower floor aims at welcoming clients: there’s an area for meetings, a lounge and a terrace.

The website www.dreadv.com.br, and its contents show the history, prizes, lectures, and individualized articles, their professionals brief professions summary and their contact details.

PROFILE

David Rechulski, Founding partner of **David Rechulski, Advogados** has been a criminal lawyer for over 27 years, being one of the pioneers in the field of business penal law. He holds a graduate certificate in international economic criminal law from Instituto de Direito Penal Econômico e Europeu (IDPEE) of the Universidade de Coimbra and one in criminal procedural law. Specialized in criminal law and author of many articles and publications in this area, he is also a lecturer and president of national and international seminars about this area. Member of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais and ACRIMESP1. Likewise, for the 10th consecutive year, he was appointed one of the most admired criminal lawyers of Brazil, ranking 1st in the last three editions of the *Anuário Análise Advocacia 500 – “Os Escritórios e os Advogados Mais Admirados do Brasil”* in the Specialized Criminal Law category and 1st among the specialized lawyers of all areas in the State of São Paulo. He’s been also appointed by the *TOP Lawyers* book as a high profile professional in the 2015/2016 edition. Added to this, an important recognition of partner **David Rechulski** by *Forbes* do Brasil, nominated as one of the first Brazilian lawyers to work with compliance in early 2000, besides integrating the First International Compliance Mission of the American Chamber Brazil-United States in New York and Washington, with the presence of authorities and companies of international projection. He is recurrently appointed as one of the most prominent lawyers in the country for the excellence in legal advisory in criminal law and business criminal law.



Décio Freire & Associados / DF&A

O **Décio Freire & Associados**, nacionalmente conhecido como Escritório Décio Freire ou, abreviadamente, como DF&A, nos últimos 10 anos figura entre os escritórios mais admirados do País, segundo publicações especializadas. Com atuação eminentemente na área empresarial, presta assessoria jurídica – consultiva e contenciosa – em todas as áreas do direito, mas de forma qualificada e com absoluta personalidade.

Primando pela qualidade e totalmente organizado em áreas especializadas, conduzidas por alguns dos maiores especialistas jurídicos do Brasil, **Décio Freire & Associados** tem sido eleito, anualmente, como destaque em diversas matérias do direito.

O foco absoluto no resultado para o cliente tem sido o maior diferencial de DF&A, segundo as mais de 850 empresas clientes das 17 unidades de **Décio Freire & Associados**.

MISSÃO

Buscar o atendimento completo ao cliente, dedicando-lhe todo o aparato necessário para enfrentamento de suas questões, com a disponibilização dos melhores especialistas, da maior e mais completa estrutura, bem como de ferramentas e estratégias acessórias que possam gerar ao cliente DF&A o sentimento de segurança plena e da incessante busca pelo resultado.

À frente

Dr. Décio Freire

(esq>dir)

Dra. Daiany Lacerda, Dra. Bianca Delgado, Dra. Beatriz Ayres, Dr. Milton Fortes, Dra. Rodrigo Freire, Dr. Leonardo Brandão, Dra. Sheila Martins, Dra. Erika De Marchi, Dr. João Torres, Dr. Márcio Santiago, Dra. Nathália Moreira, Dr. Paulo Andrade, Dr. Paulo Márcio Guerra, Dr. Rodrigo Valladolid

Presente nos Estados Unidos, em Miami, em Portugal, em Lisboa e, na África, em Moçambique e Angola; onde desenvolve alianças estratégicas para investimentos no Brasil e outros países, além de promover assessoramento jurídico a clientes americanos e europeus com interesse na América Latina.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover uma advocacia diferenciada, com adoção de medidas multidisciplinares e estratégicas, que tragam ao cliente os resultados que almejam ou necessitam.

Décio Freire & Associados atua em todo o território nacional e possui hoje, a terceira maior estrutura de advocacia do país, com 17 unidades próprias, mantendo escritórios nas maiores e mais importantes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Salvador, Recife, Teresina, Manaus, Cuiabá, Belém, Rio Branco, Porto Velho e mais quatro unidades nas cidades-polo do estado de Minas Gerais – Uberlândia, Juiz de Fora, Varginha e Ipatinga.

Décio Freire & Associados está presente ainda nos Estados Unidos, em Miami, em Portugal, em Lisboa e, na África, em Moçambique e Angola; onde desenvolve alianças estratégicas para investimentos no Brasil e outros países, além de promover assessoramento jurídico a clientes americanos e europeus com interesse na América Latina.

Décio Freire & Associados possui mais de 850 empresas, nacionais e multinacionais, em sua carteira de clientes, na qual constam, dentre as inúmeras companhias de grande porte, cinco das dez maiores empresas em atividade no Brasil.

ADVOCACIA DE ALTA QUALIDADE

Décio Freire & Associados consegue aliar qualidade ao custo justo, o que, em tempos de crise, é um enorme diferencial. Coloca à disposição de seus clientes departamentos altamente especializados que, atuando de forma conjunta e sinérgica, eleva, em muito, a possibilidade de êxito e a prevenção de problemas em série, assim como reduz os custos para os clientes. Todos os Chefes de Departamentos são mestres ou doutores em suas respectivas especialidades, o que assegura às empresas-clientes um atendimento altamente qualificado, baseado na técnica apurada e na experiência advocatícia de 25 anos de atividade ininterrupta em todo o território nacional.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO (POR ORDEM ALFABÉTICA)

Ambiental, Assessoria a empresas no processo de minimização dos riscos ambientais; avaliação e regularização de passivo ambiental; acompanhamento e assistência plena nos pedidos de licenciamento; na celebração de TACs; defesas em Ações Civis Públicas ou em Ação Penal decorrente de crime ambiental.

Civil, Atuação em todas as áreas do direito civil, com foco no direito das obrigações, contratos, indenizações e possessórias.

Comercial, Plena consultoria em recuperação judicial, falência e concordata, contratos, empréstimos, financiamentos e títulos de crédito.

Energia, Premiado como dos Melhores do País na assessoria jurídica, contenciosa e regulatória, relacionadas às atividades de

geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica, térmica, hidráulica ou eólica.

Marítimo e Portuário, Detém premiação específica ante a qualificação de seu corpo técnico que atua na matéria, um dos mais especializados e experientes do País.

Penal, Atuação plena em matérias criminais ligadas ao negócio, como crimes ambientais, inquéritos fiscais, ações penais ligadas ao crime do colarinho branco e ao direito penal-econômico.

Regulatório e Infraestrutura, Premiado como um dos melhores do País na consultoria e assessoria perante os órgãos reguladores (ANEEL, ANP, ANATEL, ANS, ANVISA, ANTAQ, ANAC, entre outras), sendo responsável pelo suporte jurídico em aspectos regulatórios dos projetos de infraestrutura em diversos setores, dentre eles: energia, mineração, telecomunicações, petróleo e gás.

Societário, Estudo, criação e implantação de plano sucessório e planejamento societário; orientação e assessoria plena a processos de reestruturação societária, assembleia de acionistas, implementação e extinção de sociedades; atuação *fullservice* nos processos de negociação comercial, fusão e aquisição (M&A), cisão, transformação e incorporação de empresas, incluindo a implementação e assessoria plena quanto ao Mercado de Capitais, Comissão de Valores Mobiliários, Bolsa de Valores e Juntas Comerciais.

Trabalhista, Premiado como destaque por sua atuação Trabalhista, na assessoria plena no direito do trabalho empresarial individual e coletivo. DF&A é autor de vários *leading-cases* da matéria, como a Repercussão Geral da Terceirização.

Tributário, Planejamento tributário, recuperação de créditos, due diligence, prevenção tributária, orientação fiscal e atuação perante os Conselhos de Contribuintes, assim como em ações judiciais em matérias tributárias.

In the past 10 years, **Décio Freire & Associados**, nationally known as Escritório Décio Freire or, in short, DF&A, has been among the most admired law firms in Brazil according to specialized publications. Mainly acting in the business environment, they provide legal assistance in both litigation and advisory areas on all the fields of law, but in an absolutely qualified and personalized way.

Prioritizing quality and fully organized in specialized areas driven by some of the leading legal specialists in Brazil, **Décio Freire & Associados** has been annually elected as a highlight in several matters of law.

The absolute focus on results for the client has been a major difference of DF&A, according to the more than 850 client companies divided among the 17 units of **Décio Freire & Associados**.

MISSION

To provide clients with full service, dedicating all the necessary apparatus to handle questions, making the best specialists available, offering the largest and fullest structure, as well as tools and accessory strategies that may give the DF&A's client the feeling of absolute security and of the restless pursue for results.

STRATEGIC PURPOSE

To promote differentiated law practice by adopting multidisciplinary and strategic measures to get the required or sought results to the clients.

Décio Freire & Associados operates all over the national territory and is currently the third largest law firm in Brazil. They have 17 own units with offices in the largest and major cities of Brazil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Salvador, Recife, Teresina, Manaus, Cuiabá, Belém, Rio Branco, Porto Velho and other four units in pole cities of the state of Minas Gerais – Uberlândia, Juiz de Fora, Varginha and Ipatinga.

Décio Freire & Associados is also present in the United States, in Miami; Portugal, in Lisbon and in Africa, in Mozambique and Angola, where they develop strategic alliances for investments in Brazil and other countries, in addition to promoting legal aid to American and European clients interested in Latin America.

In their portfolio, **Décio Freire & Associados** holds over 850 companies, both national and multinational, in which – among numerous large enterprises – there are five of the 10 largest companies operating in Brazil.

HIGH QUALITY LAW SERVICE

Décio Freire & Associados has the ability to link quality to fair cost which, in difficult times, makes a huge difference. They have highly specialized departments available for their clients, which by working together and with synergy, considerably

increase the chances of success and prevent serial problems, besides reducing costs for their clients. All chiefs of departments are either masters or doctors in their specialties, ensuring client companies a highly qualified service, based on precise technique and 25 years of continued experience in law practice all over the national territory.

MAIN KEY AREAS

Environmental, Assistance to companies in minimizing environmental risks; assessment and regulation of environmental liabilities; monitoring and full assistance in licensing applications; in executing Conduct Adjustment Terms; defense in Public Civil Lawsuit or Prosecution arising from environmental crime.

Civil, Working in all the fields of civil law, focusing on the law of obligations, contracts, damages and possessory actions.

Commercial, Full advisory on reorganization, bankruptcy and arrangements with creditors, loans, funding and credit funds.

Power, Awarded as one of the Best in the Country in legal, regulatory and litigation aid regarding the activities of generation, distribution, transmission and marketing of electrical and thermal power, hydropower or wind power.

Law of the Sea and Ports, They are awarded specifically for the qualification of their technical staff in this area, one of the most specialized and experienced teams in Brazil.

Criminal, Full operation in criminal areas linked to business, such as environmental crimes, tax investigations, criminal actions connected with white collar crimes and economic-penal law.

Regulatory and Infrastructure, Awarded as one of the country's best in advisory service and assistance with regulatory bodies (ANEEL, ANP, ANATEL, ANS, ANVISA, ANTAQ, ANAC, among others), responsible for the legal support on regulatory aspects of infrastructure projects in various sectors, including energy, mining, telecommunications, oil and gas.

Corporate, Study, creation and implementation of succession plan and corporate planning, guidance and full advisory service on processes of corporate restructuring; meeting of stakeholders; implementation and termination of corporations; full service in trading negotiation; mergers and acquisitions (M&A), contentious division, transformation and incorporation of companies, including the implementation and full assistance before the Stock Market, the Securities and Exchange Commission, the Stock Exchange and Trade Boards.

Labor, Awarded as a highlight for their performance in the labor area, and full assistance in both individual and collective business labor law. DF&A is the author of many leading cases in this field, such as “Repercussão Geral da Terceirização”.

Tax, Tax planning, recovery of credits, due diligence, tax prevention, fiscal guidance and operation at the Taxpayers Councils, as well as in actions related to tax matters.

Decoussau Tilkian Advogados

A história do escritório iniciou no ano de 2005 com o sócio **Rubens Decoussau Tilkian**, sendo que em janeiro de 2011, ganhou nova identidade sob a denominação **Decoussau Tilkian Advogados**. Ao longo dos anos vem crescendo de forma sólida e consistente, é reconhecido no cenário jurídico, tanto pela qualidade do atendimento personalizado que é realizado em suas modernas instalações, quanto pelo alto nível de capacitação de sua equipe, que não poupa esforços para criar soluções inovadoras, a partir da identificação das reais necessidades de seus clientes, nas diversas áreas em que atua.

Sentados (esq>dir)

**Dr. Georges Bou Maachar Neto, Dr. Vanderci Alvares,
Dra. Ana Amélia Corrêa Contro, Dr. David Akio Yoshida**

Em pé (esq>dir)

**Dra. Ana Júlia Pires de Almeida Moraes, Dr. Daniel de Castro Dabus,
Dr. Rafael Mota Cardoso, Dra. Cristiana França Castro Bauer,
Dr. Rubens Decoussau Tilkian, Dra. Samantha Chaddad da Silva,
Dra. Cristina Maria Andreotti, Dr. Pedro Henrique Studart de Oliveira**



Decoussau Tilkian Advogados

*“Só se pode alcançar
um grande êxito
quando nos mantemos
fiéis a nós mesmos”*

FRIEDRICH NIETZSCHE

“Num mundo cada vez mais competitivo, temos de ser diferentes, estar atentos aos detalhes, nunca desistir de encontrar soluções, cientes de que, muitas vezes, as melhores respostas podem estar nas entrelinhas. A fórmula do sucesso é o trabalho árduo e minucioso, aliado à perfeita interação entre cliente e advogado”, defende Rubens Tilkian.

Com sede em São Paulo e atuação nacional, o escritório conta com advogados especialistas em contencioso e consultivo, nas áreas de Direito Civil Estratégico e Arbitragem; Direito Societário e Contratual; Recuperação Judicial e Falência; Direito Administrativo; Direito Tributário; Direito Trabalhista; Direito Digital; Direito do Entretenimento e de Imagem e Direito Desportivo.

O elevado desempenho e o perfeito domínio dessas diferentes disciplinas permitem que qualquer membro de sua equipe esteja apto a auxiliar o cliente de maneira integrada e plena, graças à sólida cultura interna fundada no diálogo, na cooperação, na colegialidade, na combatividade e na confiança, pilares da advocacia moderna, que o escritório desde sempre pratica e incentiva.

Decoussau Tilkian Advogados tem, na ética, o valor fundamental que norteia e permeia a sua atuação, na busca incansável por resultados que, seja no exercício da advocacia preventiva ou na pacificação dos conflitos, seja na atuação contenciosa, efetivamente promovam a Justiça e o bem comum,

base de uma sociedade justa e equânime – sempre pautado pelo absoluto respeito às leis e ao Poder Judiciário.

Ciente de sua responsabilidade social, o escritório dedica parte do seu tempo ao exercício da advocacia pro bono, orientando e assistindo àqueles que não dispõem dos meios necessários à proteção de seus interesses.

Rubens Decoussau Tilkian. Advogado e mediador. Graduado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Especialista em Direito Societário pelo INSPER. Experiência nacional e internacional em renomados escritórios de advocacia. Sócio do escritório **Decoussau Tilkian Advogados**. Foi Vice-Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. É Vice-Presidente da Comissão Especial de Mediação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. Ex-Diretor Jurídico do Conselho Comunitário de Segurança do Itaim Bibi. Autor do livro *Comentários à Lei de Mediação*. É *Master Coach* com certificado reconhecido pela International Association of Coaching. É também Analista Comportamental pela Inscape Publishing Inc., e, ainda, possui formação em Programação Neurolinguística. Presidente e Fundador do Instituto Vertus de Mediação e Resolução de Conflitos, entidade homologada e credenciada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

The history of the law firm began in 2005 with the partner Rubens **Decoussau Tilkian**, and in January 2011, gained a new identity under the name **Decoussau Tilkian Advogados**.

Over the years, the firm has been steadily and consistently growing and is known in the legal scenario for both its customized service rendered in its modern facilities and the high qualification of its team, that spares no effort to create innovative solutions after identifying what clients really need, in the various areas of practice.

“In an increasingly competitive world, we must be different, focused in details, never giving up on finding solutions and aware that often the best answers can be between lines. The formula for success is the hard and meticulous work, coupled with the perfect interaction between client and lawyer”, argues Rubens Tilkian.

Headquartered in São Paulo and operating nationally, the firm has lawyers specialized in litigation and advisory, in the areas of Strategic Civil Law and Arbitration; Corporate and Contractual Law; Reorganization and Bankruptcy; Administrative Law; Tax law; Labor law; Digital Rights; Entertainment and Image Law and Sports Law.

The high performance and perfect mastery of these different disciplines allow any member of the team to be able to fully assist the client, thanks to the solid internal culture based on dialogue, cooperation, collegiality, combativity and trust, pillars of modern advocacy, which the firm has always practiced and encouraged.

Decoussau Tilkian Advogados has in ethics the fundamental value that guides and permeates its performance in the tireless search for results that – whether in the exercise of preventive advocacy or in the pacification of conflicts, or in litigation – effectively promotes Justice and common good, the foundation of a just and equitable society – always guided by absolute respect for the laws and the Judiciary.

Aware of its social responsibility, the firm devotes part of its time to pro bono advocacy, guiding and assisting those who do not have the necessary means to protect their interests.

Rubens Decoussau Tilkian. Lawyer and mediator. Graduated from Faculdades Metropolitanas Unidas. Graduate certificate in Corporate Law from INSPER. National and international experience at renowned law firms. Partner of **Decoussau Tilkian Advogados**. He was the VP of the Examining and Trainee Program Committee at Ordem dos Advogados do Brasil – Chapter São Paulo. He is the VP of the Special Mediation Committee of Ordem dos Advogados do Brasil – Chapter São Paulo. Former legal director the Community Security Council of the district of Itaim Bibi. Author of the book *Comentários à Lei de Mediação*. He is Certified Master Coach from the International Association of Coaching. He is also a Behavioral Analyst by Inscape Publishing Inc., and graduated in Neurolinguistics Programing. Chairman and Founder of Instituto Vertus de Mediação e Resolução de Conflitos, entity authorized and registered by the Court of Justice of São Paulo.

Edgard Leite Advogados Associados

Edgard Leite Advogados Associados foi fundado em 1966 e, desde então, mantém como pilar de suas ações elevado padrão de profissionalismo e ética na elaboração e no desenvolvimento de estratégias jurídicas. O escritório se destaca pela alta qualidade de sua equipe multidisciplinar, responsável pela prestação de serviços nas esferas consultiva e contenciosa, nas diferentes áreas do Direito.

Ao longo do tempo, o escritório transformou-se em referência no Direito Público e Empresarial. Possui ampla experiência na área de licitação e contratos administrativos, oferecendo assessoria aos clientes, entes públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, na análise de editais licitatórios, elaboração de recursos, impugnações e demais medidas necessárias no curso do respectivo certame. Na fase de execução e administração contratual, oferece assessoria preventiva, atuando, também, na esfera judicial, em questões relativas às obrigações assumidas pelas partes, em defesas de fiscalizações e em conflitos surgidos com o órgão contratante, fornecedores e terceiros.

Outra área de *expertise* do escritório são as Concessões e PPPs, em que oferece consultoria para os interessados em apresentar projetos ao setor público, seja por meio de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), seja em Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), nas mais diversas áreas, com especial destaque para infraestrutura – rodovias, portos, aeroportos, telecomunicações, energia e saneamento básico. O atendimento envolve desde a assessoria na concepção da modelagem jurídica das concessões e PPPs, passa pela consultoria nos respectivos procedimentos licitatórios e alcança também a execução contratual.

Sentados (esq»dir)

Dr. Juliano de Araújo, Dr. Edison Batistella, Dra. Marcia Buccolo

Em pé (esq»dir)

Dr. Frederico de Moura, Dr. Fabio Ragusa, Dr. Marcos Braga, Dr. Vander Cardoso, Dra. Daniela Bufacchi, Dra. Renata Catão, Dr. Felipe Monteiro, Dra. Letícia Zuccolo, Dr. Edgard Leite Junior, Dr. Mario Barone, Dra. Laila Abud, Dr. Ronaldo Soares, Dr. Ronaldo Torres, Dr. Mário Henrique Dorna, Dra. Vanessa Moreira, Dra. Carolina Nardy, Dra. Vânia Pasqual



Edgard Leite Advogados Associados

O escritório atua permanentemente em questões que tramitam perante o Ministério Público e órgãos de controle, especialmente perante os Tribunais de Contas da União e dos Estados, além das Controladorias das entidades estatais. Em razão disso, presta assessoria destinada a identificar e adotar providências hábeis e suficientes para conferir a plena defesa dos direitos e interesses de seus clientes.

Ainda no âmbito do Direito Público, **Edgard Leite Advogados Associados** oferece atendimento completo em Direito Ambiental, envolvendo desde a análise das restrições ambientais impostas pelas diversas legislações, a defesa dos interesses dos clientes em processos de tombamento, autuações administrativas, embargos de empreendimentos, até a atuação em ações civis públicas relativas à matéria ambiental. O trabalho incorpora ainda a assessoria jurídica para a obtenção das licenças necessárias à implantação de equipamentos potencialmente poluidores e realização de estudos técnicos especializados (elaboração de pareceres) com objetivo de resguardar a responsabilidade ambiental decorrente da atividade empresarial nos âmbitos cível, administrativo e criminal.

O escritório também atua permanentemente em questões que tramitam perante o Ministério Público e órgãos de controle, especialmente perante os Tribunais de Contas da União e dos Estados, além das Controladorias das entidades estatais. Em razão disso, presta assessoria destinada a identificar e adotar providências hábeis e suficientes para conferir a plena defesa dos direitos e interesses de seus clientes.

Nos demais segmentos do Direito Público, o escritório possui equipe qualificada para atuar em matéria urbanística, administrativa e tributária, no âmbito federal, estadual e municipal. Nessa última área, oferece consultoria preventiva para promoção de um adequado planejamento tributário.

No âmbito do Direito Privado, o escritório atua em Direito Empresarial, Contratual, Família e Sucessões, Responsabilidade Civil, dentre outras. Nessa área, presta serviços para empresas, seus acionistas, dirigentes e respectivas famílias, prezando pelo atendimento personalizado e real compreensão das necessidades de cada cliente.

Dedica-se, também, ao Direito Imobiliário, conferindo aos seus clientes amplo respaldo em questões relativas à aprovação e regularização de projetos e empreendimentos das diversas espécies.

Merece destaque, por fim, a experiência do escritório nas questões envolvendo soluções alternativas de conflito, especialmente em procedimentos de Arbitragem e Mediação, instaurados perante as principais Câmaras do país e no exterior.

Com advogados de sólida formação e comprovada experiência, toda a equipe possui habilidades multidisciplinares para oferecer

soluções rápidas, sempre pautadas na ética profissional. A preocupação com o aperfeiçoamento dos colaboradores incentiva o desenvolvimento de jovens talentos, garantindo a excelência dos seus trabalhos. Além disso, uma equipe administrativa altamente treinada proporciona suporte e integração ao escritório de São Paulo e a seus correspondentes. A equipe, assim, possui capacitação para atender de forma ampla as diversas áreas do Direito, sempre pautada pelo atendimento personalizado de seus clientes, em busca de alternativas criativas e eficazes.

O escritório tem atuação internacional, por meio de parcerias, sobretudo no estado da Flórida, EUA, onde já participou, com êxito, do desenvolvimento e concretização de projetos relativos ao setor imobiliário e na assessoria jurídica para empresas estrangeiras interessadas em investimentos no Brasil.

Para **Edgard Leite Advogados Associados** é fundamental dispensar atendimento fundado no conhecimento técnico, nas melhores práticas do mercado, na adequada estratégia e no pleno alinhamento com o cliente. Tudo isso por meio de uma equipe de advogados experiente, ágil, dedicada e criativa.

Edgard Leite Advogados Associados was founded in 1966 and, since then, the pillars of their actions are professional high standards and ethics in drafting and developing legal strategies.

The firm stands out for the high quality of its multidisciplinary team, in charge of providing service in the advisory and litigation fields in different areas of law.

Throughout times, it has become a benchmark in Public and Business Law. It has wide experience in tenders and government contracts, providing its clients, public and private entities, either nationally or internationally, with the analysis of bid notices, drafting appeals, challenges and all other required measures involved in bidding processes. The firm offers preventive advisory in contracts performance and administration phases, and also judicially in matters concerning the obligations of the parties, defenses of inspections and in disputes with the contracting body, suppliers and third parties.

Another expertise is in Concessions and Public-Private Partnerships, in which they advise stakeholders on projects submissions to the public sector, either by means of a Private Sector Interest Statement (MIP) or an Interest Statement Procedure (PMI), in the most diverse areas, especially focusing on infrastructure – highways, ports, airports, telecommunications, power, sanitation. The service goes from the assistance in conceiving legal modeling for concessions and PPPs, to the consultancy in bidding procedures, and contractual performance.

Also in the scope of public Law, **Edgard Leite Advogados Associados** provides complete service in Environmental Law, encompassing environmental restriction analysis imposed by different legislation, the defense of clients' interests in processes of cultural heritage protection, administrative notices, project embargoes and operation in civil public actions regarding environmental matters. Their work also incorporates legal advisory on getting the required licenses to implement potentially polluting equipment and carry out specialized technical research (to issue legal opinions) aiming at protecting the environmental responsibility deriving from business activities in the civil, environmental and criminal scopes.

In addition, the firm permanently acts on issues maintained at the Public Prosecution Office and controlling bodies, especially

at the Federal and State Accounting Courts, as well as at the controllerships of state entities. Due to this, they render advisory services aiming to identify and adopt skillful and sufficient actions to verify the clients' full defense rights and interests.

For the other segments of Public Law the firm has a highly qualified team to work on urban planning, management, and tax matters in the federal, state and municipal fields. In the latter area, they provide preventive advisory to promote proper tax planning.

In Private Law, the law firm works on Business Law, Contract Law, Family and Successions, Civil Liability, among others. Here, they render services to companies, their shareholders, managers and their families, valuing customized service and the actual understanding of each client's needs.

In this aspect, they also dedicate to Property Law, conferring their clients great support on issues regarding the approval and regularization of projects of different kinds.

The firm's expertise in matters involving alternative dispute resolutions stands out, particularly in Arbitration and Mediation procedures filed in the main Chambers of Brazil and abroad.

With lawyers of solid education and proved experience, the entire team has multidisciplinary skills to offer quick solutions, always supported on professional ethics. The concern with the improvement of their associates motivates the development of young talents, assuring the excellence of their work. In addition, a highly trained administrative team provides support and integration to the Sao Paulo office and to their correspondents. Thus, the team is trained to widely serve the most diverse fields of Law, always based on customized service to their clients, seeking creative and efficient alternatives.

The firm acts internationally, through partnerships, mainly in Florida, USA, where it has successfully taken part in the development and fulfillment of projects linked to the real estate sector and in legal advisory to foreign companies interested in investing in Brazil.

For **Edgard Leite Advogados Associados** it is crucial to render service founded on know-how, on the market's best practices, on proper strategy and in full alignment with the client. All of it through an experienced, swift, dedicated and creative team of lawyers.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados

No exercício da advocacia e no relacionamento com seus clientes, o **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** surgiu sedimentado na experiência profissional de seus sócios, mediante firme resolução de enfrentamento dos desafios propostos por um mercado cada vez mais competitivo, exigente e sofisticado.

O escritório pauta o seu procedimento pela observância rigorosa dos princípios informadores e formadores da atividade. Os trabalhos são sempre alicerçados pela total atenção aos princípios éticos e no atendimento sério, rápido e responsável, direcionando as atividades para o melhor assessoramento jurídico possível de seus clientes.

A equipe é constituída por profissionais especializados em diferentes áreas e que dedicam-se permanentemente ao estudo de novas questões do Direito, aperfeiçoando seus conhecimentos através de cursos de extensão e especialização.

O objetivo de tanta dedicação é atender à necessidade por uma cobertura jurídica completa, oferecendo um serviço dinâmico e personalizado nos diversos campos do Direito Privado e Público, destacando-se a aptidão técnica para matérias de natureza constitucional, administrativa, tributária, criminal, eleitoral, cível em geral e regulatória.

(esq>dir)

Dr. Edson Queiroz Barcelos Júnior, Dr. Rannery Lincoln Gonçalves,
Dra. Janaína Castro de Carvalho, Dr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão,
Dra. Vanessa Alves Pereira Barbosa, Dr. José Rollemberg Leite Neto,
Dr. Luiz Felipe Bulus



Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados

A prestação de serviços extrapola o Poder Judiciário, transbordando para os Poderes Executivo e Legislativo, incluindo os Conselhos, Secretarias e Agências a eles vinculados. Merece destaque, também, a atuação do escritório perante o Tribunal de Contas da União.

O escritório atua intensamente, tanto no campo preventivo das relações obrigacionais, como na solução propriamente dita de conflitos, sempre no intuito de preservar os interesses de seus clientes, seu patrimônio, e incentivar a expansão de seus negócios, viabilizando tomadas de decisões ágeis e seguras.

Com atuação predominante nos Tribunais Superiores, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** é responsável pela condução de inúmeros processos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, as mais altas Cortes da Justiça brasileira. As matérias são as mais diversas, abrangendo demandas relacionadas a controvérsias sobre contratos civis e comerciais, problemas societários, tributários e fiscais, previdenciários, matéria criminal, improbidade administrativa, demandas imobiliárias, questões portuárias, responsabilidade ambiental, litígios relativos a Direito Público e Direito Bancário.

A prestação de serviços extrapola o Poder Judiciário, transbordando para os Poderes Executivo e Legislativo, incluindo os Conselhos, Secretarias e Agências a eles vinculados. Merece destaque, também, a atuação do escritório perante o Tribunal de Contas da União.

O escritório prioriza, na prestação de seus serviços legais, a constante busca de soluções jurídicas que levem em consideração as peculiaridades, o negócio, a cultura e as metas de seus clientes. A consciência dessa circunstância emoldurou o perfil da organização, além de constituir-se na mola propulsora de todos os seus movimentos e na inspiração de suas estratégias. Resultados sólidos e inovadores, avaliação séria e correta dos riscos, alicerçada em longa e profunda experiência em todos os ramos do Direito.

A **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** possui uma ampla sede, localizada em Brasília, Distrito Federal. Sua estrutura física é composta por vários gabinetes, salas de reunião, uma biblioteca rica em obras clássicas e contemporâneas, dentre outros diversos espaços destinados à consecução de sua atividade. A organização está em conformidade com os padrões mais modernos de administração. Os processos de trabalho são inteligentes e constantemente otimizados diante das mudanças conjunturais. Os vários setores estão interligados, evidenciando a visão sistêmica, garantindo eficiência e eficácia aos trabalhos desenvolvidos.

O escritório sabe que a concorrência existente no mercado jurídico é enorme, concorrência essa que só tender a crescer. Assim, uma grande formação acadêmica, associada com uma eficiente prática jurídica, mostra-se de grande importância para o sucesso na profissão da advocacia. A **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados**, preocupada em ajudar na formação de novos profissionais, oferece um programa de estágio que tem como objetivo propiciar ao estudante uma visão completa unindo teoria e prática.

A **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** tem investido incessantemente na formação de seus profissionais, na tecnologia e gestão da informação e do conhecimento. O somatório de todas essas características resulta na excelência da qualidade do trabalho desenvolvido, considerando sempre o objetivo prioritário: a satisfação do cliente.

Dr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão. Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria-RS. Integrou por quatorze anos o Ministério Público do Rio Grande do Sul, obtendo todas as promoções pelo critério do merecimento. Exerceu o magistério superior na Universidade de Cruz Alta e na Escola Superior do Ministério Público/RS. Exerceu função de assessor jurídico da Assembleia Nacional Constituinte. Integrou a Comissão de Direitos Difusos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Exerce a advocacia nos Tribunais Superiores desde 1990. É membro do Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

While operating law and in customer relationship, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** was founded on the professional experience of its founding partners, holding the clear intention of facing challenges presented by an increasingly competitive, demanding and sophisticated market.

The firm bases its procedures on strictly observing principles both informing and forming the activity. Works are always supported by fully paying attention to ethical principles and in serious, rapid and responsible service, thus aiming activities to the best possible legal advice to its clients.

The team consists of professionals specialized in different fields of law, who constantly dedicate themselves to study new issues in Law, enhancing their knowledge by means of extended and specialization studies.

The objective of such dedication is to serve the necessity of full legal coverage, providing dynamic and customized service in many fields of Law – both privately and publicly – distinguishing for their technical expertise in matters of constitutional, administrative, tax, criminal, electoral, civil and regulatory nature.

The firm intensively operates in preventing binding obligations and in actually solving disputes, always aiming at preserving their clients' interests, their assets and motivating the business expansion, enabling fast and secure decision taking.

Mainly operating at High Courts, **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** is responsible for guiding numerous lawsuits at the Supreme Court and Superior Court of Justice, the highest courts in the Brazilian Justice system. The range of matters is wide, encompassing demands related to controversies on civil and commercial contracts, corporate and tax problems, pension plans, criminal matters, administrative corruption, real estate issues, port issues, environmental responsibility and litigations related to Public and Banking Law.

Service goes beyond the Judiciary, passing to the Executive and Legislative Branches, including Councils, Departments and Agencies related to them. Highlighted is also the firm's practice by the Federal Accounting Court and Federal District Accounting Court.

The firm focuses on the constant search for legal solutions, considering peculiarities, the business itself, culture and clients' targets when providing its legal services. Awareness of such

condition has framed the company's profile, besides becoming the mainspring of all of its movements and strategies inspiration. Through solid and innovative results, serious and correct risks assessment, based on long and deep experience in all the areas of Law, the firm has prioritized practice at High Courts.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados' large headquarters are located in Brasília, in the Federal District. Its construction is formed by several cabinets, meeting rooms, a dense library with classic and contemporary pieces of work, among many other spaces destined to the performance of their activities. The company complies with the most modern standards in business administration. Work processes are smart and constantly optimized so to consider conjuncture changes. The many sectors are connected, putting systemic view in evidence, and ensuring efficiency and effectiveness to developed works.

The firm understands that the existent competition in the legal market is fierce, something that only tends to grow. Thus, great educational background linked to an efficient law practice proves to be greatly important for the success of the legal profession, and **Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados** is concerned in helping to train new professionals, carrying out a traineeship program that aims to provide students with a complete vision, uniting theory and practice.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão Advogados Associados has continuously invested in training its professionals, in technology and management of information and knowledge. Summing up all these aspects outcomes in quality excellence on the work developed, always taking their main target into account: customer satisfaction.

Mr. Eduardo Antônio Lucho Ferrão. Graduated from Universidade Federal de Santa Maria-RS. For 14 years he was a member of the Prosecution Office of Rio Grande do Sul, receiving all promotions by merit. He's worked as a professor at Universidade de Cruz Alta and Escola Superior do Ministério Público/RS. He has worked as legal advisor at the National Constitutional Convention. He's integrated the Commission of Diffuse Right of the Federal Council of Ordem dos Advogados do Brasil. He's been practicing law at High Courts since 1990. Member of Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

Fidalgo Advogados

As atividades do escritório **Fidalgo Advogados** iniciaram-se no ano de 2016, muito embora o seu sócio titular já atuasse profissionalmente há mais de 15 anos. **Alexandre Fidalgo** ganhou fama defendendo jornalistas que foram alvo da chamada indústria do dano moral.

Com uma equipe de profissionais altamente especializada, atua nas áreas de Comunicação, Entretenimento, Direito Autoral, Direito Marcário, Direito Eleitoral e Penal, Regulatório de Radiodifusão, Direito Constitucional e Processual. Também se destaca em questões de Improbidade Administrativa, Processo Civil Empresarial e nas questões envolvendo demandas complexas de Direito Civil, além de questões Imobiliárias, Planos de Saúde, entre outros.

O escritório exerce a chamada advocacia de *boutique*, ainda que aplicada a volumes expressivos de processo e de trabalho. Busca sempre empregar um trabalho técnico e com presença constante da equipe em despachos com magistrados, apresentação de memoriais antes dos julgamentos nos tribunais e sustentações orais. O andamento do trabalho é feito com base na ampla visão dos negócios do cliente, relações mais próximas e de confiança.

Na parte consultiva, procura entender as demandas e as urgências, para uma correta prestação dos serviços.

Comprometido com a excelência na prestação de serviço. A preocupação é apresentar para cada caso uma solução especial, preservando a individualidade e reconhecendo a sua importância.

Qualidade, competência e efetividade nas medidas, sempre com um trabalho ético são alguns dos valores primordiais do escritório.

Fidalgo Advogados, possui profissionais de excelência, com doutorado, mestrado ou especialização, além de anos de profunda dedicação nas áreas de atuação, o que é refletido nos altos índices de sucesso obtido pela sociedade e que tem permitido prover seus clientes com serviços jurídicos qualificados e compatíveis com suas necessidades.



(dir»esq)

Dr. Alexandre Fidalgo, Dra. Ana Fuliari, Dra. Juliana Akel Diniz

Fidalgo Advogados

Fidalgo Advogados, possui profissionais de excelência, com doutoramento, mestrado ou especialização, além de anos de profunda dedicação nas áreas de atuação, o que é refletido nos altos índices de sucesso obtido pela sociedade e que tem permitido prover seus clientes com serviços jurídicos qualificados e compatíveis com suas necessidades.

Pelo reconhecimento de sua atuação, especialmente na área de Comunicação, o sócio Alexandre Fidalgo foi premiado pela importante publicação *Anuário 500 da Advocacia*.

Com sede em São Paulo, na Avenida Paulista, e filial na cidade de Brasília, **Fidalgo Advogados**, atua em todo o Brasil e seus profissionais estão aptos a atender nos idiomas português, inglês e francês.

Alexandre Fidalgo. Mestre em Direito pela PUC/SP, especialização em Processo Civil pela PUC/SP, especialização em Direito Constitucional pela PUC/SP, graduado em Direito pela FMU/SP, articulista do site Conjur. Palestras apresentadas sobre direito eleitoral, direito de comunicação, direito autoral e processo civil. Reconhecimento como advogado admirado no ano de 2015 nas áreas de Comunicação e Construção Civil, dado pela *Análise Editorial*. Palestras nas áreas de direito eleitoral e de comunicação.

Ana Fuliaro. Doutora em Direito pela USP, graduada em Direito pela USP, professora convidada do curso de Pós-Graduação do IDP-DF e professora concursada da UNISANTOS. Autora de diversos artigos científicos. Sócia e gestora do consultivo das áreas direito eleitoral, contratual e entretenimento do escritório.

Juliana Akel Diniz. Pós-graduada em processo civil pela PUC/SP, graduada pela FMU/SP. Especialização nas áreas do direito da comunicação/entretenimento e processo civil. Sócia e gestora das respectivas áreas do escritório.

Claudia de Brito Pinheiro David. Pós-graduada em processo civil pela PUC/SP, graduada pela PUC/SP. Palestras sobre processo civil. Especialista em processo e direito da comunicação.

Michael Gleidson Araújo Cunha. Graduado pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Especialista em processo e direito da comunicação.

Adriana Dallanora. Especialização em Direito Processual Civil – PUC/SP; Especialização em Direito Tributário – PUC/SP; Especialização em Jurisdição Federal – ESMAFESC (Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina); Pesquisadora do PET-CAPES nas áreas de Direito Constitucional, Teoria Constitucional, Direitos Humanos e Filosofia do Direito na UFSC; Graduação em Direito na UFSC.

Natasha Ingrid Makdissi. Pós-graduanda em processo na PUC/SP e com especialização em Direito Tributário pelo IBET. Graduada pela FMU.

Albano Rocha Teixeira. Graduado na Universidade de Coimbra, em Portugal. Pós-graduado na Universidade de Fortaleza na área de direito de família e especialização em direito internacional, arbitragem e direito de propriedade.

Gisele Melo. Pós-graduada em Direito Constitucional (Damásio) e pós-graduanda em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

Thais Marques. Curso na área de contrato pela FGV. Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Hugo Vitor Vecchiato. Pós-graduando em Direito Empresarial na FGV-SP. Colunista jurídico da Rádio Bandeirantes (2015 a 2017). Graduado em Direito pela FMU. Graduado em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero.

Letícia Cerezini. Membro efetivo da Comissão de Jovem Advocacia da OAB. Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Karen Motta. Especialização na área de direito da comunicação/entretenimento. Cursos diversos nas áreas de mídia, internet, comunicação e de direitos fundamentais da proteção da dignidade da pessoa humana. Graduação em Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Guilherme Martins. Graduação em Direito na UNICEUB – Brasília.

Talita Teixeira. Especialista em Processo Civil pela EPD. Graduada em Direito pela FMU.

Katia Gomez. Pós-graduanda em direito econômico na FGV; curso de especialização na PUC e graduação na FMU.

The activities of **Fidalgo Advogados** began in 2016, even though its main partner had been working professionally for more than 15 years. Alexandre Fidalgo became famous for defending journalists who were the targets of the so-called ‘moral damage’ industry.

With a highly specialized team of professionals, the firm works in the following areas: Communication, Entertainment, Copyright, Trademark Law, Electoral and Criminal Law, Regulatory of Broadcasting, Constitutional and Procedural Law. They also excel in issues related to Misconduct in Public Office, Civil Business Procedure and in issues involving complex disputes in Civil Law, in addition to Real Estate, Health Insurance, and others.

It is considered a so-called boutique law firm, despite the fact they apply their practice to considerable loads of work and processes. They always try to employ technical work and with constant presence of the team in orders with judges, presentation of memorials before court trials and oral arguments. The work progress is based on the broad vision of the client’s business, closer relationships and trust.

In the advisory field, the firm seeks to understand the demands and urgencies, in order to provide the correct services, committed to excellence in service delivery. Their concern is to present a special solution for each case, preserving the individuality and recognizing its importance.

Quality, competence and effectiveness in the measures, always through ethical work, are some of the prime values of the firm.

Fidalgo Advogados has professionals of excellence, with a doctorate, master’s or specialization degrees, in addition to years of deep dedication to their operation areas, which is reflected in the high success rates obtained by the company and that has allowed them to provide their clients with qualified and compatible legal services with their needs.

For the recognition of his performance, especially in the area of Communication, the partner Alexandre Fidalgo was awarded by the important publication *Anuário 500 da Advocacia*.

Headquartered in São Paulo, at Avenida Paulista and having a branch office in Brasília, **Fidalgo Advogados**, operates throughout Brazil and its professionals are able to attend in Portuguese, English and French.

Alexandre Fidalgo. Master of Laws from PUC/SP, graduate certificate in Civil Procedure from PUC/SP, graduate certificate in Constitutional Law from PUC/SP, graduated in Law from FMU/SP, write of the Conjur website. Lectures on electoral law, communication law, copyright and civil procedure. Recognized as an admired lawyer in 2015 in the fields of Communication and Civil Construction, by *Análise Editorial*. Lectures on electoral law and communication.

Ana Fuliaro. J.D. by USP, Law degree from USP, invited professor at the postgrad studies of IDP-DF and professor by public exam at UNISANTOS. Author of several scientific articles. Partner and manager of advisory in the fields of electoral, contract and entertainment law at the firm.

Juliana Akel Diniz. Graduate certificate in civil procedure from PUC/SP, graduated from FMU/SP. Specializing in communication/entertainment and civil procedure. Partner and manager of the respective areas of the firm.

Claudia de Brito Pinheiro David. Graduate certificate in civil procedure from PUC/SP, graduated from PUC/SP. Lectures on civil procedure. Specialist in communication process and law.

Michael Gleidson Araújo Cunha. Master by Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Specialist in communication process and law.

Adriana Dallanora. Graduate certificate in Civil Procedural Law – PUC/SP; Graduate certificate in Tax Law – PUC/SP; Graduate certificate in Federal Jurisdiction – ESMAFESC (Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina); Researcher at PET-CAPES in Constitutional Law, Constitutional Theory, Human Rights and Philosophy of Law at UFSC; Law degree from UFSC

Natasha Ingrid Makdissi. Candidate to a graduate certificate in Civil Procedure at PUC/SP and graduate certificate in Tax Law from IBET. Graduated from FMU.

Albano Rocha Teixeira. Graduated from Universidade de Coimbra, in Portugal. Graduate certificate from the Universidade de Fortaleza in Family Law and in international law, arbitration and property law.

Gisele Melo. Postgraduate certificate in Constitutional Law (Damásio) and candidate to a postgraduate certificate in Civil Procedural Law at PUC/SP. Graduated in Law from the Sao Bernardo do Campo Law School.

Thais Marques. Studied in the field of contract at FGV. Graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Hugo Vitor Vecchiato. Candidate to a postgraduate certificate in Environmental Law at FGV-SP. Legal columnist of Radio Bandeirantes (2015-2017). Graduated in Law from FMU. Graduated in Social Communication from Faculdade Cásper Líbero.

Letícia Cerezini. Tenured member of the Young Law Practice Commission of OAB. Graduated in Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Karen Motta. Specializing in communication/entertainment rights. Several studies in media, Internet, communication, and fundamental rights of human person dignity protection. Graduated in Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Guilherme Martins. Graduated in Law from UNICEUB – Brasília.

Talita Teixeira. Postgraduate certificate in Civil Procedure from EPD. Graduated in Law from FMU.

Katia Gomez. Graduate certificate in economic law from FGV; postgraduate certificate at PUC and graduated from FMU.

Francisco Ortigão Advogados



Francisco Ramalho Ortigão Farias, advogado e professor da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ, fundou o escritório em 2001 diante da necessidade de uma advocacia pautada na ética, no aperfeiçoamento técnico-político e, principalmente, na luta pela liberdade diante do discurso legislativo de ampliação do poder de punir do Estado como resposta aos anseios de justiça social.

O escritório é especializado nas áreas do direito penal empresarial, direito penal clássico, compliance, anticorrupção, elaboração e implementação de programas de compliance, investigação interna de fraudes, assessoria empresarial e gestão do passivo trabalhista de empresas. Também tem ampla experiência de atuação nos segmentos econômicos: saúde, infraestrutura, indústria naval, entretenimento, varejo e serviços de um modo geral.

A banca de advogados tem ampla experiência em causas criminais complexas e de repercussão nacional envolvendo o direito penal econômico. A atuação perante os tribunais regionais federais, de justiça e superiores destaca-se pela elaboração de teses e estratégias jurídicas com performance positiva, gerando *leading cases*.

Francisco Ortigão Advogados faz assessoria jurídica empresarial estratégica com foco no resultado. Assim, prima pela qualidade em detrimento da quantidade. O atendimento é personalizado.

Sentados (esq>dir)

Dr. Francisco Ortigão, Dra. Michelle Gaetani

Em pé (esq>dir)

Dr. Domingos Gomes, Dr. Walter Augusto Cardoso, Dra. Camila Cota, Dr. Túlio Memoria, Dra. Thaís Fernandes, Dr. Bruno Terra de Moraes

Francisco Ortigão Advogados

Francisco Ortigão Advogados faz assessoria jurídica empresarial estratégica com foco no resultado. Assim, prima pela qualidade em detrimento da quantidade. O atendimento é personalizado.

A equipe conta com a assessoria de profissionais paralegais (peritos, investigadores, contadores, economistas, profissionais de tecnologia da informação, jornalistas, dentre outros) experientes. O departamento de comunicação social também auxilia em gestão de crises.

Com sede na região central do Rio de Janeiro, próximo à sede do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, atende todo o território nacional com o auxílio de correspondentes em todos os estados.

2008 Ano que transferiu a sede da Rua México para a Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Forte atuação no campo punitivo em causas vinculadas ao direito penal econômico: crimes praticados por funcionários públicos, lavagem de dinheiro, crimes empresariais, ambientais, contra a saúde pública e relações de consumo, crimes tributários e contra a seguridade social, bem como em sindicâncias administrativas, patrimonial e processos disciplinares.

2009 As áreas cível e trabalhista foram instituídas. Teve início a assessoria jurídica nacional, no âmbito do direito da saúde (hospitais, clínicas, operadoras de plano, organizações sociais e profissionais do ramo).

2011 O serviço de compliance passou a ser realizado. Assessoramento com vistas a melhorar os procedimentos do cliente a partir de normas éticas, administrativas e jurídicas e, com isso, reduzir os efeitos negativos no plano econômico e punitivo das ações empresariais.

2012 Agregou à banca a assessoria nas áreas de contratos em geral, direito de família, sucessório, imobiliário e empresarial (societário, falência, recuperação, locação comercial e legalização de empresas), bem como a assistência jurídica às associações de classe.

2014 Com o objetivo de melhorar a integração da equipe multidisciplinar, o escritório transferiu a filial localizada na Av. Venezuela para o endereço da sua sede, concentrando todas as áreas em um único espaço. Tudo para tornar o trabalho mais eficiente e propiciar maior comodidade.

2015 Neste ano, o escritório passou por uma reestruturação de gestão, priorizando o atendimento ao cliente e toda a área de comunicação social.

2016 E 2017 A atuação na área do direito penal empresarial, compliance, anticorrupção, assessoria empresarial e direito do trabalho obteve destaque. O Dr. Francisco Ortigão, fez várias declarações à imprensa sobre as ilegalidades praticadas na chamada “Operação Lava Jato”. Participou ativamente na reestruturação da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas no Rio de Janeiro como membro do Conselho Gestor e Secretário Geral da entidade.

Francisco Ramalho Ortigão Farias. Graduado em direito pela Faculdade Nacional (UFRJ). Em 2006, obteve o título de mestre em ciências penais pela Universidade Candido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro. Em 2008, concluiu especialização em direito penal econômico pela Universidade de Coimbra em parceria com o IBCCRIM. Em 2010, tomou posse como professor efetivo de prática penal da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), onde foi nomeado coordenador do Núcleo de Prática Jurídica no ano seguinte. Em 2015, ingressou no curso de doutorado em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense. É pesquisador registrado no CNPQ. Em 2016, participou da reestruturação da Associação dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM) no Rio de Janeiro na função de membro do Conselho Gestor e Secretário Geral. Profere palestras e aulas em cursos de pós-graduação sobre os seguintes temas: compliance, anticorrupção, processo penal, direito penal empresarial e advocacia criminal. Destaca-se pela técnica, responsabilidade, confiabilidade, criatividade e acessibilidade aos clientes. Tem *expertise* na área do direito criminal em geral e direito administrativo, com ênfase no direito penal econômico e empresarial, anticorrupção, compliance, lavagem de dinheiro, direito administrativo disciplinar e gestão pública.

Michelle Monteiro Gaetani Ramalho Ortigão Farias. Advogada graduada em direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pós-graduada em Direito Empresarial, com ênfase em contratos pela FGV. Pós-graduada em Direito Marítimo pelo Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Rio de Janeiro (SINDARIO). Possui curso de extensão em Compliance e Anticorrupção pela Legal, Ethics & Compliance. Michelle é especializada na área empresarial, com destaque para *compliance* e prevenção à corrupção e *due diligence*. Possui também experiência no setor imobiliário, de contratos em geral, bem como em questões envolvendo o direito de família.

Francisco Ramalho Ortigão Farias, lawyer and professor at Faculdade Nacional de Direito / UFRJ, founded the firm in 2001 in the face of the need for an ethics-based law practice, technical-political improvement and, above all, the struggle for freedom before the legislative speech of power extension to punish the State as a response to the aspirations of social justice.

The firm specializes in the areas of corporate criminal law, classic criminal law, compliance, anti-corruption, drafting and implementation of compliance programs, internal fraud investigation, business advice and management of corporate labor liabilities. It also has extensive experience in the following economic segments: Health, infrastructure, naval industry, entertainment, retail, and services in general.

The law firm has broad experience in complex criminal causes and of national repercussion involving the economic criminal law. The action before the regional, federal and higher courts is distinguished by the preparation of theses and legal strategies with positive performance, generating leading cases.

Francisco Ortigão Advogados provides strategic corporate legal advice focused on results. Thus, it tops quality over quantity. Service is personalized.

The team counts on the advisory of experienced professionals (experts, researchers, accountants, economists, information technology professionals, journalists, among others). The media department also assists in crisis management.

Headquartered in the central region of Rio de Janeiro, near the main offices of the Court of Justice and the Federal Regional Court of the 2nd Region, it serves the entire national territory with the assistance of correspondents in all states.

2008 Year in which the firm moved the headquarters from Rua Mexico to Avenida Rio Branco, in downtown Rio de Janeiro. Strong performance in the punishing field in cases related to economic criminal law: Crimes committed by public officials, money laundering, corporate crimes, environmental crimes, crimes against public health and consumer relations, tax crimes and against social security, as well as crimes in administrative, property and disciplinary processes.

2009 The civil and labor areas were created. National legal advisory had its start in the scope of health law (hospitals, clinics, health insurance operators, social organizations, and professionals of this segment).

2011 Start of compliance service provision. Advice aiming at improving client's procedures based on ethical, administrative and legal standards, and with that, reduce the negative effects on the economic and punitive aspects of corporate actions.

2012 Addition to advisory services in the fields of contracts in general, family law, succession, real estate, and business law (corporate, bankruptcy, reorganization, commercial leasing, and legalization of companies), as well as legal advisory to class associations.

2014 In order to improve the integration of the multidisciplinary team, the firm transferred the branch located at Av. Venezuela to its headquarters address, concentrating all areas in a single space. All to make work more efficient and provide more convenience.

2015 In this year, the firm underwent a management restructuring, prioritizing customer service and all the social communication area.

2016 AND 2017 Work in the corporate criminal law, compliance, anticorruption, business advice and labor law areas stands out. Attorney Francisco Ortigão made several statements to the press about illegalities practiced in the so-called “Operação Lava Jato” (car wash operation). He actively participated in the restructuring of the Brazilian Association of Criminal Lawyers in Rio de Janeiro as a member of the Management Council and Secretary General of the entity.

Francisco Ramalho Ortigão Farias. Graduated in Law from Faculdade Nacional (UFRJ). In 2006, he received the title of Master of Criminal Science from the Universidade Candido Mendes (UCAM), in Rio de Janeiro. In 2008, he finished his postgraduate studies in Economic Criminal Law at Universidade de Coimbra partnering with IBCCRIM. In 2010, he took office as tenured professor of Criminal Practice at Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), where he was appointed coordinator of the Legal Practice Center the following year. In 2015, he enrolled in a PhD in sociology and law at Universidade Federal Fluminense. Francisco is a registered researcher of CNPQ. In 2016, he participated in the restructuring of the Associação dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM) in Rio de Janeiro as a member of the Management Council and Secretary General. He holds lectures and classes in postgraduate courses on the following topics: compliance, anti-corruption, criminal procedure, corporate criminal law and criminal law. He stands out for his technique, accountability, reliability, creativity, and accessibility to clients. He has expertise in the area of criminal law in general and administrative law, with emphasis on economic and corporate criminal law, anti-corruption, compliance, money laundering, administrative disciplinary law and public management.

Michelle Monteiro Gaetani Ramalho Ortigão Farias. Lawyer graduated from Universidade Cândido Mendes (UCAM). Postgraduate certificate in Business Law with emphasis in contracts from FGV. Postgraduate in Maritime Law from Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Rio de Janeiro (SINDARIO). She took an extension course in Compliance and Anti-corruption at Legal, Ethics & Compliance. Michelle specializes in the business field, standing out in compliance and anti-corruption and due diligence. She is also experienced in the real estate field, in contracts in general, as well as in issues involving family law.

Gamil Föppel Advogados Associados

Fundado em 2006 pelo advogado **Gamil Föppel**, o escritório **Gamil Föppel Advogados Associados** tem atuação profissional de qualidade, pautada na ética, no zelo e no sigilo. Comprometida com esses pilares, a banca vem construindo uma verdadeira história de sucesso e referência na seara criminal.

O **Gamil Föppel Advogados Associados** trabalha com uma equipe de profissionais qualificados e em permanente atualização. Todos os membros da banca são pós-graduados ou pós-graduando nas áreas afins à atuação do escritório e são selecionados pelo seu destaque nos cursos das melhores faculdades. Muitas vezes, integram a equipe desde a graduação e por isso são formados com apreço aos valores e à forma de atuação referidos. Atualmente, possui sedes em Salvador, Recife, Natal, Aracaju, Rio de Janeiro e Brasília e conta, ainda, com uma rede de correspondentes e parceiros em todo o país.

A banca preza por um atendimento diferenciado, norteado pela sensibilidade e pelo respeito ao ser humano. Garante também acompanhamento personalizado, por meio de pareceres e orientações técnicas e de advocacia perante aos órgãos administrativos e judiciais. Seu escopo principal é garantir um serviço célere, inovador e eficiente, sempre com a participação dos advogados responsáveis, que possuem reconhecida titulação acadêmica.

O escritório trata, sobretudo, dos crimes contra a ordem econômica, tributária, relações de consumo, finanças públicas, bem como delitos contra os sistemas previdenciário e financeiro nacional, além de crimes contra o meio ambiente. A atuação estende-se aos crimes falimentares, de lavagem de capitais, eleitorais, contra a honra e os praticados por meio da imprensa, além da defesa em processo por improbidade administrativa. Abrange também os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça, além dos Tribunais Regionais Federais.

(esq»dir)

Dr. Gamil Föppel (sentado), **Dr. Alan Siraisi**, **Dra. Roberta Föppel**,
Dr. Thiago D'Oliveira, **Dra. Gisela Borges**



Gamil Föppel Advogados Associados

Em razão de sua atuação, detém diversas premiações, sendo reconhecido nos últimos dez anos, pelo Anuário Advocacia 500, como um dos escritórios mais importantes e admirados do país, na área do Direito Penal.

Convém destacar que o escritório não restringe suas atividades à área judicial, pois acompanha todo e qualquer tipo de investigação que possa resultar em uma ação penal, sendo responsável pela instrução de defesa de inquéritos policiais, investigações administrativas e, inclusive, Comissões Parlamentares de Inquérito. Também se destina ao assessoramento de empresas no controle interno e, se houver necessidade, na defesa como assistente de acusação, afim de recuperar bens de seus interesses.

Em razão de sua atuação, detém diversas premiações, sendo reconhecido nos últimos dez anos, pelo *Anuário Advocacia 500*, como um dos escritórios mais importantes e admirados do país, na área do Direito Penal. **Gamil Föppel**, também aparece no *ranking* nacional como o terceiro profissional mais admirado do país e o primeiro mais admirado no estado da Bahia, na área penal.

Gamil Föppel. Doutor em Direito Penal Econômico pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Ciências Criminais pelo Instituto de Estudos Luiz Flávio Gomes-SP. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito de Coimbra. Advogado Criminalista. Bacharel em Direito pela UFBA. Membro da Comissão de Juristas, nomeado pelo Senado Federal, para a Revisão do Código Penal. Membro da Comissão de Juristas, nomeado pelo Senado Federal, para a Revisão da Lei de Execuções Penais. Condecorado pela Assembleia Legislativa da Bahia com a Comenda Dois de Julho (2015) – a mais alta honraria do legislativo baiano – e agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo Câmara dos Deputados (2011). Também professor de Direito Penal e de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Pós-Graduação da Faculdade Baiana de Direito e do Ciclo. Professor do Cers/Múltipla (Complexo de Ensino Renato Saraiva) e da Rede LFG/SP, além do Curso Pretorium/MG, do Espaço Jurídico/PE, da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e da Escola Superior da Advocacia/SP. É uma das principais referências na programação anual do evento *Novas Teses das Ciências Criminais*. Autor dos livros: *A Função da Pena na Visão de Claus Roxin; Crimes Tributários – Análise Criminológica das Organizações Criminosas da Inexistência à Impossibilidade de Conceituação, Manifestação do Direito Penal do Inimigo; Direito Penal Parte Especial* (Editora: JusPodivm). Organizador dos livros *Novos Desafios do Direito Penal no Terceiro Milênio – Estudos em Homenagem ao Professor Fernando Santana; e Ciências Criminais no Século XXI – Estudos em Homenagem aos 180 anos da Faculdade de Direito do Recife; Comentários Críticos à Lei Brasileira de Lavagem de Capitais* (Editora: Lumen Juris) e *Código Penal Comentado – Doutrina e Jurisprudência* [Capítulo: *Comentários à Respeito dos Crimes Contra a Honra*], em conjunto com Gabriel Dalla (Editora: Manole).

Roberta Föppel. Advogada, pós-graduada pela Universidade Católica de Salvador, pós-graduada em Direito Público (JusPodivm/Unyahna). Especialização em Crimes contra a Ordem Econômica, Tributária, Relações de Consumo, Finanças Públicas, Sistema Previdenciário, Sistema Financeiro Nacional, Meio Ambiente, Falimentares, de Lavagem de Capital, Eleitorais, contra a Honra e Defesa em Processo por Ato de Improbidade Administrativa.

Gisela Borges. Advogada, graduada pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduada em Direito Penal Econômico e Europeu, pela Universidade de Coimbra; e em Direito do Estado, pela Faculdade Baiana de Direito. Especializações em: Crimes contra a Ordem Econômica, Tributária, Relações de consumo, Finanças Públicas, Sistema Previdenciário, Sistema Financeiro Nacional, Meio Ambiente, Falimentares, de Lavagem de Capitais, Eleitorais, contra a Honra e Defesa em Processo por Ato de Improbidade Administrativa.

Alan Siraisi. Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduando em Direito Eleitoral pela Faculdade Baiana de Direito.

Thiago Maia D’Oliveira. Graduado em Direito pela Universidade Salvador, pós-graduado em Ciências Criminais pela Faculdade Baiana de Direito.

Founded in 2006 by lawyer **Gamil Föppel**, **Gamil Föppel Advogados Associados** provides professional quality work, based on ethics, interest and secrecy. Committed to these pillars, the firm has been building a true history of success and reference in criminal justice.

Gamil Föppel Advogados Associados works with a team of qualified and constantly updated professionals. All members of the law firm hold a graduate certificate or are candidates to a graduate certificate in areas related to the firm and are selected for their prominence in the courses of the best colleges. Often, they have been part of the team since they graduated and therefore are trained with appreciation of the values and the way of acting referred to. Currently, it has offices in Salvador, Recife, Natal, Aracaju, Rio de Janeiro and Brasilia and also has a network of correspondents and partners throughout the country.

The firm provides differentiated service, guided by sensitivity and respect for the human being. It also guarantees personalized monitoring through opinions, and technical and legal advice before the administrative and judicial bodies. Its main scope is to guarantee a fast, innovative and efficient service, always with the participation of the responsible lawyers, who have recognized academic qualification.

The firm deals mainly with crimes against the economic order, tax crimes, consumer relations crimes, public finance, as well as crimes against the national social security and financial systems, as well as crimes against the environment. The action extends to bankruptcy crimes, money laundering, electoral crimes, crimes against honor and those practiced through the press, as well as the defense in process for misconduct in office. It also covers the High Courts, the Courts of Justice, as well as the Federal Regional Courts.

It should be noted that the firm does not restrict its activities to the legal field, as it monitors any and all investigations that may result in a criminal action, and is responsible for the production of evidence in police investigations, administrative investigations and even Parliamentary Inquiry Committees. It also advises companies on internal control and, if necessary, on defense as an accusation assistant, in order to recover assets of their interest.

Due to its performance, it holds several awards, having been recognized in the last ten years by the *Anuário Advocacia 500*, as one of the most important and admired law firms in the country in the Criminal Law area. **Gamil Föppel** also appears in the national ranking as the third most admired professional in the country and the first most admired in the state of Bahia, in the criminal area.

Gamil Föppel. J.D. of Economic Criminal Law from Universidade Federal de Pernambuco. Master of Criminal Law from Universidade Federal da Bahia. Postgraduate certificate in Criminal Science from Instituto de Estudos Luiz Flávio Gomes-SP. Postgraduate certificate in Economic Criminal Law from the

Coimbra Law School. Criminal Lawyer. Bachelor of Laws from UFBA. Member of the Jurists’ Commission, appointed by the Federal Senate for the Criminal Code Revision. Member of the Jurists’ Commission, appointed by the Federal Senate for the Act of Criminal Sentencing Revision. Awarded by the Legislative Assembly of Bahia with Comenda Dois de Julho (2015) – the highest honor of the Bahian legislature – and awarded the Legislature of the House of Representatives Medal of Merit (2011). Also Professor of Criminal Law and Criminal Procedural Law of the Law School of Universidade Federal da Bahia, and Graduate course of the Faculdade Baiana de Direito e do Ciclo. Professor of Cers/Múltipla (Complexo de Ensino Renato Saraiva) and Rede LFG/SP, in addition to Pretorium / MG course, of Espaço Jurídico/PE, the Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) and Escola Superior da Advocacia/SP. Is one of the major references in the annual schedule of the event *New Theses of Criminal Science*. Author of the books: *A Função da Pena na Visão de Claus Roxin; Crimes Tributários – Análise Criminológica das Organizações Criminosas da Inexistência à Impossibilidade de Conceituação, Manifestação do Direito Penal do Inimigo; Direito Penal Parte Especial* (JusPodivm). Organizer of the books: *Novos Desafios do Direito Penal no Terceiro Milênio – Estudos em Homenagem ao Professor Fernando Santana; e Ciências Criminais no Século XXI – Estudos em Homenagem aos 180 anos da Faculdade de Direito do Recife; Comentários Críticos à Lei Brasileira de Lavagem de Capitais* (Publisher: Lumen Juris) and *Código Penal Comentado – Doutrina e Jurisprudência* [Chapter: *Comentários à Respeito dos Crimes Contra a Honra*], together with Gabriel Dalla (Publisher: Manole).

Roberta Föppel. Lawyer, postgraduate certificate from Universidade Católica em Salvador, postgraduate certificate in Public Law (JusPodivm/Unyahna). Specializing in Crimes against the Economic Order, Tax Crimes, Consumer Relations Crimes, Public Finance Crimes, Crimes against the Social Security System, against the National Financial System, against the Environment, Bankruptcy Crimes, Money Laundering, Election Crimes, Crimes against Honor and Defense in Process by Misconduct in office.

Gisela Borges. Lawyer, graduated from Universidade Federal da Bahia, postgraduate certificate in Economic and European Criminal Law from Universidade de Coimbra; and in State Law from Faculdade Baiana de Direito. Specializing in: Crimes against the Economic Order, Tax Crimes, Consumer Relations Crimes, Public Finance Crimes, Crimes against the Social Security System, against the National Financial System, against the Environment, Bankruptcy Crimes, Money Laundering, Election Crimes, Crimes against Honor and Defense in Process by Misconduct in office.

Alan Siraisi. Graduated in Law from Universidade Federal da Bahia, candidate to a postgraduate certificate by Faculdade Baiana de Direito.

Thiago Maia D’Oliveira. Graduated in Law from Universidade Salvador, postgraduate certificate in Criminal Science from Faculdade Baiana de Direito.

Homero Costa Advogados



Celebrando em 2018 o primeiro centenário da Sociedade e registrada sob o nº 001 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, **Homero Costa Advogados** é a primeira Sociedade de Advogados do Estado. Funciona ininterruptamente desde 1918, quando Homero Paulino da Costa (1893-1986) fundou e instalou a sua banca no Sul do Estado, no município de Machado.

A Sociedade completará seu primeiro centenário em 2018, reafirmando a intensa atividade no mercado jurídico mineiro e nacional. **Homero Costa Advogados** é dirigida por **Stanley Martins Frasão**, que contou com os conselhos de **Túlio Vieira da Costa**, filho do fundador da Sociedade, até 9/9/2013, data do falecimento deste.

Homero Costa Advogados é reconhecida por sua forte imagem, associada à excelência, ética, transparência, tradição, modernidade e competência.

Composta por dez sócios e quatro associados, a Sociedade completa-se com profissionais de alto nível técnico e distinção no

meio jurídico, os quais atuam nas áreas de Direito Civil, Empresarial, Societário e Corporativo, Família e Sucessões, Planejamento Sucessório, Reestruturação Societária, Aquisições e Fusões, Bancário, Consumidor, Ambiental, Direitos Autorais, *Compliance*, Arbitragem e Mediação, Penal, Tributário, Administrativo, Direito do Trabalho e Previdenciário.

Atua também como Correspondente Jurídico, oferecendo constante apoio a diversos Escritórios de outros estados e países, contando ainda com parceiros de áreas específicas, como Direito Público, Minerário, Falências e Recuperações Judiciais e com outros métodos de solução de disputas, como Mediação e Arbitragem.

Promove consultoria jurídica em *compliance* para a construção do planejamento de programa de integridade em empresas privadas. A gestão de riscos jurídicos visa a preparação para o cumprimento das diretrizes definidas a partir da Lei anticorrupção, gerando a exclusão ou minimização dos riscos de sanções jurídicas que afetam o patrimônio, a atividade ou a imagem da empresa – com repercussões na pessoa dos sócios, controladores e administradores.

Celebrando em 2018 o primeiro centenário da Sociedade e registrada sob o nº 001 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, Homero Costa Advogados é a primeira Sociedade de Advogados do Estado.

Composta por dez sócios e quatro associados, a Sociedade completa-se com profissionais de alto nível técnico e distinção no meio jurídico, os quais atuam nas áreas de Direito Civil, Empresarial, Societário e Corporativo, Família e Sucessões, Planejamento Sucessório, Reestruturação Societária, Aquisições e Fusões, Bancário, Consumidor, Ambiental, Direitos Autorais, Compliance, Arbitragem e Mediação, Penal, Tributário, Administrativo, Direito do Trabalho e Previdenciário.

O trabalho é pautado pela busca na solução rápida e eficaz para os Clientes, sempre atuando preventivamente na identificação de possíveis problemas e melhores saídas. Para tanto, o Escritório busca conhecer as atividades de seus Clientes, suas necessidades, interesses, dificuldades e preocupações.

Os clientes da **Homero Costa Advogados** são majoritariamente sociedades empresárias nacionais e estrangeiras, atuantes nos mais variados segmentos da economia, tais como mercado financeiro, imobiliário, mineração, siderurgia, energia, comércio varejista e atacadista, alimentação, transportes, construção civil, mecânica pesada, autopeças e equipamentos elétricos, além do mercado artístico, audiovisual e de recuperação de créditos. Atuante nas principais áreas do Direito, atende também a fundações, associações e pessoas físicas, nas suas mais diversas frentes, além de estar atenta às novas demandas, a exemplo das *startups* e afetas à *fashion law*.

O trabalho é pautado pela busca na solução rápida e eficaz para os Clientes, sempre atuando preventivamente na identificação de possíveis problemas e melhores saídas. Para tanto, o Escritório busca conhecer as atividades de seus Clientes, suas necessidades, interesses, dificuldades e preocupações.

O Escritório integra o CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, que tem como principal objetivo promover estudos sobre questões jurídicas e assuntos relativos à administração da Justiça e ao exercício da profissão de advogado, com participação ativa em diversos comitês. É também membro da ALBRAE – Aliança Brasileira de Advocacia Empresarial, congregando a *expertise* local de mais de 24 sociedades associadas, presentes nas principais capitais do Brasil, que atuam de forma integrada e coordenada em prol da viabilização jurídica de seus negócios.

APOIO SOCIAL – A ADVOCACIA QUE SE ESTENDE PARA ALÉM DO ESCRITÓRIO

Homero Costa Advogados apoia e patrocina um Projeto Social – FUNDAMAR Fundação 18 de Março, organização não governamental, sem fins lucrativos, que objetiva, dentre outros, a educação na zona rural e urbana das cidades de Paraguaçu e Machado, em Minas Gerais. A Fundação atende mais de 500 crianças e adolescentes, entre 2 e 16 anos, promovendo o bem-estar por meio do oferecimento de creche, ensino fundamental, programas educacionais, culturais e de lazer. Para conhecer melhor o projeto social, acesse o site www.fundamar.com.

Cabe a **Homero Costa Advogados** o encargo de prestar assistência jurídica *pro bono* às pessoas indicadas pela FUNDAMAR, desde 1978.

SÓCIOS E ASSOCIADOS

Stanley Martins Frasão. Direito Civil, Empresarial, Societário, Aquisições e Fusões, Arbitragem e Mediação. É responsável pela direção do Escritório desde 1988 e pelo departamento de Direito Empresarial.

Orlando José de Almeida. Direito do Trabalho e Previdenciário. Responsável pelo departamento de Direito Trabalhista.

Bernardo José Drumond Gonçalves. Direito Civil, Comercial, Imobiliário, Consumidor, Família, Sucessões, com ênfase em Planejamento Sucessório, Administrativo, Societário e Mediação. Responsável pela coordenação do departamento de Direito Empresarial.

Gustavo Pires Maia da Silva. Direito Tributário e Administrativo.

Mariana Cardoso Magalhães. Direito Criminal e Compliance. Responsável pela coordenação do departamento de Direito Penal.

Pedro Augusto Soares Vilas Boas. Direito Civil, Empresarial e Societário.

Thayná Bastiani. Direito Civil e Empresarial.

Manoella Queiroz Duarte Freitas. Direito Civil.

Luana Otoni de Paula. Direito Civil e Consumidor.

Maria Eduarda Guimarães de Pereira Carvalho Vorcaro. Direito Civil, Empresarial e Mediação.

Mariana Mendonça Balga. Direito Minerário e Ambiental.

Ana Luisa Augusto Soares Naves. Direito Civil, Empresarial, Administrativo e Penal.

Rafael Vitor Mereu de Oliveira. Direito Civil e Administrativo.

Raiane Fonseca Olympio. Direito do Trabalho.

Homero Costa Advogados

In 2018 the firm celebrates its first 100th anniversary, and it is enrolled under n. 001 at Ordem dos Advogados do Brasil, Chapter Minas Gerais, **Homero Costa Advogados** is the first law firm established in the State. It has been operating non-stop since 1918, when Homero Paulino da Costa (1893–1986) founded and established his law firm in the south of the state, in the municipality of Machado.

The firm will complete its first centenary in 2018, reaffirming the intense activity in the Minas Gerais and Brazilian legal market.

Homero Costa Advogados is headed by **Stanley Martins Frasão**, which counted on the advices of **Túlio Vieira da Costa**, firm's founder's son, until 9.9.2013, date of his death.

Homero Costa Advogados is recognized for its strong image, associated with excellence, ethics, transparency, tradition, modernity and competence.

Formed by 10 partners and 4 associates, the Firm is made up of professionals of high technical level and distinction in the legal environment, who work in the areas of Civil Law, Corporate Law, Corporate and Family Law, Succession Planning, Corporate Restructuring, Mergers & Acquisitions, Banking, Consumer Law, Environmental Law, Copyright, Compliance, Arbitration and Mediation, Criminal Law, Tax Law, Administrative Law, Labor and Social Security Law.

It also acts as a Legal Correspondent, offering constant support to several Firms in other states and countries, with partners in specific areas such as Public Law, Mining Law, Bankruptcy and Reorganization and other methods of dispute resolution, such as Mediation and Arbitration.

The firm promotes legal compliance advisory for the construction of integrity program planning in private companies. Legal risk management is aimed at preparing for compliance with the guidelines defined by the Anti-Corruption Law, generating the exclusion or minimization of the risks of legal sanctions that affect the company's assets, activity or image – with repercussions on the person of the partners, managers and administrators.

The clients of **Homero Costa Advogados** are mainly national and foreign companies operating in the most varied segments of the economy, such as financial, real estate, mining, steel, energy, retail and wholesale, food, transportation, construction, auto parts and electrical equipment, as well as the artistic, audiovisual and credit recovery market. Acting in the main areas of Law, it also serves foundations, associations and individuals, in its various fronts, in addition to being attentive to new demands, such as startups and fashion law.

Work is based on the search of fast and efficient solutions for clients, always aiming at preventively identifying possible problems and better outcomes. For this reason, the firm seeks to know its clients activities, needs, difficulties, and concerns.

The firm integrates CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – which mainly aims at promoting studies on

legal issues and matters related to justice management and law practice, with active participation in several committees. They are also member of ALBRAE – Aliança Brasileira de Advocacia Empresarial – gathering local expertise of more than 24 associated firms, located in the Brazilian major capitals, operating in an integrated way for the legal feasibility of their businesses.

SOCIAL SUPPORT – A LAW FIRM SPREADING BEYOND THE FIRM

Homero Costa Advogados supports and sponsors a Social Project – FUNDAMAR – Fundação 18 de Março, a non-profitable and non-governmental organization aiming to provide education in rural and urban areas in the cities of Paraguaçu and Machado, in Minas Gerais. The Foundation serves over 500 children and teenagers aged 2 to 16, promoting well-being by offering a day care center, basic education, educational, cultural and entertainment programs. To better understand the social project, please visit www.fundamar.com.

Homero Costa Advogados bears the responsibility of providing legal advice on a pro bono basis to people recommended by FUNDAMAR since 1978.

PARTNERS AND ASSOCIATES

Stanley Martins Frasão. Civil Law, Business Law, Corporate Law, Mergers & Acquisitions, Arbitration and Mediation. He is in charge of running the firm since 1988 and also of the Business Law department.

Orlando José de Almeida. Labor and Social Security Law. He is in charge of the Labor Law Dept.

Bernardo José Drumond Gonçalves. Civil Law, Commercial Law, Real Estate, Consumer Law, Family Law, Succession, with emphasis on Succession Planning, Administrative Law, Corporate and Mediation. He is in charge of coordinating the Business Law Dept.

Gustavo Pires Maia da Silva. Tax and Administrative Law. He is in charge of coordinating the Tax Law Dept.

Mariana Cardoso Magalhães. Criminal Law and Compliance. She is in charge of coordinating the Criminal Law Dept.

Pedro Augusto Soares Vilas Boas. Civil, Business and Corporate Law.

Thayná Bastiani. Civil and Business Law.

Manoella Queiroz Duarte Freitas. Civil Law.

Luana Otoni de Paula. Civil and Consumer Law.

Maria Eduarda Guimarães de Pereira Carvalho Vorcaro. Civil Law, Business Law and Mediation.

Mariana Mendonça Balga. Mining and Environmental Law.

Ana Luisa Augusto Soares Naves. Civil, Business, Administrative and Criminal Law.

Rafael Vitor Mereu de Oliveira. Civil and Administrative Law.

Raiane Fonseca Olympio. Labor Law.

HSLAW



O escritório **HSLAW** está completando 40 anos. A história de sucesso começou em 1977, no centro de São Paulo. Desde então, vem solidificando sua posição no cenário jurídico nacional com reconhecimento de excelência.

Alcançou destaque na área jurídica por desenvolver teses sólidas e inovadoras, pelo reconhecimento de suas pesquisas científicas, além da atuação de destaque em demandas estratégicas nas áreas empresarial, criminal, administrativa, ambiental, tributária, cível e do trabalho. Um dos maiores diferenciais é o contato próximo com o cliente, tudo pautado nos princípios da ética, da qualidade e do dinamismo.

Dr. Mário Jackson Sayeg é o sócio fundador do escritório de São Paulo e o **Dr. Celso D'Avila**, do escritório de Brasília. O **HSLAW**, liderado por **Ricardo Hasson Sayeg**, é formado por profissionais altamente preparados e titulados para atuarem na área consultiva, de *compliance*, na negociação de contratos empresariais ou com o Poder Público, e também junto a auditorias especializadas. Os sócios incentivam o constante aprimoramento e promovem o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa em Universidades de destaque no Brasil e no exterior.

(esq»dir)

Dr. José Alexandre Amaral Carneiro, Prof. Ricardo Hasson Sayeg (óculos),
Dr. Marcio Roberto Hasson Sayeg, Dra. Beatriz Quintana Novaes,
Dr. Rodrigo Richter Venturole, Dr. Ronaldo Alves de Andrade

O HSLAW é formado por profissionais altamente preparados e titulados para atuarem na área consultiva, de compliance, na negociação de contratos empresariais ou com o Poder Público, e também junto a auditorias especializadas.

O **HSLAW** conta com uma adequada infraestrutura para prestar um serviço ágil e de qualidade em todo o país. Os escritórios estão localizados em sedes próprias, em São Paulo, no bairro do Pacaembu, numa casa com amplas salas de reunião e de trabalho. Em Brasília, o **HSLAW** está localizado em condomínio comercial próximo aos Tribunais Superiores e ao Congresso Nacional, com vista panorâmica da capital federal.

Mário Jackson Sayeg. Advogado, sócio fundador do **HSLAW** em São Paulo. Graduado em Direito pela Faculdade Integrada de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos. Atua na área de direito penal.

Celso D'Avila. Advogado, sócio fundador do **HSLAW** em Brasília. Advogado fundador da seccional da OAB de Brasília, DF. Membro do Conselho Nacional de Desestatização do Programa Brasileiro de Privatizações. Procurador Geral do INSS aposentado.

Ricardo Hasson Sayeg. Advogado Líder do **HSLAW**, graduado em Direito pela PUC/SP. Professor Livre-Docente em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da PUC/SP. Doutor e Mestre em Direito Comercial pela PUC/SP. Professor Associado e Coordenador da área de Direito Econômico do Departamento de Ciências Tributárias, Econômicas e Comerciais da Faculdade de Direito da PUC/SP. *Member of Board* do Acordo de Cooperação e Convênio firmado com a *Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne* (França); *Institut du Monde et Du Développement Pour la Bonne Gouvernance Publique* (IMODEV) e Instituto Capitalismo Humanista, para o desenvolvimento de pesquisas sobre transparência pública e participação cidadã, políticas públicas, direitos humanos, capitalismo humanista, direito digital, e economia digital. Presidente da Comissão Permanente de Estudos de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados de SP. Titular da Cadeira 32 da Academia Paulista de Direito. Idealizador da Teoria do Capitalismo Humanista. Líder do grupo de pesquisa Capitalismo Humanista certificado pelo CNPQ, PUC/SP. Prêmio Jurista do Ano 2017 concedido pela Ordem dos Economistas do Brasil. Autor de livros, capítulos e artigos publicados em revistas e editoras especializadas.

Henrique Nelson Calandra. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de SP. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Especialista em Direito Empresarial pela Escola Paulista da Magistratura. Professor Emérito da Escola Paulista da Magistratura. Bacharel em Direito pela PUC/SP. Foi Presidente da Associação Paulista de Magistrados, ocupou cargos de grande importância no Tribunal de Justiça de São Paulo, bem como teve atuação destacada na União Internacional de Magistrados.

Ronaldo Alves De Andrade. Advogado, Consultor e Parecerista. Doutor e Mestre em direito civil pela Faculdade Paulista de Direito PUC/SP. Graduado pela FMU. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de SP. Professor de graduação e pós-graduação nas matérias de direito civil e processual civil, direito

do consumidor e direito eletrônico. Leciona na Escola Paulista de Magistratura e na Universidade Estácio de Sá. Conselheiro do Instituto dos Advogados de SP e integrante da comissão de direito eletrônico e tecnologia. Membro do Instituto dos Magistrados de São Paulo e membro associado da Associação de Magistrados de São Paulo e da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Beatriz Quintana Novaes. Advogada nas áreas de Direito Econômico, Recuperação Judicial e Contencioso Estratégico. Mestre em Direito pela PUC/SP. Especialista em Direito do Consumidor. Graduada na UNIP. Professora de Curso de Pós Graduação em Direito da FMU. Membro do grupo de pesquisa Capitalismo Humanista.

Márcio Roberto Hasson Sayeg. Advogado com atuação nas áreas de Direito Penal, Econômico e Processual Penal. Especialista em Processo Penal pela Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal. Graduado pela UNIP. Membro Efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo. Membro da Comissão dos Direitos Humanos do IASP.

Rodrigo Richter Venturole. Advogado com atuação nas áreas de Direito Penal Econômico e Processual Penal. Mestrando em Direito Econômico pela PUC/SP. Especialista em Processo Civil pela PUC/SP. Especialista em Processo Penal pela Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal. Graduado pela UNIP. Membro da Comissão dos Direitos Humanos do IASP.

José Alexandre Amaral Carneiro. Advogado com atuação nas áreas de Empresarial, Direito Penal, Direito Ambiental e Procedimentos Administrativos. Integrou o quadro funcional do Ministério Público Federal. Integrou o quadro funcional do Ministério Público Estadual. Especialista em Direito Ambiental e Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. Especialista em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal. Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie. Membro Efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo.

The law firm **HSLAW** is completing 40 years of activity. The successful history began in 1977, in downtown Sao Paulo. Since then, it has solidified its position in the Brazilian legal scenario through the recognition of excellence.

The firm has achieved prominence in the legal area for developing solid and innovative theses, for the recognition of its scientific research, as well as outstanding performance in strategic disputes in the corporate, criminal, administrative, environmental, tax, civil and labor areas. One of the biggest differences is the close contact with the client, all based on the principles of ethics, quality and dynamism.

Mr. Mário Jackson Sayeg is the founding partner of the law firm in Sao Paulo and Mr. Celso D'Avila, of the one in Brasilia. **HSLAW**, led by Ricardo Hasson Sayeg, is made up of highly trained and qualified professionals to act in the areas of advisory, compliance, negotiation of business contracts or with the Government, as well as specialized audits. The partners encourage constant improvement and promote the development of academic and research activities in leading universities in Brazil and abroad.

HSLAW has an adequate infrastructure to provide agile and quality service throughout the country. The offices are located in their own headquarters, in São Paulo, in the neighborhood of Pacaembu, in a house with large meeting and working rooms. In Brasilia, **HSLAW** is located in a commercial condominium near the Superior Courts and the National Congress, with panoramic views of the federal capital.

Mário Jackson Sayeg. Lawyer, founding partner of **HSLAW** in Sao Paulo. Graduated in Law from Faculdade Integrada de Ciências Humanas, Saude e Educacao de Guarulhos. He works in Criminal Law.

Celso D'Avila. Lawyer, founding partner of **HSLAW** in Brasilia. Founding lawyer of the Brasilia chapter of OAB, DF. Member of the National Privatization Council of the Brazilian Program for Privatization. Retired General Attorney of the Social Security Authority (INSS).

Ricardo Hasson Sayeg. Leading lawyer at **HSLAW**, graduated in Law from PUC/SP. Lecturing Professor of Economic Law at the Law School of PUC/SP. J.D. and Master of Commercial Laws from PUC/SP. Associate Professor and Coordinator of the Economic Law area of the Tax, Economic and Commercial Sciences Department of the Law School of PUC/SP. *Member of Board* of the Convention and Cooperation Agreement executed with *Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne* (France); *Institut du Monde et Du Développement Pour la Bonne Gouvernance Publique* (IMODEV) and Instituto Capitalismo Humanista, for the development of research on public transparency and citizen participation, public policies, human rights, humanistic capitalism, digital law, and digital economy. Chairman of the Permanent Commission of Human Rights Studies at Instituto dos Advogados de SP. Holder

of Chair 32 of the Academia Paulista de Direito. Idealizer of the Humanist Capital Theory. Leader of the research group Humanist Capital, certified by CNPQ, PUC/SP. Jurist of the Year 2017, awarded by the Ordem dos Economistas do Brasil. Author of books, chapters and articles published in specialized magazines and publishers.

Henrique Nelson Calandra. Retired judge from the Court of Justice of Sao Paulo. Chairman of Associação dos Magistrados Brasileiros. Graduate degree in Business Law by Escola Paulista da Magistratura. Emeritus Professor of Escola Paulista da Magistratura. Bachelor of Laws from PUC/SP. Former President of the Associação Paulista de Magistrados, having held positions of great importance in the Court of Justice of São Paulo, as well as outstanding performance in the International Union of Magistrates.

Ronaldo Alves De Andrade. Lawyer, Consultant and Legal Opinion Provider. J.D. and Master of Civil Law from Faculdade Paulista de Direito PUC/SP. Graduated from FMU. Retired judge from the Court of Justice of Sao Paulo. Professor of civil law and civil procedural law, consumer law and electronic law at undergraduate and graduate courses. Lectures at Escola Paulista de Magistratura and Universidade Estácio de Sá. Director of Instituto dos Advogados de SP and member of the electronic and technology commission. Member of Instituto dos Magistrados de São Paulo and associate member of Associação de Magistrados de São Paulo and Associação dos Magistrados Brasileiros.

Beatriz Quintana Novaes. Lawyer in the fields of Economic Law, Reorganization and Strategic Litigation. Master of Laws from PUC/SP. Graduate certificate in Consumer Law. Graduated from UNIP. Professor of Law at the Graduation Course at FMU. Member of the research group Humanist Capitalism.

Márcio Roberto Hasson Sayeg. Lawyer acting in Criminal, Economic and Criminal Procedural Law. Graduate certificate in Criminal Procedure at the Coimbra Law School, Portugal. Graduated from FMU. Tenured Member of Instituto dos Advogados de São Paulo. Member of the Human Rights Commission of IASP.

Rodrigo Richter Venturole. Lawyer acting in Criminal Economic and Criminal Procedural Law. Candidate to a Master Degree in Economic Law at PUC/SP. Postgraduate certificate in Civil Procedure from PUC/SP. Graduate certificate in Criminal Procedure at the Coimbra Law School, Portugal. Graduated from FMU. Member of the Human Rights Commission of IASP.

José Alexandre Amaral Carneiro. Lawyer acting in Business, Criminal, Environmental Law, and Administrative Procedure. He was a professional member of the Federal Prosecution Office. He was a professional member of the State Prosecution Office. Postgraduate certificate in Environmental and Constitutional Law from Escola Superior de Direito Constitucional. Graduate certificate in Economic Criminal Law from the Coimbra Law School, Portugal. Graduated in Law from Universidade Mackenzie. Tenured Member of Instituto dos Advogados de São Paulo.

Iokoi Advogados



Fundado em 2006, o **Iokoi Advogados** nasceu para atender empresas de médio e grande porte na área Penal Empresarial. O escritório desenvolveu uma metodologia de trabalho que prima, de um lado, pela relação de confiança e parceria com os clientes, e de outro, pela formação e retenção de talentos.

O atendimento personalizado, o foco nos resultados e a maximização dos recursos são objetivos estabelecidos para atender as novas necessidades dos departamentos jurídicos das companhias nacionais e multinacionais, cujos resultados colocaram o escritório em evidência.

O escritório se destaca pela criteriosa prestação dos serviços jurídicos, pela elaboração das melhores estratégias de defesa para seus clientes, pelas novas técnicas de gestão de escritórios de advocacia e pela coordenação de equipes na defesa de casos de alta complexidade.

A atuação especializada em fraudes corporativas levou o escritório a incorporar um novo sócio para o desenvolvimento da área trabalhista, inicialmente voltada aos casos com envolvimento de empregados e prestadores de serviços em ilícitos cometidos contra as empresas clientes.

Paralelamente, com a crescente demanda de empresas estrangeiras em processo de *startup* no Brasil, o escritório foi impulsionado à criação da área de contratos comerciais, para atender investidores estrangeiros e companhias multinacionais que já faziam parte da carteira de clientes.

O **Iokoi Advogados** se consolidou no mercado com advogados respeitados e tem como marcas: competência, dedicação, coragem e ética.

(esq>dir)

Dr. Luiz Toledo, Júlia Barcelos, Dr. Raul Ariano, Dra. Thais Azevedo, Dr. Caio Fonseca, Dra. Marcella Markossian, Dr. André Sylos, Dr. Bruno Paiva, Dr. Felipe Camargo, Dra. Lívia Moscatelli, Dr. Bruno Almeida, Dr. Adriano Scalzaretto, Dr. Bruno Araújo, Dra. Thais Vasconcellos, Dra. Lígia Monaco, Dr. Pedro Iokoi, Dra. Giovanna Barbosa, Dr. Pedro Silva, Dra. Camila Zerbinatti, Dr. Hugo Almeida, Dr. Gustavo Jonasson, Dr. Renan Martins, Dra. Mariana Badaró, Dr. Hélio Peixoto

Iokoi Advogados

O Iokoi Advogados se consolida cada vez mais como um escritório eficiente e de credibilidade, com atuação nacional e internacional.

Sediado em uma das regiões mais tradicionais de São Paulo, o escritório conta com uma estrutura moderna e uma metodologia de trabalho inteligente, que se reflete na qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos e nos resultados alcançados.

Por outro lado, o escritório mantém o acompanhamento pessoal dos processos em todo o território nacional e ainda disponibiliza aos seus clientes um canal de atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, com uma rede de mais de 250 advogados credenciados no plantão.

A equipe é composta por advogados que conciliam a experiência profissional com a boa formação acadêmica. Somado a isso, o escritório possui um programa interno de incentivo à inclusão dos membros da equipe nos melhores programas de especialização e pós-graduação do país, buscando a evolução constante de seus quadros.

Por tudo isso, o **Iokoi Advogados** se consolida cada vez mais como um escritório eficiente e de credibilidade, com atuação nacional e internacional.

SÓCIOS ADMINISTRADORES:

Pedro Ivo Gricoli Iokoi. Graduado pela PUC/SP, Mestre e Doutor em Direito Processual Penal pela USP, Presidente da OAB/SP Pinheiros, Vice-Presidente da Comissão de Combate à Pirataria da OAB/SP, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Relações com o Poder Legislativo da OAB/SP, Conselheiro do CEAPRO – Centro de Estudos Avançados de Processo.

Adriano Scalzaretto. Graduado pela USP, Mestrando em Direito Penal pela USP, Presidente da Comissão de Direito Penal Empresarial da OAB/SP Pinheiros, Coordenador de Publicações da Tribuna Virtual do IBCCrim.

Bruno Magosso de Paiva. Graduado pela Universidade Braz Cubas, de Mogi das Cruzes, Pós-Graduando em Direito Penal e Direito Processual Penal pela PUC/SP, Diretor Adjunto do Departamento de Cultura e Eventos da OAB/SP Pinheiros.

Thais Vasconcellos Rodrigues de Araujo. Graduada pela Mackenzie, Pós-Graduada em Direito Tributário pela PUC/SP, Pós-Graduada em Direito Contratual pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) e Pós-Graduada em Direito Societário pela FGV, Diretora de Cultura da OAB/SP Pinheiros.

Gustavo Jonasson de Conti Medeiros. Graduado pelo FIEO; Especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo FIEO; Especialista em Direito Empresarial do Trabalho e em Direito Sindical Empresarial pela FGV/SP; Presidente da Comissão de Direito Processual do Trabalho da OAB/SP Pinheiros; Diretor Jurídico do Clube Atlético São Paulo.

DEMAIS SÓCIOS:

Bruno Lambert Mendes de Almeida. Graduado pela PUC/SP, Pós-Graduado em Direito Penal e Processual Penal pela PUC/SP.

Caio Nogueira Domingues da Fonseca. Graduado pela Mackenzie, Pós-Graduando em Direito Penal e Processual Penal pela PUC/SP.

Ana Carolina Pastore Rodrigues. Graduada pela Mackenzie, Pós-Graduada em Direito Penal e Processual Penal pela PUC/SP.

Marcella Kuchkarian Markossian. Graduada pela PUC/SP, Pós-Graduada em Direito Penal e Processual Penal pela PUC/SP.

Hélio Peixoto Junior. Graduado pela UFES, Pós-Graduado em Processo Penal pelo IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em parceria com o IBCCrim, Mestrando em Direito Processual Penal pela USP.

Giovanna Zanata Barbosa. Graduada pela USP, Pós-Graduada em Processo Penal pelo IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em parceria com o IBCCrim, Mestranda em Direito Processual Penal pela USP.

Mariana Badaró Gonçalves. Graduada pela Mackenzie, Pós-Graduada em Direito Penal e Processual Penal pela PUC/SP.

Lígia Lazzarino Monaco. Graduada pela Mackenzie, Pós-Graduada em Direito Penal pelo IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em parceria com o IBCCrim.

Lívia Yuen Negan Moscatelli. Graduada pela USP, Pós-Graduada em Direito Penal pelo IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em parceria com o IBCCrim.

Raul Abramo Ariano. Graduado pela USP, Pós-Graduando em Processo Penal pelo IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em parceria com o IBCCrim.

Bruno Donadio Araújo. Graduado pelo Mackenzie, Pós-Graduando em Direito Penal pelo IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em parceria com o IBCCrim.

Felipe Ferreira de Camargo. Graduado pela Mackenzie, Pós-Graduando em Direito Penal Econômico pela Fundação Getúlio Vargas.

André Ditolve Sylos. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Anhembi Morumbi, Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Escola Paulista de Direito (EPD).

Melise Tauhyl Campos. Graduada pela Mackenzie.

Established in 2006, **Iokoi Advogados** was created to serve medium and large companies in the Business Criminal field. The firm has developed a work methodology that, on one hand, prioritizes trust and partnership relation with clients and, on the other, talent training and retention.

Personalized service, focus on results and maximizing of resources are some of the objectives set to meet the new needs of legal departments of both national and multinational companies, whose results have placed the firm in evidence.

The firm distinguishes for rendering judicious legal service, for creating the best defense strategies for its clients, for the new law firm management techniques, and for the team coordination in defending high complexity cases.

Specialized practice in corporate fraud led the firm to incorporate a new partner to develop its labor area, initially aimed at cases of employees and contractors involved in unlawful acts against client businesses.

In parallel with the growing demand of foreign start-up companies in Brazil, the firm was driven to open the commercial contracts area, in order to serve foreign investors and multinational companies that were already part of the firm's portfolio.

Iokoi Advogados has consolidated in the market with respectful lawyers, carrying competency, dedication, boldness and ethics as their marks.

Headquartered in one of the most traditional regions of São Paulo, the law firm has modern structure and smart working methodology, which reflects the technical quality of works developed and the achieved results.

On the other hand, the firm keeps personal track of cases throughout the country and also offers its clients a 24/7 service channel with more than 250 certified attorneys at their disposal.

The team is formed by lawyers who reconcile professional experience and good educational background. Added to this, the firm has an internal program to encourage the inclusion of team members on the country's best specialization and graduate programs, seeking constant evolution of its structure.

Thus, **Iokoi Advogados** is increasingly consolidating as an efficient and trustworthy law firm, operating both nationally and internationally.

MANAGING PARTNERS:

Pedro Ivo Gricoli Iokoi. Graduated from PUC/SP; Master and Doctor in Criminal Procedural Law from USP; President of OAB/SP Pinheiros; Vice-Presidente of the Committee against Piracy of OAB/SP; Second Vice-President of the Committee of Relationships with Legislative Branche of OAB/SP; Counselor of CEAPRO – Centro de Estudos Avançados de Processo.

Adriano Scalzaretto. Graduated from USP; Master candidate in Criminal Law at USP, President of the Business Criminal Law Committee of OAB/SP Pinheiros, Publishing Coordinator of Tribuna Virtual of IBCCrim.

Bruno Magosso de Paiva. Graduated from Universidade Braz Cubas, of Mogi das Cruzes; Graduate candidate in Criminal Law and Criminal Procedural Law at PUC/SP; Assistant Director

of the Department of Culture and Events of OAB/SP Pinheiros.

Thais Vasconcellos Rodrigues de Araujo. Graduated from Mackenzie; Graduate certificate in Tax Law from PUC/SP; Graduate in Contract Law from Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS); and e Graduate certificate in Social Sciences (IICS) from FGV; Culture Director of OAB/SP Pinheiros.

Gustavo Jonasson de Conti Medeiros. Graduated from FIEO; Specialist in Law and Labor Process from FIEO; Specialist in Business Labor Law and Business Union Law from FGV/SP; President of the Labor Procedural Law Committee of OAB/SP Pinheiros; Legal Director of Clube Atlético São Paulo.

OTHER PARTNERS:

Bruno Lambert Mendes de Almeida. Graduated from PUC/SP, Graduate certificate in Criminal Law and Criminal Procedure from PUC/SP.

Caio Nogueira Domingues da Fonseca. Graduated from Mackenzie; Graduate candidate in Criminal Law and Criminal Procedure at PUC/SP.

Ana Carolina Pastore Rodrigues. Graduated from Mackenzie; Graduate candidate in Criminal Law and Criminal Procedure at PUC/SP.

Marcella Kuchkarian Markossian. Graduated from PUC/SP, Graduate candidate in Criminal Law and Criminal Procedure at PUC/SP.

Hélio Peixoto Junior. Graduated from UFES; Graduate candidate in Criminal Process from IDPEE of the Universidade de Coimbra Law School in partnership with IBCCrim; Master candidate in Criminal Procedural Law at USP.

Giovanna Zanata Barbosa. Graduated from USP; Graduate certificate in Criminal Process from IDPEE of the Universidade de Coimbra Law School in partnership with IBCCrim; Master candidate in Criminal Procedural Law at USP.

Mariana Badaró Gonçalves. Graduated from Mackenzie; Graduate candidate in Criminal Law and Criminal Procedure at PUC/SP.

Lígia Lazzarino Monaco. Graduated from Mackenzie, Graduate certificate in Criminal Law from IDPEE of the Universidade de Coimbra Law School in partnership with IBCCrim.

Lívia Yuen Negan Moscatelli. Graduated from USP; Graduate certificate in Criminal Law from IDPEE of the Universidade de Coimbra Law School in partnership with IBCCrim.

Raul Abramo Ariano. Graduated from USP; Graduate candidate in Criminal Process at IDPEE of the Universidade de Coimbra Law School in partnership with IBCCrim.

Bruno Donadio Araújo. Graduated from Mackenzie, Graduate candidate in Criminal Law from IDPEE of the Universidade de Coimbra Law School in partnership with IBCCrim.

Felipe Ferreira de Camargo. Graduated from Mackenzie; Graduate candidate in Economic Criminal Law at Fundação Getúlio Vargas.

André Ditolve Sylos. Graduated from the Universidade Anhembi Morumbi Law School; Graduate certificate in Law and Labor Process from Escola Paulista de Direito (EPD).

Melise Tauhyl Campos. Graduate from Mackenzie.

Jacó Coelho Advogados



Em 1999, **Jacó Coelho**, com espírito empreendedor, inaugurou a **Jacó Coelho Advogados**, com o objetivo de prestar serviços de excelência e atender empresas que buscavam soluções inovadoras dentro da advocacia.

O escritório iniciou suas atividades com o atendimento de empresas do mercado segurador, tornando-se especialista em

Direito Securitário e, com foco na parceria com empresas goianas, nacionais e multinacionais, passou a atuar nas diversas áreas do Direito, especialmente Administrativo, Bancário, Cível, Empresarial, Contratual e Tribunais Superiores. Além disto, por estratégia de mercado também passou a atender pessoas físicas no Direito Previdenciário e Trabalhista.

No início a sociedade atendia somente o Estado de Goiás, a

partir de 2007 iniciou suas atividades em toda região Centro Oeste, com a instalação da filial de Brasília, e em 2016 expandiu sua região de atuação com a abertura da filial de São Paulo-SP. Com atendimento nacional, a matriz está localizada no centro do país, em Goiânia, no Setor Coimbra, e suas filiais em locais estratégicos, em Brasília-DF, Palmas-TO, Campo Grande-MS, Cuiabá-MT e São Paulo-SP.

Em pé (esq>dir)

Dr. Thiago Luz, Dr. Henry Benevides, Dra. Naisy Bernardino, Dra. Maria Carolina Carneiro, Dra. Telma Cristina Coelho, Dra. Tarcilla Pereira, Dra. Luiza Alcântara, Dra. Ludmilla Coelho, Dr. Rômulo Almeida, Dr. Rotieh Carvalho

Sentados (esq>dir)

Dr. Danielle Faria, Dra. Fabiane Gomes, Dra. Alessandra Coelho, Dr. Jacó Coelho, Dra. Allinne Garcia, Dra. Claudinéia Santos, Dra. Lucimer de Freitas, Dra. Lillyane César

Jacó Coelho Advogados

O escritório utiliza estratégias de trabalho voltadas para atuação junto aos órgãos do Poder Judiciário, órgãos administrativos e regulatórios, sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas por cada cliente e buscando as melhores práticas adotadas para soluções de conflitos judiciais e extrajudiciais.

Em seus 18 anos de atuação, a **Jacó Coelho Advogados** tem orgulho de ter em seu portfólio grandes multinacionais e empresas do mercado goiano, com as quais possui vínculo de parceria e aprendizado, sempre primando pela excelência na prestação dos serviços jurídicos.

Visando a agilidade da prestação jurisdicional aos seus clientes e partes, o escritório firmou Convênio com o TJ-GO para realização de pautas concentradas de audiências e de perícias, vindo a firmar o mesmo convênio para realização de audiências de conciliação também no TJ-DFT, TJ-TO, TJ-MT e TJ-MS.

Sem esquecer a parte intelectual, o escritório firmou Convênio com a PUC/GO, ATAME e IPOG, realizando cursos de extensão nas dependências do escritório para estudantes, bacharéis e advogados. Ainda, com o intuito de tornar seus profissionais mais capacitados subsidiou junto à Escola Superior de Seguros (FUNENSEG) um MBA em Gestão Jurídica em Seguros e Resseguros *in company*, com a formação de 25 profissionais na matéria securitária em 2016.

A equipe é formada por sócios especializados em Direito Securitário, Contratual, Empresarial, Trabalhista e Previdenciário, sendo seu corpo societário constituído atualmente por mais de 40 advogados, destes, 7 gerentes e 22 supervisores, além de mais de 100 colaboradores e uma rede de 300 profissionais credenciados em todo país.

Com equipe altamente capacitada, o escritório utiliza estratégias de trabalho voltadas para atuação junto aos órgãos do Poder Judiciário, órgãos administrativos e regulatórios, sempre de acordo com as diretrizes estabelecidas por cada cliente e buscando as melhores práticas adotadas para soluções de conflitos judiciais e extrajudiciais.

O atendimento é realizado através de núcleos temáticos, nos quais cada um possui um sócio responsável pela estratégia da carteira e pelo relacionamento com o cliente, além de sócios que ficam à frente da Controladoria Jurídica que fica responsável pela parte de *backoffice*, e da área Financeira e Administrativa.

A missão do escritório é atender com excelência e inovação, satisfazendo as necessidades jurídicas empresariais, transmitindo valores éticos e utilizando recursos humanos e tecnológicos, com foco na sustentabilidade do negócio.

A visão é ser referência na prestação de serviços jurídicos empresariais no território nacional, visando a satisfação dos clientes, por meio da excelência e inovação, estruturados na valorização do capital humano.

Possui diretrizes claras, pautadas na ética, atuando com sigilo profissional, transparência, lealdade, integridade e honestidade; na valorização do capital humano, que está presente no trabalho em equipe, no ambiente de trabalho harmonioso, na visão sistêmica, na comunicação eficaz e no reconhecimento do talento.

A **Jacó Coelho Advogados** se orgulha em dizer que está sempre pensando no próximo passo, graças à dedicação e ao comprometimento com uma sociedade sólida, pronta para crescer com clientes, colaboradores e parceiros.

Jacó Carlos Silva Coelho. Advogado, atuante nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste. Especialista em Direito Processual Civil e em Direito Civil – Obrigações pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, pós-graduado em Gestão em Seguros e Resseguros, pós-graduando em Gestão Jurídica, Seguros e Resseguros, pela Escola Nacional Superior de Seguros. Professor licenciado do Curso Técnico de Habilitação de Corretores de Seguros da Escola Nacional Superior de Seguros. Membro da Associação Internacional de Direito Securitário (AIDA Brasil). Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (2016/2018).

In 1999, **Jacó Coelho**, with an entrepreneurial spirit, opened **Jacó Coelho Advogados**, aiming at providing excellent services and assisting companies seeking innovative solutions within the law.

The Firm began its activities assisting companies in the insurance market, becoming a specialist in Security Law, and focusing on partnership with national and multinational companies in Goiás, it started to work in the different areas of Law, especially Administrative, Banking, Civil, Business, Contracts, and High Courts. In addition, thinking of market strategy, we also started to serve individuals in Social Security and Labor Law.

At the beginning the company served only the State of Goiás, from 2007 it began its activities in all the Brazilian Midwest region, with the opening of a branch in Brasília, and in 2016 it expanded its operation to the whole country. Providing national service, the head office is in Goiania, in Setor Coimbra, and the firm also has branches in Brasília-DF, Palmas-TO, Campo Grande-MS, Cuiabá-MT and Sao Paulo-SP.

In its 18 years of operation, **Jacó Coelho Advogados** is proud to have large multinationals and companies from the Goiás market in its portfolio, with which it has a partnership and learning relationship, always striving for excellence in the provision of legal services.

Aiming at the speediness of the legal provision to its clients and parties, the firm signed an Agreement with the Disciplinary Board of the Court of Justice of Goiás to conduct concentrated hearings and expert reports, signing the same agreement to hold conciliation hearings also in the Courts of Justice of DFT, TO, MT and MS.

Without forgetting the intellectual part, the firm signed an agreement with PUC/GO, ATAME and IPOG, carrying out extension courses in the office for students, bachelors and lawyers. Also, with the intention of making its professionals more capable, it subsidized an in company MBA in Legal Management in Insurance and Reinsurance with Escola Superior de Seguros (FUNENSEG), thus training 25 professionals in the insurance sector in 2016.

The team is made up of partners specializing in Contract and Corporate Law, Labor Law and Social Security Law, and its corporate body currently consists of more than 40 lawyers, including seven managers and 22 supervisors, as well as more

than 100 employees and a network of 300 accredited professionals throughout the country.

With a highly qualified team, we adopt working strategies aimed at operating at the Judiciary, administrative and regulatory bodies, always complying with the guidelines established by each client and seeking the best practices adopted for solutions to legal and out-of-court disputes.

Service is performed through thematic centers, in which each one has a partner responsible for the strategy and relationship part, besides the Legal Controller, which is responsible for support, deadlines and hearings, and of the Financial and Administrative area.

The mission of the firm is to serve with excellence and innovation, meeting corporate legal needs, transmitting ethical values and using human and technological resources, focusing on business sustainability.

The vision is to be a reference in the provision of corporate legal services in the national territory, aiming at customer satisfaction, through excellence and innovation, structured in the valuation of human capital.

Finally, it has ethical guidelines, acting with professional secrecy, transparency, loyalty, integrity and honesty; the valuation of human capital, which is present in teamwork, in harmonious work environment, in systemic vision, in effective communication and in recognition of talent.

Jacó Coelho Advogados is proud to say that it is always thinking about the next step, thanks to its dedication and commitment to a solid company, ready to grow with clients, employees and partners.

Jacó Carlos Silva Coelho. Lawyer, active in the Brazilian Midwest, North, Northeast and Southeast regions. Postgraduate in Civil Procedural Law and in Civil Law – Obligations from Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, Postgraduate in Insurance and Reinsurance Management, postgraduate in Legal Management, Insurance and Reinsurance from Escola Nacional Superior de Seguros. Professor with a teaching degree of the Technical Course of Qualification of Insurance Brokers of Escola Nacional Superior de Seguros. Member of Associação Internacional de Direito Securitário (AIDA Brasil). Secretary General of Ordem dos Advogados do Brasil – Chapter Goiás (2016/2018).

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade De Advogados



Em 2009 um grupo de advogados resolveu reunir a vasta experiência jurídica amalhada em importantes escritórios da capital paulista e em cargos de direção de departamentos jurídicos de grandes empresas.

Nasceu assim **Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados**, escritório *boutique*, multidisciplinar, estruturado para oferecer assessoria jurídica personalizada à empresas de médio e grande porte.

Com sede em Botucatu, próspera e central cidade do interior de São Paulo, e unidades distribuídas em Bauru, São Paulo e Brasília, além de parceiros estratégicos em todos os estados da Federação, a sociedade realiza a conexão entre os grandes centros e o interior. Possui ainda dois escritórios de apoio internacional em Genebra e nos EUA.

Em pouco tempo, a sociedade tornou-se conhecida pelas importantes conquistas obtidas, em especial causas de grande alcance, relacionadas a interesses difusos e outras questões de ampla complexidade e repercussão, tornando-se referência na mídia jurídica.

(esq»dir)

Dr. João Antônio Calsolari Portes, Dr. Leandro Telles, Dr. Jorge Luiz B. Kaimoti Pinto

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade De Advogados

Possui experiência em todos os segmentos do Direito, seja no contencioso ou no consultivo, tendo como marca o arrojo e a inovação, aliados ao atendimento personalizado.

A **Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados** é hoje reconhecidamente um escritório especializado em questões de grande relevância estratégica para a coletividade e grandes grupos empresariais, com larga experiência multifuncional de gestão de lides contenciosas que também requerem um olhar preventivo nos seus desdobramentos.

Possui experiência em todos os segmentos do Direito, seja no contencioso ou no consultivo, tendo como marca o arrojo e a inovação, aliados ao atendimento empresarial personalizado, que tem seu foco no planejamento tributário, análise e redução de riscos nas esferas trabalhista, cível, penal empresarial e comercial, apresentando soluções jurídicas preventivas.

Atua em todas as esferas do Poder Judiciário, tribunais superiores, estaduais e federais, além de administrativamente junto aos órgãos da administração pública e privada – Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público; Conar; Tribunais de Impostos e Taxas e Conselho Superior de Recursos Fiscais.

O escritório possui domínio abrangente na condução das ações fundadas em Direito de Família, em especial aquelas que envolvem litígio em sociedades mercantis onde os cônjuges também figuram como sócios ou acionistas.

Outra seara em que a *expertise* do escritório tornou-se rapidamente reconhecida é a atuação em crimes praticados no vasto território da rede mundial de computadores, em especial nas redes sociais. Vários são os casos de eficiência e rapidez na identificação de elementos e grupos que se escondem atrás do anonimato com o intuito de causar prejuízos de toda sorte contra o cidadão e empresas de boa-fé.

Questões internacionais de inadimplência contratual em detrimento de atletas brasileiros que atuam no exterior foram resolvidas sob um novo e diferenciado prisma, fazendo com que os interesses dos esportistas não ficassem à mercê de clubes que por dificuldades ou má-fé se furtavam ao cumprimento de obrigações contratuais. A aposta dos clubes na ineficiência da solução jurídica pela distância geográfica foi superada pelo arrojo de tese exclusiva e de sucesso integral.

Uma nova leitura jurídica das autuações e seus alegados fundamentos, produzida a partir da consistente experiência, de muito estudo e de um olhar jurídico apurado, conseguiu eliminar e reduzir significativamente multas impostas indevidamente a contribuintes Estaduais e Federais.

O escritório também oferece suporte integral no desenvolvimento de Marcas, Patentes e Modelos negociais que envolvam Direito Intelectual, inclusive em ações estratégicas e negociais de Franquia.

Também oferece suporte completo a candidatos e partidos políticos, consultivo e contencioso para eleições, contemplando

a orientação sobre a legislação pertinente, bem como todas as ações relativas à Justiça Eleitoral, como ação de impugnação de registro de candidatura, propaganda eleitoral e a prestação de contas eleitorais.

A **Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados** assessora os clientes nas mais diversas questões trabalhistas, tanto na área contenciosa, quanto na área consultiva, atuando em ações judiciais e administrativas, com acompanhamento de processos em todas as instâncias, em especial na defesa de classes de trabalhadores, na busca pela garantia de seus direitos laborais, e da aplicação das normas Constitucionais e Celetistas.

Em muitos casos, ação pontual e especializada junto aos Ministérios do Trabalho, Transporte, Saúde, Agricultura, Justiça e Educação para intermediação e gestão de interesses em processos Administrativos e/ou Contenciosos tem se mostrado estratégia de grande êxito.

Jorge Luiz Batista Kaimoti Pinto. É responsável pela gestão do Contencioso e Consultivo Estratégico da Sociedade; especialista em Propriedade Intelectual e membro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual e da International Association for the Protection of Intellectual Property/Association Internationale pour la Protection de la Propriété Intellectuelle. Advogou em escritório de grande renome na cidade de São Paulo e foi por mais de dez anos Diretor Jurídico de empresa reconhecida nacionalmente, em segmento de alta competitividade.

João Antônio Calsolari Portes. É responsável pelo apoio e suporte na coordenação de teses jurídicas e consultor nas atividades junto aos tribunais, cartórios judiciais e extrajudiciais; apoio e gestão no acompanhamento processual. Advogou em escritórios do interior do Estado de São Paulo, além de ter sido Gerente Jurídico de empresa do segmento de bebidas por mais de 10 anos.

Leandro Telles. É responsável pela coordenação das teses, apoio e suporte junto à gestão contenciosa, consultiva e no acompanhamento processual. Advogou sempre em empresa de grande porte, passando por todos os níveis.

In 2009 a group of lawyers decided to gather the vast legal experience accumulated with important law firms in the Paulista capital and while heading legal departments at large companies. **Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados** would be then born, a boutique law firm of multidisciplinary nature, structured to provide customized legal advice to medium and large companies.

Headquartered in Botucatu, a prosperous and central city in the inland of São Paulo, with units distributed in Bauru, São Paulo and Brasília, as well as strategic partners in all federation states, the organization is the link between the big cities and the countryside. It also has two international support offices in Geneva and in the United States of America.

Before long, the company became known for important achievements, especially far-reaching causes, related to diffuse interests and other issues of broad impact and complexity, becoming a reference in the law media.

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados is now recognized as a law firm specialized in great strategic relevance matters for the collectivity and large business groups, with deep and multifunctional expertise in the management of litigation disputes, which also require a preventive view at their evolution.

It has long experience in all fields of Law, either in litigation or advisory, carrying boldness and innovation as its mark in addition to customized service. Business service focuses on tax planning, risk analysis and reduction in the areas of Labor, Civil, Corporate Criminal and Commercial law, presenting preventive legal solutions.

It operates in all spheres of the Judiciary, Superior Courts, State and Federal Courts, as well as administratively before departments of public and private administration – High Councils for the Judiciary and Public Prosecution; Conar; Tax Courts and the Superior Council of Tax Appeals.

The law firm comprehensively operates in guiding actions based on Family Law, particularly those involving companies litigations in which spouses are either partners or shareholders.

Another field in which the Firm's expertise has quickly become recognized is the operation in the vast territory of worldwide web crimes, especially within social networks. There are several cases related to efficiency and speed in identifying elements and groups who hide behind anonymity in order to cause all sorts of damages against good faith citizens and businesses.

International issues of contractual default to the detriment of Brazilian athletes working abroad were solved under a new and different perspective, not leaving the athletes' interests at the mercy of clubs, which, due to problems or bad faith, would avoid

fulfilling their contractual duties. The clubs' bet in the inefficiency of a legal solution because of geographic distances was overcome by the boldness of a unique and fully successful thesis.

A new reading of legal filings and their alleged foundations, produced from consistent experience, a lot of study and a precise legal eye, managed to eliminate and/or significantly reduce fines unduly imposed to state and federal taxpayers.

The firm also provides full support in developing Trademarks, Patents and Business Models involving Intellectual Law, including franchising strategic and business actions.

It also fully offers electoral support for political candidates and parties, both in advisory and litigation, considering the guidance over the respective legislation, as well as over any action related to the Electoral Justice, such as objection actions on candidacy registration, electoral advertisement and electoral accounting.

Kaimoti Pinto, Calsolari & Telles Sociedade de Advogados aids clients in the most diverse labor issues, both in litigation and advisory, operating in legal and administrative actions, following-up processes in all courts, especially defending labor classes seeking to guarantee their labor rights, and applying Constitutional and Labor Rules.

In many cases, a punctual and specialized action at the Ministries of Labor, Transport, Health, Agriculture, Justice, and Education, in order to intermediate and manage interests in administrative and/or litigation processes, has shown to be a highly successful strategy.

Jorge Luiz Batista Kaimoti Pinto. Is in charge of managing the company's litigation and advisory strategies, specializing in Intellectual Property and member of Associação Brasileira de Propriedade Intelectual and International Association for the Protection of Intellectual Property/Association Internationale pour la Protection de la Propriété Intellectuelle. He has worked in a large law firm in the city of São Paulo and, for over 10 years, he was Legal Director of a nationally-known company in a segment of high competition.

João Antônio Calsolari Portes. Is in charge for the support and assistance in coordinating legal theses and consultant in activities before Courts, Judicial and Extrajudicial Notaries; management and support in monitoring proceedings. He's worked for firms in the countryside of the state of São Paulo, and has been Legal Manager of a company in the beverage segment for over 10 years.

Leandro Telles. Is responsible for coordinating theses, assisting and supporting litigation and advisory management, and monitoring of proceedings. He's always worked for large enterprises, in all levels.

Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados

Com mais de 20 anos de atuação conjunta na advocacia criminal, **Carlos Kauffmann** e **Marcos Soares** uniram-se, ao longo dos anos, a outros advogados especializados na mesma área de atuação e consolidaram o ideal de aperfeiçoamento de um serviço técnico e altamente personalizado. Surgiu, assim, a sociedade **Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados** que, entre seus sócios, também conta com os advogados **Luis Gustavo Veneziani** e **Caio Almado Lima**.

Orientados pelos preceitos éticos vigentes, os integrantes do escritório, que se mantêm focados na busca de soluções às questões que tanto afligem os indivíduos e a sociedade no campo do direito penal, especializaram-se na prestação de assistência jurídica a empresas nacionais e multinacionais, tanto na condição de vítimas – oportunidade em que, inclusive, orientam a apuração de fatos criminosos e auditorias internas – quanto nas hipóteses em que seus representantes, executivos ou funcionários, passam a ser investigados.

A atuação do escritório, porém, não se limita à advocacia penal empresarial, já que seus advogados também defendem os interesses de particulares e autoridades públicas nos mais diversos ramos do direito penal.

No campo penal empresarial o escritório presta assistência consultiva e preventiva, especialmente relacionada à conduta de funcionários e executivos, no setor privado e no relacionamento com o Poder Público, oportunidade em que acompanha e orienta apurações internas, elabora relatórios e pareceres.

Em pé (esq>dir)

Giovanna Santoro (estagiária), **Giovanna Deacolino** (estagiária),
Dra. Natalia Lima, **Dr. Germano Albertoni**,
Dra. Mariana Garcez, **Cezar Vieira** (estagiário), **Dra. Nathalia Macruz**

Sentados (esq>dir)

Dr. Luis Veneziani, **Dr. Carlos Kauffmann**, **Dr. Marcos Soares**, **Dr. Caio Lima**



Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados

Orientados pelos preceitos éticos vigentes, os integrantes do escritório, que se mantêm focados na busca de soluções às questões que tanto afligem os indivíduos e a sociedade no campo do direito penal, especializaram-se na prestação de assistência jurídica a empresas nacionais e multinacionais, tanto na condição de vítimas quanto nas hipóteses em que seus representantes, executivos ou funcionários, passam a ser investigados.

Também atua no contencioso penal (procedimentos administrativos, investigatórios, inquéritos policiais, ações e medidas cautelares em todos os graus de jurisdição), tanto para empresas quanto para particulares, notadamente, nas seguintes infrações penais: Crimes Ambientais • Crimes Tributários e Previdenciários • Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional • Crimes da Lei de Licitações • Crimes contra a Administração Pública • Lavagem de Capitais • Crimes contra as Relações de Consumo • Crimes Econômicos • Crimes Falimentares • Crimes de Trânsito • Crimes Eleitorais • Crimes Dolosos contra a Vida (júri).

EQUIPE

Carlos Kauffmann. Advogado criminal. Graduado pela PUC/SP em 1992; mestre em Processo Penal pela PUC/SP em 2000; professor de Processo Penal na PUC/SP desde 1995; autor do livro *Prisão Temporária*; coautor dos livros *Tratado Temático de Processo Penal e Propriedade Intelectual no Direito Empresarial*; Conselheiro Secional da OAB/SP nos triênios 2010-2012 e 2013-2015; membro da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB/SP desde 2001; membro do Conselho de Prerrogativas da OAB/SP desde 2005; integrante da 4ª Câmara Recursal da OAB/SP de 2010-2012 e da 6ª Câmara Recursal de 2013-2015; membro da Comissão de Inscrição e Arguição de Candidatos ao Quinto constitucional da OAB/SP de 2010-2015; membro do Conselho Curador da Escola Superior da Advocacia de 2010-2012; membro Efetivo da Comissão para Estudo do Projeto do Código de Processo Penal – OAB/SP de 2010-2012; membro da Comissão de Defesa da Constitucionalidade das Investigações Criminais em 2013.

Marcos Soares. Advogado criminal. Mestre em Direito Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2000; Professor de Direito Penal e Processual Penal nas Universidades de Guarulhos, Paulista, Ibirapuera e Cidade de São Paulo; Professor de Processo Penal convidado da Universidade Presbiteriana Mackenzie; membro do Conselho de Prerrogativas da OAB/SP desde 2010; Coordenador da Comissão de Seleção e Assessor do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP de 2001-2003.

Luis Gustavo Veneziani. Advogado criminal. Formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2010; pós-graduado em Direito Penal Econômico pela FGV em 2012; Professor Assistente no curso de Processo Penal na PUC/SP desde 2010; mestrando em Direito e Processo Penal pela PUC/SP – 2015-2017.

Caio Almado Lima. Advogado criminal. Graduado pela PUC/SP em 2010; pós-graduado em Direito Penal Econômico pela FGV em 2012.

Natalia de Barros Lima. Advogada criminal. Graduada pela Universidade de Passo Fundo em 2013; pós-graduada em Legal English pela FGV em 2014; pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 2014-2017; Professora Assistente no curso de Processo Penal na PUC/SP 2014; Cursou Compliance no Instituto de Ensino e Pesquisa 2016.

Nathalia Meneghesso Macruz. Advogada criminal. Graduada pela FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo) em 2012; Pós-graduada em Direito e Processo Penal pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2016; Pós-graduanda em Direito Penal Econômico e Europeu pelo IDPEE da Universidade de Coimbra e pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM em 2016.

Germano Augusto Albertoni. Advogado criminal. Graduado pela Universidade Paulista em 2016. Pós-graduando em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio de Jesus – 2017-2019.

Mariana Gomes Alexandre Garcez. Advogada criminal. Graduada pela Universidade Paulista em 2017.

With more than 20 years of joint criminal law practice, **Carlos Kauffmann** and **Marcos Soares** have, along the years, joined other lawyers specialized in the same area of activity and have consolidated the ideal of perfecting a highly personalized technical service. Thus came the partnership **Kauffmann, Soares e Rebehy Advogados** that, among its partners, also counts with lawyers **Luis Gustavo Veneziani** and **Caio Almado Lima**.

Guided by the prevailing ethical precepts, the members of the firm, who remain focused on finding solutions to the issues afflicting individuals and society in the field of criminal law, have specialized in providing legal assistance to national and multinational companies, both in the condition of victims – an opportunity in which they even guide the investigation of criminal facts and internal audits – as well as in the cases in which their representatives, executives or employees, are investigated.

The firm's performance, however, is not limited to criminal corporate law, since its lawyers also defend the interests of individuals and public authorities in the most diverse branches of criminal law.

In the corporate criminal field, the firm provides advisory and preventive assistance, especially related to the conduct of employees and executives, in the private sector and in the relationship with the Government, when it has the chance to follow up and guide internal investigations, prepare reports and opinions.

It also acts in the criminal litigation (administrative and investigative procedures, police investigations, actions and precautionary measures in all levels of jurisdiction), both for companies and individuals, notably in the following criminal offenses:

Environmental Crimes • Tax Crimes and Social Security Crimes • Crimes against the National Financial System • Crimes against the Law of Tenders • Crimes against the Government • Money Laundering • Crimes against Consumer Relations • Economic Crimes • Bankruptcy Crimes • Traffic Crimes • Electoral Crimes • Willful crimes against life (jury).

STAFF

Carlos Kauffmann. Criminal lawyer. Graduated from PUC/SP in 1992; master of Criminal Law from PUC/SP in 2000; professor of Criminal Procedure at PUC/SP since 1995; author of the book *Prisão Temporária*; co-author of the books *Tratado Temático de Processo Penal* and *Propriedade Intelectual no Direito Empresarial*; Chapter Director of OAB/SP in the terms 2010-2012 and 2013-2015; Member of the Prerogative and Rights Committee of OAB/SP since 2001; Member of the Prerogatives

Council of OAB/SP since 2005; participating of the 4th Appeal Chamber of OAB/SP in 2010-2012 and of the 6th Appeal Chamber in 2013-2015; Member of the Enrollment and Oral Examination of Candidates to the 'constitutional fifth' of OAB/SP in 2010-2015; Member of the Curating Council of Escola Superior da Advocacia in 2010-2012; Tenured Member of the Studies Commission of the Criminal Procedural Code Project – OAB/SP in 2010-2012; Member of the Commission of Criminal Investigations Constitutionality Defense in 2013.

Marcos Soares. Criminal lawyer. Master of Criminal Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2000; Professor of Criminal Law and Criminal Procedure at the Universities Guarulhos, Paulista, Ibirapuera and Cidade de São Paulo; Invited Professor of Criminal Procedure at Universidade Presbiteriana Mackenzie; Member of the Prerogatives Council of OAB/SP since 2010; Coordinator of the Selection Commission and Advisor at the Ethics and Discipline Court of OAB/SP in 2001-2003.

Luis Gustavo Veneziani. Criminal lawyer. Graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2010; postgraduate certificate in Economic Criminal Law from FGV in 2012; Assistant Professor in the Criminal Procedure course at PUC/SP since 2010; candidate to a Master's degree Criminal Law and Procedure at PUC/SP – 2015-2017.

Caio Almado Lima. Criminal lawyer. Graduated from PUC/SP in 2010; postgraduate certificate in Economic Criminal Law from FGV in 2012.

Natalia de Barros Lima. Criminal lawyer. Graduated from Universidade de Passo Fundo in 2013; postgraduate certificate in Legal English from FGV in 2014; postgraduate certificate in Criminal Law and Criminal Procedure from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 2014-2017; Assistant Professor in the Criminal Procedure course at PUC/SP 2014; Taken the Compliance course at Instituto de Ensino e Pesquisa 2016.

Nathalia Meneghesso Macruz. Criminal lawyer. Graduated from FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo) in 2012; Postgraduate certificate in Criminal Law and Procedure from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 2016; Candidate to a postgraduate certificate in European and Economic Criminal Law at IDPEE of Universidade de Coimbra and of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM in 2016.

Germano Augusto Albertoni. Criminal lawyer, graduated from Universidade Paulista in 2016. Candidate to a postgraduate certificate in Criminal Procedural Law at Instituto Damásio de Jesus – 2017-2019.

Mariana Gomes Alexandre Garcez. Criminal lawyer. Graduated from Universidade Paulista in 2017.



Machado Ramos & Von Glehn Advogados

O escritório **Machado Ramos & Von Glehn Advogados** foi fundado no ano de 2010, pelos sócios **Leonardo Ramos Gonçalves, Luís Henrique Machado e Marcos von Glehn Herkenhoff**.

Levando em consideração a especialização dos sócios fundadores em ramos distintos do direito, possibilitou-se uma ampla cobertura de atuação em segmentos variados (*full service*).

Devido à localização na capital federal, o foco de atuação sempre foi direcionado a atender demandas nos Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal – STF, Superior Tribunal de Justiça – STJ, Tribunal Superior do Trabalho – TST, Tribunal de Contas da União – TCU e Tribunal Superior Eleitoral – TSE).

Desde a sua fundação, o escritório vem, ano após ano, contratando novos funcionários e advogados para atender as crescentes demandas de seus clientes, possuindo abrangência nacional.

A adoção de regras de *compliance* e investimento em capacitação de advogados tem sido a prioridade do escritório ao longo dos anos.

Dentre seus clientes estão multinacionais, empresas nacionais de médio e grande porte, empresas locais e escritórios de advocacia com sede em outras unidades federativas.

(esq»dir)

**Dr. Leonardo Ramos Gonçalves, Dr. Marcos von Glehn Herkenhoff,
Dr. Luís Henrique A.S. Machado**

Machado Ramos & Von Glehn Advogados

O escritório tem como princípio o atendimento em “tempo real”. Pautado por essa premissa, prioriza o contato por meio de aplicativos e videoconferência, o que confere enorme agilidade e eficiência no trato das relações profissionais com os seus clientes.

O atendimento realizado ocorre de forma personalizada, seja na sede da banca ou na cidade onde se encontra o cliente, realizando serviços advocatícios tanto na área consultiva, quanto no contencioso (judicial e/ou administrativo).

O escritório tem como princípio o atendimento em “tempo real”. Pautado por essa premissa, prioriza o contato por meio de aplicativos e videoconferência, o que confere enorme agilidade e eficiência no trato das relações profissionais com os seus clientes. Para as pessoas físicas e jurídicas que possuem determinado volume de processos, o escritório destaca profissionais, dividindo-se internamente em seções de atendimento, com a finalidade de conceder exclusividade, otimizando os trabalhos.

A **Machado Ramos & Von Glehn Advogados** está sedimentada com base em premissas éticas, apoiando-se, sobretudo, nos princípios da transparência e eficiência na relação com os seus clientes.

Organizado e em consonância com os mais modernos padrões que a advocacia contemporânea exige, o escritório pauta-se também pela pontualidade e pronto-atendimento de seus compromissos assumidos.

Na escolha da sede do escritório em Brasília/DF foi levado em consideração o conforto do cliente (principalmente os oriundos de outros Estados, o que justifica a proximidade do aeroporto) e também a agilidade de deslocamentos até os Tribunais Superiores, Esplanada dos Ministérios e Congresso Nacional (o escritório **Machado Ramos & Von Glehn Advogados** está localizado na SHIS QL 10, Conjunto 10, Casa 06, Lago Sul, Brasília/DF. Próximo aos Tribunais Superiores e da Esplanada dos Ministérios). O projeto arquitetônico adotado foi o contemporâneo, vislumbrando a organização interna dos trabalhos da equipe de advogados, estagiários e funcionários da banca.

Luís Henrique Machado. Direito Criminal e Administrativo. Atuação predominante no direito criminal: Crimes econômicos, ambientais, societários, eleitorais, contra a administração pública e licitação. Atuação predominante no direito administrativo: improbidade administrativa e processos de competência do Tribunal de Contas da União. Atua no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União. Atualmente é doutorando na Humboldt-Universität zu Berlin, Alemanha. Tem mestrado também na Humboldt-Universität zu Berlin, Alemanha. Especialização em Sistema Legal Inglês “English Legal Methods” na University

of Cambridge, Inglaterra. Pós-Graduação em Conhecimentos Fundamentais em Direito Alemão “Grundkenntnisse im deutschen Recht” também na Humboldt-Universität zu Berlin, Alemanha. Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Constitucional na Universidade de Brasília, UNB. Pós-Graduação Lato Sensu na Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Graduação na UniCeub, Centro Universitário de Brasília. Idiomas: Alemão, Espanhol, Inglês e Português. Também é professor Adjunto do Mestrado do IDP (Instituto de Direito Público de Brasília).

Leonardo Ramos Gonçalves. Direito Trabalhista e Políticas Públicas, Estado e Desenvolvimento. Atuação predominante no direito trabalhista e direito bancário. Atuação: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; TJMG; TJTO; TJES; TJGO; TJMS; e TJMT. É mestrando no Centro Universitário de Brasília, Uniceub. Tem Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP. É graduado pelo UniCeub. Idiomas: Espanhol, Inglês e Português.

Marcos Von Glehn Herkenhoff. Direito Tributário, Civil e Administrativo. Atuação predominante no Direito Tributário e Civil. Atuação: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Tribunais Regionais Federais. Pós-graduado em Direito Tributário, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduado pelo UniCeub. Idiomas: Inglês e Português.

The law firm **Machado Ramos & Von Glehn Advogados** was founded in 2010 by partners **Leonardo Ramos Gonçalves, Luís Henrique Machado** and **Marcos von Glehn Herkenhoff**.

Taking into account the founding partners specialization in distinct areas of law, a full service became possible, thus widely covering varied segments.

Due to its location in the federal capital, since its establishment the firm has always focused in working on cases in the Superior Courts (Federal Supreme Court – STF; Superior Court of Justice – STJ; Labor Superior Court – TST; Federal Accounting Court – TCU; and the Electoral Superior Court – TSE).

Since then, the firm, which acts across the country, has hired new employees and lawyers every year in order to meet the increasing demands from their clients.

Their priority across the years has been the adoption of compliance rules and the investment in lawyers training.

Among their clients are multinational companies, domestic medium and large organizations, local businesses and law firms headquartered in other states.

The firm provides customized service both in their headquarters and in the city the client is located in, thus encompassing legal services in advisory and litigation areas (legal and/or administrative).

The firm’s principle is providing service in “real time”. Based on this premise, they prioritize contact by means of apps and video-conferences, allowing them great agility and efficiency in handling professional relationships with clients. For both individuals and companies with a huge amount of processes, the firm detaches professionals, internally dividing themselves in service sections, aiming at offering exclusiveness to optimize work.

Machado Ramos & Von Glehn Advogados is founded on ethical premises, mainly based on the principles of transparency and efficiency in the relationship with their clients.

Organized and in consonance with the most modern standards required by contemporary legal service, the firm is also recognized for their punctuality and prompt service concerning their duties.

When choosing the place to establish their headquarters in Brasília/DF, clients comfort (mainly for those coming from other states, which justifies their proximity to the airport) and also quickness in heading to the Superior Courts, the Esplanada dos Ministérios and the National Congress were taken into account – the firm is located on SHIS QL 10, Conjunto 10, Casa 06, Lago Sul, Brasília/DF. Próximo aos Tribunais Superiores e da

Esplanada dos Ministérios). The architectural design is contemporary, glimpsing the internal work organization of the firm’s lawyers team, trainees, and employees.

Luís Henrique Machado. Criminal and Administrative Law. Main operations in criminal law: Economic crimes, environmental crimes, corporate crimes, offenses against the public administration and government acquisition. Main actions in administrative law: against misconduct in public office and actions in the jurisdiction of the Federal Accounting Court. Acting by the Federal Supreme Court, the Superior Court of Justice, the Superior Electoral Court and the Federal Accounting Court. Currently a doctorate candidate at the Humboldt-Universität zu Berlin, Germany. He also has a Master degree from the Humboldt-Universität zu Berlin, Germany. Graduate certificate in English Legal Methods from the University of Cambridge, England. Postgraduate studies in Fundamentals of the German Law, “Grundkenntnisse im deutschen Recht”, also from the Humboldt-Universität zu Berlin, Germany. Postgraduate course in Constitutional Law from Universidade de Brasília, UNB. Advanced postgraduate studies at the Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Graduated from UniCeub, Centro Universitário de Brasília. Languages: German, Spanish, English, and Portuguese. He is also Assistant Professor in the Masters course at IDP (Instituto de Direito Público de Brasília).

Leonardo Ramos Gonçalves. Labor Law and Public Policies, State and Development. Mainly acting in labor and banking law. Acting by: Federal Supreme Court, Superior Court of Justice, Superior Labor Court, Regional Appellate Labor Court 10th Region; Regional Appellate Labor Court 8th Region; Regional Appellate Labor Court 3rd Region; TJMG; TJTO; TJES; TJGO; TJMS; and TJMT. He is a Masters candidate at Centro Universitário de Brasília, Uniceub. Holds a Graduate Certificate in Labor Law and Labor Procedure, from Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP. Graduated from UniCeub. Languages: Spanish, English, and Portuguese.

Marcos Von Glehn Herkenhoff. Tax, Civil and Administrative Law. Mainly acting in Tax and Civil Law. Acting by: Federal Supreme Court, Superior Court of Justice, Federal District and Territories Court of Appeals and Regional Federal Appellate Courts. Postgraduate certificate in Tax Law from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET. Graduated from UniCeub. Languages: English and Portuguese.



Marcelo Leonardo Advogados Associados

Fundado em 1949 pelo Prof. **Jair Leonardo Lopes**, o escritório conta hoje com três gerações de advogados criminalistas altamente especializados em Direito Penal e Processual Penal. O foco de atuação nos últimos anos concentrou-se no chamado Direito Penal Econômico ou Direito Penal Empresarial. A equipe é formada por profissionais com especialização, mestrado e doutorado na área, sendo que o Prof. **Marcelo Leonardo** foi o Chefe do Departamento de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito da UFMG durante os últimos 08 anos, instituição na qual **Jair Leonardo Lopes** é Professor Emérito de Direito Penal.

Os membros da equipe são profissionais respeitados, além de grandes lideranças da advocacia. **Jair Leonardo Lopes** foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais de 1987 a 1990, enquanto **Marcelo Leonardo** comandou a entidade de 1998 a 2003. A terceira geração, liderada por **Sérgio Leonardo**, também já dá sua contribuição à instituição, tendo sido Conselheiro Seccional Efetivo e Diretor do Departamento de Comunicação na gestão 2010-2012 e, fez parte da Diretoria da OAB/MG como Secretário-Geral Adjunto na gestão 2013-2015.

Jair Leonardo Lopes participou da Comissão de Juristas do Ministério da Justiça que fez a Reforma da Parte Geral do Código Penal em 1984 e **Marcelo Leonardo** fez parte da Comissão de Juristas do Senado Federal que trabalhou no anteprojeto de Reforma do Código Penal em 2011-2012.

(esq>dir)

Dr. Marcelo Leonardo, Dr. Sérgio Leonardo

Marcelo Leonardo Advogados Associados

O escritório presta serviços exclusivamente na área criminal, primando pelos mais altos padrões de qualidade no exercício da advocacia. A equipe de advogados criminalistas de Marcelo Leonardo Advogados Associados atua, há mais de seis décadas, nas chamadas áreas “clássicas” do Direito Penal, como os crimes contra a pessoa, os crimes contra o patrimônio e os crimes contra a honra.

O sólido alicerce acadêmico, a vasta experiência prática e as inestimáveis capacidades de liderança e de relacionamento dos advogados, tornaram a banca um dos Escritórios de Advocacia Mais Admirados do Brasil em Direito Penal, conforme publicação do *Anuário Análise Advocacia 500* de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, sendo que em 2013 e 2014 a banca figurou em 1º lugar entre os escritórios especializados nesta área.

A paixão pelo exercício da advocacia criminal é a marca dos profissionais que fazem parte da equipe de **Marcelo Leonardo Advogados Associados**. Uma sociedade de advogados que defendem a liberdade – um dos bens mais preciosos da humanidade – fazendo valer efetivamente em favor de seus clientes as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

DIREITO PENAL ECONÔMICO OU DIREITO PENAL EMPRESARIAL

O escritório presta serviços exclusivamente na área criminal, primando pelos mais altos padrões de qualidade no exercício da advocacia. A equipe de advogados criminalistas de **Marcelo Leonardo Advogados Associados** atua, há mais de seis décadas, nas chamadas áreas “clássicas” do Direito Penal, como os crimes contra a pessoa, os crimes contra o patrimônio e os crimes contra a honra. Ao longo dos anos, os profissionais passaram a lidar diariamente com processos relacionados a crimes contra a administração pública, crimes contra a organização do trabalho, crimes nas licitações, crimes de trânsito, crimes eleitorais, crimes por meio eletrônico e extradições.

Nas últimas três décadas a equipe de **Marcelo Leonardo Advogados Associados** notabilizou-se por destacada atuação na esfera do Direito Penal Econômico – também tratado nos meios empresariais como Direito Penal Empresarial – o que conferiu aos profissionais do escritório *expertise* na defesa de: Crimes contra o sistema financeiro; Crimes contra o mercado de capitais; Crimes contra a ordem tributária; Crimes previdenciários; Crimes contra a ordem econômica, concorrenciais e contra a economia popular; Crimes ambientais; Crimes de lavagem de capitais; Crimes contra a propriedade intelectual; Crimes contra a propriedade industrial; Crimes societários; Crimes falimentares.

UNIDADES E EQUIPE

O escritório tem unidades em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, que são totalmente interligadas em virtude de um robusto investimento em tecnologia da informação feito nos últimos anos, possibilitando interação e troca de experiência permanente entre as equipes. A sinergia de todos os advogados possibilita a unidade indispensável à conservação e ao aprimoramento do padrão de atuação do escritório em nível nacional.

A banca **Marcelo Leonardo Advogados Associados** é formada pelos seguintes advogados criminalistas: **Jair Leonardo Lopes, Marcelo Leonardo, Sérgio Leonardo, Vânia Leonardo, Rogério Leonardo, Carolina Leonardo, Cristiane Leonardo, Claudio Abbatepaulo, Rodrigo Martins, Márcio Gesteira Palma, Carolina Oliveira, Jussara Lacerda, Francisco Porto, Paula Lemos de Carvalho, Amanda Constantino Gonçalves e Marcelo de Siqueira Zerbini.**

MISSÃO

Exercer a advocacia com ética, dedicação e profissionalismo, patrocinando os interesses dos clientes com competência e seriedade. Agir com humildade e firmeza, serenidade e independência, respeitando as pessoas e as instituições, para prestar serviços advocatícios com excelência, superando as expectativas dos clientes e conquistando respeito, admiração e credibilidade perante a comunidade.

Founded in 1949 by Prof. **Jair Leonardo Lopes**, the law firm now has three generations of criminal lawyers highly specialized in Criminal Law and Criminal Procedure. In the past years its operations have focused on the so-called Economic Criminal Law or Corporate Criminal Law. The team is built by professionals with specialization, Master and Doctorate degrees in this area, and Prof. **Marcelo Leonardo** was Head of Law and Criminal Processes at UFMG Law School for the past 8 years, an institution where **Jair Leonardo Lopes** is Professor Emeritus of Criminal Law.

The team members are respected professionals, besides great leaders in the practice of law. **Jair Leonardo Lopes** was President of Ordem dos Advogados do Brasil, Minas Gerais chapter, from 1987 to 1990, while **Marcelo Leonardo** ran the entity from 1998 to 2003. The third generation, led by **Sérgio Leonardo**, is already contributing with the institution: he is Permanent Counselor of the chapter and Director of the Communication Dept. in the 2010-2012 term and is currently member of the board of OAB/MG as Deputy Secretary General in the 2013-2015 term.

Jair Leonardo Lopes has participated of the Committee of Jurists of the Ministry of Justice, which was in charge of the Reform of the Criminal Code General Part in 1984 and **Marcelo Leonardo** participated of the Committee of Jurists of the Senate, which worked in the draft of the Criminal Code Reform in 2011-2012.

The solid academic foundation, the vast practical experience and invaluable leadership skills and relationship of the lawyers, have turned the firm into one of the Most Admired Law Firms in Criminal Law in Brazil, as published by *Análise Advocacia 500 Yearbook* of 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 and 2012, in which the firm ranked #1 in 2013 and 2014 among firms specialized in this area.

Passion for practice in criminal law is the hallmark of professionals integrating **Marcelo Leonardo Advogados Associados**’ team. A society of lawyers defending freedom – one of humankind’s most precious gifts – effectively making constitutional guarantees of adversary proceedings and extensive defense work.

ECONOMIC CRIMINAL LAW OR BUSINESS CRIMINAL LAW

The firm provides services exclusively in the criminal area, striving for the highest quality standards in the practice of law. The team of criminal lawyers of **Marcelo Leonardo Advogados**

Associados has been operating for more than six decades in the so-called “classic” areas of Criminal Law, such as crimes against the person, crimes against property and crimes against honor. Over the years, the professionals started to deal daily with cases related to crimes against the public administration, crimes against the labor organization, bids crimes, traffic crimes, electoral crimes, crimes through electronic means and extraditions.

In the last three decades **Marcelo Leonardo Advogados Associados**’ team has become renowned for its outstanding work in the sphere of Economic Criminal Law – also treated in the business as Corporate Criminal Law – which gave the firm’s professionals expertise in defending: Crimes against the financial system; Crimes against capital market; Crimes against tax order; Social security crimes; Crimes against the economic order, antitrust crimes and against the public economy; Environmental crimes; Money laundering crimes Crimes against intellectual property; crimes against property; corporate crimes; bankruptcy crimes.

UNITS AND STAFF

The firm has units in São Paulo, Brasília and Belo Horizonte, which are fully interconnected due to a robust investment in information technology made in recent years, enabling interaction and permanent exchange of experience between the teams. The synergy of all attorneys allows the necessary unity for the preservation and improvement of performance standard of the firm nationwide.

Marcelo Leonardo Advogados Associados is formed by the following criminal lawyers: **Jair Leonardo Lopes, Marcelo Leonardo, Sérgio Leonardo, Vânia Leonardo, Rogério Leonardo, Carolina Leonardo, Cristiane Leonardo, Claudio Abbatepaulo, Rodrigo Martins, Márcio Gesteira Palma, Carolina Oliveira, Jussara Lacerda, Francisco Porto, Paula Lemos de Carvalho, Amanda Constantino Gonçalves and Marcelo de Siqueira Zerbini.**

MISSION

To provide the practice of law with ethics, dedication and professionalism, competently and seriously supporting clients’ interest. To act with humbleness and strictness, serenity and independence, respecting people and institutions, so to provide legal services with excellence, exceeding clients’ expectations and getting respect, admiration and credibility before the community.

Mario Oscar Oliveira Advogados Associados

Com o foco em soluções, a **Mario Oscar Oliveira Advogados Associados** destaca-se por sua equipe altamente qualificada e pelo extremo cuidado com cada cliente. O escritório, na sua composição atual, iniciou suas atividades em 2003, tendo como fundador **Mario Oscar Chaves de Oliveira**.

O sócio fundador tem mais de cinquenta anos de exercício da advocacia, tanto no escritório, como desempenhando atividades no jurídico de fundação pública e de empresa multinacional. A experiência de **Mario Oscar Chaves de Oliveira** e o conhecimento técnico e prático dos outros sócios criaram sinergia fundamental para a formação de uma equipe de associados voltada para a excelência dos serviços prestados.

O atendimento, as soluções personalizadas e a tomada de decisão segura e embasada são grandes diferenciais. O foco, desde o início, foi a qualidade, optando por uma estrutura enxuta, capaz de entender o negócio do cliente e suas principais necessidades. Em decorrência, passou a atender também os integrantes dessas pessoas jurídicas, especialmente nas áreas de família, sucessão, imobiliária, contencioso e contratual.



(esq=dir)

Dr. Mario Oscar Chaves de Oliveira, Dr. Adenísio Coelho Junior,
Dr. Mario André dos Santos Chaves de Oliveira

Mario Oscar Oliveira Advogados Associados

Com profissionais reconhecidos pelo mercado por sua competência, a Mario Oscar Oliveira Advogados Associados ajusta o atendimento de acordo com as necessidades de cada cliente. A filosofia é de uma atuação proativa e coordenada com o Departamento Jurídico do cliente, objetivando o desenvolvimento e implementação da estratégia material e processual mais adequada, de modo a evitar litígios desnecessários e garantir a sustentabilidade do negócio.

Com profissionais reconhecidos pelo mercado por sua competência, a **Mario Oscar Oliveira Advogados Associados** ajusta o atendimento de acordo com as necessidades de cada cliente. A filosofia é de uma atuação proativa e coordenada com o Departamento Jurídico do cliente, objetivando o desenvolvimento e implementação da estratégia material e processual mais adequada, de modo a evitar litígios desnecessários e garantir a sustentabilidade do negócio.

O escritório também desenvolveu um modelo de prestação de serviços por meio do qual advogados atuam como conselheiros jurídicos em regime de *secondment* em departamento jurídico de empresas.

A base de atendimento é no Rio de Janeiro e atua por meio de parcerias nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com um trabalho integrado e coletivo, a sociedade presta serviços pautados na ética, transparência e na informação, tendo como busca permanente a eficiência e o resultado.

Mario Oscar Chaves de Oliveira. Bacharel em Direito pela PUC/RJ. As principais áreas de atuação são: Direito Civil Processual Civil, Empresarial, Imobiliário, Econômico, Consumidor e Publicidade. Atuou como: Advogado e Assessor Jurídico-Chefe da Fundação SESP (vinculada ao Ministério da Saúde); Gerente Jurídico Corporativo e de Contencioso da Souza Cruz S.A. Foi Membro do Conselho Superior do CONAR e presidente das 1ª e 3ª Câmaras do Conselho de Ética do CONAR; foi ainda Conselheiro Federal e da Seccional (RJ) da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro efetivo e Ex Diretor do Instituto dos Advogados Brasileiros; Membro e Ex Diretor da Associação Brasileira de Direito de Família (ABDF); Ex Diretor da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI). Lecionou Direito do Consumidor e Direito da Concorrência na Pós-Graduação em Direito Empresarial da Faculdade Cândido Mendes. Participou como expositor em seminários e painéis que tratam de Direito Empresarial e Gestão Jurídica Integrada na Empresa.

Mario André dos Santos Chaves de Oliveira. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Especializado em Direito do Mercosul pelo IAB e Pós Graduado – LLM Litigation – Novos Desafios dos Contenciosos pela FGV. As principais áreas de atuação são: Contratos, Consumidor, Responsabilidade Civil, Regulatório, Empresarial, Licitações, Direito da Informática e Ambiental. Foi staff attorney da IBM Brasil. Foi Diretor Jurídico da UNISYS Brasil. É membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros. Foi membro da comissão de IT da Associação Brasileira de Direito de Informática – ABDI. Foi membro da Comissão de Combate à Pirataria da OAB/RJ.

Adenisio Coelho Junior. Bacharel em Direito pela Universidade Gama Filho – UGF – Rio de Janeiro; LLM em Direito Corporativo pelo IBMEC-RJ, Pós-graduado em Direito Tributário pela COPG da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Especializado em *e-Business* – Tecnologia da Informação e Internet

– pelo IBMEC/RJ. Especializado em Direito Regulatório com ênfase na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Cosméticos e Saneantes). As principais áreas de atuação são: Direito Civil, Processual Civil, Empresarial, Societário, Regulatório, Imobiliário, Tributário Fiscal, Contratos e Publicidade (CONAR). Foi Business Partner do Departamento de Informática junto ao departamento Jurídico da Souza Cruz por cinco anos; Foi Assistente Jurídico da Souza Cruz por outros cinco anos. É Conselheiro Jurídico com atuação dedicada na gestão do departamento jurídico no Brasil da SCJohnson e sócio gestor do escritório.

Focusing on solutions, **Mario Oscar Oliveira Advogados Associados** stands out for its highly qualified staff and extreme care with each client. The firm, in its current formation, began its activities in 2003, with founder **Mario Oscar Chaves de Oliveira**.

The founding partner has more than fifty years experience in practicing law, both in the firm and performing activities in the legal area of public foundation and multinational company. The experience of **Mario Oscar Chaves de Oliveira** and the technical and practical knowledge of the other partners created fundamental synergy for the formation of a team of associates oriented to excellence of the services provided.

Personalized service, customized solutions and decision making are key differentiators. The focus, from the beginning, was quality, opting for a lean structure, able to understand the client's business and its main needs. As a result, it also began to serve the members of these legal entities, especially in the areas of family, succession, real estate, litigation and contractual law.

With professionals recognized by the market for their competence, **Mario Oscar Oliveira Advogados Associados** adjusts the service according to the needs of each client. The philosophy is a proactive and coordinated action with the client's Legal Department, aiming at the development and implementation of the most appropriate material and procedural strategy, in order to avoid unnecessary litigation and ensure business sustainability.

The firm has also developed a service delivery model whereby lawyers act as secondment legal advisors in the corporate legal department.

The service base is in Rio de Janeiro and operates through partnerships in the states of Rio Grande do Sul and São Paulo.

With integrated and collective work, the company provides services based on ethics, transparency and information, with a permanent search for efficiency and results.

Mario Oscar Chaves de Oliveira. Bachelor of Laws from PUC/RJ. His main practice areas are: Civil Law, Civil Procedure, Business Law, Real Estate Law, Economic Law, Consumer Law and Advertising. He has worked as: Attorney and Chief Legal Assistant at Fundação SESP (linked to the Ministry of Health);

Corporate and Litigation Manager at Souza Cruz S.A. Former member of the Superior Council of CONAR and chairman of the 1st and 3rd Chambers of the Council of Ethics of CONAR. He also held the position of Federal and Chapter Director (RJ) of Ordem dos Advogados do Brasil. Tenured member and former director of Instituto dos Advogados Brasileiros; Member and former director of Associação Brasileira de Direito de Família (ABDF); Former director of Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI). He lectured Consumer Law and Competition Law at the postgraduate course of Business Law of Faculdade Cândido Mendes. He participated as exhibitor of seminars and panels addressing Business Law and Integrated Legal Management in company.

Mario André dos Santos Chaves de Oliveira. Bachelor of Laws from Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Postgraduate certificate in Mercosur Law from IAB and LLM in Litigation – New Challenges in Litigation from FGV. His main practice areas are: Contracts, Consumer Law, Liability, Regulation, Business Law, Biddings, Computer Law and Environmental Law. Former staff attorney at IBM Brasil. Former Legal Director at UNISYS Brasil. Tenured Member of Instituto dos Advogados de São Paulo. Member of the IT commission of da Associação Brasileira de Direito de Informática – ABDI. Former member of the anti-piracy commission of OAB/RJ.

Adenisio Coelho Junior. Bachelor of Laws from Universidade Gama Filho – UGF – Rio de Janeiro; LLM in Corporate Law from IBMEC-RJ, Postgraduate certificate in Tax Law from COPG of Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Specializing in e-Business – Information Technology and the Internet – by IBMEC/RJ. Specialist in Regulatory Law with emphasis on the National Sanitary Surveillance Agency (Cosmetics and Sanitation). His main practice areas are: Civil Law, Civil Procedure, Business Law, Corporate Law, Regulatory Law, Real Estate Law, Tax Law, Contracts and Advertising (CONAR). Former Business Partner of the Computing Dept in connection with the Legal Dept of Souza Cruz for 5 years; Former Legal Assistant of Souza Cruz for another 5 years. Legal Counselor dedicating work on the legal department management in Brazil of SCJohnson and managing partner of the law firm.

Medina Osório Advogados

O escritório **Medina Osório Advogados**, fundado em 27 de março de 2007, por Fábio Medina Osório, completou 10 anos de atuação pautado na confiança e na ética. Com unidades em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, atende todo o território nacional.

Os sócios **Fábio Medina Osório**, **Ana Luiza Lartigau**, **Fábio Galvão** e **Valéria Saques** possuem perfis profissionais ecléticos, com experiências no setor público. O escritório tem foco no Direito Público e resolução de conflitos complexos, especialmente em negociação de acordos e “compliance”. Trabalham em parceria com outros escritórios e montam projetos transdisciplinares para atender de modo customizado as necessidades dos clientes.

As áreas de especialização do escritório são: Direito Administrativo; Administrativo Sancionador; Penal Econômico; Compliance; Regulatório; Improbidade Administrativa e Empresarial; Sistema Financeiro Nacional; Mercado de Capitais; Tributário; Societário; Concorrencial; Ambiental; Consumidor.

Para a equipe, três pontos são fundamentais para o sucesso do escritório: confidencialidade, segurança e qualidade.

Confidencialidade no relacionamento, que aproxima e legitima a troca de informações entre cliente e advogado por meio de um tratamento personalizado, com suporte de um sistema de comunicação *on-line*.



(esq>dir)

Dra. Valéria Saques, Dr. Fábio Medina Osório, Dr. Fábio Galvão

Medina Osório Advogados

Qualidade nos resultados, fruto da reputação de seus sócios e expertise de uma equipe de consultores, compromissada com a ética e a inovação em técnicas de negociação, visando obter soluções judiciais ou extrajudiciais para os conflitos. Nessa década de atuação, Medina Osório Advogados vem construindo sua história baseada na ética e no compromisso com seus clientes e as instituições, valorizando a excelência técnica.

Segurança na gestão legal e da informação, altamente profissionalizada, que preza pela administração e acompanhamento de estratégias e soluções jurídicas mais adequadas de acordo com as necessidades de cada cliente.

Qualidade nos resultados, fruto da reputação de seus sócios e expertise de uma equipe de consultores, compromissada com a ética e a inovação em técnicas de negociação, visando obter soluções judiciais ou extrajudiciais para os conflitos.

Nessa década de atuação, **Medina Osório Advogados** vem construindo sua história baseada na ética e no compromisso com seus clientes e as instituições, valorizando a excelência técnica.

Fábio Medina Osório. Foi Promotor de Justiça por mais de 14 anos no Rio Grande do Sul, de 30 de Dezembro de 1991 a 31 de janeiro de 2006 (primeiro lugar no concurso), quando pediu exoneração para exercer funções de diretor em empresa privada. Posteriormente, fundou o escritório de advocacia. Doutor em Direito Administrativo pela Universidade Complutense de Madri, onde foi orientado pelo Catedrático Eduardo García de Enterría. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado e professor colaborador nas Escolas do TRF4 e TRF2, além de ser parceiro nas revistas CEJ (Centro de Estudos Judiciários), vinculada ao Conselho da Justiça Federal e da Revista Brasileira de Direito Administrativo da FGV. Foi diretor da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA). Autor das obras *Teoria da Improbidade Administrativa* e *Direito Administrativo Sancionador*, ambas pela Editora Revista dos Tribunais, além de coautor e coordenador de inúmeras obras jurídicas.

Ana Luiza Lartigau. Foi Procuradora de Justiça no Rio Grande do Sul por 29 anos, de 1986 a 2015, quando pediu aposentadoria. Na instituição, exerceu múltiplas funções, destacando-se a de Conselheira do Conselho Superior do Ministério Público e de Coordenadora da Procuradoria de Recursos do Ministério Público do Rio Grande do Sul (2011 a 2015). Também atuou ao longo da carreira como Procuradora de Justiça titular junto à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (2015) e Promotora titular da Vara de Registros Públicos (1994).

Fábio Galvão. Foi Superintendente de Processos Sancionadores da Comissão de Valores Mobiliários (2008), tendo atuado na autarquia por mais de 17 anos, pedindo exoneração para atuar no setor privado em 2011. Naquela Comissão, também ocupou os cargos de Superintendente de Fiscalização Externa, Gerente de Fiscalização do Mercado, Gerente de Fiscalização de Empresas e Gerente de Condução de Inquéritos na CVM. Exerceu interinamente a Superintendência Geral da CVM e foi membro titular do Comitê de Termo de Compromisso.

Valéria Saques. Foi Procuradora da Fazenda Nacional por 30 anos, tendo se aposentado em junho de 2017. Foi Adjunta do Ministro chefe da AGU na gestão de Medina Osório, de maio a setembro de 2017. É bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP, com especialização em Direito Empresarial e especialista em Direito Comercial pela mesma faculdade. Como Procuradora, atuou junto ao STF, ao STJ e aos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 3ª Regiões. Também exerceu as funções de Coordenadora-Geral da Dívida Ativa da União, de Coordenadora-Geral da Planejamento e Normas e de Procuradora-Geral Adjunta da Fazenda Nacional. Integrou a delegação brasileira no MERCOSUL, atuou junto à Organização Mundial do Comércio – OMC e foi representante da PGFN junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e à Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE.

The office **Medina Osório Advogados**, founded on March 27, 2007, by Fábio Medina Osório, has completed 10 years of activity based on trust and ethics. With units in Porto Alegre, Rio de Janeiro and Brasília, it serves the entire national territory.

The members Fábio Medina Osório, Ana Luiza Lartigau, Fábio Galvão and Valéria Saques have eclectic professional profiles, with experiences in the public sector. The firm focuses on Public Law and resolution of complex disputes, especially in negotiation of agreements and compliance. It works in partnership with other law firms and sets up transdisciplinary projects to meet customer needs in a customized way.

The firm's expertise areas are: Administrative law; Administrative Sanctions; Economic Criminal Law; Compliance; Regulatory; Administrative and Misconduct in Office; National Financial System; Capital market; Tax Law; Corporate Law; Competition Law; Environmental Law; Consumer Law.

For the team, three points are critical for the firm's success: Confidentiality, Security and Quality.

Confidentiality in relationship, which approximates and legitimizes the exchange of information between client and lawyer through a personalized treatment, with support of an online communication system.

Security in highly professional legal and information management, which values the management and monitoring of more appropriate strategies and legal solutions according to the needs of each client.

Quality in results, fruit of its partners reputation and expertise of a team of consultants, committed to ethics and innovation in negotiation techniques, seeking to obtain judicial or extrajudicial solutions to conflicts.

In this decade, **Medina Osório Advogados** has been building its history based on ethics and commitment to its clients and institutions, valuing technical excellence.

Fábio Medina Osório. He was a Prosecutor for over 14 years in Rio Grande do Sul, from December 30, 1991 to January 31, 2006 (first place in the public exam), when he resigned in order to work as director in a private company. He later founded the law firm. Doctor of Administrative Laws from the Universidad Complutense de Madrid, where he was guided by Professor Eduardo García de Enterría. Master of Public Law from Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Chairman of Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado and collaborating professor at

the TRF4 and TRF2 schools, in addition to being a partner of the CEJ (Centro de Estudos Judiciários) magazines, linked to the Federal Justice Council and of the Brazilian Magazine of Administrative Law from FGV. Former director of Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA). Author of the works: *Teoria da Improbidade Administrativa* and *Direito Administrativo Sancionador*, both by Editora Revista dos Tribunais, in addition to being co-author and coordinator of several legal works.

Ana Luiza Lartigau. Was a Prosecutor in Rio Grande do Sul for 29 years, from 1986 to 2016, when she decided to retire. At this institution, she held several positions, standing out as Director of the Superior Council of the Public Prosecutor's Office and as Coordinator of the Resource Prosecution of the Public Prosecutor's Office of Rio Grande do Sul (2011-2015). She has also worked throughout her career as Head Prosecutor at the 2nd Criminal Chamber of the Court of Justice of Rio Grande do Sul (2015) and Head Prosecutor of the Public Registries Court (1994).

Fábio Galvão. He was Superintendent of Sanctions Processes of the Securities and Exchange Commission (CVM) (2008), having served in the local state office for more than 17 years, resigning in order to work in the private sector in 2011. In that Commission, he also held the positions of Superintendent of External Inspection, Market Surveillance Manager, Business Inspection Manager and Manager of Inquiries Leading at CVM. He has internally held General Superintendence at CVM and was head member of the Commitment Term Committee.

Valéria Saques. Worked as a Prosecutor at the National Treasury for 29 years, and retired in June 2017. She was Assistant to the Chief Minister of the Office of the General Counsel for the Federal Government in the Medina Osório Administration, between May and September 2017. Bachelor of Laws from USP Law School, with a postgraduate certificate in Business Law and specializing in Commercial Law from the same college. As Prosecutor, she has worked at the STF, STJ and Federal Regional Courts of the 1st and 3rd regions. She has also worked as Coordinator General of the Federal Tax Liability Office and Coordinator General of Planning and Rules of the Assistant State Attorney of the National Treasury. She was a member at the Brazilian body of delegates at MERCOSUR, working at the World Trade Organization (WTO), and a representative of the State Attorney of the National Treasury at the Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ and at Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE.

Meister Scorsim Advocacia

Com foco de atuação no Direito da Comunicação – Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão e TV por assinatura e Direito Administrativo-Regulatório, o Dr. **Ericson M. Scorsim**, Advogado, Consultor em Direito Público e Parecerista, especializado em Direito da Comunicação, Doutor em Direito pela USP, com mais de vinte anos de atuação profissional nas áreas consultiva e contenciosa, fundou, em 2012, o escritório **Meister Scorsim Advocacia**.

O escritório realiza atendimento jurídico e legal de forma personalizada, alinhado ao dinamismo que o mercado demanda na tomada de decisões, mas sempre priorizando pela singularidade do caso concreto. O serviço de advocacia é focado na construção da melhor tese jurídica a ser defendida nas causas dos seus clientes em processos judiciais, processos administrativos perante agências reguladoras, no aconselhamento legal e assessoramento em negociação de acordos empresariais, mediação e arbitragem.

O Dr. **Ericson M. Scorsim** é autor de diversas obras doutrinárias inovadoras e essenciais sobre o Direito da Comunicação, a exemplo da *Coleção Direito da Comunicação*, iniciada pelos livros: *Temas de Direito da Comunicação na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Direito da Comunicação: Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão e TV por assinatura*.

Em destaque, a qualidade e a profundidade no conhecimento acadêmico e prático dos regimes jurídicos, desenhados na legislação setorial de telecomunicações, internet, radiodifusão e TV por assinatura, especialmente do regime clássico de outorgas dos serviços de comunicações por concessões, autorizações e/ou permissões, transferência de outorgas, fiscalização, bem como das possíveis sanções contra as empresas prestadoras destes serviços.

Igualmente, a atenção especial que demanda o novo regime das aplicações de internet, definido basicamente no Marco Civil da Internet, o qual constantemente é alvo de interpretações equivocadas da legislação. O ambiente da internet apresenta novas questões jurídicas, tais como: neutralidade da rede, a proteção de dados pessoais e/ou empresariais, privacidade e o sigilo das comunicações privadas, o regime dos serviços de valor adicionado, entre outras questões. Daí os desafios na interpretação adequada desta regulação setorial.

O escritório **Meister Scorsim Advocacia** está localizado no bairro Ecoville, em Curitiba, Paraná. Possui estruturas e equipe qualificadas, para atender as demandas dos clientes em casos mais complexos. Os serviços de advocacia são prestados, conforme padrões de excelência. No atendimento ao cliente, o respeito à relação de confiança e confidencialidade, bem como a ética profissional.



Meister Scorsim Advocacia

O escritório Meister Scorsim Advocacia é especializado no Direito da Comunicação, nas áreas de internet, telecomunicações, TV e rádio por radiodifusão e TV por assinatura, e no Direito Administrativo-Regulatório.

O escritório mantém o site www.meisterscorsim.com para mais informações sobre as áreas de atuação e respectivos serviços de advocacia. Também, mensalmente, publica a *Newsletter Direito da Comunicação* às pessoas cadastradas no site do escritório, com as principais informações do Direito e dos referidos mercados.

O Dr. **Ericson M. Scorsim** mantém o www.ericsonscorsim.com, onde apresenta a Análise Legal da regulação setorial de internet, telecomunicações, TV e rádio por radiodifusão e TV por assinatura.

Ericson M. Scorsim. O sócio fundador, é advogado e consultor em Direito Público, especializado no Direito da Comunicação. É Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (2007). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2002), Formado em Direito pela UFPR (1997).

É o autor da *Coleção de Direito da Comunicação – Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão, TV por assinatura*, que inclui obras de referência nos setores, já traduzidas para outros idiomas.

Esta nova especialidade foi desenvolvida para atender as demandas contemporâneas dos mercados das comunicações, especialmente relacionadas à interpretação da legislação setorial, com o alinhamento da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais Superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça, bem como das agências reguladoras setoriais.

OBRAS DOUTRINÁRIAS E PRODUÇÃO JURÍDICO-LITERÁRIA DO DR. ERICSON M. SCORSIM

O Dr. **Ericson M. Scorsim** é autor da *Coleção Direito da Comunicação*, iniciativa inovadora, integrada pelas seguintes obras de produção jurídico-literária:

■ *Temas de Direito da Comunicação na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão, TV por assinatura e imprensa.* Curitiba: Edição do Autor, 2017, 343 pp. na versão impressa. Disponível em versão digital na Amazon. Traduções em andamento para os idiomas inglês e o espanhol.

Este é o segundo livro da *Coleção Direito da Comunicação*. Nesta obra o Dr. **Ericson M. Scorsim** analisou as decisões e julgamentos dos últimos 30 anos, desde a Constituição Federal de 1988. São mais de 70 decisões nas quais o Supremo Tribunal Federal fixou teses jurídicas ou analisou temas ligados à Internet, Telecomunicações, Televisão e Imprensa. São exemplos de temas e decisões trazidos no livro: Lei Geral de Telecomunicações, Marco Civil da Internet, Lei da Radiodifusão do setor comercial e Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual de acesso condicionado.



■ *Direito da Comunicação. Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão e TV por assinatura.* Curitiba: Edição do Autor, 2016. Este livro já foi traduzido para três idiomas: inglês, espanhol e francês, todos disponibilizados na Amazon.

■ *Communication Law in Brazil. Telecommunication, Internet, Broadcast TV and Radio, Internet, Pay TV,* 2017.

■ *Derecho de la Comunicacion em Bresil. Telecomunicaciones. Internet. TV por radiodifusion. TV por suscription,* 2016.

■ *Droit de la Communication au Brèsil. Télécommunications, Internet, Télévision par diffusion, Télévision payante,* 2016.

■ *TV Digital e Comunicação Social. Aspectos regulatórios. TVs pública, estatal e privada.* Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2008.

Focusing on Communication Law—Telecommunications, Internet, Broadcast and Pay TV, and Administrative and Regulatory Law, **Ericson M. Scorsim** is a lawyer and legal consultant specializing in Communications Law, with a PhD from USP and over twenty years of professional activity in the advisory and litigation areas. In 2012, he founded the law firm **Meister Scorsim Advocacia**.

The firm provides legal assistance in a personalized way, in line with the dynamism that the market demands in decision-making processes, but always prioritizing the singularity of the facts of each case. Service is focused on building the best legal case to defend its clients in lawsuits and administrative proceedings before regulatory agencies, as well as providing legal advice in the negotiation of business agreements, mediation, and arbitration.

Ericson M. Scorsim is the author of several innovative and essential legal opinions on Communications Law, such as the Collection on Communications Law: *Coleção Direito da Comunicação*, which begun with the books: *Temas de Direito da Comunicação na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal* (Themes of Communications Law in the Case Law of the Brazilian Supreme Court) and *Direito da Comunicação: Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão e TV por assinatura* (Communications Law: Telecommunications, Internet, Broadcast TV, and Pay TV).

The highlights are the quality and depth of the academic and practical knowledge of legal regimes, comprehending the sectoral legislation on telecommunications, Internet, broadcasting and pay TV, especially the traditional regime of granting of communications services through concessions, authorizations and / or permissions, transfer of grants, supervision, as well as possible sanctions against companies providing these services.

The new regime of Internet applications, basically defined in the Internet Regulatory Framework, deserves special attention as it is constantly subject to misinterpretation of the legislation. The Internet environment presents new legal issues, such as: network neutrality, protection of personal and / or business data, privacy and confidentiality of private communications, added-value services regime, among other issues. There are challenges to the proper interpretation of this sectoral regulation.

Meister Scorsim Advocacia is located in the Ecoville neighborhood of Curitiba, Paraná. It has an efficient structure, qualified staff, and availability to meet its clients' demands in more complex cases. Services are dynamic and aligned with the professional ethics and secrecy required the relationship with the client.

The firm's website is: www.meisterscorsim.com where there is more information on its areas of practice and their legal services. It publishes the monthly Newsletter Communications Law (“*Direito da Comunicação*”) to the people registered on the firm's website, with the main information on the Law and the aforementioned markets.

The attorney **Ericson M. Scorsim** has the blog www.ericsonscorsim.com, where he presents the Legal Analysis of the sectoral

regulation on the Internet, telecommunications, Broadcast TV and radio, and pay TV.

Ericson M. Scorsim. The founding partner, is a lawyer and consultant in Public Law, specializing in Communications Law. He is also holds a PhD from Universidade de São Paulo (2007), a Masters of Laws from Universidade Federal do Paraná (2002), and bachelor in Law from Universidade Federal do Paraná (1997).

He is the author of *Coleção de Direito da Comunicação – Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão, TV por assinatura*, including benchmark works in the communications sectors, already translated into other languages.

This new specialty was developed to meet the contemporary demands of the communications markets, about the sectoral legislation, with the alignment of the opinions by jurists and jurisprudence of the Superior Courts (Federal Supreme Court – STF and Superior Court of Justice – STJ), the Federal Regional Courts and the Courts of Justice.

LEGAL OPINIONS AND LITERARY- LEGAL PRODUCTION OF ERICSON M. SCORSIM

The attorney **Ericson M. Scorsim** is the author of *Coleção Direito da Comunicação*, an innovative initiative integrated by the following literary-legal production works:

■ *Temas de Direito da Comunicação na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão, TV por assinatura e Imprensa.* Curitiba: Author's Edition, 2017, 343 pp in the printed version. Available digitally at Amazon. Translations in progress into English and Spanish.

This is the second book of *Coleção Direito da Comunicação*. Here **Ericson M. Scorsim** analyzed the decisions and rulings of the past 30 years, since the 1988 Federal Constitution. There are more than 70 decisions in which the Federal Supreme Court has established legal theses or analyzed topics related to the Internet, Telecommunications, Television and the Press. Examples of themes and decisions brought up in the book are: General Telecommunications Law, Civil Internet Framework, Broadcasting Law of the commercial sector and Law of Audiovisual Communication Services of conditioned access – Pay-TV Law.

■ *Direito da Comunicação. Telecomunicações, Internet, TV por radiodifusão e TV por assinatura.* Curitiba: Author's Edition, 2016. This book has already been translated in English, Spanish and French, all made available at Amazon.

■ *Communication Law in Brazil. Telecommunication, Internet, Broadcast TV and Radio, Internet, Pay TV,* 2017.

■ *Derecho de la Comunicacion em Bresil. Telecomunicaciones. Internet. TV por radiodifusion. TV por suscription,* 2016.

■ *Droit de la Communication au Brèsil. Télécommunications, Internet, Télévision par diffusion, Télévision payante,* 2016.

■ *TV Digital e Comunicação Social. Aspectos regulatórios. TVs pública, estatal e privada.* Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2008.



NDN Advogados Nunes, D'Alvia & Notari Advogados

O escritório **Nunes, D'Alvia & Notari Advogados** foi fundado pelos sócios **Cesar Nunes, Tiago D'Alvia e Roberto Notari**. São mais de 15 anos de experiência no mercado de reestruturação de empresas e gestão de passivos diversos. O escritório absorveu grande demanda desde o início das suas atividades, com carteira de clientes crescente e que percorre os mais variados segmentos corporativos.

Com o objetivo de atender crescente demanda do empresariado diante de carência do mercado de reestruturação, a **NDN** oferece prestação de serviços de excelência, possuindo equipe de advogados com alto nível de especialização na área e experiência em *cases* de sucesso, além de estratégias que visam soluções jurídicas atreladas às de negócio.

(esq»dir)

Dr. Tiago Aranha D'Alvia, Dr. Roberto Gomes Notari, Dr. Cesar Rodrigo Nunes

NDN Advogados Nunes, D'Alvia & Notari Advogados

Experiência, conhecimento e estratégia são valores que definem a atuação do NDN. Composto por advogados vindos de renomadas bancas de advocacia de São Paulo, com abordagem multidisciplinar dos negócios do cliente e das questões por eles trazidas, o escritório acredita que a atuação deve proporcionar segurança jurídica e resultar em otimização dos recursos econômico-financeiros, sempre no sentido da eficiência produtiva e da maximização dos lucros.

O escritório possui departamentos diversos, destacando-se o Empresarial, Bancário, Cível Estratégico e Tributário. A especialidade é a reestruturação de empresas e a gestão de passivos diversos através do *turnaround*, revisão de obrigações, recuperação extrajudicial e/ou recuperação judicial. Além disso, atua no âmbito estratégico de *M&A* e *distressed*, contratos internacionais, arbitragem, planejamento fiscal e sucessório.

Através da experiência adquirida com as centenas de projetos pelos quais passaram, os sócios dedicam-se a atender pessoalmente às demandas estratégicas de cada projeto. O escritório conta com uma equipe especializada que atua no contencioso e consultivo geral e dá o suporte necessário para que a entrega de trabalho de excelência seja efetivada. A estratégia é se antecipar às necessidades e propor soluções preventivas para evitar conflitos e prejuízos. O compromisso é com a defesa dos interesses jurídicos de seus clientes.

A missão é proporcionar soluções práticas de alto valor agregado por meio de ferramentas jurídicas capazes de criar um ambiente seguro de negócios, favorável à superação das situações de baixa liquidez ou de crise econômico-financeira. Aplicar princípios de eficiência produtiva à prestação de serviços jurídicos, refletindo em maior rentabilidade e geração de receita.

Experiência, conhecimento e estratégia são valores que definem a atuação do **NDN**. Composto por advogados vindos de renomadas bancas de advocacia de São Paulo, com abordagem multidisciplinar dos negócios do cliente e das questões por eles trazidas, o escritório acredita que a atuação deve proporcionar segurança jurídica e resultar em otimização dos recursos econômico-financeiros, sempre no sentido da eficiência produtiva e da maximização dos lucros.

Localizado no maior centro de negócios da América Latina, a Avenida Brigadeiro Faria Lima, o escritório oferece conforto, comodidade e privacidade no atendimento. O **NDN** atende projetos em todas as regiões do Brasil, possuindo rede logística que viabiliza a atuação *in loco* em todas as unidades da federação.

Cesar Nunes. Especialista em Direito Contratual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tiago D'Alvia. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Roberto Notari. Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

The law firm **Nunes, D'Alvia & Notari Advogados** was founded by partners **Cesar Nunes, Tiago D'Alvia** and **Roberto Notari**. Over 15-year experience in the corporate restructuring and liabilities management market. The firm has absorbed a large demand since its start, with an increasing client portfolio, and explores the most varied corporate segments.

Aiming at meeting the growing demand from the business sector in the face of a lack in the restructuring market, **NDN** offers excellent services, with a team of lawyers with a high level of expertise in the area and experience in successful cases, as well as strategies aimed at providing legal solutions linked to the companies'.

The firm has several departments, notably working in Business, Banking, Strategic Civil and Tax Law. Its specialty is the restructuring of companies and the management of various liabilities through turnaround, review of obligations, extrajudicial and/or judicial reorganization. In addition, it operates in the strategic scope of M&A and distressed, international contracts, arbitration, tax planning and succession.

Through the experience gained from the hundreds of projects they have gone through, the partners are dedicated to personally meeting the strategic demands of each project. The firm has a specialized team of lawyers that acts in litigation and general advisory and gives the necessary support so that the delivery of work of excellence is carried out. The strategy is to anticipate needs and propose preventive solutions to avoid conflicts and

losses. The commitment is with the defense of the legal interests of their clients.

The mission is to provide practical solutions of high added value through legal tools capable of creating a safe business environment, favorable to overcoming situations of low liquidity or economic and financial crisis. Apply principles of productive efficiency to the provision of legal services, reflecting higher profitability and revenue generation.

Experience, knowledge and strategy are values that define the performance of **NDN**. Composed of lawyers from renowned law firms in São Paulo, with a multidisciplinary approach to the client's business and the issues they bring, the firm believes that its work must provide legal certainty and result in optimization of economic and financial resources, always aiming the productive efficiency and profit maximization.

Located in the largest business center in Latin America, Avenida Brigadeiro Faria Lima, the firm offers comfort, convenience and privacy in service. **NDN** serves projects in all regions of Brazil, having a logistics network that enables on-site performance in all units of the federation.

Cesar Nunes. Graduate certificate in Contract Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tiago D'Alvia. Graduate certificate in Business Law from Fundação Getúlio Vargas.

Roberto Notari. Graduate certificate in Business Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



Nelio Machado Advogados

O escritório, especializado em advocacia criminal, é integrado por advogados formados, em sua maioria, internamente, desde o estágio forense até a efetivação no quadro societário, sob a responsabilidade do sócio fundador, **Nelio Machado**.

A história dos componentes da banca reedita, por assim dizer, a trajetória de seu mais antigo integrante, o qual teve sua formação profissional marcada por atuação ao lado de seu pai, o advogado **Lino Machado Filho**, na defesa de perseguidos e presos políticos no regime de exceção instaurado no País, com o golpe de 1964.

A advocacia exercida pelos integrantes da banca **Nelio Machado Advogados** tem como marca característica servir de anteparo aos rigores do Estado repressor, lutando pelo irrestrito respeito aos direitos fundamentais de seus constituintes. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a banca tem atuação exclusiva na advocacia criminal, em todas as suas instâncias, tendo por princípio a combativa defesa da liberdade onde se reclame sua atuação, ou seja, em qualquer Estado, Município, e até mesmo fora do País, caso necessário, como já ocorreu em casos de extradição envolvendo nações como França e Estados Unidos da América.

O propósito dos componentes do escritório se consubstancia em manter o passo firme na preservação da legalidade e na busca permanente de Justiça, atuando diuturnamente em favor da preservação dos direitos fundamentais, em prol do respeito aos limites da legalidade, utilizando-se, com todo vigor e rigor técnico, os instrumentos legais que as leis do país e a Constituição da República asseguram a todo e qualquer investigado ou acusado.

Nelio Machado. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado da Guanabara. Curso de Mestrado e Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ex-Defensor Público da Justiça Militar Federal, de 1979 a 1985. Ministrou aulas no Curso de Especialização em Advocacia Criminal na Universidade Cândido Mendes; no Curso de Pós-Graduação em Direito da Economia e da Empresa, na FGV e no Curso de Pós-Graduação em Direito Penal na Faculdade de Direito Estácio de Sá. Ex-integrante da Comissão de Inscrição e Seleção do Concurso para a Magistratura no Estado do Rio de Janeiro. Conselheiro da OAB/RJ – Conselho Seccional, no biênio 1989/1990. Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro no triênio 1997/1999. Integrou o Conselho Federal de Entorpecentes de 1986 a 1987; Conselheiro Federal da OAB no triênio 2007/2010. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Notadamente quanto à militância, merece destaque a presença da banca nos mais diversos Tribunais do país, com intensa atuação nos Tribunais Superiores. Com atendimento absolutamente personalizado, o escritório busca pautar sua atividade pela mais completa discrição e reserva, timbrando sua conduta por rígidos e inflexíveis padrões éticos, não fazendo da banca, balcão. Prestigiando-se o trabalho em equipe, sem seccionamento, todas as causas têm a liderança do sócio mais antigo, participando ativamente delas os advogados mais jovens, seja na discussão de teses jurídicas, no encaminhamento dos casos, ou nas defesas junto aos Juízes e Tribunais.

O ideário dos integrantes do escritório é honrar a tradição marcada pela atuação do advogado **Lino Machado Filho**, destinatário de homenagem póstuma do Superior Tribunal Militar, que lhe conferiu o título de “O Advogado da Liberdade”, como reconhecimento por sua intrépida atuação naquela Corte, nos tempos conturbados e de exceção do regime militar. O propósito dos componentes do escritório se consubstancia em manter o passo firme na preservação da legalidade e na busca permanente de Justiça, atuando diuturnamente em favor da preservação dos direitos fundamentais, em prol do respeito aos limites da legalidade, utilizando-se, com todo vigor e rigor técnico, os instrumentos legais que as leis do país e a Constituição da República asseguram a todo e qualquer investigado ou acusado.

Além de diversos artigos publicados em revistas especializadas, o sócio titular **Nelio Machado** é autor dos livros *O Devido Processo Legal e Sua Eficácia nos Tribunais* e também outro *Liberdade, Liberdade, Habeas Corpus Sobre Nós*, que versam sobre casos concretos nos quais houve atuação, sobretudo no âmbito de habeas corpus nos Tribunais da República. Em razão da vasta experiência da banca em contendas criminais, muitas foram as causas de repercussão, sendo despicando nominá-las em razão de sua fácil identificação, bastando colocar o nome do advogado titular nos sites dos Tribunais, onde constarão nomes de clientes cuja identidade preferimos preservar.

A atual sede do escritório foi inaugurada em janeiro de 2015, projetada por empresa especializada, e tem como marca salas individuais ou em duplas para os advogados, sendo possível visualizar as acomodações no *website* da banca. Atualmente, o escritório **Nelio Machado Advogados**, sediado na cidade do Rio de Janeiro, com atuação onde se reclame proteção em favor do cidadão, é composto por Nelio Machado, João Francisco Neto, Gabriel de Alencar Machado, Raphael Diniz Franco, Paula Monteiro Barioni, Guido Ferolla, Thiago Gueiros e Francisco Campos, auxiliados por estagiários que, em breve, certamente constarão como integrantes da banca.

Nelio Machado Advogados

The firm, which specializes in criminal law, is formed by mostly internally trained lawyers, ranging from the forensic training to the effective hiring as employees under the responsibility of the founding partner, **Nelio Machado**.

The story of the firm members kind of re-edits the trajectory of its oldest member, who had his professional training marked by acting alongside his father, the lawyer **Lino Machado Filho**, in the defense of persecuted and political prisoners in the regime of exception established in the country, with the coup of 1964.

The law practice by members of **Nelio Machado Advogados** firm has, as its characteristic mark, the role of a guard against the rigors of the repressive state, fighting for the unrestricted respect for the fundamental rights of its constituents. Headquartered in the city of Rio de Janeiro, the firm has exclusive activity in criminal law, in all its instances, having as principle the combative defense of freedom where its action is required, that is, in any State, Municipality, and even outside the country, if necessary, as it has already happened in extradition cases involving nations such as France and the United States of America.

Regarding its work, it is worth noting the presence of the law firm in the most diverse Courts of the country, with intense action in the Superior Courts. With an absolutely personalized service, it seeks to guide its activity by the most complete discretion and reserve, marking its conduct by rigid and inflexible ethical standards, not transforming the firm into a counter. Praising teamwork, with no separations, all causes have the leadership of the oldest partner, with the active participation of the younger lawyers, either in the discussion of legal theses, in the referral of cases, or in the defenses before the Judges and Courts.

The idea of the members is to honor the tradition marked by the performance of the lawyer **Lino Machado Filho**, recipient of a posthumous tribute of the Superior Military Court, which awarded him the title of “The Lawyer of Freedom”, in recognition of his intrepid performance in that Court, in times of trouble and exception of the military regime. The purpose of the firm’s members is to keep a steady step in the preservation of legality and in the permanent search for justice, acting daily in favor of the preservation of fundamental rights, in order to

respect the limits of legality, using the legal instruments that the laws of the country and the Constitution of the Republic assure to any and all investigated or accused ones, with all technical power and strictness.

In addition to several articles published in specialized magazines, main partner Nelio Machado is the author of the books *O Devido Processo Legal e Sua Eficácia nos Tribunais* and another one that is the *Liberdade, Liberdade, Habeas Corpus Sobre Nós*, that deal with the facts of cases in which there were actions, especially in the scope of habeas corpus in the Brazilian Courts. Because of its vast experience in criminal disputes, many were the repercussion causes, and it is useless to name them because of their easy identification, by simply entering the main lawyer’s name on the Courts websites, which will include names of clients whose identity we prefer to preserve.

The current headquarters was opened in January 2015, designed by a specialized company, and has individual or double rooms for lawyers. The firm’s premises can be seen on its website. Currently, **Nelio Machado Advogados**, based in the city of Rio de Janeiro, where protection is claimed in favor of the citizen, is formed by Nelio Machado, João Francisco Neto, Gabriel de Alencar Machado, Raphael Diniz Franco, Paula Monteiro Barioni, Guido Ferolla, Thiago Gueiros and Francisco Campos, assisted by trainees who will soon appear as members of the firm.

Nelio Machado. Bachelor of Legal Sciences from Universidade do Estado da Guanabara. Master and Doctorate degrees from Universidade Federal do Rio de Janeiro. Former Attorney of the Federal Military Justice, 1979–1985. He lectured in the Specialization course of Criminal Law at Universidade Cândido Mendes; in the Graduation course of Economics and Business Law at FGV and in the Graduation course of Criminal Law at Estácio de Sá Law School. Former member of the Enrollment and Selection Commission to the Judicature of the State of Rio de Janeiro. Director of OAB/RJ – Chapter Council, in the 1989/1990 term. President of the Penitentiary Council of the State of Rio de Janeiro, 1997/1999. He was part of the Narcotics Federal Council from 1986 to 1987; Federal Director of OAB in the 2007/2010 term. Member of Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

Oliveira Castro Advogados Associados

O escritório **Oliveira Castro Advogados Associados** foi fundado a partir da vivência e experiência prática-profissional do advogado fundador, Dr. Bruno Oliveira Castro, que desde a sua formação acadêmica, há 14 anos, atua no Direito Empresarial.

O escritório tem atuação especializada no Direito Empresarial, Societário, constituição de holdings, Recuperação Judicial e Falência, Direito Civil e Agronegócio.

O atendimento personalizado é feito no conceito “escritório boutique”, oferecendo aos seus clientes pessoas físicas e jurídicas um serviço especializado e profissional, calcado em relacionamentos pessoais e de confiança, estando apto a desenvolver conclusões criativas e eficazes para solução dos problemas apresentados.

Oliveira Castro Advogados Associados oferece um trabalho dinâmico, diretamente focado nos resultados e sempre próximo aos clientes, visando a alta qualidade técnica, o melhor acompanhamento e condução dos processos que patrocina, bem como à orientação jurídica aprimorada.

Tem como missão oferecer serviços jurídicos personalizados, com técnica apurada e postura humanista, a fim de criar e proporcionar aos clientes soluções inteligentes que culminem nos resultados almejados e, coerente com o ordenamento jurídico pátrio.

Entre os valores estão: respeito aos clientes, aos princípios da ética, honestidade, transparência, profissionalismo, agilidade e espírito de equipe.

O escritório é referência no seu segmento, primando pela qualidade e soluções jurídicas para seus clientes, tanto na esfera extrajudicial como na judicial, partindo da premissa de que a assessoria preventiva jurídica é a melhor solução para evitar litígios.



Oliveira Castro Advogados Associados

O escritório é referência no seu segmento, primando pela qualidade e soluções jurídicas para seus clientes, tanto na esfera extrajudicial como na judicial, partindo da premissa de que a assessoria preventiva jurídica é a melhor solução para evitar litígios.

O advogado fundador **Bruno Oliveira Castro** é especialista em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Mato Grosso, Doutorando em Direito pela Universidad Del Museo Social Argentino, Professor Universitário de Direito Empresarial há 13 anos, além de ministrar aula em pós-graduações e cursos voltados para Constituição de Holdings Familiares e Planejamento Successório, Falência e Recuperação de Empresas em diversas Universidades e Instituições no Brasil.

Além da docência, participa ativamente de inúmeros institutos destinados a capacitação e pesquisa, ocupando atualmente a Presidência do Instituto Brasileiro de Administração Judicial – IBAJUD.

Portanto, com 14 anos de formação acadêmica e atuação jurídica no Direito Comercial/Empresarial e Recuperações de Créditos, reforçados com 13 anos de docência universitária, **Bruno Oliveira Castro** exerce a advocacia, além de atuar na função e encargo de Administrador Judicial e reunir as competências de Professor, Palestrante e autor, em parceria com Cristiano Imhoff, do livro *Lei de Recuperação de Empresas e Falência interpretada e anotada artigo por artigo*, pela editora Booklaw.

Aliado ao fundador, participam da equipe do **Oliveira Castro Advogados Associados** oito advogados altamente qualificados, estagiários, auxiliares, além de uma equipe multidisciplinar composta por contadores, auditores, peritos e consultores.

O escritório **Oliveira Castro Advogados Associados** possui sede em Cuiabá, postos de atendimento em São Paulo e Balneário Camboriú, atendendo demandas judiciais em todo o Brasil.

Na capital de Mato Grosso, o escritório foi planejado para um espaço de trabalho funcional, acessível e atrativo. A arquitetura do escritório transmite um ambiente clássico, pautado por linhas sóbrias, no intuito de oferecer ao cliente um local organizado, confortável e seguro.

Para facilitar o atendimento e a comunicação com os clientes, procura manter acervo técnico atualizado, com banco de dados completo, mantendo todos os seus registros em software especializado, além do site: www.oliveiracastro.adv.br, *Facebook* e *Instagram*.

Bruno Oliveira Castro. Advogado com especialidade em Constituição de Holding's Familiares e Empresariais, Direito Societário, Falência e Recuperação de Empresas, Especialista em Direito Empresarial pela UFMT, Doutorando em Ciência Jurídica e Social pela Universidad Del Museo Social Argentino, Professor e Palestrante, Membro Associado, Professor e Presidente do Ibajud – Instituto Brasileiro de Administração Judicial, com curso de extensão em Insolvência pelo Bankruptcy Program da California Western School of Law, San Diego, USA, Membro do Grupo de Pesquisa em Falência e Recuperação de Empresas no Autumn School da Universidade Paris 1 – Panthéon/Sorbonne (França), Professor titular na Pós-Graduação de Falência e Recuperação de Empresas da FADISP/SP e da Universidade Cândido Mendes – UCAM. Professor Universitário de Direito Empresarial na Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso e na Escola da Magistratura do Paraná, Professor Convidado da Especialização de Direito Empresarial e Tributário do MACKENZIE/SP e da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, Professor de Cursos Jurídicos de Direito Empresarial da LEX MAGISTER/SP na área de Holding e Recuperação de Empresas, Administrador Judicial de Recuperação de Empresas e Falências, Membro do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial – IBRADEMP, Membro Associado do Turnaround Management Association do Brasil – TMA Brasil, Membro Associado do International Association of Restructuring, Insolvency & Bankruptcy Professionals (“INSOL”) e autor da 4ª edição da *Lei de Recuperação de Empresas e Falências interpretada artigo por artigo* com Cristiano Imhof pela editora Booklaw.

The office **Oliveira Castro Advogados Associados** was founded based on the experience and practical-professional experience of the founder lawyer, **Bruno Oliveira Castro**, who has been working in Corporate Law since his graduation, 14 years ago.

The firm specializes in corporate law, business law, constitution of holding companies, reorganization and bankruptcy, civil law and agribusiness.

The law firm works on a “boutique” concept providing its clients, both individuals and companies, a specialized and professional service, based on personal and reliable relationships, enabling it to develop creative and effective conclusions to solve the presented problems.

Oliveira Castro Advogados Associados offers dynamic result oriented work, always close to the clients, aiming at high technical quality, better monitoring and leading of processes it supports, as well as improved legal advisory service.

Its mission is to offer personalized legal services with accurate technical and humanistic attitude in order to create and provide clients with intelligent solutions that culminate in the desired results, consistent with the country’s legal system.

Among the firm’s values are: Respect for clients, principles of ethics, honesty, transparency, professionalism, agility and team spirit.

The firm is a reference in its segment, focusing on quality and legal solutions for its clients, both in the extra-judicial and judicial sphere, based on the premise that legal advice is the best solution to avoid litigation.

Founding lawyer **Bruno Oliveira Castro** is a postgraduate in Business Law from Universidade Federal de Mato Grosso, candidate to a doctorate degree in Law from the Universidad Del Museo Social Argentino, a Professor of Business Law for 13 years, besides teaching in postgraduate courses and courses focused on the Constitution of Family Holdings and Succession Planning, Bankruptcy and Reorganization in several Universities and Institutions in Brazil.

In addition to teaching, he actively participates in numerous institutes for training and research, currently occupying the Presidency of Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD).

Therefore, with 14 years of academic education and legal practice in Commercial/Corporate Law and Credit Recovery, reinforced by 13 years of university teaching, Bruno Castro practices law, acting in the role of Bankruptcy Trustee, Professor, Speaker, and Author in partnership with Cristiano Imhoff of the book *Lei de Recuperação de Empresas e Falência interpretada e anotada artigo por artigo* by Booklaw publisher.

In addition to the founder, there are eight highly qualified attorneys, trainees, assistants, and a multidisciplinary team formed by accountants, auditors, experts and consultants.

Oliveira Castro Advogados Associados is headquartered in Cuiabá, having service stations in São Paulo and Balneário Camboriú, serving legal claims throughout Brazil.

In the capital of Mato Grosso, the law firm was designed aiming a functional, accessible and attractive work space. The firm’s architecture conveys a classic atmosphere, based on sober lines, in order to offer the client an organized, comfortable and safe place.

In order to facilitate the provision of services and communication with clients, the firm has an updated technical collection with full data base, keeping all its records on specialized software, in addition to the website: www.oliveiracastro.adv.br, *Facebook* and *Instagram*.

Bruno Oliveira Castro. Lawyer specializing in Constitution of Family and Business Holdings, Corporate Law, Bankruptcy and Reorganization, Postgraduate in Corporate Law from UFMT, Doctorate degree in Legal and Social Science from Universidad del Museo Social Argentino, Professor and Speaker, Associate Member, Professor and President of Ibajud – Instituto Brasileiro de Administração Judicial, with extension course in Insolvency by the Bankruptcy Program of the California Western School of Law, San Diego, USA, Member of the Bankruptcy Research and Business Reorganization Group at the Autumn School of the Paris 1 University – Panthéon/Sorbonne (France), Head Professor at the Postgraduate course in Bankruptcy and Corporate Reorganization at FADISP/SP and Universidade Cândido Mendes – UCAM. Professor of Business Law, Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso, Escola da Magistratura do Paraná, Invited Professor of the Postgraduate course in Business and Tax Law at MACKENZIE/SP and the Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, Professor of Business Law Courses at LEX MAGISTER/SP in the area of Holding and Corporate Reorganization, Bankruptcy Trustee of Corporate Reorganization and Bankruptcy, Member of Instituto Brasileiro de Direito Empresarial – IBRADEMP, Associate Member of Turnaround Management Association do Brasil – TMA Brasil, Associate Member of International Association of Restructuring, Insolvency & Bankruptcy Professionals (“INSOL”) and author of the 4th edition of *Lei de Recuperação de Empresas e Falências interpretada artigo por artigo* together with Cristiano Imhof by Booklaw publisher.

Onesti & Lima Neto Advogados

Praticar, executar e viver a advocacia com criatividade e inovação, de forma inteligente e estratégica, são premissas do **Onesti & Lima Neto Advogados**.

Fundado em outubro de 2005, por Murillo Rodrigues Onesti e José de Souza Lima Neto, o escritório é focado no atendimento empresarial. Tem *expertise* contratual, societário, tributário, aeronáutico, penal econômico e trabalhista.

Desde o início o objetivo dos dois jovens advogados era criar um conceito diferenciado e arrojado de advocacia, espelhado nos mais modernos modelos de gestão corporativa. O núcleo original na **OLN** cresceu, se diversificou, e hoje, com sedes em São Paulo e Joinville, atua em todo o Brasil, nas mais diversas áreas.

Juntos lutam para desmistificar a prática jurídica clássica, trazendo simplicidade, modernidade e acessibilidade à atuação, seja em negociações, gestão de riscos, direcionamento estratégico, consultoria ou contencioso.

Essa experiência resultou no desenvolvimento de uma cultura própria, que tem como foco o cliente, a valorização humana e o estudo constante, com simplicidade, inovação, talento e tecnologia.

(esq>dir)

Dr. José De Souza Lima Neto, Dr. Murillo Rodrigues Onesti



Onesti & Lima Neto Advogados

A trajetória de 12 anos é marcada pela preservação do relacionamento de longo prazo com os clientes, baseado na confiança, parceria e amizade. Para isso busca constantemente conhecê-los e aprender os meandros de seus negócios para, em conjunto, identificar suas necessidades, com atenção incansável aos detalhes, gerando assim uma entrega exclusiva e personalizada.

O escritório tem uma estrutura pessoal e tecnológica avançada para oferecer soluções com competência e eficiência. Murillo e José sabem que as pessoas que fazem parte da equipe são o maior patrimônio. Por isso buscam sempre indivíduos singulares e criativos, que partilhem dos valores e da filosofia do escritório.

A **OLN** atua com base nos valores e filosofia desenvolvidos, é um escritório de vanguarda, reconhecido pela eficiência, qualidade e inovação nas soluções apresentadas. Tem como missão escutar e encantar os clientes, criar valor em tudo, investir em tecnologia e inovar nos serviços através de soluções eficientes e personalizadas. Entre as políticas do escritório estão: Aplicar o conhecimento em conjunto com experiências pessoais; Aliar a tecnologia aos serviços prestados; Trabalhar em conjunto com os clientes.

Para o escritório, ser 'o melhor' é o ponto de partida, e não o ponto de chegada.

Murillo Rodrigues Onesti. Pautado pela ética e com uma conduta diferenciada, é formado pela UNIVILLE e tem especialização em Direito Processual Civil pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais.

Onesti tem vasta experiência nas áreas de: contratos, societário, consumidor e negociações. Atende uma carteira diversificada de clientes nacionais e estrangeiros. Entre as principais atividades estão: definição de estratégias de ação, atendimento e soluções ao cliente, redação e revisão de contratos, negociações de acordos, litígios, e questões táticas.

Aborda as questões de forma simples, combinando a vida prática aos ensinamentos dos livros. É membro efetivo de algumas comissões da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, a saber: Direito Empresarial, Direito Desportivo, Direito e Prerrogativas, Direito e Negócios Internacionais. Pratica trabalho voluntário e atua em causas sociais como a AMPARA Animal e Instituto 100% Animais.

A OLN atua com base nos valores e filosofia desenvolvidos, é um escritório de vanguarda, reconhecido pela eficiência, qualidade e inovação nas soluções apresentadas. Tem como missão escutar e encantar os clientes, criar valor em tudo, investir em tecnologia e inovar nos serviços através de soluções eficientes e personalizadas.

José de Souza Lima Neto. Com larga experiência nas áreas de penal econômico e empresarial, tributário, família e sucessões, é formado pela UNIMARCO. Tem MBA em Governança Tributária pelo Instituto Superior de Formação Continuada, pós-graduação em Direito Empresarial pela PUC/SP e em Direito Tributário pela Universidade Mackenzie. Neto combina a vivência prática aos cursos de especialização nas mais renomadas instituições brasileiras. É membro efetivo de algumas das comissões da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, tais como: Direito Empresarial, Direito e Prerrogativas e Direito Desportivo. Exerce trabalho voluntário e atua em causas sociais como a AMPARA Animal e o Instituto 100% Animais.

Practicing, executing and living the law with creativity and innovation, smart and strategic are the premises of **Onesti & Lima Neto Advogados**.

Founded in October 2005 by Murillo Rodrigues Onesti and José de Souza Lima Neto, the firm focuses on business service. It offers contractual, corporate, tax, aeronautical, criminal economic, and labor expertise.

From the outset the aim of the two young lawyers was to create a distinctive and bold concept of law practice, mirrored in the most modern corporate management models. The original core in **OLN** has grown, has diversified and today, with headquarters in São Paulo and Joinville, it operates throughout Brazil, in several areas.

Together they fight to demystify classical legal practice, bringing simplicity, modernity and accessibility to the performance, whether in negotiations, risk management, strategic direction, consulting or litigation.

This experience has resulted in the development of their own culture, which focuses on the client, on human valorization, and constant study, with simplicity, innovation, talent and technology.

The 12-year trajectory is marked by the preservation of the long-term relationship with clients, based on trust, partnership and friendship. In order to do so, the firm constantly seeks to know its clients and learn the intricacies of their business, to jointly identify their needs, with untiring attention to details, thus generating an exclusive and personalized delivery.

The firm has an advanced personal and technological structure to offer solutions with competence and efficiency. Murillo and José know that the people who are part of the team are their greatest assets. That is why they always seek singular and creative individuals who share the values and philosophy of the law firm.

OLN acts based on the values and philosophy developed, it is a state-of-the-art office, recognized for efficiency, quality and innovation in the presented solutions. Its missions are listening and enchanting clients, and to create value in everything. To invest in

technology, innovate in services through efficient and personalized solutions. Among the firm's policies are: Use of knowledge in conjunction with personal experiences. To align the technology to the services provided. To work together with clients.

For the firm to be the best is the starting point, not the point of arrival.

Murillo Rodrigues Onesti. Guided by ethics and with a differentiated conduct, Murillo Rodrigues Onesti is a UNIVILLE graduate and has post-graduate certificate in Civil Procedural Law from Instituto Internacional de Ciências Sociais.

Onesti has vast experience in the law fields of contracts, corporate, consumer, and negotiations. He serves a diverse portfolio of both domestic and foreign clients. Among his main activities are: The definition of action strategies, customer service and solutions, drafting and reviewing of contracts, negotiation of agreements, litigation, and tactical issues.

He addresses issues in a simple way, combining practical life with the teachings of books. Onesti is a tenured member of some committees of the Sao Paulo chapter of Ordem dos Advogados do Brasil, namely: Business Law, Sports Law, Law and Prerogatives, Law and International Business. He volunteers and acts in social causes such as AMPARA Animal and Instituto 100% Animais.

José de Souza Lima Neto. With large experience in the fields of economic criminal and business law, tax law, family and successions, José de Souza Lima Neto is a graduate from UNIMARCO. He holds an MBA in Tax Governance from Instituto Superior de Formação Continuada and a post-graduate certificate in Business Law from PUC/SP and Tax Law from Universidade Mackenzie. Neto combines practical experience with specialization courses of major Brazilian institutions. He is a tenured member of some committees of the Sao Paulo chapter of Ordem dos Advogados do Brasil, such as: Business Law, Law and Prerogatives, and Sports Law. He volunteers and acts in social causes such as AMPARA Animal and Instituto 100% Animais.



Pentead Mendonça e Char Advocacia

Foi por volta de 1890 que teve início a trajetória ininterrupta da família de **Antonio Pentead Mendonça** na advocacia. Com o escritório de **Joaquim Mendonça** iniciando esta tradição, são 127 anos de prestação de serviços no setor. Antes disso, a partir de 1860, um tataravô e três bisavôs haviam se formado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (atual USP), sendo seguidos pelo avô, **Antonio Mendonça** (sucessor do escritório de Joaquim Mendonça) e pelo pai, **Jorge Mendonça**, seu sócio na fundação de **Pentead Mendonça e Char Advocacia** no ano de 1998. Em 2006, **Armando Char** passou a integrar a sociedade.

O principal campo de atuação do escritório é consequência da especialização do sócio **Antonio Pentead Mendonça** em seguros. Desde 1976 ele atua na área, tendo sido, além de advogado, executivo de seguradora e corretor de seguros. Desde o início, o escritório atendeu as principais empresas do segmento.

O foco é direito civil, empresarial e direito do consumidor e sua atuação se divide em duas áreas, uma focada em seguros, resseguros, planos de saúde privados, planos de previdência privada e capitalização e outra focada em obrigações, contratos, responsabilidade civil, defesa do consumidor, cobranças, pactuações e repactuações em geral. Nas duas áreas presta serviços de advocacia preventiva, consultoria e assessoria legal, pareceres, resolução extrajudicial de conflitos e contencioso administrativo e judicial.

(sentado ao centro)

Dr. Antonio Pentead Mendonça

(esq»dir)

Dra. Ana Paula Venna, Dr. Leonardo Quemel, Dra. Mariana Banti, Dr. Joelson Santos, Dra. Débora Yoata, Dra. Marina Cavalcante, Dr. Armando Char

Penteado Mendonça e Char Advocacia

Desde sua fundação, o escritório tem atuado em boa parte dos principais casos jurídicos envolvendo seguros. Tem também relevante atuação em renegociações de contratos financeiros. Sua atuação se dá administrativamente, na solução extrajudicial de conflitos e em processos judiciais.

Com sede em São Paulo, no bairro do Pacaembu, atua em todo o território nacional e em causas internacionais específicas. **Penteado Mendonça e Char Advocacia** é uma boutique especializada. O escritório tem como principal objetivo a prestação de serviço de alta qualidade. Com um corpo profissional altamente capacitado, atende os clientes de forma personalizada e individual, apresentando soluções sob medida. Sempre preocupada em aprimorar os serviços, a banca está constantemente investindo na formação profissional de seus colaboradores, em infraestrutura e em tecnologia. A combinação de todos esses fatores tem permitido um crescimento firme e constante, o que significa o reconhecimento do trabalho e da dedicação à advocacia.

Desde sua fundação, o escritório tem atuado em boa parte dos principais casos jurídicos envolvendo seguros. Tem também relevante atuação em renegociações de contratos financeiros. Sua atuação se dá administrativamente, na solução extrajudicial de conflitos e em processos judiciais.

O escritório tem como missão o atendimento integral das necessidades de seus clientes, através de soluções profissionais éticas, que agreguem valor e defendam os interesses em jogo, com o máximo de transparência e o mais alto padrão moral.

Antonio Penteado Mendonça. Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), com especialização e estágio profissional na República Federal da Alemanha e especialização em seguros pela FGV-SP. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Secretário-Geral e ex-Presidente da Academia Paulista de Letras; Conselheiro do Conselho Superior de Direito da Fecomércio São Paulo. Conselheiro da AIDA/Brasil – Association Internationale des Droit des Assurances; Vice-Presidente do Conselho de Administração da ANSP – Academia Nacional de Seguros e Previdência; Professor da Fundação Instituto de Administração Faculdade de Economia e Administração (FIA/FEA-USP); Professor do Programa de Educação Continuada da FGV-SP; Membro da Academia Paulista de História; Ex-Presidente do Conselho Consultivo da APTS – Associação Paulista de Técnicos de Seguros. Livros: *Crônica da Cidade; Crônicas de Amor e Outras Histórias; A Cidade em Movimento; O Toque do Verde; Temas de Seguro; Diálogos sobre a Vida; Livro de Assinaturas; Constituição Federal – Edição Comemorativa dos 20 Anos – Capítulo VIII – DA ORDEM SOCIAL – Da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988*. Mais de 2000 artigos técnicos sobre seguros, previdência privada, planos de saúde e seguridade social publicados no Brasil e no exterior; Mais de 6200 crônicas levadas ao ar desde 1992 pela Rádio Estádio/Eldorado; Programas diários sobre seguros na Rádio Estádio/Eldorado e na BandNews TV; Mais de 300 artigos políticos/econômicos e sobre história do Brasil; Diversos trabalhos acadêmicos publicados pela FGV, pela FIA/FEA-USP e pela imprensa especializada nacional e internacional.

Armando Char. É formado pela Universidade Mackenzie (1999), com especialização em Seguros – FIA/FEA – USP (2002). É sócio de **Penteado Mendonça e Char Advocacia**, tendo atuado como estagiário de Direito, de 1996 a 2000, e como advogado e consultor jurídico desde então. Atua em mediação de conflitos e arbitragem em matérias cíveis, empresariais e securitárias, consultoria e assessoria jurídica em processos de regulação de sinistros, contencioso cível e ressarcimento. Associado da AIDA – Association Internationale de Droit des Assurances; Ex-Membro do Conselho Deliberativo da AIDA – Brasil; Membro da IBA – International Bar Association; Consultor jurídico e advogado dos principais seguradores e resseguradores brasileiros e internacionais; Professor da matéria “Seguros e Proteção de Riscos não Financeiros” no Curso MBA Gestão Empresarial da FIA/FEA; Professor das matérias “Riscos de Responsabilidade” e “Aspectos Jurídicos da Atividade Seguradora” dos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento em Seguros e Previdência e Especialização em Seguros – FIA/FEA; Ex-Professor da matéria “Seguros” no Curso de Banking do Programa de Educação Continuada da FGV – PEC/GV; Coordenador Técnico do Curso in company “Desenvolvimento de Líderes – Gerentes” – FIA/Seguros Unimed. Coautor do livro *Planejamento Financeiro Pessoal e Gestão do Patrimônio: Fundamentos e Prática*, que teve a coordenação de Caio F. Torralvo, Almir F. de Souza e Ricardo H. Rocha. Autor do capítulo “Riscos e Seguros Ambientais” do livro *Infraestrutura no Direito do Ambiente*. Coordenadores do livro: Édis Milaré, Roberta J. de Moraes, Priscila S. Artigas e André L. Coentro de Almeida. Publicado pela Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, em 2016.

It was around 1890 when the uninterrupted trajectory of the Antonio Penteado Mendonça family began in law practice. With Joaquim Mendonça’s firm starting this tradition, there are 127 years of service in the sector. Before that, from 1860 on, a great-great-great-grandfather and three great-grandparents had graduated from Largo de São Francisco Law School (now USP), followed by their grandfather, Antonio Mendonça (successor of Joaquim Mendonça’s firm) and by their father, Jorge Mendonça, his partner in the foundation of **Penteado Mendonça e Char Advocacia** in 1998. In 2006, Armando Char joined the company.

The main field of activity of the law firm is the result of partner Antonio Penteado Mendonça specialization in insurance. Since 1976 he has been working in the field, working as an attorney, as well as an insurance executive and insurance broker. From the beginning, the firm served the main companies in the segment.

Focus is on civil law, business and consumer law and its activities are divided into two areas, one focused on insurance, reinsurance, private health insurance, private pension plans and capitalization, and another focused on bonds, contracts, civil liability, defense consumer protection, collections, agreements and covenants in general. In both areas it provides preventive legal service, legal advice and assistance, opinions, out-of-court conflict resolutions and administrative and judicial litigation.

Headquartered in Sao Paulo, in the Pacaembu neighborhood, it operates throughout the national territory and in specific international cases. **Penteado Mendonça e Char Advocacia** is a specialized boutique law firm. The main purpose of the firm is to provide high quality service. With a highly qualified professional staff, we serve clients in a personalized and individual way, presenting customized solutions. Always concerned with improving services, the firm is constantly investing in the professional training of its employees, in infrastructure and in technology. The combination of all these factors has allowed steady and ongoing growth, which means recognition of work and dedication to the practice of law.

Since its foundation, the firm has acted in a large number of key legal cases involving insurance. It also has a relevant role in renegotiating financial contracts. The firm acts administratively, in the out-of-court disputes resolution and in legal proceedings.

The firm’s mission is to fully meet the needs of its clients, through professional ethical solutions that add value and defend the interests at stake, with maximum transparency and the highest moral standards.

Antonio Penteado Mendonça. Lawyer graduated from the Largo São Francisco Law School (USP), with a graduate degree and professional traineeship in Germany and postgraduate certificate in insurance from FGV-SP. Provider of Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Secretary General and former

President of Academia Paulista de Letras; Director of the Law Superior Council of Fecomércio São Paulo. Director of AIDA/Brasil – Association Internationale des Droit des Assurances; VP of the Board of Directors of ANSP – Academia Nacional de Seguros e Previdência; Professor of Fundação Instituto de Administração Faculdade de Economia e Administração (FIA/FEA-USP); Professor of the Continuing Education Program of FGV-SP; Member of Academia Paulista de História; Former President of the Advisory Board of APTS – Associação Paulista de Técnicos de Seguros. Books: *Crônica da Cidade; Crônicas de Amor e Outras Histórias; A Cidade em Movimento; O Toque do Verde; Temas de Seguro; Diálogos sobre a Vida; Livro de Assinaturas; Constituição Federal – Edição Comemorativa dos 20 Anos – Capítulo VIII – DA ORDEM SOCIAL – Da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988*. Over 2000 technical articles on insurance, social security, health insurance and pensions published in Brazil and abroad; over 6200 chronicles aired since 1992 by Rádio Estádio/Eldorado; Daily programs on insurance on Rádio Estádio/Eldorado and BandNews TV; Over 300 political/economic articles and about the history of Brazil; several academic works published by FGV, FIA/FEA-USP and by the international and national specialized press.

Armando Char. graduated from Universidade Mackenzie (1999), specializing in Insurance – FIA/FEA – USP (2002). Partner of **Penteado Mendonça e Char Advocacia**, having worked as Law trainee between 1996–2000, and as a lawyer and legal advisor since then. Works in conflict resolution and arbitration in civil, business and insurance matters, legal advisory and assistance in claim regulation actions, civil litigation and reimbursement. Associate at AIDA – Association Internationale de Droit des Assurances; Former member of the Decision-making Council of AIDA – Brasil; Member of IBA – International Bar Association; Legal consultant and lawyer at major Brazilian and international insurers and reinsurance companies; Professor of “Insurance and Non-Financial Risk Protection” at the MBA course of FIA/FEA; Professor of “Liability Risks” and “Legal Aspects of the Insurance Activity” of the Extension and Improvement Courses in Insurance and Pension Plans and Specialization in Insurance – FIA/FEA; Former Professor of the subject “Insurance” at the Banking course of Continuing Education Program of FGV – PEC/GV; Technical Coordinator of the in company course “Leaders Development – Managers” – FIA/Seguros Unimed. Co-author of the book: “Planejamento Financeiro Pessoal e Gestão do Patrimônio: Fundamentos e Prática”, under the coordination of Caio F. Torralvo, Almir F. de Souza and Ricardo H. Rocha. Author of the chapter “Riscos e Seguros Ambientais” (Environmental Insurance and Risks) in the book *Infraestrutura no Direito do Ambiente*. Book coordinators: Édis Milaré, Roberta J. de Moraes, Priscila S. Artigas and André L. Coentro de Almeida. Published by Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, in 2016.



PSQA ADVOGADOS

A **PSQA ADVOGADOS** é uma banca de advocacia estruturada no modelo de *boutique*, com atuação nas áreas de Gestão Patrimonial Estratégica & Family Office, Projetos Estruturados & Assessoria Legal e Litígios Complexos.

Fundada em 2001 e com escritórios em São Paulo, Curitiba e Orlando/EUA, a **PSQA ADVOGADOS** assessora famílias de alta renda, empresas, family offices e instituições nacionais e internacionais na gestão de patrimônio, estruturação de investimentos, governança corporativa e planejamento sucessório.

O foco da banca está centrado no relacionamento pessoal, estratégico e de longo prazo com os clientes. Com esse objetivo, os sócios participam ativamente do planejamento, implantação e desenvolvimento dos projetos e na assessoria legal dos negócios, compondo regularmente conselhos de administração, de família e conselhos estratégicos.

Na área de Gestão Patrimonial Estratégica & Family Office assessora as famílias, indivíduos e grupos empresariais na estruturação jurídica, fiscal e estratégica do seu patrimônio e investimentos, além da implantação de projetos de Governança Corporativa, Sucessão Familiar e Filantropia. O trabalho engloba estruturas e estratégias no Brasil e no Exterior, e elaboração de projetos de imigração (*“pre-immigration planning”*). Os sócios atuam como Conselheiros em órgãos corporativos e familiares e também desenvolvem projetos em conjunto com fundos de investimento, *private bankings* e *family offices*.

(esq»dir)

Dr. Sandro W. Pereira dos Santos, Dr. Alexandre Quadros,
Dr. Said Fattah, Dr. Samuel Guiraud

PSQA ADVOGADOS

*A PSQA
ADVOGADOS é
especializada em
Gestão Patrimonial
(Wealth Management)
e a sua equipe possui
larga experiência
em reestruturações
patrimoniais, sucessão
familiar, planejamento
fiscal, governança
corporativa e
estruturação de fundos
de investimento.*

A área de Produtos Estruturados & Assessoria Legal atua ativamente em favor de clientes nacionais e estrangeiros em projetos empresariais e de investimento no Brasil e no Exterior. Esses serviços incluem a estruturação de contratos comerciais e internacionais, operações de fusão & aquisição, joint ventures, reestruturações corporativas, estruturação de fundos de investimento e operações em mercado de capitais. O escritório acumula ampla experiência nos mais diversos setores econômicos, tais como infraestrutura, óleo & gás, agronegócio, mercado financeiro, mercado imobiliário, indústria, varejo e outros.

A prática de Litígios Complexos é especialmente comprometida com a resposta combativa e eficiente às demandas e necessidades dos clientes. Atende também questões negociais, arbitragens comerciais e litígios judiciais de vulto e complexidade, envolvendo clientes nacionais e estrangeiros.

A **PSQA ADVOGADOS** é membro representante do Brasil na Law Europe International, uma rede internacional de escritórios de advocacia, presente em mais de 30 países e que congrega conjuntamente quase 2.000 advogados em todo o mundo.

Sandro Wilson Pereira dos Santos. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR, com especialização em Direito Tributário e Processual Tributário pela mesma universidade. Foi professor do curso de pós-graduação em Direito Tributário da PUC/PR. Membro da International Fiscal Association-IFA, International Bar Association-IBA e Academia Brasileira de Direito Financeiro-ABDF. É trustee da Central Florida American Brazilian Chamber of Commerce – CFBACC, em Orlando-EUA. Atua como membro de Conselhos de Administração e Conselhos Estratégicos de grupos familiares brasileiros. Possui mais de 20 anos de experiência em gestão estratégica do patrimônio, governança corporativa, sucessão familiar, fusões & aquisições e projetos de investimento no Brasil e no Exterior.

Alexandre Hellender de Quadros. Graduado pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Direito Administrativo e Direito do Trabalho. Mestre em Direito Empresarial. Atualmente é Presidente da Câmara de Direitos e Prerrogativas, Diretor Secretário Geral Adjunto da OAB/PR e membro do Conselho de Administração da Junta Comercial do Paraná. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Professor de Direito Constitucional, Processo Constitucional e Direito Desportivo em cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Positivo, Escola Superior da Advocacia do Paraná e de São Paulo e no Centro Universitário Curitiba. Possui mais de 20 anos de experiência em assessoria legal, projetos de investimento, fusões & aquisições, arbitragens comerciais e litígios complexos.

Said Mahmoud Abdul Fattah Junior. Graduado pela Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande-MS. Atuou como Assessor do Ministério Público do Paraná. Pós-Graduado em Direito Ambiental pela PUC/PR. Foi membro da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/PR. Atualmente é membro da Comissão de Direito Empresarial da mesma instituição e Procurador Geral do STJD do Ciclismo. cursou pós-graduação na FGV Law-SP em Fusões e Aquisições, Reorganizações Societárias e Tributação das Estruturas e dos Negócios Societários. Possui mais de 10 anos de experiência em gestão de patrimônio, governança corporativa, sucessão familiar e operações estruturadas de investimento.

Samuel Guiraud. Graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba-PR. cursou pós-graduação na FGV Law-SP em Mercado de Capitais, Infraestrutura (EPC e EPCM), Reestruturação, Recuperação de Empresas e Governança Corporativa. cursou mecanismos de proteção ao Investidor e práticas de governança corporativa na University of Toronto. Membro da Comissão de Recuperação Judicial de Empresas e Falências da OAB/PR. Possui mais de 10 anos de experiência em consultoria estratégica, projetos de investimento e operações estruturadas em mercado de capitais.

Anderson Kampmann. Graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba. Atua nas áreas de gestão patrimonial, sucessão familiar e assessoria legal em projetos de investimento.

Thiago Carraro. Graduado pela Faculdade de Direito da UNICURITIBA. Atuou como Procurador Municipal por vários anos, assessorando questões complexas envolvendo direito público e litígios. Possui mais de 5 anos de experiência em assessoria legal estratégica e litígios complexos.

The **PSQA ADVOGADOS** is a law firm based on a boutique style, acting in Strategic Asset Management & Family Office, Structure Projects & Legal Advisory, besides complex litigation.

Founded in 2001 and with offices in São Paulo, Curitiba and Orlando/USA, **PSQA ADVOGADOS** advises high income families, companies, family offices, and national and international institutions in asset management, investment structuring, corporate governance and succession planning.

Our focus is on personal, strategic and long-term customer relationships. To this end, the partners actively participate in the planning, implementation and development of the projects and in the legal advisory of the business, regularly composing boards of directors, family and strategic councils.

In the area of Strategic Asset Management & Family Office, the firm assists families, individuals and corporate groups in the legal, fiscal and strategic structuring of their assets and investments, as well as the implementation of Corporate Governance, Family Succession and Philanthropy projects. Work includes structures and strategies both in Brazil and abroad, and pre-immigration planning. Our partners act as Counselors in many corporate and family bodies and also develop projects with investment funds, private banks and family offices.

The Structured Products & Legal Advisory area acts in favor of domestic and foreign clients in business and investment projects in Brazil and abroad. These services include the structuring of commercial and international contracts, merger & acquisition operations, joint ventures, corporate restructuring, investment fund structuring and capital market operations. The firm has ample experience in the most diverse economic sectors, such as infrastructure, oil & gas, agribusiness, financial market, real estate market, industry, retail and others.

The practice of Complex Litigation is especially linked to the combative and efficient response to disputes and clients' needs. It also deals with negotiation issues, commercial arbitration and legal litigation of great complexity, involving domestic and foreign clients.

PSQA ADVOGADOS is a representative member of Brazil at Law Europe International, an international network of law firms, present in more than 30 countries and which brings together almost 2,000 lawyers worldwide.

Sandro Wilson Pereira dos Santos. Graduated from Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR, holding a graduate certificate in Tax Law and Tax Procedure from the same university. He worked as professor of the postgraduate studies in Tax Law at PUC/PR. Member of the International Fiscal Association-IFA, International Bar Association-IBA and

Academia Brasileira de Direito Financeiro-ABDF. Trustee of the Central Florida American Brazilian Chamber of Commerce – CFBACC, in Orlando, USA. Works as member of the Board of Directors and Strategic Councils in Brazilian family groups. Over 20 years' experience in strategic asset management, corporate governance, family succession, mergers & acquisitions, and investment projects both in Brazil and abroad.

Alexandre Hellender de Quadros. Graduated from Universidade Federal do Paraná, holding a graduate certificate in Administrative Law and Labor Law. Master of Business Law. He is currently Chairman of the House of Rights and Privileges, Assistant Secretary General Director of OAB/PR and member of the Board of Directors of the Paraná Board Trade. Member of the Instituto dos Advogados do Paraná. Professor of Constitutional Law, Constitutional Process and Sports Law in undergraduate and graduate courses at Universidade Positivo, Escola Superior de Advocacia do Paraná and São Paulo, and Centro Universitário Curitiba. He has over 20 years' experience in legal advisory, investment projects, mergers & acquisitions, commercial arbitration and complex litigation.

Said Mahmoud Abdul Fattah Junior. Graduated from Universidade Católica Dom Bosco, in Campo Grande-MS. He worked as Advisor of the Attorney's Office of Paraná. Graduate certificate in Environmental Law from PUC/PR. Former member of the Electronic Rights Committee of OAB/PR. Currently member of the Business Law Commission at the same institution and Attorney General of the Cycling STJD (Sports Superior Court of Justice). Graduate studies at FGV Law-SP in Mergers & Acquisitions, Corporate Reorganization, and Tax of Structures and Businesses. Over 10 years' experience in asset management, corporate governance, family succession, mergers & acquisitions, and investment structured operations.

Samuel Guiraud. Bachelor of Laws from Faculdade de Direito de Curitiba-PR. Graduate studies at FGV Law-SP in Capital Market, Infrastructure and Restructuring, and Corporate Reorganization. He studied mechanisms to protect investor and corporate governance practices at the University of Toronto. Member of the Reorganization Commission of Companies and Bankruptcies of OAB/PR. Over 10 years' experience in strategic advisory, investment projects and structures operations in capital market.

Anderson Kampmann. Bachelor of Laws from Faculdade de Direito de Curitiba. Works in asset management, family succession and legal advisory in investment projects.

Thiago Carraro. Bachelor of Laws from Faculdade de Direito UNICURITIBA. He served as City Attorney for several years, assisting complex issues involving public law and litigation. He has over 5 years' experience in strategic legal advice and complex litigation.

Rocha, Marinho E Sales Advogados

Fundado em Fortaleza, Ceará, o escritório **Rocha, Marinho E Sales Advogados** fundamenta a metodologia do seu trabalho na divisão de três estruturas distintas, porém correlacionadas: questões jurídicas estratégicas, gestão de contenciosos de larga escala e prevenção de litígios.

Com foco na advocacia artesanal e corporativa, possui forte estrutura distribuída em todo o território nacional, possibilitando atender os interesses de seus contratantes de forma célere, ética e eficaz.

Destaca-se por sua atuação em defesa dos interesses de instituições financeiras, seguradoras, operadoras de saúde suplementar e empresas do ramo de construção civil, telecomunicações, varejo e serviços.

O forte investimento em tecnologia, com aquisição de sistemas de gerenciamento de processos e hospedagem de banco de dados em servidores próprios, proporciona segurança e controle das informações aos seus contratantes.



(esq»dir)

Dr. Caio Cesar Rocha, Dr. Wilson Sales Belchior, Dr. Anastacio Marinho,
Dra. Deborah Sales, Dr. Tiago Asfor Rocha

Rocha, Marinho E Sales Advogados

Destaca-se por sua atuação em defesa dos interesses de instituições financeiras, seguradoras, operadoras de saúde suplementar e empresas do ramo de construção civil, telecomunicações, varejo e serviços.

SÓCIOS

Anastacio Marinho. Doutorando em Direito Público e Processos de Integração União Europeia e Mercosul pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha; Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Advogado da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, de 1994 a 1995. Procurador do Estado do Ceará desde 1995; Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Estado do Ceará, de 1995 a 2002; Procurador-Assistente do Procurador-Geral do Estado do Ceará, de 2002 a 2003. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará na classe de Jurista, 1º Biênio (2005-2007) e 2º Biênio (2008-2010).

Caio Cesar Rocha. Pós-Doutor/Visiting Scholar na Columbia Law School (New York); Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). É Auditor-Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), tendo já exercido a Vice-Presidência no biênio 2012-2014, funcionando como Auditor do Tribunal Pleno desde 2006. Participou da Comissão de Juristas do Senado Federal responsável pela elaboração da Nova Lei de Arbitragem e Mediação. É Presidente do Tribunal de Disciplina da CONMEBOL. Foi Membro da Comissão de Estudos Constitucionais e da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB, da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos do Conselho Nacional do Esporte, da Subcomissão de Relatoria da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos e da Câmara de Resolução de Disputas (Dispute Resolution Chamber) da FIFA. É Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Deborah Sales. Mestre e Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Assessora de Desembargador do TJ Ceará, de agosto/1996 a junho/1998; março/1999 a setembro/2000 e de setembro/2000 a abril/2004. Professora da Faculdade de Direito da UFC de 1996 a 2010; Subchefe do Departamento de Direito Público e Vice-Coordenadora do Curso de Direito da mesma faculdade, de 2004 a 2006. Membro Efetivo do Instituto Cearense de Estudos Tributários, ICET. Membro Efetivo do Instituto Cearense de Direito Administrativo, ICDA. Coordenadora do Curso de Especialização em Direito do Estado e Processo do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFC, de 2007 a 2008.

Tiago Asfor Rocha. Pós-Doutor/Visiting Scholar na Columbia Law School (New York); Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Participou da Comissão de Juristas do Senado Federal responsável pela elaboração do Anteprojeto de Novo Código Comercial e da Comissão de Juristas junto à Câmara dos Deputados responsável pela elaboração do Projeto de Novo Código Comercial. Foi Presidente da Comissão de Estudos Processuais da OAB/CE. É Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual e Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Professor de cursos de Pós-Graduação em disciplinas relacionadas ao direito processual e empresarial.

Wilson Sales Belchior. Mestrando profissional em direito e gestão de conflitos MPDIR (UNIFOR), 3º MBA em Gestão empresarial (2016-2018), Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro da Comissão Nacional de Sociedades de Advogados do Conselho Federal da OAB (triênio 2010-2012); Presidente da Comissão de Sociedades de Advogados da OAB/PB, (triênio 2010-2012); Defensor Dativo do Tribunal de Ética e Disciplina e da Comissão de Ética e Disciplina da OAB/PB (triênio 2010-2012); Conselheiro Federal da OAB (triênio 2013-2015); Vice-presidente da Comissão Nacional de Advocacia Corporativa do CFOAB (triênio 2013-2015); Presidente da Comissão de Estudo para fixação do piso salarial da OAB/PB (triênio 2013-2015).

Founded in Fortaleza, Ceara, law firm **Rocha, Marinho E Sales Advogados** bases their work methodology in three distinct – though connected – structures: strategic legal issues, large scale litigation management and litigation prevention.

Focusing on personalized and corporate law services, the firm has a strong structure spread across the country, which allows them to swiftly, ethically and efficiently meet the interests of those hiring them.

They are known for acting in the interest defense of financial institutions, insurers, complementary health care providers and companies in civil construction, telecommunications, retail and service.

By strongly investing in technology through the acquisition of process management system and hosting database in their own servers, they provide safety and control of their clients' information.

PARTNERS

Anastacio Marinho. J.D. Candidate in Public Law and Processes of the European Union Integration and Mercosur from the University of Santiago de Compostela, Spain; Bachelor of Laws from the Federal University of Ceara (UFC). Attorney for the Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH – from 1994 to 1995. Prosecutor of the State of Ceará since 1995; Chief of Office for the General Attorney of the State of Ceará from 1995 to 2002; Assistant Prosecutor of the General Attorney of the State of Ceará from 2002 to 2003. Judge at the Electoral Regional Court of Ceara as Jurist, 1st biennium (2005-2007) and 2nd biennium (2008-2010).

Caio Cesar Rocha. Postdoctoral degree/Visiting Scholar at Columbia Law School (New York); J.D. from the University of Sao Paulo (USP); Master of Laws from the Federal University of Ceara (UFC); Bachelor of Laws from the University of Fortaleza (Unifor). Caio is chief-auditor of the Superior Court of Sports Justice (STJD), and acted as VP for the 2012-2014 term, working as an Auditor at the en banc court since 2006. He has attended the Jurists Committee of the Federal Senate, in charge of elaborating the New Arbitration and Mediation Law. He is the President of the CONMEBOL Discipline Court. Caio was a member of the Constitutional Studies Committee and of the Foreign Affairs Committee of the Federal Council of OAB, member of the Sports Legal Studies Committee of

the Sports National Council, of the Rapporteur Sub-committee of the Sports Legal Studies Committee and of the Dispute Resolution Chamber of FIFA. He is member of Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

Deborah Sales. Master and Bachelor of Laws from the Federal University of Ceara (UFC). Advisor of the Judge of Justice Court of Ceara from August/1996 to June/1998; March/1999 to September/2000 and September/2000 to April/2004. Professor at the UFC Law School from 1996 to 2010; Subordinate Chief of the Public Law Department and Deputy Coordinator of the Law course at the same university, from 2004 to 2006. Permanent member of Instituto Cearense de Estudos Tributários, ICET. Permanent member of Instituto Cearense de Direito Administrativo, ICDA. Coordinator of the graduate course in State Law and Procedures at the Public Law Department of UFC Law School from 2007 to 2008.

Tiago Asfor Rocha. Postdoctoral degree/Visiting Scholar at Columbia Law School (New York); J.D. In Procedural Law from the University of Sao Paulo (USP); Master and Bachelor of Laws from the Federal University of Ceara (UFC). He took part of the Jurists Committee of the Federal Senate in charge for elaborating the draft for the New Trade Code, and of the Jurists Committee by the House of Representatives, responsible for elaborating the project for the New Trade Code. He was the President of the Procedural Studies Committee of OAB/CE. Tiago is a member of Instituto Brasileiro de Direito Processual and of the Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Professor of Graduate studies in subjects related to procedural and business law.

Wilson Sales Belchior. Master's degree candidate of Laws and Conflict Management MPDIR (UNIFOR) 3rd MBA (2016 – 2018) Specialist degree in Civil Procedural Law from the State University of Ceara. Bachelor of Laws from Universidade de Fortaleza (Unifor). Member of the Lawyers Society National Commission of the Federal Council of OAB (2010-2012); President of the Lawyers Society Commission of OAB/PB, (2010-2012); Assigned Defender of the Court of Ethics and Discipline and of the Commission of Ethics and Discipline of OAB/PB (2010-2012); Federal Counselor of OAB (2013-2015); Vice-president of the National Commission of Corporate Law Practice of CFOAB (2013-2015); President of the Commission of Studies for setting the minimum wage of OAB/PB (2013-2015).



Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados

Em 2007, nasce a **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** com o objetivo de prestar serviços de consultoria jurídica ao segmento empresarial.

Durante o processo de expansão do escritório, cuja essência primária de atuação cingia-se à área tributária, a Dra. **Juliana Miranda Rojas**, percebeu que era necessário potencializar a prestação de serviços, oferecendo uma assessoria integral no âmbito do Direito Empresarial, abarcando, assim, toda a problemática e as necessidades intrínsecas que envolvem a estrutura de uma empresa.

Esta ampliação dos serviços oferecidos demandou a contratação de profissionais especializados nas demais áreas, Direito Administrativo, Comercial Empresarial, Contencioso Cível e Comercial, Energia, Família e Sucessões, Imobiliário, Societário, Trabalhista, Penal Empresarial, Desportivo, Eleitoral e Propriedade Intelectual. Toda essa equipe, junto com os profissionais da área tributária, conhecedores dos anseios do mercado onde operam, propiciaram o desenvolvimento de uma tecnologia em administração de ativos e passivos jurídicos, que garantiu a eficácia na prestação de serviços e nos resultados.

A sede fica em Guarulhos, São Paulo, e existe ainda um escritório de apoio em Brasília, Distrito Federal. Com serviços de escritórios correspondentes, a **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** maximiza o atendimento aos interesses dos clientes, reduzindo custos e prestando a devida assistência nas matérias de atuação.

(esq»dir)

**Dra. Laís Santana Zapata de Morais, Dr. Andrews Meira Pereira,
Dra. Juliana Miranda Rojas de Siqueira, Dr. Alexandre Parra de Siqueira,
Dr. José Adriano Cassimiro Soares**

Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados

A missão é prestar serviços jurídicos com qualidade e excelência, com ética e transparência e se valendo da advocacia como importante instrumento do Direito e da Justiça, no intuito de prover a seus clientes os resultados esperados e a alcançar seus objetivos econômicos e sociais de forma eficaz.

Com o estilo *boutique*, faz um atendimento diferenciado e exclusivo aos seus clientes. Permitindo sempre contato direto com todos advogados envolvidos no caso, não somente na orientação, como também na execução dos serviços.

A missão é prestar serviços jurídicos com qualidade e excelência, com ética e transparência e se valendo da advocacia como importante instrumento do Direito e da Justiça, no intuito de prover a seus clientes os resultados esperados e a alcançar seus objetivos econômicos e sociais de forma eficaz.

Em 2016, a **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** foi cotada pela revista *Análise* entre os 500 mais Admiráveis do Brasil. Em 2017 o escritório recebeu o prêmio *Quality 2017* da *International Quality Company* segmento Advocacia.

Para a **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** a tradução literal da expressão latina *pro bono* é “para o bem”. O trabalho *pro bono* caracteriza-se como uma atividade gratuita e voluntária. O que diferencia o voluntariado da atividade *pro bono*, entretanto, é que esta é exercida com caráter e competências profissionais, mantendo, ainda assim, o fato de ser uma atividade não remunerada. A advocacia *pro bono*, significa, portanto, advocacia para o bem. E pode ser definida como a prestação gratuita de serviços jurídicos na promoção do acesso à Justiça. A **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** orgulha-se de ser parceira de entidades como o *Olhar de Bia* (www.olhardebia.org).

Alexandre Parra de Siqueira. Bacharel em Direito pela Universidade Guarulhos. Membro da Academia Brasileira de Direito Tributário desde 2004. MBA em Gestão Tributária pela FIPECAF em 2008. Professor de Processo Tributário na Escola Superior da Advocacia, ESA São Bernardo do Campo. Diretor Tesoureiro da OABI Subseção Guarulhos. Diretor Adjunto do Grupo de Estudo Tributários da Fiesp/Ciesp Regional Guarulhos, Arujá, Sta. Isabel e Mairiporã. Membro Titular da Junta de Recursos Fiscais do Município de Guarulhos/SP. Membro Titular do Grupo Gestor de Incentivos Fiscais Tributários da Secretária de Desenvolvimento Econômico do Município de Guarulhos/SP.

Juliana Miranda Rojas, Bacharel em Direito pela Universidade Guarulhos em 2001. Especialista em Direito do Trabalho pela Escola Paulista de Direito em 2013. Titular do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil da 18ª Região.

Andrews Meira Pereira. Graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; Pós-graduado com especialização em Direito Tributário pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; MBA (Master of Business Administration) em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário pela FGV; Formado em “Planejamento Estratégico de Tributos” pela Trevisan Escola de Negócios; Formado em “ICMS – Teoria e Prática” pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET; Formado em “Gestão de Imposto de Renda” pela Trevisan Escola de Negócios; Membro da Associação Brasileira de Advocacia Tributária – ABAT; Presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB/Guarulhos.

José Adriano Cassimiro Soares. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Metropolitano de São Paulo – FIG – Guarulhos; Pós-Graduado em Direito Civil Brasileiro pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie – especialista em Direito Imobiliário e Direito do Solo.

Laís Santana Zapata de Moraes. Graduada em Direito pela Universidade São Judas Tadeu; Pós-graduada “*latu sensu*” em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Formada no curso de “Prática Trabalhista”, pela Faculdade Damásio de Jesus.

In 2007, **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** was established, aiming to render legal advisory services to the business sector.

During the firm’s expansion process, whose primary work essence was in the tax area, Mrs. **Juliana Miranda Rojas** noticed the need to potentialize service, providing full advisory on the Business Law, thus embracing all the inherent problematic and needs involving a company’s structure.

This expansion in services required the hiring of specialized professionals in the remaining areas of law, namely: Administrative, Trade Business, Civil and Commercial Litigation, Power, Family and Successions, Real Estate, Corporate, Labor, Business Criminal, Sports, Electoral and Intellectual Property. The entire team, together with the tax area professionals, understanding the expectations of the market they operate in, provided the development of technology in managing legal assets and liabilities, which has ensured efficient service and successful results.

Their headquarters are in Guarulhos, Sao Paulo, and there is also a support office in Brasilia, in Distrito Federal. With the help of correspondent offices, **Rojas e Siqueira Advogados Associados** maximizes services to clients’ interests, thus reducing costs and rendering due assistance in the matters they operate.

With a boutique style, different and unique service is rendered to their clients, always enabling direct contact with the other lawyers involved with the case, not only in guidance but also in performing services.

Their mission is to provide legal service with quality and excellence, ethics and transparency, using law practice as an important means of Law and Justice, aiming at offering their clients the expected results and efficiently achieving their economic and social goals.

In 2016, **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados** was considered by the magazine *Análise* as one of the 500 Most Admired in Brazil. In 2017, the firm was awarded the *Quality 2017* prize of *International Quality Company in the Law sector*.

For **Rojas e Siqueira Sociedade de Advogados**, the literal translation of the latin expression “*pro bono*” is “for the good” [of something]. The *pro bono* work is characterized by a free and voluntary activity. However, what differentiates volunteering from the *pro bono* activity is that the latter is performed with professional character and skill, not forgetting

the fact that it is a non-paid activity. Thus, *pro bono* practice means practicing law for the good [of people]. And it can be defined as free legal service to promote access to Justice. **Rojas e Siqueira Advogados Associados** is proud of partnering with entities such as *Olhar de Bia* (www.olhardebia.org).

Alexandre Parra de Siqueira. Bachelor of Laws from Universidade Guarulhos. Member of the Brazilian Academy of Tax Law since 2004. MBA in Tax Law from FIPECAF, 2008. Professor of Tax Process at Escola Superior de Advocacia, ESA, in Sao Bernardo do Campo. Treasury Director of OABI, chapter Guarulhos. Assistant director of the Tax Study Group of Fiesp/Ciesp chapter Guarulhos, Aruja, Santa Isabel and Mairipora. Main member of the Fiscal Resources Group of the municipality of Guarulhos/SP. Main member of the Managing Group of Tax Incentives of the Economic Development Secretary of the municipality of Guarulhos/SP.

Juliana Miranda Rojas. Bachelor of Laws from Universidade Guarulhos, 2001. Graduate degree in Labor Law by Escola Paulista de Direito, 2013. Main member of the Ethics and Discipline Court of Ordem dos Advogados do Brasil, 18th region.

Andrews Meira Pereira. Graduated in Law from Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; Graduate degree in Tax Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie; MBA (Master of Business Administration) in Tax Management and Tax Planning by FGV; graduated in “Tax Strategic Planning” from Trevisan Escola de Negócios; graduated in “ICMS – Theory and Practice”, from Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET; graduated in “Income Tax Management” from Trevisan Escola de Negócios; Member of the Associação Brasileira de Advocacia Tributária – ABAT; President of the the Tax Law Committee of OAB/Guarulhos.

José Adriano Cassimiro Soares. Graduated in Law from Centro Universitário Metropolitano de São Paulo – FIG – Guarulhos; Graduate degree in Brazilian Civil Law from Faculdade Presbiteriana Mackenzie – graduate certificate in Property Law and Soil Rights.

Laís Santana Zapata de Moraes. Graduated in Law from Universidade São Judas Tadeu; postgraduate studies on broad-topsics of Law and Labor Process at Universidade Presbiteriana Mackenzie; graduated in “Labor Practice” from Faculdade Damásio de Jesus.



Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”

UM NOVO CAMINHO QUE COMEÇA COM O ‘SIM’

O Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.” foi fundada em 2010 e tem experimentado um rápido crescimento graças ao seu diversificado e sólido corpo jurídico, que tem como meta a busca incessante de resultados para os clientes. Tem como sócia-fundadora a advogada Rosely Cruz e os sócios Caio Gregolin, Priscila Titelbaum, Raquel do Amaral e Vanessa Louzada. Completa o time uma equipe com mais de 100 profissionais multidisciplinares, nas sedes de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.

Com ampla atuação nas áreas de M&A, investimento estrangeiro, consumidor, tributário, trabalhista, *compliance* e imobiliário, o escritório tem destaque na recuperação de crédito, na qual a assertividade é fruto da implementação de diferentes estratégias: busca de bens dos devedores e negociações, objetivando atingir a melhor alternativa para um acordo (referência ao termo em inglês BATNA – *Best Alternative To a Negotiated Agreement*) e acompanhamento diário dos trâmites processuais, impondo ritmo aos processos.

“Somos dealmakers e apostamos no ‘sim’ em um mundo onde o ‘não’ é dado como certo. Nosso escritório prima pela segurança, comunicação constante, prevenção de problemas e viabilização de ideias e negócios. Buscamos a construção de relações de longo prazo com nossos clientes permitindo conhecer o perfil de negócios e seus valores. O escritório é apenas a ponte entre o cliente e suas realizações, pois acreditamos que a advocacia não é um fim em si mesma”, afirma Rosely Cruz.

(esq»dir)

Dra. Vanessa Louzada, Dra. Priscila Titelbaum, Dra. Rosely Cruz,
Dra. Raquel do Amaral, Dr. Caio Gregolin

Acreditamos no empreendedorismo como o motor da economia e vemos como fundamental para as operações a participação de um parceiro jurídico em plena sintonia com a abordagem do Venture Capital.

CASES

■ Uma das líderes em comércio eletrônico no país tem sido assessorada pelo escritório desde sua fundação em questões jurídicas em diversas áreas, como consumista, concorrencial, societária e contratual. Na área tributária, o escritório presta assessoria em questões estratégicas relacionadas a novos produtos ou modelos de negócios, como os marketplaces e aplicativos, oferecendo soluções personalizadas, voltadas às particularidades dos segmentos de internet e comércio eletrônico, os quais ainda possuem regras tributárias indefinidas. O escritório tem atuado junto aos Tribunais, obtendo importantes decisões em discussões como a apuração de PIS e COFINS pelas empresas de *e-commerce*, bem como outras específicas voltadas às operações em ambiente virtual.

■ Fundos de Investimento em Participações, inclusive aqueles detidos por investidores institucionais, fizeram investimentos em empresas fomentando o Venture Capital. O escritório acompanhou diversas operações e assessorou em cada etapa, desde a diligência até a formalização do investimento. Após a condução do processo, o escritório foi convidado para assessorar novas rodadas de investimento nas empresas que receberam o aporte. O escritório acredita no empreendedorismo como o motor da economia e vê como fundamental para as operações a participação de um parceiro jurídico em plena sintonia com a abordagem do Venture Capital. Mais informações podem ser obtidas no *Guia de Investimento Anjo* (www.anjosdobrasil.net), elaborado por especialistas e com a contribuição da sócia, Priscila Titelbaum.

■ O escritório representa fundos de investimento que compram créditos podres com obtenção de resultados de recuperação de valores devidos pelos devedores. Uma empresa não obtinha êxito em uma ação de execução ajuizada há mais de 16 anos. Quando a banca passou a representá-la, diligenciou e encontrou indícios de sucessão empresarial e confusão patrimonial. Solicitou a desconsideração da personalidade jurídica da empresa que efetivamente detinha valores. O juiz acatou o pedido, determinando a desconsideração e bloqueio de bens, o que acarretou a satisfação de grande parte do crédito do cliente.

Rosely Cruz. Sócia-fundadora e manager partner do **Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”**, especializada em mercado de Inovação e Tecnologia e Investimento em Capital Semente e Venture Capital. Também atua no setor de Recuperação Judicial, na aquisição, recuperação e venda de ativos estressados, bem como estruturação de operações de Funding. É fundadora do Ibajud (Instituto Brasileiro de Administração Judicial), do LENT (Laboratório de Empresas Nascentes em Tecnologia) da FGV Direito e sócia do GoLaw (uma lawtech – composta por analistas de sistemas e advogados que adoram gestão e tecnologia).

Caio Gregolin. Tem experiência na área cível contenciosa. Graduado em Direito pela FMU, pós-graduado em Processo Civil e Empresarial pela Universidade Damásio de Jesus, contando com curso de Commercial Insolvency and English Law, na Universidade

de Oxford, no Reino Unido, e Recuperação Judicial e Métodos de Soluções Alternativas de Disputas nos EUA, ministrado pela Califórnia Western School of Law – San Diego/USA. Em 2011 assumiu a área de recuperação de créditos do escritório.

Priscila Titelbaum. Tem mais de dez anos de atuação em operações bancárias e de mercado de capitais e larga experiência em contratos empresariais, direito societário e operações de M&A. Graduada em Direito pelo Mackenzie, possui LLM pelo Insper São Paulo em Direito Societário e em Mercado Financeiro e de Capitais, além do Curso de Mercado de Capitais da Escola de Direito de São Paulo da FGV (GVlaw). É sócia da área empresarial e societária do escritório.

Raquel do Amaral Santos. Graduada em Direito pelo Mackenzie e mestre em Direito Tributário pela PUC/SP, possui experiência de mais de 20 anos na área jurídica, tendo atuado tanto em importantes escritórios de advocacia como em empresas de grande porte. Sua especialização e contínua dedicação foram fundamentais para sua escolha, em 2014, como responsável pelas áreas de Direito Tributário e Trabalhista dentro do **Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”**

Vanessa Louzada. Seu conhecimento foi construído durante anos de experiência em empresas multinacionais e renomadas bancas de advocacia. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC/SP e membro da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/SP e IASP. A partir de 2013 tornou-se sócia da área de Relações de Consumo do escritório.

A NEW WAY BEGINS WITH A ‘YES’

The **Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”** was founded in 2010 and has experienced fast growth thanks to its diversified and solid legal body, whose aim is to restlessly pursue results for their clients. The founding partner is the lawyer Rosely Cruz and the partners are Caio Gregolin, Priscila Titelbaum, Raquel do Amaral and Vanessa Louzada. The group is completed by team of over 100 multidisciplinary professionals in the headquarters of Sao Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre and Curitiba.

With a broad presence in the areas of M&A, foreign investment, consumer, tax, labor, compliance and real estate, the firm has a strong presence in credit recovery, in which assertiveness is the result of the implementation of different strategies: search for debtors’ assets and negotiations aiming to reach the best alternative to an agreement (reference to BATNA – Best Alternative to a Negotiated Agreement) and daily follow-up of the legal procedures thus imposing a rhythm to the processes.

“We are dealmakers and we bet on the ‘yes’ in a world where the ‘no’ is taken for granted. Our firm excels in security, constant communication, prevention of problems and feasibility of ideas and business. We seek to build long-term relationships with our clients, allowing us to know the business profile and its values. The firm is just the bridge between the client and their achievements, because we believe that the practice of law is not an end in itself.” says Rosely Cruz.

CASES

■ One of the country’s leaders in e-commerce has been advised by our firm since its foundation in legal matters in several areas, such as consumer, competition, corporate and contractual. In the tax area, the firm advises on strategic issues related to new products or business models, such as marketplaces and applications, offering customized solutions focused on the particularities of the Internet and e-commerce segments, which still have indefinite tax rules. The firm has worked closely with the Courts, getting important decisions in discussions such as the calculation of PIS and COFINS by e-commerce companies, as well as other specific discussions focused on operations in a virtual environment.

■ Equity Investment Funds, including those held by institutional investors, have invested in companies fostering Venture Capital. The firm followed several operations and advised at every stage, from diligence to formalization of the investment. After conducting the process, the firm was invited to advise on new investment rounds in the companies that received the contribution. The office believes in entrepreneurship as the economy’s engine and understand that the participation of a legal partner in full harmony with the Venture Capital approach is fundamental to the operations. More information on the ‘Guia de Investimento Anjo’ (www.anjosdobrasil.net), prepared by specialists and with the contribution of our partner, Priscila Titelbaum.

Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”

■ The firm represents investment funds that buy bad credits obtaining recovery results of amounts owed by the debtors. One company was unsuccessful in a lawsuit filed more than 16 years ago. When we began to represent it, we processed it and found signs of corporate succession and asset commingling. We requested the disregard of corporate entity of the company effectively holding securities. The judge accepted our claim and determined the disregard and blocking of assets, which led to the satisfaction of great part of the client’s credit.

Rosely Cruz. Founding partner and manager of **Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”**, specialized in the market of Innovation and Technology and Investment in Seed Capital and Venture Capital. She also operates in the segment of Reorganization, acquisition, recovery and selling of stressed assets, as well as in structuring of funding operations. Rosely is the founder of Ibajud (Instituto Brasileiro de Administração Judicial), of LENT (Laboratório de Empresas Nascentes em Tecnologia) of FGV Direito and partner of GoLaw (a lawtech – formed by system analysts and lawyers who love management and technology).

Caio Gregolin. He is experienced in the civil litigation area. Graduated in Law from FMU, Caio holds a graduate certificate in Civil and Business Procedure from Universidade Damásio de Jesus, and took the course of Commercial Insolvency and English Law at the Oxford University, UK, and Reorganization and Alternative Dispute Resolutions Methods in the USA, taught by California Western School of Law, San Diego/USA. In 2011 he took over the firm’s credit recovery area.

Priscila Titelbaum. She has more than ten years of experience in banking and capital market operations and has extensive experience in corporate contracts, corporate law and M&A operations. Graduated in Law from Mackenzie, Priscila holds a LLM by Insper São Paulo in Corporate Law and in Financial and Capital Markets, in addition to the Capital Market course from FGV Sao Paulo Law School (GVlaw). She is a partner in the business and corporate area of the firm.

Raquel do Amaral Santos. Graduated in Law from Mackenzie and Master in Tax Law from PUC/SP, she has more than 20 years of experience in the legal area, having worked in important law firms and large companies. Her specialization and continuous dedication were fundamental for her to be chosen, in 2014, as the person in charge for the areas of Tax and Labor Law within the **Rosely Cruz Sociedade de Advogados by “neolaw.”**

Vanessa Louzada. Her knowledge was built up over years of experience in multinational companies and renowned law firms. Vanessa is a Master in Diffuse and Collective Rights from PUC/SP and she’s a member of the Consumer Law Committee at OAB/SP and IASP. From 2013 on she became a partner in the Consumer Relations area of the firm.

Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados

A trajetória de **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** teve início em 1981, quando a banca sucedeu o escritório de advocacia do Professor Luiz Correa Fragoso.

Sediado em São Paulo, na Vila Nova Conceição, o escritório atua em diversas outras cidades brasileiras, especialmente em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza.

Além da ética e excelência profissional, o escritório **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** tem como característica marcante uma advocacia personalizada ao cliente. O contato direto, a disponibilidade constante, o tratamento cordial somados à elaboração de petições com cuidado artesanal traduzem a vocação da banca, sempre visando à defesa dos interesses do cliente.

Sentados (esq>dir)

**Dra. Paula Ferreira Mendonça Cruz, Dra. Marcela De Deo Fragoso,
Dra. Denise Ferragó Hungria, Dr. Luís Gustavo Casillo Ghideti**

Em pé (esq>dir)

**Dr. José Emmanuel Burle Filho, Dr. Ricardo De Deo Fragoso,
Dr. Rui Celso Reali Fragoso, Dr. José Pedro Silva Costa,
Dr. Paulo Rubens Soares Hungria Jr.**



Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados

O principal objetivo de Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados é aperfeiçoar sua vocação personalista aos clientes e manter a qualidade e a eficiência conquistadas nestas últimas décadas.

Com o crescimento das atividades, o escritório atualmente presta serviços de Direito Privado e de Direito Público, consultiva e contenciosamente, destacada sua atuação nos Tribunais de Justiça, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

O principal objetivo de **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** é aperfeiçoar sua vocação personalista aos clientes e manter a qualidade e a eficiência conquistadas nestas últimas décadas.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Arbitragem; Contratos; Direito Administrativo; Direito Ambiental; Direito do Consumidor; Direito Constitucional; Direito Empresarial; Direito de Família; Direito Imobiliário; Direito da Personalidade; Direito Regulatório; Direito das Sucessões; Direito Urbanístico; Locações; Propriedade Intelectual; Planejamento Sucessório e Patrimonial; Responsabilidade Civil; Sociedades Comerciais.

PROFISSIONAIS

Rui Celso Reali Fragoso. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (1998-2000); Detentor do “Colar do Mérito Judiciário” (2001); Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (2001-2003); Professor Titular de Direito Comercial das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo, FMU/SP, da qual foi Diretor da Faculdade de Direito (1991-1993); Professor da Faculdade de Direito da PUC/SP (1984-1989); Membro das Bancas Examinadoras de Concurso da Magistratura Estadual de São Paulo; e do Ministério Público do Estado de São Paulo; Autor de vários trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

José Pedro Silva Costa. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie; Especialista em Direito de Empresa pela Faculdade de Direito PUC/SP (1977); Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito PUC/SP (1978).

José Emmanuel Burle Filho. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, USP; Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (1994-1996); Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (1972-1996); Professor Titular de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da UNIMES, desde 1991; Professor Titular de Direito Administrativo na Faculdade Católica de Direito de Santos, desde 1981; Diretor da Faculdade

de Administração de Empresas de Santos (1983-1985) e Vice-Diretor (1982-1983); Diretor da Escola Paulista do Ministério do Centro de Estudos do Ministério Público (88/92); atualizador das 17ª a 34ª Edições da obra de Hely Lopes Meirelles, “Direito Administrativo Brasileiro”, publicadas a partir 1992; Autor de vários trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

Paulo Rubens Soares Hungria Júnior. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da USP; Bacharel em Administração de Empresas pela Associação de Ensino de Itapetininga (1977); Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2001-2003); Detentor do “Colar do Mérito Judiciário” (2001); Juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, nomeado pelo Quinto Constitucional, Classe dos Advogados (93/01); Procurador do Estado de São Paulo (1985-1993); Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP (1976); Presidente da Associação dos Advogados de Itapetininga (1980-1982); Diretor do Centro de Estudos e Debates do 2º TACSP (1999-2000); Autor de vários trabalhos jurídicos em revistas especializadas.

Denise Ferragi Hungria. Advogada, graduado pela Faculdade de Direito da PUC/SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP (2005); Mestre em Direito das Relações Sociais, área de Processo Civil, pela PUC/SP (2012).

Luís Gustavo Casillo Ghideti. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (2010); Mestre em Direito do Estado pela USP (2014).

Marcela De Deo Fragoso. Advogada, graduado pela Faculdade de Direito da PUC/SP; Mestre em Direito Comparado pela Université Panthéon-Assas/Paris-2 (2010); Doutoranda na área de Direito Civil na USP.

Ricardo De Deo Fragoso. Advogado, graduado pela Faculdade de Direito da PUC/SP; Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP (2015).

Paula Ferreira Mendonça Cruz. Advogada, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Cursando Especialização em Direito Processual Civil pela PUC/SP.

The path of **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** began in 1981 when the law firm succeeded the firm of Professor Luiz Correa Fragoso.

Headquartered in São Paulo, at Vila Nova Conceição, the firm operates in several other Brazilian cities, especially in Brasília, Rio de Janeiro, Salvador and Fortaleza.

In addition to the ethical and professional excellence, the firm Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados has the remarkable feature of personalized customer service in law. Direct contact, constant availability, cordial treatment coupled with the drafting of petitions carefully crafted translate their vocation, always aiming to defend the client’s interests.

With the growth of activities, the Firm currently provides services in Private and Public Law, in advisory and litigation, with distinguished performance in the Courts of Justice, the Superior Court of Justice and the Federal Supreme Court.

The main goal of **Rui Celso Reali Fragoso e Advogados Associados** is to improve its personal vocation to clients and maintain the quality and efficiency conquered in recent decades.

FIELDS OF OPERATION

Arbitration; Contracts; Administrative law; Environmental Law; Consumer Law; Constitutional Law; Business Law; Family Law; Real Estate Law; Right of Personality; Regulatory Law; Law of Succession; Urban Law; Leases; Intellectual Property; Succession and Estate Planning; Civil Liability; Corporate.

PROFESSIONALS

Rui Celso Reali Fragoso. Lawyer, law degree from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Law School, PUC/SP; President of Instituto dos Advogados de São Paulo (1998-2000); Holder of “Colar do Mérito Judiciário” (2001); Member of Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo chapter (2001-2003); Head Professor of Commercial Law at Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo, FMU/SP, where he was Director at the Law School (1991-1993); Professor of PUC/SP Law School (1984-1989); Member of the Examining Board of the State of São Paulo Judiciary; and of the Attorney’s Office of the State of São Paulo; author of several legal works in specialized magazines.

José Pedro Silva Costa. Law degree from Universidade Mackenzie Law School; Graduate in Business Law from PUC/

SP Law School (1977); Graduate in Tax Law from PUC/SP Law School (1978).

José Emmanuel Burle Filho. Lawyer, law degree from Universidade de São Paulo, USP Law School; General Attorney of the State of São Paulo Attorney’s Office (1994-96); Attorney of the State of São Paulo Attorney’s Office (1972-1996); Head Professor of Administrative Law at UNIMES Law School, since 1991; Head Professor of Administrative Law at Faculdade Católica de Direito de Santos, since 1981; Principal of Faculdade de Administração de Empresas de Santos (1983-1985) and Deputy Principal (1982-1983); Principal of Escola Paulista do Ministério and Centro de Estudos do Ministério Público (1988-1992); updater of 17th to a 34th editions of the work by Hely Lopes Meirelles, “Direito Administrativo Brasileiro”, published since 1992; author of several legal works in specialized magazines.

Paulo Rubens Soares Hungria Júnior. Lawyer, graduated from USP Law School; Bachelor degree in Business Administration from Associação de Ensino de Itapetininga (1977); Judge of the Court of Justice of the State of São Paulo (2001-2003); Holder of “Colar do Mérito Judiciário” (2001); Judge of the 2nd Civil Court of São Paulo, nominated by the Constitutional Fifth, Lawyers Class (1993-2001); Attorney of the State of São Paulo (1985/93); Graduate in Civil Procedural Law from PUC/SP (1976); President of Associação dos Advogados de Itapetininga (1980-82); Principal of the Centro de Estudos e Debates of 2º TACSP (1999-2000); author of several legal works in specialized magazines.

Denise Ferragi Hungria. Lawyer, graduated from PUC/SP Law School; Graduate in Civil Procedural Law from PUC/SP (2005); Master in Social Relations Law in the area of Civil Procedure from PUC/SP (2012).

Luís Gustavo Casillo Ghideti. Lawyer, graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie Law School; Graduate in Administrative Law from Fundação Getúlio Vargas (2010); Master of State Law from USP (2014).

Marcela De Deo Fragoso. Lawyer, graduated from PUC/SP Law School; Master in Compared Law from Université Panthéon-Assas/Paris-2 (2010); Doctoral candidate in Civil Law at USP.

Ricardo De Deo Fragoso. Lawyer, graduated from PUC/SP Law School; Graduate in Civil Procedural Law from PUC/SP (2015).

Paula Ferreira Mendonça Cruz. Lawyer, graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie Law School; graduate candidate in Civil Procedural Law at PUC/SP.



Silveira Ribeiro Advogados

O escritório **Silveira Ribeiro Advogados** foi criado no ano de 2005, em Brasília, pelos advogados **Vera Carla Nelson Cruz Silveira** e **Alexandre Cesar Osório Firmiano Ribeiro**. Posteriormente, juntou-se à equipe **Eustáquio Nunes Silveira**, com experiência de 25 anos de exercício da magistratura.

A atuação do escritório está dividida em três núcleos, tornando o trabalho desenvolvido mais especializado. Cada núcleo é composto por advogados competentes e com larga experiência, desenvolvendo, assim, um trabalho de excelência. O núcleo nº 1 engloba os ramos do Direito Administrativo e Direito Penal; o núcleo nº 2 tem competência, exclusiva, do Direito Tributário; e o núcleo nº 3 é responsável pelo Direito Civil, com ênfase em Execuções.

O escritório, por determinação de seus dois principais sócios, prima pela mais elevada ética no exercício de seus trabalhos de advocacia contenciosa, de consultoria e administrativa. A equipe procura sempre orientar os clientes de modo a que não esperem receber nenhum trabalho que não seja extremamente técnico. O objetivo da banca é inovar na prestação de serviços jurídicos com segurança, oferecendo aos clientes o mais alto padrão de competência, transparência, sigilo, visando os melhores resultados.

(esq»dir)

**Dra. Vera Carla Nelson Cruz Silveira, Dr. Eustáquio Nunes Silveira,
Dr. Alexandre Cesar Osório Firmiano Ribeiro**

Silveira Ribeiro Advogados

O escritório atua, preferencialmente, no Distrito Federal, embora tenha algumas causas que patrocina no Estado do Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sua atuação mais marcante é perante as duas instâncias da Justiça Federal, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

Com uma equipe de 12 advogados e mais vários funcionários administrativos, com larga experiência em suas respectivas áreas, os profissionais estão entre os mais destacados em suas áreas de atuação e reúnem sólida formação acadêmica e cultural.

O escritório **Silveira Ribeiro Advogados** conta com instalações amplas e modernas. As atividades começaram em uma pequena sala do edifício Brasil 21, tendo, mais tarde, ocupado três salas no Setor Bancário Sul. Finalmente, tendo em vista a grande demanda, foi obrigado a se instalar em uma casa no Lago Sul.

Todas as facilidades e inovações criadas tem um único objetivo: proporcionar a satisfação dos clientes, desde a contratação dos serviços até a conclusão bem sucedida da demanda.

O escritório atua, preferencialmente, no Distrito Federal, embora tenha algumas causas que patrocina no Estado do Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sua atuação mais marcante é perante as duas instâncias da Justiça Federal, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

Com sede em bairro nobre de Brasília, o projeto de interior do escritório é de autoria do laureado arquiteto Carlo Nelson e a sua estrutura é composta de sala de recepção, sala de espera, salão de reuniões, oito gabinetes de advogados, copa, cozinha, gerência administrativa financeira e demais dependências.

Eustáquio Nunes Silveira. Formado em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros, com curso de extensão em Direito Criminal pela Universidade de Brasília, exerceu os cargos de funcionário do Banco do Brasil, Delegado da Polícia Federal, Assessor Jurídico de dois Ministros de Estado do Exército, Juiz de Direito do Distrito Federal e dos Territórios, Juiz Federal, Desembargador Federal, tendo sido membro dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Ceará e Distrito Federal. Foi idealizador e diretor da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região. É advogado há treze anos no Distrito Federal, sendo membro do Instituto dos Advogados do DF – IADF e da Academia Latino-Americana de Ciências Humanas – ALACH. Tem diversos trabalhos publicados em revistas especializadas e é autor do livro *Uma Contribuição à Literatura Jurídica*. Foi agraciado com as medalhas da Ordem do Mérito Militar, grau de oficial, do Colar Ministro Nelson Hungria, da Ordem do Mérito “Forte São Joaquim” (Governo de Roraima), do mérito “Ruy Barbosa”, “Cristóvão Colombo”, do “Berço do Homem Americano”, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, do Governo do Distrito Federal, e das Polícias Militares dos Estados do Rio de Janeiro e de Rondônia, entre outras homenagens recebidas.

Vera Carla Nelson Cruz Silveira. Pós-graduação em “Planejamento do Desenvolvimento Regional” pela UFAM. Técnica da Secretaria de Fazenda AM; advogada da Secretaria de Saúde PR; advogada da PETROBRÁS; Procuradora do Município de Manaus e Juíza Federal do TRF da 1ª Região. Já foi Técnica de Administração Fazendária; Assessora Jurídica da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo AM; advogada da Petróleo Brasileiro S/A; Procuradora do Município de Manaus; Coordenadora de Comunicação do Gabinete do Prefeito de Manaus; Subsecretária Municipal de Economia e Finanças; Procuradora Geral Adjunta do Município de Manaus; Juíza Federal nas Seções Judiciárias do AM, MA e DF; Juíza Federal Convocada no TRF da 1ª Região; Juíza Eleitoral do TRE do MA; Coordenadora da Comissão de Implantação da Execução Fiscal Virtual na Primeira Região Federal; Sub-Coordenadora da Comissão de Uniformização dos Precatórios do Conselho da Justiça Federal e professora de Direito Tributário. Recebeu homenagem da Comunidade Ludovicense, como magistrada na cidade de São Luís e foi condecorada com as Medalhas da “Ordem do Mérito Advocatício”, conferida pela Seccional da OAB no Estado do PA; do “Mérito Forte do Príncipe da Beira”, outorgada pela PM de Rondônia e da Irmandade Arquiepiscopal de Nossa Senhora das Dores da PM do RJ. Recebeu a medalha “Anita Garibaldi” e o título de Comendadora da Ordem Soberana Episcopal Nossa Senhora das Dores, da PM do RJ. Membro do Instituto dos Advogados do Brasil, onde é Coordenadora de Direito Tributário.

The **Silveira Ribeiro Advogados** office was created in 2005, in the city of Brasília, by lawyers **Vera Carla Nelson Cruz Silveira** and **Alexandre Cesar Osório Firmiano Ribeiro**. Later, **Eustáquio Nunes Silveira**, with 25 years’ experience in law practice, joined the team.

The firm’s operation is divided into three centers, thus developing more specialized work. Each center is composed of competent lawyers with wide experience, thus developing a work of excellence. Center #1 includes the branches of Administrative Law and Criminal Law; Center #2 has exclusive competence in Tax Law; and Center #3 is responsible for Civil Law, with an emphasis on Sentencing.

The firm, by determination of its two main partners, excels in the highest ethics in the exercise of its litigation, advisory and administrative works. The team always seeks to guide clients so that they do not expect to receive any work that is not extremely technical. The law firm’s goal is to innovate in the provision of legal services with security, offering clients the highest standard of competence, transparency, secrecy, aiming at the best results.

With a team of 12 lawyers and several administrative staff with extensive experience in their respective areas, professionals are among the most prominent in their fields of activity and have a solid academic and cultural background.

Silveira Ribeiro Advogados has large and modern facilities. Its activities began in a small room of the building Brasil 21, later occupying three rooms in the Setor Bancário Sul. Finally, in view of the great demand, the firm was forced to settle in a house in Lago Sul.

All the facilities and innovations created have a single objective: to provide customer satisfaction, from the contracting of the services to the successful completion of the dispute.

The firm preferably operates in the Federal District, although it has some causes it sponsors in the States of Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais. Its most outstanding performance is before the two instances of the Federal Court, in the Superior Court of Justice and in the Federal Supreme Court.

Based in a noble district of Brasília, the firm’s interior design is authored by laureate architect Carlo Nelson and its structure is composed of reception room, waiting room, meeting room, eight law offices, kitchen, financial management and other spaces.

Eustáquio Nunes Silveira. Graduated in Law from Universidade Estadual de Montes Claros, with an extension course in Criminal Law from Universidade de Brasília, he worked at Banco do Brasil, also as Federal Police Chief, Legal Assistant

to two Ministers of the Army State, Judge of the Federal District and Territories, Federal Judge, Federal Appellate Judge, and member of the Regional Electoral Court of Amazonas, Ceara and the Federal District. He was the founder and director of the Federal Judicial School of the 1st Region. He has been a lawyer for thirteen years in the Federal District, being a member of the Instituto dos Advogados do DF – IADF and of the Academia Latino-Americana de Ciências Humanas – ALACH. He has several works published in specialized magazines and is the author of *Uma Contribuição à Literatura Jurídica*. He was awarded the medals of Ordem do Mérito Militar, official rank, of Colar Ministro Nelson Hungria, of Ordem do Mérito “Forte São Joaquim” (Roraima Government), of merit “Ruy Barbosa”, “Cristóvão Colombo”, of “Berço do Homem Americano”, of the Regional Electoral Court of the Federal District, of the Federal District Government, of the Military Police of the States of Rio de Janeiro and Rondonia, among others awards.

Vera Carla Nelson Cruz Silveira. Postgraduate in “Regional Development Planning”, from UFAM. Technician of the Secretary of Finance AM; lawyer of the Department of Health PR; lawyer of PETROBRÁS; Prosecutor of the Municipality of Manaus and Federal Judge of the Federal Regional Appellate Court of the First Region. Vera has already worked as Finance Management Technician; Legal Advisor to the Secretary of State for Industry, Commerce and Tourism AM; lawyer at Petróleo Brasileiro S/A; Attorney of the Municipality of Manaus; Communication Coordinator of the Mayor Office of Manaus; Municipal Undersecretary of Economy and Finance; Assistant Attorney General of the Municipality of Manaus; Federal Judge in the Judicial Sections of AM, MA and DF; Federal Judge convened by the Federal Regional Appellate Court of the First Region; Electoral Judge of the Electoral Regional Court MA; Coordinator of the Commission for Implantation of Virtual Tax Foreclosure in the First Federal Region; Sub-Coordinator of the Commission of Uniformization of court-issued registered warrants of the Council of the Federal Justice and professor of Tax Law. She was honored by the Ludovicense Community, as magistrate in the city of São Luís and was awarded the Medals of the “Ordem do Mérito Advocatício” by the OAB Chapter in the State of PA; of the “Mérito Forte do Príncipe da Beira”, awarded by the Military Police of Rondonia and the Irmandade Arquiepiscopal de Nossa Senhora das Dores of the MP of RJ. She was awarded the “Anita Garibaldi” medal and the title of Commander of Ordem Soberana Episcopal Nossa Senhora das Dores of the MP of RJ. Member of Instituto dos Advogados do Brasil, where she works as Coordinator of Tax Law.

Soares de Oliveira Advogados Associados

Fundado há 14 anos, o escritório desenvolve os serviços jurídicos visando o atendimento das empresas e pessoas físicas, na seara consultiva e contenciosa, no âmbito tributário, cível, societário, trabalhista e penal-empresarial. O foco é a geração dos resultados precedidos, sempre, na mais transparente e constante comunicação com o cliente, visando a sua tranquilidade.

Eficiência técnica, satisfação do cliente, ética, criatividade, sustentabilidade e valorização das pessoas são alguns dos valores primordiais da **Soares de Oliveira Advogados Associados**.

Sempre próximo de seus clientes o escritório passou a atuar na região de sua sede (Pirassununga) e transpôs os limites conquistando novos desafios na grande São Paulo, tendo inaugurado em novembro de 2016 sua primeira filial, que está estabelecida na Avenida Paulista.

Em pé (esq>dir)

Dr. Adriano Leal, Dra. Andréia Pavão, Dra. Lohanne Prado,
Sr. Ricardo Samora, Dr. Paulo César Malinverni, Dr. Leandro Perlin, Dra. Bruna Videira

Sentados (esq>dir)

Dr. Geraldo Soares de Oliveira Junior, Dr. Geraldo Soares de Oliveira



Soares de Oliveira Advogados Associados

Se destaca pela atuação na recuperação de empresas ativas com alto índice de débitos fiscais, sendo uma forma de contribuir para a retomada da arrecadação com suas soluções realistas e cumpridoras das determinações legais em face de cada problema existente. E com esta filosofia o escritório Soares de Oliveira Advogados Associados sempre persegue o trabalho incessante, a prestação, a disponibilidade, e o absoluto comprometimento.

A abrangência nacional é realizada mediante sólidas parcerias com escritórios especializados em estados de todo o Brasil, e assim, atua nas principais metrópoles do nosso país, dentre elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Vitória e Curitiba.

Com grande volume de ações e procedimentos, o escritório patrocina inúmeras contingências nas cortes estaduais, federais, instâncias superiores, órgãos de julgamento administrativos e tribunais desta seara.

Também se destaca pela atuação na recuperação de empresas ativas com alto índice de débitos fiscais, sendo uma forma de contribuir para a retomada da arrecadação com suas soluções realistas e cumpridoras das determinações legais em face de cada problema existente. E com esta filosofia o escritório **Soares de Oliveira Advogados Associados** sempre persegue o trabalho incessante, a prestação, a disponibilidade, e o absoluto comprometimento.

Entre as missões estão: atender de forma personalizada o cliente em todas as áreas do Direito em que atua, com ética e responsabilidade, visando à eficiência das soluções legais adotadas e a satisfação plena.

Com uma equipe de advogados qualificada, a sociedade tem no atendimento personalizado um de seus principais diferenciais, oferecendo sempre soluções individualizadas e ágeis a demanda de cada cliente.

Com estrutura física, de equipe e de atendimento profissionalizadas, a **Soares de Oliveira Advogados Associados** atinge plena qualidade dos serviços, normalmente encontrada somente em grandes centros, especialmente pela constante atualização e disponibilização de informações sobre o andamento de cada processo conferido.

Geraldo Soares de Oliveira Junior. Sócio, bacharel em direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – SP, especialista em Direito Empresarial pela FGV/Management, ex-Presidente do Conselho de Contribuintes do município de Pirassununga/SP, Consultor Empresarial com 15 anos de atuação sistemática nas questões Fiscais e Tributárias.

Geraldo Soares de Oliveira. Sócio, bacharel em economia e direito pela FEOB e Técnico em Contabilidade, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil aposentado, com vasta experiência na iniciativa pública e privada, revisor de incidência tributária sobre a renda em inúmeros casos ao longo dos 47 anos de experiência na atividade profissional.

ASSOCIADOS

Andréia Pavão. Bacharel em Direito e Administração pela UniFian, Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Anhanguera-UNIDERP.

Leandro Daniel Perlin Rosa. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário da Fundação de Ensino Octavio Bastos.

Adriano José Leal. Bacharel em Direito pela FADISC e Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho pela FATECE.

Paulo César Malinverni. Bacharel em Direito pela UniFian.
Lohane P. Ferreira Prado. Bacharel em Direito pela UniFian.

Founded 14 years ago, the firm develops legal services aimed at assisting companies and individuals in the advisory and litigation area, in the tax, civil, corporate, labor and criminal-business areas. The focus is the generation of results, always preceded by the most transparent and constant communication with the client, aiming at their tranquility.

Technical efficiency, customer satisfaction, ethics, creativity, sustainability, and appreciation of people are some of the primary values of **Soares de Oliveira Advogados Associados**.

Always close to its clients, the firm began to operate in the region of its headquarters (Pirassununga) and crossed the boundaries conquering new challenges in the great São Paulo area, having opened its first branch on Avenida Paulista in November 2016.

The national reach is carried out through solid partnerships with specialized law firm in states throughout Brazil, thus operating in the main capitals of our country, among them: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Vitória and Curitiba.

With a large volume of actions and procedures, the firm sponsors numerous contingencies in the state courts, federal courts, higher courts, administrative judgments and courts in this area.

The firm is also notable for its performance in the recovery of active companies with a high rate of tax debts, a way of contributing to the recovery of the collection with its realistic solutions and complying with the legal requirements in face of each existing problem. And with this philosophy, **Soares de Oliveira Advogados Associados** always pursues unceasing work, readiness, availability, and absolute commitment.

Among its missions are: To serve the client in a personalized way in all areas of law in which the firm acts, with ethics and responsibility, aiming at the efficiency of the adopted legal solutions and full satisfaction.

With a qualified team of lawyers, the company has, in the personalized service, one of its main differentials, always offering individualized and agile solutions to the demand of each client.

With physical, team and professional service structures, **Soares de Oliveira Advogados Associados** achieves full quality of services, usually found only in large centers, especially by constantly updating and providing information on the progress of each conferred process.

Geraldo Soares de Oliveira Junior. Partner, bachelor of Laws from Faculdades Metropolitanas Unidas – SP, postgraduate certificate in Business Law from FGV/Management, former chairman of the Taxpayers Council of the municipality of Pirassununga/SP, Business Consultant with 15 years systematic experience in Tax and Fiscal issues.

Geraldo Soares de Oliveira. Partner, bachelor of Laws and Economics from FEOB and Accounting Technician degree, Retired Tax Auditor of the Brazilian Federal Revenue Service with broad experience in the public and private sectors, reviewer of tax incidence on income in numerous cases along his 47-year experience in his professional activity.

ASSOCIATES

Andréia Pavão. Bachelor of Laws and Business Administration from Unifian, Postgraduate certificate in Civil Procedural Law from Universidade Anhanguera-UNIDERP.

Leandro Daniel Perlin Rosa. Bachelor of Laws from Centro Universitário da Fundação de Ensino Octavio Bastos.

Adriano José Leal. Bachelor of Laws from FADISC and Postgraduate certificate in Law and Labor Process from FATECE.

Paulo César Malinverni. Bachelor of Laws from UniFian.
Lohane P. Ferreira Prado. Bachelor of Laws from UniFian.



Stüssi-Neves Advogados

Ética, transparência, parceria, respeito, atendimento personalizado, comunicação eficaz e compromisso são algumas das premissas da **Stüssi-Neves Advogados**, que completa 40 anos de atuação nas áreas de Direito Societário (fusões e aquisições), Civil, Comercial e Internacional, Investimentos Estrangeiros, Compliance e Governança, Tributário e Trabalhista. A história de sucesso do escritório começou em 1977, no Rio de Janeiro, com **Guilherme Stüssi Neves, Gustavo Stüssi Neves e Luiz Henrique Calmon de Aguiar**. Ao completar 20 anos, expandiu sua atuação também para São Paulo.

No início, os advogados contaram com o idioma alemão para conquistar clientes com empresas nascentes no Brasil e também as pequenas e médias empresas de língua alemã em processo de internacionalização. Na época, parecia claro ao jovem grupo que o chamado mercado de língua alemã, até pela barreira do idioma, apresentava-se com muito potencial para quem o quisesse explorar. O domínio do alemão passou a ser quesito essencial para a estratégia definida e os devidos investimentos foram feitos para que isto se materializasse.

RIO DE JANEIRO

Em pé (esq»dir)

Dra. Fernanda de Carvalho Serra, Dra. Anna Carolina Difini Travassos, Dr. Marcelo Lesniczki de Campos Ferreira, Dra. Beatriz Valle Ramos Santana, Dra. Carolina Eloy da Costa Figueiredo, Dr. Denys Rachevsky Dorf, Dra. Maria Eugênia Ferradeira, Dra. Juliana Pereira de Freitas

Sentados (esq»dir)

Dra. Luiza Barros Boechat, Dr. Thiago Peluso Rossi, Dra. Priscila Furtado Campos, Dr. Guilherme Stüssi Neves, Dra. Karin Ernst de Azevedo Sodré, Dr. Arthur Troula Stüssi Neves, Dr. Luiz Guilherme Machado Alves

SÃO PAULO

Em pé (esq»dir)

Dr. Luiz Adolfo Salioni Mello, Dr. Daniel Ricardo dos Santos Andrade, Dra. Ana Claudia Lande Andrade, Dr. Fernando Seiji Mihara, Dra. Maria Lúcia Menezes Gadotti, Dr. Frederico Amaral Filho, Dra. Patrícia Giacomini Pádua, Dra. Renata Gallo Tabacchi Gava de Oliveira, Dra. Carolina Costa Zanella, Dr. Ney Starnini, Dra. Gabriela Polinesio de Padua Lima, Dr. Charles Wowk

Sentados (esq»dir)

Dra. Patrícia Salviano Teixeira, Dr. Adolpho Smith de Vasconcellos Crippa, Dra. Deborah Henriques Grasmann de Carvalho, Dr. Gustavo Stüssi Neves, Dra. Flavia de Queiroz Hesse, Dr. Hans Jürgen Holweg, Dra. María Alejandra Platero Cataldo



Stüssi-Neves Advogados

Stüssi-Neves Advogados é um escritório “Full Service Stricto Sensu”, focado no chamado Direito Empresarial para as necessidades, em especial, de empresas de pequeno e médio porte em suas operações brasileiras, prezando por um relacionamento muito próximo e personalizado com os clientes.

O próximo passo foi definir também as áreas que tais clientes focos iriam ter as suas necessidades atendidas, não somente com um olhar técnico, mas de prestador de serviços. Questões culturais também não poderiam ser relegadas. Enfim, era preciso surpreender os clientes, atendendo-os em sua língua materna, num padrão de serviços que estavam acostumados a receber, com qualidade técnica e resultados, conseguindo traduzir para eles as diferenças culturais.

Desde a sua criação **Stüssi-Neves Advogados** assiste seus clientes a operar no ambiente legal brasileiro, seja por meio de constituição de uma subsidiária, aquisição de empresa brasileira já existente ou através de joint ventures, assim como os serviços jurídicos necessários ao seu dia a dia nas áreas fiscal (tributos), contratual, societária, trabalhista, cível/comercial, compliance, entre outras. Contando com clientes nacionais e estrangeiros, o escritório orgulha-se, ao longo de sua trajetória, de ter assessorado importantes empresas a se estabelecerem no país.

Hoje, com quase 40 advogados divididos entre Rio de Janeiro e São Paulo, **Stüssi-Neves Advogados** é um escritório “Full Service Stricto Sensu”, focado no chamado Direito Empresarial para as necessidades, em especial, de empresas de pequeno e médio porte em suas operações brasileiras, prezando por um relacionamento muito próximo e personalizado com os clientes. Como a maioria dos clientes é de origem europeia, em especial de países com a língua alemã, tem uma grande *expertise* nas diferenças culturais, empresariais e jurídicas existentes.

Os sócios e toda a equipe têm orgulho em dizer que suas conquistas foram e são obtidas em razão de um trabalho coletivo e realizado com seriedade e competência. Continuam bastante concentrados no mercado de língua alemã, sem prejuízo da clientela europeia em geral, brasileira e de outros cantos do mundo. O legado que os fundadores e atuais sócios querem deixar para todos deste grupo que queiram e possam fazer parte é permitir a eles tirar proveito da experiência acumulada, desenvolvendo e aprimorando o exercício da advocacia. Isso se reflete em um trabalho de qualidade que prima pela resposta rápida aos clientes.

Guilherme Stüssi Neves. Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ex-integrante do Departamento Jurídico da Shell Brasil S.A. (Petróleo); Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, da IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, da ABDF – Associação Brasileira de Direito Financeiro

(Diretor e Conselheiro desde 1990); Associação Comercial do Rio de Janeiro – Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos e Tributários – Conselheiro; da AIJA – Associação Internacional dos Jovens Advogados (Vice-Presidente de Honra); da IBA – International Bar Association, da IGAL – Intercontinental Grouping of Accountants and Lawyers (Presidente 1997/1999), Associação Escolar e Beneficente Corcovado – Mantenedora da Escola Alemã do Rio de Janeiro (Vice-Presidente em 1992-1996/2000-2004); Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro (2010 – 2013); Membro da Câmara de Comércio Brasil-Suíça.

Gustavo Stüssi Neves. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, colaborador no Deutsche Bank, Düsseldorf, Alemanha, nos anos 1984/1985; Membro da Ordem dos Advogados do Brasil; Câmara de Comércio Brasil-Suíça (Diretor Jurídico); Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (Membro da Diretoria); DBJV – Associação Teuto-Brasileira de Advogados; Certificado pela SGE (Switzerland Global Enterprise); CBBL Cross Border Business Law AG – Alemanha (Representante); Vice-Presidente da Câmara de Mediação de Arbitragem das Eurocâmaras (CAE) e WIRAS Verbund International;

Luiz Henrique Calmon de Aguiar. Formado em Direito pela PUC/RJ. Curso de Extensão Universitária realizado na Universidade de Colônia, Alemanha, onde desenvolveu estudo sobre o Direito da União Europeia nos anos de 1981/1982; Colaborador do escritório Gürland, Schlütter & Luer – Rechtsanwälte em Colônia, em 1982; Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ethics, transparency, partnership, respect, personalized service, effective communication and commitment are some of the characteristics of **Stüssi-Neves Advogados**, who have 40 years of experience in the areas of Corporate Law (mergers and acquisitions), Civil, Commercial and International Law, Compliance and Governance, Tax and Labor Law. The firm’s success story began in 1977 in Rio de Janeiro with **Guilherme Stüssi Neves, Gustavo Stüssi Neves** and **Luiz Henrique Calmon de Aguiar**. After 20 years, the firm also opened an office in São Paulo.

At the beginning, the lawyers used their German language ability to win German-speaking clients with new companies in Brazil and also small and medium German companies in the process of internationalization. At the time, it seemed clear to the young group that the German-speaking market, also because of the language barrier, had a lot of potential for anyone who wanted to exploit it. The mastery of German became essential for the firm’s defined strategy and the necessary investments were made for this to materialize.

The next step was also to define in which areas the needs of such target clients would be met, not only from a purely technical point of view, but also as a full service provider. Cultural issues could not be relegated either. Finally, it was necessary to provide the clients, in their mother tongue, with a standard of services to which they were accustomed in their home country, with technical quality and results, including clarification of cultural differences.

Since its inception, the firm of **Stüssi-Neves Advogados** has been assisting its clients to operate in the Brazilian legal environment, either through the constitution of a subsidiary, acquisition of an existing Brazilian company or through joint ventures, as well as the provision of legal services necessary for day-to-day routine in the tax, contract, corporate, labor, compliance, civil / commercial fields, among others. With Brazilian and foreign clients, the firm is proud, throughout its trajectory, to advise important companies in doing business in Brazil.

Today, with almost 40 lawyers divided between Rio de Janeiro and São Paulo, **Stüssi-Neves Advogados** is a “Full Service Stricto Sensu” law firm, focused on Business Law for the needs, in particular, of small and medium-sized companies in their operations, maintaining a very close and personalized relationship with clients. As most clients are of European origin, especially from German-speaking countries, they have a great deal of expertise in existing cultural, business and legal differences.

The partners and the entire team are proud to say that their achievements have been and are achieved through a collective effort and the maintenance of their ideals of seriousness and competence. They remain very focused on the German-speaking market, without prejudice to European clientele in general, Brazilians and clients from other corners of the world. The legacy that the founders and current partners wish to leave to all of this group, who seek to be part of it, is to enable them to take advantage of their accumulated experience by developing and enhancing the practice of advocacy. This is reflected in quality work that prioritizes swift responses to clients.

Guilherme Stüssi Neves. Graduated in Law from Universidade do Estado do Rio de Janeiro, former member of the Legal Department of Shell Brasil S.A. (Petróleo); Member of Ordem dos Advogados do Brasil, of IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, of ABDF – Associação Brasileira de Direito Financeiro (Director and Adviser since 1990); Associação Comercial do Rio de Janeiro – Business Council for Legal and Tax Matters – Adviser; of AIJA – Associação Internacional dos Jovens Advogados (Honorary VP); of IBA – International Bar Association, da IGAL – Intercontinental Grouping of Accountants and Lawyers (Presidente 1997/1999), Associação Escolar e Beneficente Corcovado – Mantenedora da Escola Alemã do Rio de Janeiro (VP in 1992-1996/2000-2004); President of the Brazil-Germany Chamber of Commerce and Industry in Rio de Janeiro (2010 – 2013); Member of the Brazil-Switzerland Chamber of Commerce.

Gustavo Stüssi Neves. Graduated in Law from Universidade Federal do Rio de Janeiro, collaborator at Deutsche Bank, Düsseldorf, Germany in 1984/1985; Member of Ordem dos Advogados do Brasil; Brazil-Switzerland Chamber of Commerce (Legal Director); Brazil-Germany Chamber of Commerce and Industry (Member of the Board); DBJV – Associação Teuto-Brasileira de Advogados; Certified by SGE (Switzerland Global Enterprise); CBBL Cross Border Business Law AG – Germany (Representante); VP of Câmara de Mediação de Arbitragem das Eurocâmaras (CAE) and WIRAS Verbund International.

Luiz Henrique Calmon de Aguiar. Graduated in Law from PUC/RJ. University extension course attended at the University of Cologne, Germany, where he has carried out studies on the European Union Law in 1981/1982; Collaborator at Gürland, Schlütter & Luer – Rechtsanwälte in Cologne, in 1982; Member of Ordem dos Advogados do Brasil.



Teixeira, Martins & Advogados

Fundada pelo advogado **Roberto Teixeira** há mais de 40 anos, a banca **Teixeira, Martins & Advogados** consolidou-se ao longo desse período como uma das mais importantes *boutiques* na prestação de serviços no campo do Direito Empresarial brasileiro. Sua reputação de excelência tem como fundamento o atendimento personalizado a todos os clientes, possibilitando o desenvolvimento e aplicação de soluções na área jurídica que atendam, com agilidade e precisão, às necessidades específicas de cada caso. Graças a esses princípios, o escritório passa a conhecer profundamente a realidade e o ambiente em que seus clientes estão inseridos, o que lhe permite estabelecer as bases de uma relação de confiança forte e duradoura.

Teixeira, Martins & Advogados oferece serviços em todo o arco de especializações do Direito Corporativo, incluindo as áreas societária, contratual, concorrencial, regulatória e tributária, além de conduzir processos de recuperação judicial e extrajudicial. Seu leque de clientes inclui empresas de diversos portes e setores de atuação, para os quais oferece serviços em todo o espectro da atividade jurídica, da esfera consultiva, à atuação judicial e arbitral.

(esq»dir)

**Dra. Larissa Teixeira Quattrini, Dr. Cristiano Zanin Martins,
Dr. Roberto Teixeira (sentado), Dra. Valeska Teixeira Zanin Martins**

Teixeira, Martins & Advogados

Com uma equipe formada por profissionais de sólida formação acadêmica e larga experiência prática, Teixeira, Martins & Advogados atua em todo o território nacional e em diversos países, sempre por intermédio de parcerias com bancas de direito que comunguem os mesmos valores e crenças estabelecidos desde a criação do escritório.

O histórico de sucesso na condução de complexos casos jurídicos, aliado à profunda especialização profissional, levou o escritório a ser chamado para participar de debates sobre temas de grande interesse nacional, a exemplo da Lei de Recuperação Judicial, cuja implantação contou com o decisivo suporte do **Teixeira, Martins & Advogados**. Outro fator de orgulho é o desenvolvimento de teses que, acolhidas pelo Poder Judiciário, deixaram importante legado na jurisprudência brasileira e passaram a integrar o ordenamento jurídico nacional.

Com uma equipe formada por profissionais de sólida formação acadêmica e larga experiência prática, **Teixeira, Martins & Advogados** atua em todo o território nacional e em diversos países, sempre por intermédio de parcerias com bancas de direito que comunguem os mesmos valores e crenças estabelecidos desde a criação do escritório.

Para atender à permanente necessidade de atualização e aprimoramento profissional, seus sócios, assim como os demais colaboradores, participam, ministram e coordenam cursos nas mais diversas áreas do Direito Empresarial dentro e fora do país. Dessa forma, une o conhecimento técnico ao senso prático, de forma a garantir aos clientes soluções e alternativas jurídicas e ajudá-los a otimizar e rentabilizar os seus negócios.

Os sócios da banca **Teixeira, Martins & Advogados** possuem um rico currículo acadêmico, contínua presença no atendimento aos clientes e ativa participação em diversas instâncias da sociedade civil brasileira.

Roberto Teixeira. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1969; especialista em Direito Processual Civil e Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. Foi presidente da Associação dos Advogados de São Bernardo do Campo-SP e duas vezes presidente da OAB, Subseção de São Bernardo do Campo-SP, onde ocupou também outros cargos. Foi presidente da banca examinadora do Exame de Ordem no Estado de São Paulo.

Valeska Teixeira Zanin Martins. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1997. Integrante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; da Associação dos Advogados de São Paulo; membro efetivo da Comissão de Direito Aeronáutico da Seção São Paulo da OAB; membro da *International Bar Association*. É fluente nos idiomas inglês e espanhol.

Larissa Teixeira. Graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1999; mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); LLM pela Universidade da Califórnia, Berkeley; doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); professora das Faculdades Armando Álvares Penteado – FAAP e da Fundação Getúlio Vargas – GV Law. Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; integrante da Associação dos Advogados de São Paulo; da *International Bar Association*. É fluente nos idiomas inglês e espanhol e fala francês.

Cristiano Zanin Martins. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1999. É especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Foi professor de Direito Civil e Direito Processual Civil na Faculdade Autônoma de Direito – Fadisp. Integrante dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo e Seção Rio de Janeiro; membro da Associação dos Advogados de São Paulo.

Founded by lawyer **Roberto Teixeira** more than 40 years ago, the law firm **Teixeira, Martins & Advogados** has established itself during this period as one of the most important boutique firms in the field of Brazilian Corporate Law. Their reputation for excellence is based on personalized service to all clients, enabling the development and implementation of solutions in the legal field to meet the specific needs of each case with agility and precision. Thanks to these principles, the firm gets to deeply know the reality and the environment in which its clients are inserted, allowing it to lay the foundation of a strong and lasting relationship of trust.

Teixeira, Martins & Advogados provides services across the range of Corporate Law specializations, including the fields of corporate, contractual, antitrust, regulatory and tax, as well as conducting judicial and extrajudicial recovery proceedings. The firm's portfolio includes companies of all sizes and industries, for which it provides services across the entire spectrum of legal practice, from advisory to judicial operations and arbitration.

The track record of success in conducting complex legal cases, coupled with deep professional expertise, led the firm to be invited to participate in debates on matters of great national interest, such as the Judicial Recovery Act, whose implementation relied on the decisive support of **Teixeira, Martins & Advogados**. Another reason of pride is the development of theses that, by being embraced by the Judiciary, gave an important legacy to Brazilian jurisprudence and became part of the national legal system.

With a team of professionals with solid academic background and broad practical experience, **Teixeira, Martins & Advogados** operates across the national territory and in many countries, often through partnerships with law firms sharing the same values and beliefs established since its creation.

In order to meet the ongoing upgrading and professional development need, their partners, as well as other employees, participate, lecture and coordinate courses in several areas of business law in the country and abroad. Thus, it unites know-how to practical sense, to ensure clients solutions and legal alternatives and help them optimize and monetize their business.

The members of **Teixeira, Martins & Advogados** have rich academic background, ongoing presence in customer service and active participation at all instances of Brazilian civil society.

Roberto Teixeira. Graduated from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) in 1969; specializing in Civil Procedural Law and Civil Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Integrates the Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo; Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP and Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. He was chairman of Associação dos Advogados de São Bernardo do Campo-SP and twice president of OBA, sub-chapter of São Bernardo do Campo – SP, when he also had other positions. He was president of the board of examination of the Bar Examination in the State of São Paulo.

Valeska Teixeira Zanin Martins. Graduated from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) in 1997. Integrating the Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo; permanent member of Aeronautic Right Commission of OAB – chapter São Paulo; member of the *International Bar Association*. She's fluent both in English and Spanish.

Larissa Teixeira. Graduated from Universidade Presbiteriana Mackenzie in 1999; Master in Civil Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); LLM from the University of California, Berkeley; Doctor degree from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); professor at Faculdades Armando Álvares Penteado – FAAP and Fundação Getúlio Vargas – GV Law. Integrates the Ordem dos Advogados do Brasil, chapter São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo; and *International Bar Association*. She's fluent both in English and Spanish and speaks French.

Cristiano Zanin Martins. Graduated from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) in 1999. Specializing in Civil Procedural Law from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. He was professor in Civil Law and Civil Procedural Law at Faculdade Autônoma de Direito – Fadisp. Integrates the Ordem dos Advogados do Brasil, chapters São Paulo and Rio de Janeiro; member of Associação dos Advogados de São Paulo.

Tinoco Soares Sociedade de Advogados

Tudo começou em 1989, com a Tinoco Soares & Filho Ltda., que depois passou a se chamar **Tinoco Soares Sociedade de Advogados**. São 28 anos de atuação de José Carlos Tinoco Soares e José Carlos Tinoco Soares Junior.

O escritório, um dos mais tradicionais no trabalho com Marcas e Patentes no Brasil e no exterior, conquistou notoriedade e respeito devido ao comprometimento e a excelência dos serviços prestados. *Expertise* diferenciada na atuação precisa e objetiva a proteção e a defesa dos direitos da propriedade industrial, notadamente o “inventor” e suas invenções, o “autor” e o fruto do seu intelecto.

Reconhecido por sua competência e seriedade, **José Carlos Tinoco Soares**, tem 74 anos de trabalho na área da propriedade industrial, artística e literária, 53 anos como advogado atuante e 43 anos como Doutor em Direito Comercial.

(esq>dir)

Dr. José Carlos Tinoco Soares, Dr. José Carlos Tinoco Soares Junior



Tinoco Soares Sociedade de Advogados

Entre as principais características do trabalho desenvolvido estão: a estreita relação com os clientes, atendimento personalizado baseado na ética e profissionalismo, velocidade de informação e comunicação. Tudo para oferecer um serviço diferenciado e eficiente.

A especialidade do escritório é o Direito da Propriedade Intelectual, envolvendo a proteção e defesa de: “*Patentes de invenção, de modelo de utilidade, registro de desenhos industriais, marcas de produto, de serviço e tridimensionais, nomes comerciais e indicações geográficas*”. Também atua com: contratos de transferência de tecnologia e de franquia, direitos de autor, nomes de domínio, programas de computador. Ações judiciais relativas a todos esses direitos, procedidas e defendidas em todo o território nacional.

O atendimento da **Tinoco Soares Sociedade de Advogados** é dividido em departamentos: Jurídico, Marcas e Patentes. O Jurídico promove a elaboração de ações judiciais relativas à propriedade intelectual bem como de oposições, manifestações-réplicas, esclarecimentos, cancelamento de atos administrativos, pedidos e defesas de caducidades, cumprimento de exigências e todo o mais relativo a proteção e defesa de direitos de propriedade industrial na área administrativa.

O Departamento de Marcas é responsável pelo registro de marcas nacionais, no Brasil e no exterior, assim como das empresas estrangeiras que têm interesse em depositar suas marcas no país. Cuida da prorrogação de Registro de Marcas e da proteção ao primeiro decênio de registro e faz ainda o acompanhamento das marcas registradas com relação aos prazos de validade do registro, entre outros assuntos relacionados ao interesse dos titulares da marca.

Já o Departamento de Patentes cuida do depósito dos pedidos de Privilégio (patentes) e dos registros de Desenhos Industriais do Brasil junto ao INPI e também os procedentes do exterior, após serem adaptados às normas brasileiras. Também é responsável por controlar os prazos das patentes nas diversas fases envolvidas e todas as obras passíveis de Direitos Autorais, sendo elas obras literárias, artísticas e musicais.

Entre as principais características do trabalho desenvolvido estão: a estreita relação com os clientes, atendimento personalizado baseado na ética e profissionalismo, velocidade de informação e comunicação. Tudo para oferecer um serviço diferenciado e eficiente.

Com profissionais altamente qualificados, mais de 65 colaboradores, a história da **Tinoco Soares Sociedade de Advogados** começou na Alameda dos Piratinins, na capital paulista. Com a expansão, mudou-se para prédio próprio na Av. Indianópolis. O local possui estacionamento, biblioteca, mini-auditório, salas especiais de atendimento e refeitório. Também conta com filial no Rio de Janeiro para contatos com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial INPI, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, a Justiça Civil, Federal, Criminal e os tribunais.

José Carlos Tinoco Soares. Bacharel pela USP – 1964. Doutor em Direito Comercial pela USP – 1972. Autor de 18 livros e mais quatro tratados da Propriedade Industrial, sendo que o último “*Tratado de La Propiedad Industrial de las Américas – Marcas Y congêneres,*” foi publicado na língua castelhana. Possui mais de uma centena de artigos sobre propriedade industrial publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Participa ativamente como palestrante, debatedor ou moderador em congressos nacionais e estrangeiros. Fundador e Primeiro Presidente da Associação Paulista da Propriedade Intelectual – ASPI. Por duas vezes vice-presidente da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial ABAPI. Vice-presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual ABPI. Vice-presidente da Asociación Interamericana de La Propiedad Intelectual ASIPI. Pela oitava vez integra a Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/SP.

José Carlos Tinoco Soares Junior. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UNIP. Analista de sistemas pela Faculdade Ibero-Americana. Curso de inglês pela União Cultural Brasil – EUA e pela Flórida Internacional University. Membro da Internacional Trademark Association, INTA e Associação Internacional de Proteção à Propriedade Industrial.

It all started in 1989, with Tinoco Soares & Filho Ltda, which later became known as **Tinoco Soares Sociedade de Advogados**. José Carlos Tinoco Soares and José Carlos Tinoco Soares Junior have a 28-year experience.

The firm, one of the most traditional in working with Trademarks and Patents in Brazil and abroad, has achieved notoriety and respect due to the commitment and excellence of the services provided. Differentiated expertise in precisely and objectively acting to protect and defend industrial property rights, notably the “inventor” and their inventions, and the “author” and the fruit of their intellect.

Recognized for his competence and seriousness, José Carlos Tinoco Soares, has 74 years of work in the area of industrial, artistic and literary property, 53 years as an acting lawyer and 43 years as a J.D. of Commercial Laws.

The firm’s specialty is Intellectual Property Law, involving the protection and defense of: “*Patents of invention; utility model; registration of industrial designs; product, service, and three-dimensional marks; trade names; and geographical indications*”. It also acts with: contracts of technology transfer and franchise, copyright, domain names, computer programs. Legal actions relating to all these rights, carried out and defended throughout the national territory.

The service of **Tinoco Soares Sociedade de Advogados** is divided into departments: Legal, Trademarks, and Patents. The Legal Dept promotes the drafting of lawsuits related to intellectual property, as well as interventions, statements, replies, clarifications, cancellation of administrative acts, requests and defenses of expiration, fulfillment of requirements and all related to the protection and defense of industrial property rights in the administrative area.

The Trademark Department is responsible for the registration of national trademarks in Brazil and abroad, as well as foreign companies that have an interest in depositing their trademarks in the country. It takes care of the renewal of Trademark Registration and the protection of the first ten years of registration and also keeps track of trademarks with respect to the validity of the registration, among other matters related to the interest of trademark owners.

The Department of Patents is responsible for filing applications for Privilege (patents) and Industrial Designs registrations from

Brazil with INPI and also from abroad, after being adapted to Brazilian standards. It is also responsible for controlling the terms of patents in the various phases involved and all works that can be copyrighted, including literary, artistic and musical works.

Among the main characteristics of the work developed are: close relationship with customers, personalized service based on ethics and professionalism, speed of information and communication. All of this to offer a different and efficient service.

With highly qualified professionals, over 65 employees, the history of **Tinoco Soares Sociedade de Advogados** started at Alameda dos Piratinins, in São Paulo. With the expansion, the firm moved to its own building on Av. Indianópolis. The place has a parking lot, a library, a mini-auditorium, special meeting rooms and a dining-hall. It also has a branch in Rio de Janeiro for contacts with the National Institute of Industrial Property INPI, the National Library, the School of Fine Arts, the Civil, Federal, and Criminal Justice, and the courts.

José Carlos Tinoco Soares. Bachelor from USP – 1964. J.D. of Commercial Law from USP – 1972. Author of 18 books and 4 treaties on Industrial Property “*Tratado de La Propiedad Industrial de las Américas- Marcas Y Congêneres,*” was published in Spanish. He has more than a hundred articles on industrial property published in national and foreign magazines. He actively participates as a speaker, debater or moderator in national and foreign congresses. Founder and First President of Associação Paulista da Propriedade Intelectual – ASPI. Two-time vice president of Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial ABAPI. VP of Associação Brasileira da Propriedade Intelectual ABPI. VP of Asociación Interamericana de La Propiedad Intelectual ASIPI. For the eighth time, he is a member of the Intellectual Property Commission of OAB/SP.

José Carlos Tinoco Soares Junior. Bachelor of Laws and Social Sciences from UNIP. Systems Analyst from Faculdade Ibero-Americana. English course by the Brazilian Cultural Union – USA and the Florida International University. Member of the International Trademark Association, INTA and the International Association for the Protection of Industrial Property.



Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados

Com um perfil moderno e dinâmico e baseado numa filosofia de soluções e resultados, a **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados**, sem esquecer os tradicionais princípios que norteiam o Direito, desenvolve um conceito interativo de assessoria, buscando a eficiência, a rapidez e a qualidade da resolução dos problemas jurídicos apresentados.

O escritório foi fundado em 1990 pelo sócio **Paulo Roberto Trevisan** e atualmente atende às áreas de Direito Tributário, Societário, Bancário e Contratos de Distribuição.

O sócio **Paulo Roberto Trevisan** é contador, administrador de empresas, mestre em educação e advogado e iniciou seus trabalhos como controller do Grupo White Martins em 1975.

O sócio **Vinicius Monte Serrat Trevisan** é especialista em Direito Tributário pela Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, bem como pelas Faculdades Integradas Toledo de Ensino de Presidente Prudente, possui ainda, MBA Executivo em Administração com ênfase em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e técnico em contabilidade.

Compacto, ágil e altamente motivado. Assim é o corpo jurídico da **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados**. Isto se deve à interação de alguns fatores. Em primeiro, a coparticipação, na gestão e nos resultados, de todos os envolvidos em cada projeto. Como segundo elemento, uma política de RH voltada para a constante atualização de seus membros, por meio de cursos e seminários, internos e externos, bem como avaliações periódicas de todo o grupo. Por fim, pelo recrutamento e seleção de profissionais altamente qualificados. Esses fatores, aliados a estrutura organizacional informatizada, moderna e flexível, baseada em grupos de trabalho é a garantia de uma equipe absolutamente incentivada, eficaz e eficiente.

Focalizada no Direito Societário, Tributário, Bancário e Empresarial, a **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados** oferece aos seus clientes uma cobertura completa e abrangente, tanto no que se refere a consultoria jurídica, quanto ao contencioso administrativo e judicial.

(esq>dir)

Dr. Paulo Roberto Trevisan, Dra. Mariana Esteves da Silva,
Dr. Vinicius Monte Serrat Trevisan

Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados

Com ênfase na Advocacia Empresarial, o escritório desenvolve profícua atividade judicial, extrajudicial e administrativa perante os Juízos e Tribunais e junto aos Ministérios, Autarquias, Secretarias de Estado e Órgãos Governamentais dos três níveis da Administração Pública, no patrocínio de Direitos e interesses jurídicos de sua clientela. Direito Empresarial, Tributário, Comercial e Civil, constituem núcleos de atuação.

Com ênfase na Advocacia Empresarial, o escritório desenvolve profícua atividade judicial, extrajudicial e administrativa perante os Juízos e Tribunais e junto aos Ministérios, Autarquias, Secretarias de Estado e Órgãos Governamentais dos três níveis da Administração Pública, no patrocínio de Direitos e interesses jurídicos de sua clientela. Direito Empresarial, Tributário, Comercial e Civil, constituem núcleos de atuação. Gerenciamento de finanças, crédito e cobrança são áreas de especialidade que os motivam a oferecer serviços a Bancos, Instituições Financeiras e Grupos Empresariais.

O trabalho é fundamentado na parceria com o cliente e na participação de todas as etapas do desenvolvimento de soluções para as questões que se colocam. As informações confidenciais são tratadas com máxima atenção. Conectada com todos os tribunais e bancos de dados através da Internet, permite o acompanhamento “on-line real time” de todos os processos.

Os clientes podem acessar através do site, com senha predefinida pelo escritório, o andamento dos processos simultaneamente aos despachos judiciais publicados pelos órgãos oficiais da União e de todos os Estados federativos, em banco de dados exclusivos da **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados**, ou seja, os clientes são informados simultaneamente do andamento processual de sua empresa.

O escritório atualmente está localizado na Avenida Coronel José Soares Marcondes, nº 871, Bosque, Presidente Prudente/SP, telefone: (18) 2104-6464 e na Avenida Paulista, nº 2.202, conjunto 113, 11ª andar, Bela Vista, São Paulo/SP, telefone: (11) 3253-7572, mail@trevisanadv.com.br.

Paulo Roberto Trevisan. Advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº. 153.799. Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista (2004), Especialista em Direito Processual pela Instituição Toledo de Ensino – Presidente Prudente/SP (2004). Graduado em Direito pela Universidade do Oeste Paulista – Presidente Prudente/SP (1997). Cursos: Controladoria Avançada em Tributação pelo Case Consultores (1989); Planejamento Fiscal – Societário e Tributário pela Escola de Administração e Negócios – Rio de Janeiro/RJ (1989); Programa Avançado de Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – Rio de Janeiro/RJ (1988); Informática para Executivos Usuários IEU pela IBM do Brasil Ltda. – Rio de Janeiro/RJ (1988); Conversão de Demonstrações Financeiras pela S/A White Martins “Departamento de Treinamento e Desenvolvimento” – Rio de Janeiro/RJ (1988). Também fez os cursos de: A Universidade Brasileira e o Problema da Qualidade”, pelo Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ (1988); “A Estatística na Pesquisa de Mercado”, pela Sociedade Brasileira de Estatística e Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado – Rio de Janeiro/RJ (1987); “A Estatística na Pesquisa de

Mercado”, pela Sociedade Brasileira de Estatística e Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado – Rio de Janeiro/RJ (1987); “Técnicas de Tomada de Decisão”, pela S/A White Martins; “Departamento de Treinamento e Desenvolvimento” – Rio de Janeiro/RJ (1986); “Planejamento Estratégico de Negócios”, pela S/A White Martins; “Departamento de Treinamento e Desenvolvimento” – Rio de Janeiro/RJ (1986).

Vinicius Monte Serrat Trevisan. Advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº. 197.208. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, bem como pelas Faculdades Integradas Toledo de Ensino de Presidente Prudente; MBA Executivo em Administração com ênfase em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro; Técnico em contabilidade.

With a modern and dynamic profile, based on a solution & results philosophy, and not forgetting the traditional principles that guide Law, **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados** develops an advisory interactive concept, seeking efficiency, speediness and quality in solving legal issues presented.

The law firm founded in 1990 by partner **Paulo Roberto Trevisan** currently operates in tax law, corporate law, banking law and in distribution contracts.

Paulo Roberto Trevisan is an accountant, businessman, Master in education and a lawyer, and he started his job as controller at Grupo White Martins in 1975.

Partner **Vinicius Monte Serrat Trevisan** is specialist in Tax Law from Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, and from Faculdades Integradas Toledo de Ensino de Presidente Prudente, and he carries an Executive MBA from Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, besides the technician degree in accounting.

Compact, agile and highly motivated. This is how **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados** legal body is formed. And it is due to the interaction of certain factors. Firstly, the co-participation in both management and results of all the ones involved in every project. Secondly, a HR policy oriented to their staff ongoing training, through courses and seminars, both internal and external, as well as frequent assessments of the entire group. At last, by recruiting and selecting highly qualified professionals. These factors, together with a computerized, modern and flexible organizational structure, based on work groups, ensure a fully motivated, efficient and effective team.

Focused on Corporate Law, Tax Law, Banking, and Business Law, **Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados** provides their clients with comprehensive and complete coverage, both in terms of legal advisory and administrative and legal litigation.

With emphasis in Business Law, the firm provides helpful legal, extrajudicial and administrative activities by the Courts and Ministries, Agencies, State Secretaries and Government Offices at the three levels of Public Administration, aiming at their clients legal interests and rights. Business Law, Tax Law, Trade Law and Civil Law form our activities core. Finance management, credit and collection are specialty areas that motivate us to offer our services to banks, financial institutions and business groups.

Our work is based on partnering with clients and participating of each step of solutions development for the issues that are

presented. Classified information is handled with maximum attention. Connected to all courts and database through the Internet, it allows us to provide on-line real time follow up of all processes.

By means of a password preset by our firm, our clients can access the progress of processes simultaneously to the legal orders published by Federal and all State Offices through database exclusive to **revisan e Monte Serrat Advogados Associados**, i.e, clients are simultaneously informed of their company’s procedural position.

The law firm is currently located on Avenida Coronel Soares Marcondes, 871, Bosque, Presidente Prudente/SP, telephone: (18) 2104-6464 and on Avenida Paulista, 2.202, room 113, 11th floor, Bela Vista, São Paulo/SP, telephone: (11) 3253-7572, mail@trevisanadv.com.br.

Paulo Roberto Trevisan. Lawyer, enrolled at OAB/SP under no. 153.799. Master in Education from Universidade do Oeste Paulista (2004), graduate degree in Procedural Law from Instituição Toledo de Ensino – Presidente Prudente/SP (2004). Bachelor of Laws from Universidade do Oeste Paulista – Presidente Prudente/SP (1997). Courses: Advanced Controlling in Tax by Case Consultores (1989); Tax Planning – Tax and Business by Escola de Administração e Negócios – Rio de Janeiro/RJ (1989); Advanced Marketing Program by Escola Superior de Propaganda e Marketing – Rio de Janeiro/RJ (1988); Computing for Executive Users – IEU by IBM do Brasil Ltda. – Rio de Janeiro/RJ (1988); Conversion of Financial Statements by S/A White Martins “Training and Development Department” – Rio de Janeiro/RJ (1988). He also attended: The Brazilian University and Quality Problem by Centro Tecnológico da Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ (1988); Statistics in Market Survey by Sociedade Brasileira de Estatística e Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado – Rio de Janeiro/RJ (1987); Statistics in Market Survey by Sociedade Brasileira de Estatística e Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado – Rio de Janeiro/RJ (1987); Decision-making techniques by S/A White Martins “Training and Development Department” – Rio de Janeiro/RJ (1986); Business Strategic Planning by S/A White Martins “Training and Development Department” – Rio de Janeiro/RJ (1986).

Vinicius Monte Serrat Trevisan. Lawyer, enrolled at OAB/SP under no. 197.208. Graduate in Tax Law from Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais, and from Faculdades Integradas Toledo de Ensino de Presidente Prudente; Executive MBA from Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro; Technician degree in accounting.



YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados

Ser um dos mais admirados escritórios de advocacia do Brasil, esse é o sonho que inspirou a sociedade em 2014, de **Jorge Calazans, Mayra Vieira Dias e Marli Yamazaki**. Com um perfil jovem e dinâmico, o escritório, já é reconhecido por seu profissionalismo e por sua abordagem moderna e objetiva da advocacia.

O **YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados** tem como objetivo prestar serviços jurídicos de alto nível, pautados na ética, com agilidade e relacionamento próximo ao cliente. O escritório atua nas áreas do direito empresarial, cível, trabalhista contencioso e consultivo, tributário administrativo e judicial e penal empresarial.

Desde sua fundação, o escritório tem atuado em operações que contribuíram na prestação de serviços jurídicos em várias de suas áreas de atuação. A banca é formada por advogados empreendedores, que servem pessoas e empresas com paixão e excelência, visando à geração de resultados sustentáveis para clientes e parceiros. Os sócios sabem que o sucesso é consequência direta das qualidades de cada um dos profissionais por isso sempre trabalha com talentos e ajuda a promover o constante desenvolvimento.

Em pé (esq»dir)

Dr. Gontran Coelho Parente, Dr. Roberto Hadid, Dra. Mayra Vieira Dias, Dra. Bianca Nascimento, Dra. Marli Yamazaki

Sentados (esq»dir)

Dra. Danusa Marin de Oliveira, Dr. Jorge Calazans

YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados

Mesmo com poucos anos de atividade, o escritório recebeu em 2017 o Prêmio Referência Nacional na Categoria Advocacia e Justiça pela Agência Nacional de Cultura e Empreendedorismo e Comunicação – ANCEC. Também recebeu no Panamá a condecoração pelo Latin American Quality Institute, com o prêmio LAQA – Latin American Quality 2017, em reconhecimento aos serviços prestados na área jurídica.

A filosofia de trabalho do **YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados**, aliada à integração dos advogados, coloca o escritório em uma posição privilegiada para prestar serviços jurídicos da mais alta qualidade. A missão é contribuir para o setor produtivo, através do aperfeiçoamento e melhoria contínua das técnicas e práticas jurídicas, gerando oportunidades e resultados financeiros para clientes e parceiros. Entre os valores estão: eficácia, colaboração, meritocracia, agilidade, proatividade e simplicidade.

Para o **YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados** os valores não existem para propiciar direitos para os indivíduos. Eles existem para gerar responsabilidades e demandar os comportamentos necessários para o alcance dos objetivos.

Jorge Calazans, Mayra Vieira Dias e Marli Yamazaki e os demais membros da equipe acreditam que, no Brasil, com quase 1 milhão de advogados autorizados a trabalhar, só permanecem na atividade os escritórios que oferecerem aos seus clientes mais do que conhecimento jurídico, mas que também lançam mão das melhores técnicas de gestão.

Prova disso é que mesmo com poucos anos de atividade, o escritório recebeu em 2017 o Prêmio Referência Nacional na Categoria Advocacia e Justiça pela Agência Nacional de Cultura e Empreendedorismo e Comunicação – ANCEC. Também recebeu no Panamá a condecoração pelo Latin American Quality Institute, com o prêmio LAQA – Latin American Quality 2017, em reconhecimento aos serviços prestados na área jurídica.

Com três sedes: São Paulo, Santos e Brasília, atende todo o território nacional. As unidades foram projetadas para contemplar o trabalho e a aproximação, com a eliminação de obstáculos físicos entre as pessoas e a maior integração de tarefas e sinergia dos times.

Para a equipe do **YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados** tudo só é possível quando se tem a cultura de trabalho baseada na alma, gestão, valores e pessoas com vontade de vencer.

Marli Yamazaki. Sócia, especialista em direito empresarial.

Jorge Calazans. Sócio, especialista em direito penal empresarial.

Mayra Vieira Dias. Sócia, especialista em direito civil e direito do trabalho.

Gontran Coelho Parente. Sócio da área tributária, especialista em direito tributário.

Watson Pacheco da Silva. Associado, especialista em direito empresarial.

Roberto Hadid. Associado, especialista em direito do trabalho.

Danusa Marin de Oliveira. Associada, especialista em direito empresarial.

Bianca Nascimento. Associada, especialista em direito tributário.

To be one of the most admired law firms in Brazil, this is the dream that, in 2014, inspired the partnership between **Jorge Calazans, Mayra Vieira Dias** and **Marli Yamazaki**. With a young and dynamic profile, the firm is already recognized for its professionalism and for its modern and objective approach to the practice of law.

YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados aims to provide high level legal services, based on ethics, guided by agility and close relationship with the client. The firm operates in the areas of corporate law, civil law, labor litigation and advisory, administrative and judicial tax law, and corporate criminal law.

Since its foundation, the firm has been active in operations that have contributed to the provision of legal services in several of its areas of expertise. The staff is formed by entrepreneurial lawyers, who serve people and companies with passion and excellence, aiming at generating sustainable results for clients and partners. The partners know that success is a direct consequence of the qualities of each of the professionals, so they always work with talents and help to promote ongoing development.

YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados's working philosophy, coupled with the integration of lawyers, places the firm in a privileged position to provide the highest quality legal services. The mission is to contribute to the productive sector through the improvement and continuous betterment of legal techniques and practices, generating opportunities and financial results for clients and partners. Among the values are effectiveness, collaboration, meritocracy, agility, proactivity and simplicity.

For **YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados**, values do not exist to provide rights for individuals. They exist to generate responsibilities and demand the necessary behaviors to reach the goals.

Jorge Calazans, Mayra Vieira Dias and **Marli Yamazaki** and the other team members believe that, in a country like Brazil with almost 1 million lawyers authorized to work, only those firms offering their clients more than legal knowledge but also using the best management techniques remain in the market.

Proof of this is that even with a few years of activity, in 2017 the firm was awarded the National Reference Prize in the Law and Justice category by the National Agency of Culture and Entrepreneurship and Communication – ANCEC. It also was awarded by the Latin American Quality Institute, in Panama, with the LAQA – Latin American Quality 2017, in recognition for services rendered in the legal area.

The firm has three main offices: São Paulo, Santos and Brasília, serving the entire national territory. The units were designed to contemplate work and approach, eliminating physical obstacles between people and providing greater integration of tasks and team synergy.

For the team of **YCVD / Yamazaki, Calazans e Vieira Dias Advogados** everything is only possible when there is a work culture based on the soul, management, values and people with a desire to win.

Marli Yamazaki. Partner, specializing in business law.

Jorge Calazans. Partner, specializing in business criminal law.

Mayra Vieira Dias. Partner, specializing in civil law and labor law.

Gontran Coelho Parente. Partner at the tax area, specializing in tax law.

Watson Pacheco da Silva. Associate, specializing in business law.

Roberto Hadid. Associate, specializing in labor law.

Danusa Marin de Oliveira. Associate, specializing in business law.

Bianca Nascimento. Associate, specializing in tax law.

Ives Gandra da Silva Martins AS 3 INSTITUIÇÕES DO DIREITO E A JUSTIÇA THE THREE BRANCHES OF LAW AND THE JUSTICE	254	Rubens Decoussau Tilkian A NOVA ADVOCACIA: MUDAMOS E SOBREVIVEREMOS THE NEW PRACTICE OF LAW: WE MUST CHANGE TO SURVIVE	294
Manuel Alceu Affonso Ferreira TEMPOS BICUDOS DIFFICULT TIMES	258	Eduardo Antônio Lucho Ferrão QUESTÃO DE RESPEITO A MATTER OF RESPECT	298
José Maria da Costa A LEI? ORA, A LEI! THE LAW? WELL, THE LAW!	262	Claudia David e Michael Cunha LIBERDADE DE EXPRESSÃO FREEDOM OF EXPRESSION	302
Ana Flávia Magno Sandoval A SEPARAÇÃO DOS PODERES NA REPÚBLICA DO BRASIL THE SEPARATION OF POWERS IN THE REPUBLIC OF BRAZIL	266	Gamil Föppel El Hireche A CRIMINALIZAÇÃO À VIOLAÇÃO DAS PRERROGATIVAS DOS ADVOGADOS: UMA VITÓRIA DE PIRRO? THE CRIMINALIZATION OF LAWYERS PREROGATIVES VIOLATION: A VICTORY OF PYRRHUS?	306
Ana Paula Caodaglio “A PALAVRA É MEU DOMÍNIO SOBRE O MUNDO” – CLARICE LISPECTOR “THE WORD IS MY DOMINIUM OVER THE WORLD” – CLARICE LISPECTOR	270	Marcelo Leonardo e Sérgio Leonardo DELAÇÃO PREMIADA. IMPUNIDADE SELETIVA. PLEA BARGAINING. SELECTIVE IMPUNITY.	310
Tales Castelo Branco e Fernando Castelo Branco A DEFESA: ESSA INSTITUIÇÃO TÃO MAL COMPREENDIDA DEFENSE: SUCH A MISUNDERSTOOD INSTITUTION	274	Alexandre Parra de Siqueira LIMITES DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LIMITS IN TAX PLANNING	314
Dyogo Crosara O DIREITO E O PÊNDULO THE LAW AND THE PENDULUM	278	Roberto Rosas ADVOCACIA NOS TRIBUNAIS: STF/STJ LAW PRACTICE IN COURTS: FEDERAL SUPREME COURT AND SUPERIOR COURT OF JUSTICE (STF/STJ)	318
Luiz Flávio Borges D’Urso O SAGRADO DIREITO DE DEFESA THE SACRED RIGHT OF DEFENSE	282	Geraldo Soares de Oliveira Junior OS PRIVILÉGIOS DO ESTADO EM MATÉRIA FISCAL THE PRIVILEGES OF THE STATE IN TAX MATTERS	322
Davi Gebara Neto A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NO DIREITO PENAL THE IMPORTANCE OF THE ACCOUNTING EXPERT REPORT IN CRIMINAL LAW	286	José Carlos Tinoco Soares COMEÇO E CONCEITO BEGINNING AND CONCEPT	326
David Rechulski CORRUPÇÃO NO BRASIL, UMA MOEDA DE 3 FACES CORRUPTION IN BRAZIL, A CURRENCY WITH THREE SIDES	290		



Ives Gandra da Silva Martins

AS 3 INSTITUIÇÕES DO DIREITO E A JUSTIÇA

O protagonismo do Ministério Público, a partir da denominada “Operação Lava Jato”, na busca legítima do combate à corrupção, tem dificultado a análise serena dos acontecimentos, por excesso de gestos cinematográficos e julgamentos precipitados. A espetacularização de suas manifestações é uma tentativa pouco recomendável, para um poder técnico, de obter apoio popular às suas ações, objetivando, a partir da opinião pública, pressionar o Judiciário.

Ainda que tenham a intenção de investigar e informar sobre os fatos, as redes sociais respondem, emocionalmente, à fantástica exibição televisiva de suas declarações e aos constantes vazamentos de informações privilegiadas, algo que se enquadra como crime, no art. 325 do CP. Com essa atitude, mobilizam a população a participar de protestos nas ruas e por meios eletrônicos, lembrando-se que, em matéria técnica, o povo não é especialista e reage por impulso e não pela razão. A ignorância, em verdade, é a homenagem que o povo presta ao populismo.

O advogado é um aplicador do Direito, mas não é o seu criador. É o conhecedor da lei, mas não seu inspirador. É o profissional que dá estabilidade à aplicação da ordem legal, mas não seu administrador.

Embora respeite os membros do “Parquet” na sua idoneidade e intenções, não aprovo sua conduta populista, a falta de investigação quanto aos vazamentos seletivos, suas declarações bombásticas e espetaculosas. Tanto a advocacia, como o MP, por serem funções essenciais à administração da Justiça, devem comportar-se com a serenidade dos poderes técnicos, e não como artistas endeusados de televisão.

A busca de poderes superiores aos que a Constituição lhes outorga, tem feito, inclusive, com reticência injustificável do Poder Judiciário, que avancem nas competências exclusivas dos delegados de polícia para presidir os inquéritos policiais, como Polícia Judiciária que são. O MP não é polícia judiciária e o art. 144 § 4º da CF/88 o exclui desta função, podendo, no máximo, fiscalizar a atuação da polícia, como de resto de todos os poderes. NÃO PODE, entretanto, SUBSTITUI-LA EM SUAS FUNÇÕES. TAIS PRERROGATIVAS AUTO-OUTORGADAS NÃO ESTÃO NA LEI SUPREMA.

Ora, numa democracia, como já escrevi, a Advocacia representa o direito maior da sociedade: a garantia do exercício do direito de defesa, algo inexistente nas ditaduras, quando o Poder está em jogo. Se a sociedade fizesse justiça com as próprias mãos, teríamos profusão de linchamentos públicos, lembrando-se que o pior período da Revolução Francesa – a Era do Terror robespieriana – ocorreu quando os tribunais judiciais foram substituídos pelos tribunais populares. Jamais a França conheceu um banho de sangue tão grande.

Por nunca ter querido deixar de advogar, nunca aceitei deixar de exercer minha vocação de defesa da cidadania, consciente de que o advogado defende não só os seus clientes, mas também as instituições – atuando, neste campo, sempre “pro bono”, pois é algo inerente à sua profissão.

Neste ponto, cabe uma pequena, mas importante distinção entre o advogado e o jurista.

O jurista é, por excelência, o doutrinador de Direito. É o produtor da Ciência que permite orientar a conformação jurídica dos povos.

O advogado, todavia, não é jurista. É um defensor que faz da lei o instrumento de defesa de seu constituente. Seu compromisso

é menos com a doutrina e mais com a obtenção de resultado que melhor satisfaça o interesse de seu cliente. Nem por isto lhe é dado transigir, adulterando o sentido da lei ou a prova, na busca de resultados que o ordenamento jurídico não permita. Sua habilidade está em potencializar a lei e o processo a favor de seu cliente.

Sendo assim, o advogado é um aplicador do Direito, mas não é o seu criador. É o conhecedor da lei, mas não seu inspirador. É o profissional que dá estabilidade à aplicação da ordem legal, mas não seu administrador.

Já o jurista é um produtor de Ciência, pois deve orientar a melhor interpretação do Direito, conformar os alicerces de sua produção e colaborar com os legisladores positivos e negativos, que são as Casas Legislativas e os magistrados. O jurista é, portanto, um autêntico inspirador do Direito.

Não pode ficar adstrito a um conhecimento limitado à própria técnica produtora da norma, mas deve ter uma visão mais abrangente. É o instrumentalizador de todas as ciências sociais, no plano jurídico. Deve ostentar cultura humanística que lhe permita descortinar, no Direito positivo, o Direito Universal e Intertemporal. Deve ser, pois, historiador, filósofo, economista, sociólogo, mestre em ciências antecipatórias, psicólogo, sobre não desconhecer rudimentos das Ciências Exatas.

O Direito, em verdade, é a Ciência Universal, por excelência. Abrange todas elas. Dá-lhes a dimensão desejada por um povo, em um determinado território, na conformação do ordenamento positivo.

Está, pois, o jurista na essência e na base do processo produtivo e aplicacional do Direito, em profunda colaboração com aqueles que têm a missão – sem serem, muitas vezes, especialistas na matéria – de produzir o Direito.

Faço tais considerações por entender que, para criar uma sociedade em que impere a segurança jurídica, é necessário que, em havendo conflitos de lei e de convivência, sejam solucionados com a participação das três instituições, agindo com ética, conhecimento profundo de suas competências e de seus limites, serenidade e consciência. Justiça não se faz com espetáculos, mas com bom senso, exame pormenorizado dos fatos e sua subordinação às leis.

The role of the Prosecution Office, from the so-called “Operação Lava Jato” (car wash operation), in legitimate pursuit against corruption, has made the serene analysis of the events difficult due to excessive cinematic movements and hasty judgments. The spectacle performed through their manifestations is an unsuitable attempt for a technical power to get popular support to their actions aiming to press the Judiciary using the public opinion.

Despite having the intention to investigate and inform about the facts, social media emotionally respond to the fantastic televising of their statements and to constant leaks of privileged information – something that fits as crime under art. 325 of the Penal Code. With such attitude they mobilize the population to take part in protests both on the streets and electronically – remind the people are not specialized in technical matter, and reacts by impulse and not by reason. Ignorance is, in fact, the tribute paid to populism by the people.

Although I respect the members of the Prosecution Office in their competence and intentions, I do not approve their popular behavior, the lack of investigations as to selective leaks, their bombastic and dramatic statements. Because both lawyers and the Prosecution Office are essential functions to Justice administration, they should behave with the serenity of the technical powers and not like TV deified celebrities.

The search for powers greater than the ones granted by the Constitution has even made them advance – with unjustifiable reticence of the Judiciary Branch – towards jurisdictions reserved to police chiefs to run investigations, as the Judiciary Police they are. The Prosecution Office is not the judiciary police and art. 144 paragraph 4 of CF/88 precludes them from this position, allowing them, at the most, to monitor the police action, just like the rest of the powers. Nevertheless, **THEY CANNOT REPLACE THEM IN THEIR FUNCTIONS. THESE SELF-GRANTED PREROGATIVES ARE NOT STATED IN THE SUPREME LAW.**

Now, in a democracy, as I’ve written before, lawyers represent the highest right of society: the guarantee of the right of defense, something inexistent in dictatorships, when the Power is at stake. If society were to do justice with their own hands, we would have plenty of public lynching, remembering that the worst period of the French Revolution – the Robespierian Age of Terror – took place when justice courts were replaced by popular courts. France has never experienced such an enormous bloodbath.

Because I’ve never wanted to stop advocating, I have never accepted to stop exercising my vocation to defend citizenship, aware that a lawyer not only defends their clients but also institutions

Ives Gandra da Silva Martins THE THREE BRANCHES OF LAW AND THE JUSTICE

– always acting, in this field, on a “pro bono” basis, since this is inherent to their profession.

At this point, a small yet important distinction between the lawyer and the jurist is noteworthy.

The jurist, par excellence, represents the legal scholarship. They produce the science that allows the guidance of legal conformation of the peoples.

Yet a lawyer is not a jurist. They are defenders who turn law into a defense tool of their constituent. Their commitment is less linked to legal opinions and more with obtaining a result that best satisfies their client’s interest. However compromise is not provided, by adulterating the sense of law or the evidence, in search of results the legal system does not allow. Their ability is to empower both the law and the process in favor of their client.

Thus a lawyer is an enforcer of the Law, but not its creator. They know the law, but do not inspire it. They are the professionals who provide stability in enforcing the legal order, but not their administrator.

Yet jurists are science producers, for they should guide the best interpretation of the Law, conform their production pillars and cooperate with both positive and negative legislators, which are the Legislative Houses and judges. A jurist if therefore an authentic inspirer of Law.

They cannot be attached to knowledge limited to their own rule production technique but should have a more comprehensive view. They instrument all social sciences in the legal field. They should display human culture enabling them to unveil the Universal and Intertemporal Law, within the positive Law. They should, thus, be historian, philosopher, economist, sociologist, master of anticipatory sciences, psychologist, about not ignoring the rudiments of the Exact Sciences.

Law is, in fact, the Universal Science par excellence. It encompasses all of them. It gives them the dimension aimed by the people, in a certain territory, in the positive legal system conformation.

The jurist is in the essence and basis of the productive and enforcing process of Law, in strict collaboration with those having the mission of producing Law, in spite of, many times, not being specialists in this subject.

I am stating these considerations since I understand that, in order to create a society in which legal security rules, it is necessary that in case of law and life conflicts these are to be resolved with the participation of the three powers, acting ethically, with deep knowledge of their jurisdictions and limits, serenity and awareness. Justice is not performed with shows, but with good sense, detailed assessment of facts and subordination to the laws.



Manuel Alceu Affonso Ferreira

TEMPOS BICUDOS

Sou velho na idade e antigo na advocacia militante. Nasci em 1943, formei-me em 1967 e detenho, na OAB, um quase paleolítico número de inscrição. Nos escritórios pelos quais passei tive, como orientadores, juristas de primeiríssima grandeza, entre os quais Vicente Ráo, José Frederico Marques, Waldemar Mariz de Oliveira Jr. e Ovídio Rocha Barros Sandoval.

Fui privilegiado por companheiros que não afastavam, dos procuratórios realizados, os dons da cultura ecumênica, da gula literária, do conhecimento histórico e da sensibilidade social. De todos, sem exceção, vieram-me generosas lições de dignidade, talento, respeito, solidariedade e compaixão humana. De alguns, que infelizmente a Providência levou (José Saulo Ramos e Carlos Augusto Ramos Schubert, por exemplos), preservo doídas nostalgias.

Graças à ignorância e ao despreparo que não causam mossa a certos abrutalhados apedeutas, a civilidade, o idioma e o estilo são soterrados. Entre si os advogados desse tipo se distanciam, passam a ser inimigos, enquanto alguns isolados magistrados, seduzidos pela comodidade do glacial processo eletrônico, erguem barreiras à aproximação verbal tentada pelos patronos.

Confesso-me um empedernido romântico que, nas lições forenses e nos debates jurídicos, tenta sobreviver nestes tempos de desdém ao vernáculo e a tudo quanto não for a visão míope das leis, ou a óptica estrábica dos comandos isolados. Nisso ortodoxo, sou da época em que os juízes e agentes do Ministério Público apenas dissertavam nas laudas dos autos, ou nos votos proferidos nas sessões dos tribunais. Nunca nas páginas dos jornais, ou nos horários da televisão.

A mesma exata época em que, antes de lançar o arrazoado defensivo, visando a evitar inevitáveis troças e caçadas, o advogado revia o texto elaborado, pacientemente conferindo, nos dicionários e manuais, a exatidão das palavras e a concordância verbal, a par de investigar, nas fontes, o acerto das citações doutrinárias e pretorianas.

Falo do período no qual a brevidade expositiva era cultivada como virtude, jamais cedendo espaço ao desperdício de uma ineficiente prolixidade, ou ao tédio do “corta e cola”, ambos desaguando em amazônicos e maçantes escritos feitos para não serem lidos por ninguém, muito menos pelo juiz da causa! Aliás, até mesmo nem sequer pelo enfatiado cliente assim entorpecido. Nos escritos, a chatice e a monotonia constituíam raridades.

Refiro-me às eras nas quais, sem prejuízo da elogiável combatividade, a relação cordial entre os adversários qualificava a profícua polêmica entre as teses contrapostas, sendo a grosseria postulatória uma deformidade sempre reprovada e, diversamente do que agora ocorre, vez por outra punida.

Hoje, com as bem-vindas ressalvas, boa parte das discussões nas audiências e nos tribunais afrontam tais parâmetros. Graças à ignorância e ao despreparo que não causam mossa a certos abrutalhados apedeutas, a civilidade, o idioma e o estilo são soterrados. Entre si os advogados desse tipo se distanciam, passam a ser inimigos, enquanto alguns isolados magistrados, seduzidos pela comodidade do glacial processo eletrônico, erguem barreiras à aproximação verbal tentada pelos patronos. Ou então, sem

nenhum constrangimento, de logo recusam as pretendidas visitas aos gabinetes judiciários. Ou ainda, quando as permitem, ouvem aos patronos com impaciência e irritação.

Na minha banca, porque os julgo essenciais ao bom exercício advocatício, insisto em incentivar o cuidado com a redação castiça, o permanente recurso aos repertórios de grafia e de sinonímia, a leitura dos clássicos, tupiniquins e peregrinos, a revisita crítica aos fatos históricos que marcaram a nacionalidade, o acompanhamento diário dos jornais e dos boletins profissionais, o apetite pelos temas políticos e econômicos, passados e presentes. Tudo, à evidência, sem nenhum despreço, no exame analítico de cada caso, às obras especializadas dos autores e comentaristas dotados de reconhecidas forças.

Teimo ademais, até com azucrinante obstinação, em que nas situações de eventual dúvida ética, seja a mesma minuciosamente debatida com o conjunto dos advogados e estagiários, a partir daí extraindo-se, consensualmente, a solução que pareça ser a mais adequada à superação da incerteza deontológica.

Foi esse o aprendizado que recebi e quero ver obedecido. Jamais por mero e tirânico voluntarismo, mas porquanto essa, nenhuma outra, é a advocacia que a minha formação ditou e a saudável tradição consolidou. As clientelas numericamente avantajadas e as vitórias a todo custo não me atraem, como tampouco cativam à legião de muitos outros sonhadores, estes mais doutos e credenciados que, espalhados de norte a sul, postulam e impetram, acusam e defendem.

Em suma, os vigentes “tempos bicudos” – cuja realidade é incontestável – não me desanimam, nem me fazem perder a fé no tipo de Advocacia e de Judiciário que reputo paradigmáticos. Antes pelo contrário, acalentado pelo superior exemplo de colegas com os quais honrosa e prazerosamente convivo, e de notáveis julgadores que conheço, e a cada dia mais admiro, a deplorável conjuntura do presente desperta-me a esperança na melhora e, por isso, a renovada confiança no futuro.

I’m both old in age and in working with law. I was born in 1943, graduated in 1967 and, my bar number goes back to the Paleolithic age. I worked with jurist masters of the highest degree in all the law firms I have passed through: professors Vicente Ráo, José Frederico Marques and Waldemar Mariz de Oliveira Jr.

I’ve been privileged to have colleagues who would not keep off the ecumenic culture gifts, the literary greediness, historic knowledge, and social sensitivity from procuratory performance. All, with no exception, provided me with generous lessons of dignity, talent, respect, and solidarity. Of others, unfortunately taken by the Providence (José Saulo Ramos and Carlos Augusto Schubert, for instance), I painfully keep nostalgic memories.

I confess I am a hardened romantic who, in the forensic arena and legal debates, tries to survive these times of disdain to our vernacular and to all that is not the short-sighted view of the laws or the cross-eyed optic of isolated commands. An orthodox, I come from times when judges and workers at the Public Prosecution Office would only discourse on actions pages or on the votes given on courts’ sessions. Times in which they would never discourse on newspapers’ pages or TV news.

The same time in which, in order to file a defense, careful not to be mocked or scoffed, a lawyer would review the elaborated text, patiently checking the precision of words and verbal concordance on dictionaries and manuals, so to investigate the correctness of doctrinaire and Praetorian quotes at their original sources.

I speak of a time when expositive briefness was considered a virtue, never making room to waste an inefficient prolixity or to the tedious “copy + paste”, both ending up in boring and never-ending writings made to be read by nobody – let alone by the cause’s judge! By the way, not even by the, now, numb client...

I make reference to times when, with no damage to a praiseworthy combativeness, the cordial relationship between adversaries would qualify the profitable polemic between the overlapping theses, having the postulating rudeness form an always disapproved deformity and, differently from what takes place now, punished only once in a while.

Nowadays, with welcoming exceptions, great part of discussions in hearings and courts challenge these parameters. Thanks

Manuel Alceu Affonso Ferreira DIFFICULT TIMES

to ignorance and unpreparedness which impacts a few brutish illiterates with no moral impression, civility, language and style are being buried. Among themselves, lawyers of this kind drift away from each other, become enemies, while some isolated magistrates, seduced by the glacial comfort of the electronic process, build barriers against the verbal approach attempted by advocates; or, with no embarrassment at all, simply refuse to visit judiciary cabinets – or, when they do, hear these advocates with clear impatience and annoyance.

In my firm, because I consider them crucial for good lawyering, I insist on the concern for a good quality wording, for permanent resource to spelling and synonymy, on reading the classic works, both local and foreign, on the critical revisiting of historic facts that marked nationality, on following newspapers on a daily basis, on the appetite for political and economic matters, both past and present. All of this, while analytically examining every case, clearly not disregarding specialized works of authors and commentators, gifted with renowned strengths.

Moreover, I persist, even with importunate obstinacy, that in cases of any possible ethical doubt this must be thoroughly debated with the group of lawyers and interns, therefore consensually extracting the solution that appears to be more adequate to overcome the deontological uncertainty.

This is my legacy in learning and that I want to be obeyed. Never for mere and tyrannous volunteering, but this, and no other, is the law practice my education has ordered and that healthy tradition has consolidated. Numerically outreaching clientele and victories at any cost are not appealing to me, nor do they captivate other legions of many dreamers, these ones more versed and qualified, who, spread across the north and south, claim and file, charge and defend.

In short, current “difficult times”, whose reality is indisputable, do not discourage me nor make me lose faith in the kind of Lawyering and Judiciary I consider paradigmatic. On the contrary, comforted by the superior example of colleagues I honorably and pleasantly live with, and noteworthy judges I know and increasingly admire, the regrettable conjuncture of current days fills me with hope for an improvement and, thus, trust in the future.



José Maria da Costa **A LEI? ORA, A LEI!**

Nas últimas décadas, jovens graduados em nossas faculdades de Direito saíram do País para completar sua formação em cursos de pós-graduação no exterior. Ao retornarem, com o tempo, uns dentre eles substituíram os antigos mestres de nossas universidades, e outros se tornaram magistrados de todas as esferas e instâncias. No exercício das novas funções, passaram a lecionar e a aplicar os conhecimentos hauridos nas universidades estrangeiras, mas agora visando à realidade do ordenamento jurídico brasileiro.

E nesse quadro – seja por anseio de novidade, seja por premeditação iconoclasta, seja por deliberada ideologia, seja pela utilização de institutos incompatíveis com nosso sistema, seja, ainda, pelo equívoco de aplicar em um país de direito escrito e de *civil Law* os princípios e as regras atinentes ao direito costumeiro e à *common Law* – acaba essa nova geração de juristas por baralhar sistemas imiscíveis, em confusão conceitual e metodológica que em nada contribui para o aperfeiçoamento e para o progresso do ordenamento jurídico pátrio.

Por isso, mais do que nunca, é chegada a hora de acordar e ver que o direito moderno, como premissa inicial, é racional e clama por um horizonte de comportamentos previsíveis e calculáveis por parte do intérprete e do aplicador da Lei; é preciso ver que as decisões do Poder Judiciário, nessa esteira, devem gerar segurança e certeza, com vistas à paz social...

Esquecem-se, nesse mister, de que, em ordenamentos de legislação não escrita, princípios ganham contornos com características próprias, aqui não aplicáveis; e se deslembam de que algumas dessas novas regras que pretendem aplicar ao nosso ordenamento advêm de paragens onde, por exemplo, há juízes administrativos (que julgam pela jurisprudência) e juízes judiciais (vinculados à aplicação da lei), em estruturas que não se amoldam ao nosso sistema.

E vários dos atuais mestres de Direito em nosso País, influenciados por esses ventos, embora caleçados no trato com as coisas do mundo jurídico, sem dar conta do abismo conceitual em que se metem e sem refletir no profundo relativismo axiológico em que se mergulham as bases do sistema, ainda aplaudem, por equivocadamente verem nessa atitude um positivo refinamento de visão do Direito, que permitiria ultrapassar as limitações do formalismo normativista.

Um dos resultados dessa indevida miscigenação conceitual é a principiologia, que se infiltra nos livros de nossa doutrina e medra pelos escaninhos de nosso Judiciário, pela qual simplesmente se nega vigência à norma regularmente aprovada pelo legislador e se afasta de aplicação a lei aprovada pelo Congresso Nacional, sem sequer se dar cumprimento ao requisito mínimo de justificadamente tê-la por inconstitucional. Ou seja: só por achar que, em seu modo de ver, a lei não confere solução justa ao caso concreto, o aplicador sumariamente a ignora e a substitui por decisão pretensamente respaldada por princípio jurídico pinçado a esmo, de incidência quase sempre duvidosa sobre o caso concreto.

Com isso, desdenha o julgador, num primeiro aspecto, do art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, norma sabidamente de sobredireito, de cuja exegese se infere que, se existe lei, deve ela ser aplicada, e isso como decorrência de imposição funcional do sistema ao aplicador, a menos que este, de modo expresso e justificado, a tenha por inconstitucional. Despreza ele,

ademais, a regra do art. 4º do mesmo diploma, a determinar que um princípio geral de direito apenas tem lugar, quando não há lei específica que incida sobre o caso concreto, de modo que se veda sua pura e simples invocação, ao talante do intérprete ou do julgador, como mero elemento intercambiável e substitutivo de disposição legal expressa.

Não é preciso dizer que uma corrente como essa, além de nicho propício para ideologias das mais diversas e equivocadas, encontra terreno fértil na mente daqueles que – por motivos diversos, dentre os quais até mesmo a falta de proatividade ou de estudo para buscar solução dentro da lei – fermentam suas decisões ao largo do efetivamente jurídico. É sabido que a figura do bom juiz Paul Magnaud, da França do final do século XIX, com suas decisões *contra legem* a pretexto de justiça social, não fez carreira válida no Direito.

Por isso, mais do que nunca, é chegada a hora de acordar e ver que o direito moderno, como premissa inicial, é racional e clama por um horizonte de comportamentos previsíveis e calculáveis por parte do intérprete e do aplicador da Lei; é preciso ver que as decisões do Poder Judiciário, nessa esteira, devem gerar segurança e certeza, com vistas à paz social; que, na aplicação da lei aos casos concretos, não há como substituir a ética do Direito por qualquer outra que não seja a ética da legalidade; que, nessa tarefa, embora a aplicação da lei não implique mera subsunção, o juiz cria o direito dentro da lei, em interpretação prática, e não fora dela nem a partir do nada, sob pena de indevidamente convolar-se em legislador; que, quando o aplicador da lei se deixa guiar por outras razões, que não as jurídicas, a lide degenera em loteria; que o sistema pátrio, como premissa mais direta, se embasa na lei escrita e no direito posto; que, nesse panorama, não é com o relaxamento com que se interpreta e se aplica o texto legal que se conseguirá a realização da verdadeira justiça.

Nesse quadro, por fim e em síntese, é preciso, mais do que nunca, acordar e ver que é urgente lutar em defesa do direito positivo.

In the last decades, young graduates of our law schools left the country to complete their training in postgraduate courses abroad. As they returned, over time, some of them replaced the old masters of our universities, and others became judges of all spheres and instances. In the exercise of the new functions, they began to teach and apply the knowledge learned in foreign universities, but now aiming at the reality of the Brazilian legal system.

And in this context – either by yearning for novelty, or by iconoclastic premeditation, or by deliberate ideology, or by the use of institutes incompatible with our system, or even by the misconception of applying the principles and the rules pertaining to customary law and common law in a country of written law and civil Law – this new generation of jurists ends up shuffling immiscible systems, in conceptual and methodological confusion that, in no way, contributes to the improvement and progress of the legal order of the country.

In this sense, they forget that in legal systems of non-written legislation, principles have contours with their own characteristics, not applicable here; and disregard that some of these new rules that they intend to apply to our system come from places where, for example, there are administrative judges (judging by case law) and judicial judges (linked to law enforcement), in structures that do not conform to our system.

And several of the current masters of Law in our country, influenced by these winds, although experienced in dealing with the issues of the legal world, without considering the conceptual abyss in which they are placed and without reflecting on the deep axiological relativism in which the bases of the system are plunged into, still applaud, for mistakenly seeing, in this attitude, a positive refinement of the vision of law, that would allow them to overcome the limitations of normative formalism.

One of the results of this conceptual miscigenation is principiologia, which infiltrates the books of our doctrine and thrives in the bins of our Judiciary, by which one simply denies validity to the norm regularly approved by the legislator and moves away from applying the law approved by the National Congress, without even complying with the minimum requirement of justifiably taking it for unconstitutional, that is to say: only because we think that, in its view, the law does not give a fair solution to the facts of the case, the applicator summarily ignores it and replaces it by a decision allegedly backed up by a legal principle stuck at random, with an almost always dubious incidence on the facts of the case.

José Maria da Costa THE LAW? WELL, THE LAW!

In this way, in a first aspect, the judge disdains art. 5 of the Law of Introduction to the Norms of Brazilian Law, a rule known as overriding law, from the interpretation of which it is inferred that, if there is a law, it must be applied, and this as a result of the functional imposition of the system to the applicator, unless they, expressly and justifiably, consider it as unconstitutional. They further disdain the rule of article 4 of the same law, that states that a general principle of law only takes place when there is no specific law affecting the facts of the case, so that its pure and simple invocation is closed at the interpreter or the judge's will as a mere interchangeable and substitute element of an express legal provision.

Needless to say, a chain like this, besides a niche conducive to the most diverse and misguided ideologies, finds fertile ground in the minds of those who – for various reasons, among which even the lack of proactivity or study to seek a solution within of the law – ferment their decisions in the offering of the effectively legal. It is well known that the figure of the good judge Paul Magnaud of France of the late nineteenth century, with his decisions against the law on the pretext of social justice, did not make a valid career in law.

Therefore, more than ever, it is time to wake up and see that modern law, as an initial premise, is rational and calls for a horizon of predictable and calculable behavior from the interpreter and the applicator of the Law; it is necessary to see that the decisions of the Judiciary, in this wake, should generate security and certainty, with a view to social peace; that in applying the law to the facts of the cases, there is no way to substitute the ethics of law for anything other than the ethics of legality; that, in this task, although the application of the law does not imply mere subsumption, the judge creates the law within the law, in practical interpretation, and neither out of it nor out of nothing, under penalty of unduly transforming itself into a legislator; that when the applicator of the law is guided by reasons other than legal reasons, the dispute degenerates into a lottery; that the country's system, as the most direct premise, is based on the written law and on the set law; that, in this scenario, it is not with the relaxation with which the legal text is interpreted and applied that the achievement of true justice will be achieved.

In this context, finally and in summary, it is necessary, more than ever, to agree and see that it is urgent to fight in defense of positive law.

JOSÉ MARIA DA COSTA. Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP. Bacharel em Direito, Letras e Pedagogia. Magistrado aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ex-Professor de Direito Civil da Universidade de Ribeirão Preto. Ex-Professor da Escola Paulista da Magistratura do TJSP. Ex-Professor da Escola Superior da Advocacia da OAB/SP. Ex-Professor de Língua Latina. Ex-Professor de Português do Curso Anglo-Latino, em São Paulo. Ex-Diretor da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. É Diretor do IMB – Instituto dos Magistrados do Brasil. É membro da Academia Ribeirão-Pretana de Letras Jurídicas. Escreve semanalmente a coluna “Gramatigalhas” no jornal eletrônico “Migalhas”, onde soluciona dúvidas de Português dos leitores. Como “Professor Gramatigalhas”, desenvolveu o “Manual de Redação Jurídica”. Tem dezenas de livros e artigos escritos. Também tem canções gravadas em diversos CDs.



Ana Flávia Magno Sandoval

A SEPARAÇÃO DOS PODERES NA REPÚBLICA DO BRASIL

A Teoria da Divisão de Poderes foi consagrada pelo filósofo francês Montesquieu, na obra: O Espírito das Leis, baseada no Segundo Tratado do Governo Civil, do contratualista John Locke, e nos escritos Políticos de Aristóteles. As teorias sobre a criação do Estado começam a surgir entre os séculos XVI ao XVIII, visando explicar como ocorreu a sua criação, o comportamento da sociedade antes, e quando os indivíduos sentiram esta necessidade.

Os filósofos contratualistas partem da premissa de que o Estado foi criado através do contrato social firmado entre indivíduos da mesma sociedade. Dentre os filósofos mais conhecidos desta corrente estão Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau. John Locke, no Segundo Tratado do Governo Civil, descreve os homens no estado de natureza vivendo em relativa paz, harmonia, e dotados de razão e propriedade, que para o autor significava: vida, liberdade e bens, incluindo-se bens móveis adquiridos. O estado de guerra se dá a partir do momento em que há violação da propriedade privada, fazendo-se necessário a criação do contrato social, “**contrato de consentimento**”, cuja principal finalidade era proteger a propriedade privada e preservar os direitos que cada um possuía no estado de natureza.

Se o povo brasileiro não quer retornar aos estados mais primitivos da ditadura, deve atuar com urgência para que seja restabelecido o balanceamento dos três Poderes da República e da dicotomia: relevância da função versus limitação de poder

Formado o estado civil através do contrato é necessária a escolha da forma de governo, instituída por voto majoritário visando àquela que melhor se adequa aos indivíduos, devendo ser designado o poder legislativo, o executivo e o federativo, que segundo o filósofo, serão subordinados ao primeiro poder. Se o executivo e o federativo violam a lei e colocam a propriedade privada em risco, torna-se um governo tirânico. E a consequência é o retorno ao estado de guerra, que atribui aos cidadãos o direito de resistência, e de rebelarem-se por meio da força contra o estado civil.

Os escritos Políticos de Aristóteles que inspiraram Montesquieu, são oito obras sobre a Política. Segundo Aristóteles, o principal assunto da Política é a ciência da felicidade humana. São abordados temas como a composição da cidade, a escravidão, a família, riquezas, além de analisar as constituições de outras cidades-estado gregas, seus regimes políticos, e classificação de acordo com o número de indivíduos que participam nas decisões do governo.

Baseado nestas filosofias, Montesquieu, filósofo do século XVIII, desenvolve o conceito da Tripartição dos Poderes referindo-se ao modo de governo do Estado, dividindo os Poderes do governo em: Poder legislativo, executivo e judiciário, devendo ser harmônicos e independentes entre si, mantendo cada qual a sua unidade, indivisibilidade e indelegabilidade.

A CF/88 legitima a Tripartição dos Poderes, em seu artigo 2º, e ao tratar sobre a Administração Pública, prevê no artigo 37, que os atos da administração pública, em todas as suas esferas, obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. As normas Constitucionais, e as leis, estabelecem uma estrutura governamental que visam balancear a dicotomia: relevância da função versus limitação de poder. De todas as Teorias Políticas desenvolvidas para amenizar esta dicotomia, a da Separação dos Poderes é a mais significativa, tornando-se parte da estrutura do Estado Democrático de Direito, e requisito para legitimação dos regimes políticos.

Sob perspectiva histórica, o absolutismo e a desconfiança nos magistrados do Rei, originaram a dogmatização do Princípio da Separação dos Poderes. E sob uma visão funcionalista, cada ramo do governo deve ficar adstrito ao exercício do poder que lhe foi explicitamente conferido pela CF, sendo este o modo mais coerente com a natureza do governo constitucional moderno.

Vive-se no Estado brasileiro, um processo jurídico-político e social, já acelerado na Venezuela, que nasce em decorrência do desequilíbrio entre os Poderes da República, somados à miséria decorrente da corrupção estatal tirânica. Assim como na Venezuela, o Poder Judiciário brasileiro, notadamente, sobrepõe-se aos demais

Poderes da República, deslegitimando o Estado Democrático de Direito e a ordem político nacional.

Decisões judiciais injurídicas e contrárias à CF são livremente proferidas não apenas na primeira instância, legitimando a interferência na vida privada dos indivíduos, arbitrária e em violenta afronta aos direitos e garantias individuais resguardados pela CF/88. Entendimentos jurisprudenciais contrários às leis, súmulas, que alteram a CF, inclusive as competências originárias atribuídas Constitucionalmente ao Supremo Tribunal Federal.

Academicamente, são divulgadas teorias sociais que visam legitimar a alteração da CF, através de ‘fatos sociais’, a exemplo da opinião majoritária de membros do Judiciário. Em que pese a sua importância, nos termos Constitucionais, não são suficientes para a alteração da CF/88, e cujos atos devem estar pautados na legalidade, conforme preceitua a Carta Republicana, e também, o próprio Estatuto da Magistratura.

Inexiste na atualidade um contrapeso que force o Judiciário a observância das leis e da CF. Os meios de responsabilização civil por ilícitos praticados, são meios judicializados, e que são rechaçados *in totum* pelos seus pares, resultando na concentração de Poderes sobre membros de um só Poder, deslegitimando além do processo democrático, o regime político, em decorrência do abuso de poder, instaurando-se na sociedade a insegurança, a violação de direitos humanos, que são os verdadeiros objetivos da CF/88 e a verdadeira razão de ser do Estado.

Internacionalmente, a Organização dos Estados Americanos e o Mercosul, reuniram-se em emergência para tratar sobre a Venezuela, onde documentos assinados não tem validade, pessoas físicas não têm livre acesso à internet e aos meios de Comunicação, onde a iniciativa privada é retaliada, e os meios de produção pertencem unicamente ao Estado, onde o produto do trabalho privado é distribuído como coisa pública, e a opinião é livre, desde que concorde com os termos impostos pela Nova Constituição ditatorial.

Foram impostas sanções ao país como forma de coagir o Estado Venezuelano ao restabelecimento da ordem, uma vez que foi denunciado oficialmente pela própria Procuradoria, como ruptura da ordem constitucional, a decisão do Supremo em assumir os poderes do Legislativo, e tudo camuflado sob ditames da democracia e dos direitos fundamentais.

Se o povo brasileiro não quer retornar aos estados mais primitivos da ditadura, deve atuar com urgência para que seja restabelecido o balanceamento dos três Poderes da República e da dicotomia: relevância da função *versus* limitação de poder, uma vez que em um Estado como o Brasil, um ledor engano, causa grandes estragos, e graves retrocessos.

The Theory of the Division of Powers was consecrated by French philosopher Montesquieu, in the work: The Spirit of the Laws, based on the Second Treatise on Civil Government, by contractarian John Locke, and in the work Politics by Aristotle.

Theories about the creation of the state begin to emerge between the sixteenth and the eighteenth centuries seeking to explain how this creation occurred, society’s behavior before it and when people felt this need.

Contractarian philosophers start from the premise that the state was created through the social contract between individuals of the same society. Among the best known of this current are philosophers Thomas Hobbes, John Locke and Jean Jacques Rousseau. John Locke, in his Second Treatise on Civil Government, describes men in the state of nature living in relative peace, harmony, and endowed with reason and property, which for the author meant: Life, liberty and property, including acquired movable property. The state of war occurs from the moment there is violation of private property, requiring the need to create the social contract, a “consent agreement” whose main purpose was to protect private property and preserve the rights that each had in the state of nature.

Once the civil state is formed by means of the contract, there is the need to choose a form of government, instituted by a majority vote, thus requiring the designation of the legislative, executive and federative branches which, according to the philosopher, should be subordinated to the first branch. If the executive and the federative branches breach the law, risking the private property, then it becomes a tyrannical government. And the consequence is the return to the state of war, which gives the citizens the right of resistance and to rebellion using force against the civil state.

Aristotle’s Politics, which inspired Montesquieu, is composed by eight works on Politics. According to Aristotle, the main subject of Politics is the science of human happiness. Topics such as the formation of cities, slavery, family, and wealth are addressed, in addition to analyzing the constitutions of other Greek state-cities, their political regimes, and ranking according to the number of individuals participating of government decisions.

Based on these philosophies, Montesquieu, a philosopher of the eighteenth century, developed the concept of the tripartite division of powers referring to the kind of state government, dividing the government into legislative, executive and judiciary branches, which should be harmonic and independent among each other, each keeping its unity, indivisibility and non-delegable.

The Federal Constitution of 1988 legitimates the Tripartite of Powers in its article 2 and, while addressing the Public Administration, provides in article 37 that the government’s acts, in all its spheres, shall comply with the principles of legality, impersonality, morality, publicity, and efficiency, among others. Constitutional rules and the laws establish a governmental structure that aims at balancing dichotomy: relevance of function vs. limitation of power. Of all the political theories developed to mitigate this dichotomy, the Separation of Powers is the most significant, becoming part of the Democratic State of Law structure and a requirement for legitimization of political regimes.

In a historical perspective, absolutism and mistrust in the King’s magistrates led to the dogma of the principle of Separation of Powers. And under a functionalist view, each government branch should be tied to the exercise of power explicitly conferred to it by the Federal Constitution, which is the most consistent mode with the nature of modern constitutional government.

Ana Flávia Magno Sandoval

THE SEPARATION OF POWERS IN THE REPUBLIC OF BRAZIL

In Brazil, we are facing a legal-political and social process, already advanced in Venezuela, which originates due to the unbalance among the Republic’s Branches, added to the misery resulting from tyrannical state corruption. As in Venezuela, the Brazilian Judiciary Branch notably overlaps the other Branches of the Republic, removing the legitimacy of the Democratic State of Law and the national political order.

Non-legal judicial decisions, contrary to the Constitution, are freely made not only in the first instance, legitimizing the interference in individuals’ private life, arbitrary, and in violent affront to the individuals’ rights and guarantees safeguarded by the Federal Constitution of 1988. Jurisprudential understandings contrary to the laws, precedents, that alter the Constitution, including original jurisprudences constitutionally assigned to the Federal Supreme Court.

Academically, social theories are disclosed aiming at legitimating the Constitutional amendments through “social facts”, like the majority opinion of members of the Judiciary. Despite its importance, in Constitutional terms, they are not suffice to alter the 1988 Constitution, and whose actions shall be guided by the legality provided in accordance the Republican Charter, and also the very Statute of Judges.

Currently, there is no counterweight that forces the Judiciary to comply with the laws and the Federal Constitution. Means of civil liability for committed offenses are judicialized means, which are fully rejected by their peers, thus resulting in the concentration of powers on members of one single Branch, delegitimizing beyond the democratic process, the political regime, as a result of abusing the power, establishing insecurity in society, and the violation of human rights, which are the true purposes of the 1988 Federal Constitution and the State’s true reason of existence.

Internationally, the Organization of American States and Mercosur met in emergency to discuss on Venezuela, where signed documents have no validity, individuals do not have free access to the Internet and communication means, where the private sector is retaliated against, and the means of production belong only to the state, where the private work product is distributed as a public good, and opinion is free, provided that one agrees to the terms imposed by the dictatorial New Constitution.

Sanctions have been imposed to the country as a way to coerce the Venezuelan State to reestablish the order, once it has been officially denounced by the Prosecution Office itself, as a rupture of the constitutional order, the decision of the Supreme Court in taking over the Legislative powers, and all camouflaged under dictates of democracy and fundamental rights.

If the Brazilian people do not want to return to the most primitive states of dictatorship, it must act urgently to restore the balance of the three branches of government and of the dichotomy: Relevance of function versus limitation of power, since in a country like Brazil – a clear mistake – it causes great damage and serious setbacks.



Ana Paula Caodaglio

“A PALAVRA É MEU DOMÍNIO SOBRE O MUNDO” – CLARICE LISPECTOR

Essa talvez seja uma das frases mais impactantes que li.

“A frase”, epíteto da perfeição.

A palavra já mudou o mundo, promoveu revoluções e guerras. Endeusou homens e derrubou reputações. Conscientizou gerações e disseminou, na mesma medida, o ódio entre essas gerações.

A palavra enaltece o espírito e enleva o ser humano ao limiar das lágrimas, de amor e de emoção. Mas a palavra fere e mata, lentamente, o mesmo amor, quando acrescida da fúria insana e da raiva momentânea.

Clarice sabia do que estava falando... foi mestre, quiçá doutora com PhD no uso das palavras.

E a palavra – essa mesma – é a ferramenta com a qual os advogados aprendem a trabalhar. Foi com ela, nos bancos es colares, que nos descortinaram todo um novel mundo, de leis, de filosofias, de direitos e obrigações.

Foi com ela que nos apresentamos em nossas primeiras petições, feitas e refeitas, até que um mero pedido de juntada ficasse apresentável.

Foi com ela que, apreensivos, enfrentamos nossas primeiras audiências, enquanto sorriamos para o cliente, como se não tivéssemos receio de errar na palavra.

Pela palavra, subimos trêmulos nas Tribunas, para debater com os mais sábios e experientes no seu uso, e triunfamos, descobrindo que a ferramenta nos vestia à perfeição.

A que ponto pode um direito ser resumido? Até onde pode a paixão da defesa ser indexada em itens? Quem poderá idealizar o número correto de caracteres que sejam suficientes para transmitir a importância e a angústia que aquela lide traz para nosso constituinte?

Com o passar dos anos, com o uso diário e constante, talvez, só talvez, tenhamos nos esquecido da sua importância...

Ou será que, a tal ponto estamos acostumados com seu uso, que a ferramenta nos parece gasta, e passamos a usá-la sem o carinho, sem o amor, sem a densidade que ela merece...

O desuso enferruja, a produção industrializada desmerece a palavra, que, solta ao vento, vai aos poucos perdendo a intensidade do voo.

E com a perda da intensidade, com a repetição do vernáculo a esmo, esmaece o sentido da palavra, trazendo ao leitor culto, mas incauto, a impressão de prolixidade.

Vejo a cada dia que passa, vetustas opiniões, movimentos por petições e sentenças limitadas, todas com ênfase na celeridade, pretendendo impor a brevidade, o resumo sintético justo a nós, Advogados, que, por definição, somos os mestres ferramenteiros da palavra.

E com tristeza, vejo jovens colegas pugnam pela concisão, pela descrição de fatos, seguida do pedido pretendido.

A que ponto pode um direito ser resumido? Até onde pode a paixão da defesa ser indexada em itens?

Quem poderá idealizar o número correto de caracteres que sejam suficientes para transmitir a importância e a angústia que aquela lide traz para nosso constituinte?

Ora bolas! Se da descrição do fato resultasse o direito, já teríamos nos buscadores da internet os mais graduados advogados e magistrados!

Não é da lavra legislativa, com a devida vênua, a construção, palavra a palavra, do molde da lei à importância da vida real.

Um processo, pequeno ou grande, simples ou complexo, não se impulsiona de ofício, mas da empunhadura do sabre do vernáculo com destreza, da defesa apaixonada dos *ex-adversos*.

Porque quanto maior for a habilidade dos esgrimistas, melhor e mais profunda será a decisão proferida. Podemos perder, mas ao fim do dia, ao término de uma petição ou ao fim da sustentação na tribuna, é a convicção da nossa palavra que nos conforta.

Porque são nas nossas mãos que a palavra adquire vida e sentido, somos nós quem incendiemos a fíria da letra da lei, com o calor e a vibração da realidade.

Cabe a nós esmiuçar os códigos, elaborar e traçar a linha tênue

entre a suposta certeza da norma abstrata e o caos concreto das ações e reações humanas.

A noção do poder e da força da nossa ferramenta apaga o cansaço da mesmice e a descrença na banalização do sistema. Fomos ensinados a entender, ouvir e usar a PALAVRA.

Não podemos jamais trair nossa formação, porque sem nós, a palavra é nada. Conosco, ela ganha contornos, sentido, inteligência.

Pois a nós foi concedido poder trabalhar com a arte e com a ciência, pois se ninguém discute que o Direito seja ciência, igualmente não há que se negar que a Advocacia seja uma arte.

E na nossa Arte não há palco demarcado, nem cortina. Ninguém escreveu as falas ou as revisou.

E mesmo assim, a partir do sonho vivido de uma ou de várias vidas alheias, criamos a atmosfera e costumamos ações aos fatos.

E o resultado há de ser – obrigatoriamente – arte transmutada em Direito, para que se culmine em uma preciosa colcha de renda da Justiça.

Isso porque, a nós foi permitido entender que nada é tão simples como certo e errado; e que essa ambiguidade é a mola propulsora do próprio saber.

A nós foi permitido fazer da palavra a compreensão da vida, dos mais recônditos anseios, da dicotomia natural do ser humano.

Mas igualmente nos é exigido o uso magistral dessa ferramenta, na defesa intransigente do Estado de Direito, na desmistificação midiática dos conceitos fashion, e tipo fastfood.

Se hoje nos tolhem a palavra, foi com Ela que socorremos a própria essência da Humanidade, ao longo dos séculos.

Serão sempre indissociáveis: a palavra e o advogado

Assim, para aqueles que pregam a redução das palavras, para aqueles que pensam que a função do advogado é apenas produzir um amontoado de frases, para aqueles que veem na Advocacia apenas um entrave no processo, meus sinceros e sentidos pêsames.

E um alerta: nossa arte-ciência, combinadas, não se calarão jamais, corporificadas pela enormidade da palavra, traduzindo-se em compreensão, em lealdade, em ética, em dignidade, em conhecimento.

A nossa palavra não acalantarás ódios e nem iniquidades; a nossa palavra servirá de esteio à razão e à liberdade. Essas são as nossas armas, esses são os nossos domínios.

This might be one of the most impacting phrases I've ever read.

"The phrase," an epithet of perfection.

The word has already changed the world, promoted revolutions and wars. It has deified men and overthrown reputations. It has made generations become conscious and has spread, in the same measure, hatred between these generations.

The word exalts the spirit and marvels the human being to the threshold of tears, love and emotion. But the word slowly hurts and kills the same love, when added by insane fury and momentary anger.

Clarice knew what she was talking about... She was a teacher, maybe a PhD in the use of words.

And the word – yes, this one – is the tool with which lawyers learn to work. It was with it, on school benches, that we discovered a whole new world, of laws, philosophies, rights and obligations.

It was with it that we have presented ourselves at our first petitions, drafted and redrafted, until a mere request for entering a docket was presentable.

It was with it that, apprehensively, we faced our first hearings, while smiling at the client, as if we were not afraid to make a mistake.

By the word, trembling, we have taken the steps to the Courts to debate with the wisest and most experienced ones in their use, and triumphed, discovering that the tool dressed us to perfection.

Over the years, with daily and constant use, perhaps, only perhaps, we have forgotten its importance...

Or is it that we are accustomed to its use to such an extent, that the tool seems worn to us, and we begin to use it without the affection, love, and the density it deserves... Disuse rusts, industrialized production devalues the word, which, let loose in the wind, gradually loses the intensity of the flight.

And with the loss of intensity, with the random repetition of the vernacular, the meaning of the word fades, giving the educated but incautious reader the feeling of prolixity.

I see with every passing day, ancient opinions, movements towards limited petitions and sentences, all with an emphasis on celerity, intending to impose brevity, the synthetic summary fair to us, Lawyers, who, by definition, are the master toolmakers of the word.

And sadly, I see young colleagues arguing for brevity, for the description of facts followed by the intended request. To what extent can a right be summarized? How far can the passion of defense be indexed in items? Who will be able to idealize the correct number of characters sufficient to convey the importance and anguish brought by that dispute to our constituent?

It's all nonsense! If the description of the fact could prove the right, we would already have the best lawyers and magistrates on the Internet search engines!

It is not up to legislative work, with due respect, to build,

Ana Paula Caodaglio "THE WORD IS MY DOMINIUM OVER THE WORLD" – CLARICE LISPECTOR

word by word, the mold of the law according to the importance of real life.

A process, whether small or large, simple or complex, is not driven from the art, but from the handle of the saber of the vernacular with dexterity, from the passionate defense of the opponents.

Because the greater the fencers' ability, the better and deeper the decision will be. We can lose, but at the end of the day, at the end of a petition or an argument in court, it is the conviction of our word that comforts us.

Because, in our hands, that a word acquires life and meaning, we are the ones who burn the coldness of the letter of the law, with the heat and the vibration of reality.

It is up to us to scrutinize the codes, to draw up and trace the fine line between the supposed certainty of the abstract norm and the concrete chaos of human actions and reactions.

The notion of the power and strength of our tool erases the fatigue of sameness and the disbelief in the system's trivialization. We were taught to understand, hear, and use the WORD.

We can never betray our education, because, without us, the word is nothing. With us, it gains contours, meaning, intelligence.

For we have been granted to be able to work with art and science, because if no one argues that Law is a science, we should not deny that Law Practice is an art.

And, in our Art, there is no delimited stage or curtain. No one wrote the lines or revised them.

And yet, from the dream of one or several lives of others, we have created the atmosphere and have sewn action to the facts.

And the result must be – mandatorily – art transmuted into Law, so it culminates in the precious lace quilt of Justice.

This is why we have been allowed to understand that nothing is so simple as right and wrong; and this ambiguity is the driving force of knowledge itself.

We have allowed to give the word an understanding of life, of the most hidden longings, of the natural dichotomy of the human being.

But we are also required to masterfully use this tool in the intransigent defense of the Rule of Law, in the media demystification of fashion and fastfood type concepts. If, today, the word is prevent from us, it is with it that we have defended the very essence of Humanity, throughout the centuries.

They will always be inseparable: The word and the lawyer. Thus, for those who preach the reduction of words, for those who think that the function of the lawyer is only to produce a heap of sentences, for those who see in Law Practice only a hindrance in the process, my sincere and heartfelt condolences.

And an alert: Our art-science, combined, will never be silenced, embodied by the enormity of the word, translating into understanding, loyalty, ethics, dignity, knowledge.

Our word will not bear hatred or iniquity; our word will serve as a mainstay of reason and freedom. These are our weapons, these are our domains.



Tales Castelo Branco e Fernando Castelo Branco

A DEFESA: ESSA INSTITUIÇÃO TÃO MAL COMPREENDIDA

“Eu não me chamo mais Lachaud, eu sou agora apenas a defesa”.
CHARLES LACHAUD

A pesar de ser proclamada sagrada, a defesa, muitas vezes, é mal compreendida e injustiçada. Há, entretanto, uma verdade que esvoaça sobre essa incompreensão: nas sociedades civilizadas, ninguém pode ser processado criminalmente sem a proteção de um advogado, atuando como defensor. Por isso, a defesa está contemplada nas constituições democráticas e nas leis de processo penal como indispensável à administração da justiça.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagrou importantes princípios em favor da liberdade humana, dedicando dispositivos explícitos para garantir-lhe a plenitude e assegurar o direito de contestar as acusações. Até recentemente, vigorava a presunção de inocência: o réu precisava estar definitivamente condenado para ser recolhido à prisão. Todavia, o STF alterou esse entendimento, permitindo que réus condenados na segunda instância fossem presos. O inconformismo contra esse entendimento restritivo, considerado por muitos como inconstitucional, revolta a alma do defensor.

A defesa, como instituição tipicamente democrática sobrevive, porque o exercício da advocacia criminal situa-se no Estado democrático de Direito como instrumento de equilíbrio social. Não haveria paz e tranquilidade se os julgamentos fossem realizados sem leis antecipadamente organizadas e se os réus – por mais graves que fossem os crimes cometidos – pudessem ser condenados sumariamente sem defesa.

Quem já foi injustamente acusado de alguma prática criminosa, terá maior facilidade de compreender que, realmente, não há justiça sem a presença do advogado e a ampla proteção da defesa, com o direito de utilizar-se de todos os recursos legais.

Trata-se da ampla defesa, que abrange, inclusive, o direito de calar ao ser interrogado e de recorrer à instância superior, quando a decisão não lhe for favorável. O recurso para instância superior ampara-se em dois fundamentos de natureza psicológica. De um lado, o sentimento inato, inerente ao gênero humano, de inconformidade com a derrota. De outro, a certeza universal da falibilidade humana. Daí o impulso existencial legítimo de ver um julgamento desfavorável reexaminado, de preferência por quem lhe pareça mais qualificado, munido de melhores dotes de sabedoria e experiência, e mesmo, ainda que presumivelmente, de melhores valores culturais.

Se, na vida, recorrer ao amparo dos nossos semelhantes é uma necessidade, a lei não poderia deixar de acolher a utilização dos recursos processuais para o seu trato diário com a justiça penal, como forma de ver-se prestigiada, ou seja, para que as partes envolvidas no processo se sintam amparadas, ante a sensação de que a decisão foi, tanto quanto possível, devidamente apreciada, imparcial e justa. Sob o aspecto social, tais procedimentos visam tranquilizar a sociedade, transmitindo-lhe a noção de que a possibilidade de erro ou malícia do julgador foi diminuída. Assegura-se, assim, a ideia de que o Estado garante prestação jurisdicional digna de credibilidade, aceitação e respeito. A plethora de erros judiciais, ocorridos em todo mundo, parece suficiente para justificar a necessidade de que a ampla defesa e o defensor existam como atributos essenciais do regime democrático.

Não é apenas na terra dos outros que a justiça falha, punindo inocentes. A imposição de castigos infligidos imerecidamente a seres humanos também acontece por aqui. É célebre o “Caso dos irmãos Naves”, ocorrido em Minas Gerais, na cidade de Araguari, na década de 1930, quando dois irmãos foram condenados pela morte de um homem, que, vinte anos depois, reapareceu mais vivo do que nunca. Um dos irmãos enlouqueceu no cárcere e morreu. O outro começava a cumprir o vigésimo ano de sua condenação. Durante o segundo império, a execução à morte de Mota Coqueiro revelou-se, tempos depois, um erro judiciário. D. Pedro II, a partir de então, não mais permitiu execuções. Essas são histórias esquecidas, reveladoras da falibilidade humana, mas que não deveriam ser olvidadas. Porém, há outras, vividas em São Paulo. Quem não se lembra do “Caso da Escola Base”? e do “Bar Bodega”? Infelizes inocentes foram perseguidos e alguns torturados para confessar a prática de crimes que não cometeram. Mesmo assim, muitos teimam, certamente menos

avisados, em lançar sobre os advogados criminais o anátema das progressivas estatísticas penais, como se eles fossem os coautores das barbáries de todos os dias.

Por não estarem participando, como réus, da ação persecutória penal, não levam em conta quão dolorosa na vida de um ser humano é a hora de responder a uma acusação criminal. A rejeição social expulsa o desgraçado do seu meio, cumprindo a sua missão devastadora. É nessas horas que se revela a importância da figura do defensor. Quem já foi injustamente acusado de alguma prática criminosa, terá maior facilidade de compreender que, realmente, não há justiça sem a presença do advogado e a ampla proteção da defesa, com o direito de utilizar-se de todos os recursos legais. Principalmente, se a acusação for açodada pelo que se convencionou erroneamente chamar de “opinião pública”, quando, na verdade, não passa de sôfrego delírio popular.

O dilema crucial da justiça consubstancia-se nessa irrefragável verdade, que, se for honestamente compreendida, permitirá entender melhor a importância da advocacia a serviço da injunção legal da defesa, independentemente da gravidade do crime e da aversão pelo seu autor.

Nos dias atuais, com a agitação excessiva da problemática política, cresce o sentimento destrutivo de julgar os adversários ideológicos apenas movidos pela simpatia ou antipatia pessoal. Embora tal procedimento aproxime-se dos acontecimentos do passado, que jogaram a Alemanha nos braços de Hitler e a Itália nos de Mussolini.

Entre nós, viventes da América Latina, infelizmente, parece que os exemplos do nazifascismo foram esquecidos, pois não estão muito longínquas as atrocidades que atormentaram milhares de seres humanos na Argentina de Videla e no Chile de Pinochet. E também no Brasil durante a ditadura militar.

Mas, enfim, a vida continua e parece que as lições históricas do passado não nos servem para nada. A defesa, tão dignamente professada pelos advogados criminais, continua perseguida e vilipendiada, como se os defensores estivessem a serviço da cumplicidade criminosa.

Nesse momento de angústia nacional, certamente é a hora de volvermos os olhos ao passado e à realidade do presente, para que todos se convençam de que a defesa é um dos valores supremos concedidos pela democracia. Sem ela os maiores e melhores valores sociais não sobreviverão.

“My name is not Lachaud, I’m now only the defense”.

CHARLES LACHAUD

Despite proclaimed sacred, defense is often misunderstood and wronged. There is, however, a truth about this misunderstanding: in civilized societies no one can be criminally prosecuted without the protection of a lawyer acting as a defender. For this reason, the defense is contemplated in the democratic constitutions and in the criminal procedure laws as indispensable for the administration of justice.

In Brazil, the 1988 Constitution enshrined important principles in favor of human freedom, dedicating explicit provisions to guarantee it fullness and ensure the right to challenge the accusations. Until recently, the presumption of innocence prevailed: the defendant had to be definitively sentenced to be taken to jail. However, the Federal Supreme Court changed that understanding, allowing defendants convicted at the second instance to be arrested. Nonconformity against this restrictive understanding, considered by many as unconstitutional, revolts the defender’s soul.

Defense, as a typically democratic institution, survives because the practice of criminal law practice lies in the democratic state of law as an instrument of social balance. There would be no peace and tranquility if the trials were carried out without laws organized in advance and if the defendants – however serious the committed crimes – could be summarily convicted without defense. It is an ample defense, which includes the right to remain silent when questioned and to appeal to the higher court, when the decision is not favorable to him or her. The appeal to a higher instance is based on two grounds of psychological nature. On the one hand, the innate feeling, inherent in the human race, of nonconformity with defeat. On the other, the universal certainty of human fallibility. Hence the legitimate existential impulse to see an unfavorable judgment re-examined, preferably by those who seem to be more qualified, equipped with better skills of wisdom and experience and, even presumably, of better cultural values.

If, in life, resorting to the protection of our fellow human beings is a necessity, the law could not fail to welcome the use of procedural remedies for its daily dealings with criminal justice, as a way to see itself prestigious, that is, so that the parties to the proceedings feel supported, given the feeling that the decision was, as far as possible, duly considered, impartial and fair. Under the social aspect, such procedures seek to reassure society, conveying to it the notion that the possibility of error or malice of the judge has been diminished. The idea that the State guarantees judicial performance worthy of credibility, acceptance and respect is thus ensured. The plethora of legal errors occurring worldwide seems sufficient to justify the need for the broad defense and the defender to exist as essential attributes of the democratic regime.

It is not just in the land of others that justice fails, punishing innocents. The imposition of punishments inflicted undeservedly on human beings also happens here. Well known is the “Case of the Brothers Naves”, which took place in Minas Gerais, in the city

Tales Castelo Branco e Fernando Castelo Branco DEFENSE: SUCH A MISUNDERSTOOD INSTITUTION

of Araguari, in the 1930s, when two brothers were convicted of the death of a man who, twenty years later, reappeared – alive and kicking. One of the brothers went crazy in prison and died. The other began to serve the twentieth year of his sentence. During the second empire, the execution of Mota Coqueiro turned out, later, to be a legal error. D. Pedro II, from then on, no longer allowed executions. These are forgotten stories, revealing human fallibility, that should not disappear from memory. However, there are others, occurred in São Paulo. Who does not remember the “Case of the Base School”? And of the “Bodega Bar”? Unhappy innocents were persecuted and some tortured to confess to committing crimes they did not do. Even so, many insist, certainly less informed, to throw on the criminal lawyers the anathema of progressive criminal statistics, as if they were the co-authors of everyday barbarism.

Because they are not participating, as defendants, in criminal prosecution, they do not take into account how painful the time is for a human being to respond to a criminal charge. Social rejection expels the bastard from their environment, fulfilling their devastating mission. It is during these hours that the importance of the figure of the defender is revealed. Anyone who has ever been wrongly accused of a criminal practice will be able to understand that there is, in fact, no justice without the presence of a lawyer and the ample protection of the defense, with the right to use all legal remedies. Especially if the accusation is hastened by what has been erroneously called as “public opinion,” when, in fact, it is no more than a popular frenzy.

The crucial dilemma of justice is embodied in this irrefragable truth, which, if honestly understood, will enable us to better understand the importance of law practice at the service of the legal defense imposition, irrespective of the seriousness of the crime and the aversion of its perpetrator.

In the present day, with the excessive agitation of political problems, the destructive feeling of judging the ideological opponents only moved by the sympathy or personal antipathy grows. Although such a procedure approaches the events of the past, which threw Germany in the arms of Hitler and Italy in Mussolini’s.

Among us, inhabitants of Latin America, unfortunately it seems that the examples of Nazi-fascism have been forgotten, for the atrocities that have plagued thousands of human beings in Videla’s Argentina and Pinochet’s Chile are not far off. And also in Brazil during the military dictatorship.

But, anyway, life goes on and it seems that the historical lessons of the past are useless. Defense, so dignifiedly affirmed by criminal lawyers, is still persecuted and vilified, as if the defenders were in the service of criminal complicity.

In this moment of national anguish, surely it is time to turn our eyes to the past and to the reality of the present, so that everyone will be convinced that defense is one of the supreme values granted by democracy. Without it, the greatest and best social values will not survive.

TALES CASTELO BRANCO. Foi presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (2004–2006); vice-presidente nacional da OAB (1990–1991); Conselheiro Federal da OAB (1988–1989 e 1990–1991); professor de Direito Penal e Processual Penal da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP (1998–2000); autor dos livros *Da prisão em Flagrante e Teoria e Prática dos Recursos Criminais*, publicados pela editora Saraiva.

FERNANDO CASTELO BRANCO. É professor de Direito Processual Penal e mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor do programa de educação continuada e especialização em Direito GVlaw da Fundação Getúlio (2008); Coordenador da Pós-Graduação em Direito Penal Econômico do Instituto de Direito Público de São Paulo – IDP-SP; Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA (desde 2009); Conselheiro Estadual da OAB/SP (1998–2000; 2001–2003; 2012–2015; 2016–2018); presidente da Comissão de Seleção da OAB/SP (2001–2003; 2012–2015; 2016–2018); autor do livro *A pessoa jurídica no processo penal* (Saraiva).



Dyogo Crosara

O DIREITO E O PÊNULO

Que vivemos um tempo de turbulência social, política e jurídica é uma voz comum. Nunca na história recente de nosso País passamos por tantas transformações. Aquilo que pensávamos que era imutável está sendo alterado dia após dia. Não existem mais premissas absolutas. Conceitos, princípios, normas que eram aclamadas como pacificadas estão sendo constantemente alteradas.

Quando analisamos isso no aspecto do direito temos que um entendimento dominante e pacífico pode ser alterado rapidamente. Se há décadas sugeríssemos a um estudioso do Direito que o Judiciário teria um papel tão ativo e interventivo sob o cotidiano dos demais Poderes, certamente duvidariam de tal opinião.

Essa mudança, que pode ser adjetivada como “radical” se deve a um momento histórico onde o pêndulo do direito está posicionado num limite lateral extremo, onde a busca pelo que é pela maioria da população tido como algo certo, tem interferido nas decisões judiciais e nas normas que estão sendo editadas. Vivemos a prevalência do senso comum do que da norma escrita. A busca pelo bem da maioria é usada indistintamente para ofender garantias individuais.

Um dos pontos importantes e que precisa ser imediatamente revisado é a quantidade de decisões judiciais determinando a oneração financeira do Poder Público. Hoje, qualquer direito deve ser garantido pelo erário, que tem ficado combalido com a quantidade de obrigações que tem que assumir.

Acredito que a história da humanidade pode ser comparada a figura de um pêndulo, que vai para a direita e quando se chega ao extremo da direita, passa a caminhar para a esquerda, até também alcançar o seu limite, onde daí se inicia o movimento inverso.

Parar o pêndulo ou mesmo equilibrar tal objeto é um grande desafio da humanidade, sendo que as nações mais desenvolvidas ao longo da humanidade são aquelas que conseguem um determinado equilíbrio pelo maior período de tempo.

No direito é preciso entender que estamos num período de extremos e que é preciso que o pêndulo busque voltar para a zona de equilíbrio. Estão sendo proferidas atualmente decisões que, embora busquem algo que aparentemente possa ser bom, serão vistas em um curto período de tempo como algo totalmente equivocado.

Um dos pontos importantes e que precisa ser imediatamente revisado é a quantidade de decisões judiciais determinando a oneração financeira do Poder Público. Hoje, qualquer direito deve ser garantido pelo erário, que tem ficado combalido com a quantidade de obrigações que tem que assumir.

Quando se determina que se construa uma escola, uma creche, um hospital ou mesmo obrigações menos importantes, está se escolhendo uma política pública, determinando ao Executivo que faça algo que muitas vezes ele não pode fazer. Escolher o que fazer com o dinheiro do Executivo não cabe a mais ninguém senão do que a seus Gestores, eleitos para tanto e com a missão de decidir os rumos de uma cidade, de um Estado ou mesmo da Nação.

E mais: há atualmente um protecionismo exagerado ao direito dos servidores públicos, que têm sido reiteradamente beneficiados por incorporações pecuniárias, diferenças salariais e por uma estabilidade contra produtiva com a eficiência administrativa.

É necessária a revisão da interpretação do art. 37 da CF/88, especialmente de seu segundo inciso, que tem sido um guarda-chuva para a ineficiência de servidores que buscam na estabilidade uma verdadeira aposentadoria antecipada. A meritocracia precisa ser reconhecida pelo Judiciário em suas decisões, bem como precisa ser discutida, de forma clara, a possibilidade de extinção do vínculo funcional de servidores efetivos.

O estado brasileiro é um paquiderme que precisa emagrecer e caberá ao Judiciário deixar de interpretar as garantias funcionais apenas pelo prisma das garantias pessoais para garantir a saúde financeira do erário.

Caberá ao Legislativo entender que é preciso mudar o rumo do pêndulo do inchaço do Estado e tentar buscar se não o Estado mínimo ou menos o equilíbrio.

Outro ponto onde é preciso entender que o rumo deve mudar é sobre a impossibilidade do Judiciário de alterar os rumos do que está escrito na Constituição.

Ponto em voga é a quantidade de decisões onde princípios estão se sobrepondo às normas. É preciso voltar a reconhecer que a lei escrita e formal tem valor e não pode permitir que o interprete vá onde a lei disse que não era para ir.

Exemplifico: o inciso V do §3º do art. 14 da Carta Cidadã é expressa ao prever a filiação partidária é uma condição absoluta de elegibilidade. Isso que diz a norma escrita. Todavia, decisões que se iniciam tentam criar a possibilidade da chamada “candidatura avulsa”, ou seja, aquela em que se dispensa o vínculo partidário.

Sem embargo da balbúrdia técnica que tal entendimento poderia gerar, é preciso reconhecer que o Judiciário não pode “revogar” uma previsão tão clara e admitir tais pleitos. O Legislador Constituinte escreveu que assim seria e, assim, nenhuma crise dos partidos ou do sistema eleitoral pode ser usada como desculpa para se decidir de forma diversa.

Puxem o pêndulo e voltem a deixar claro que opções legislativas não podem ser alteradas pelo poder da toga, embora seja preciso reconhecer que este possui as melhores das intenções. É evidente que o Judiciário tem agido diante do vácuo e da descrença em outras instituições. Todavia, nem isso pode ser desculpa para a superação do postulado no art. 2º de nosso texto básico.

Cumprir dizer que a vontade popular está aparentemente fazendo esse caminho em busca de um centro. Porém, o pêndulo de nosso Judiciário demora mais a entender que é hora de mudar de rumo.

Torçamos para que tenhamos uma volta ao centro tranquila e que vivamos um período mais longo de paz e um pêndulo mais equilibrado.

It is obvious that we live in a time of social, political and legal turmoil. Never, in the recent history of our country, have we experienced so many transformations. What we thought unchangeable is being changed day by day. There are no more absolute premises. Concepts, principles, norms that were hailed as pacified are constantly being altered.

When we analyze this in the aspect of law we see that a dominant and peaceful understanding can be changed quickly. If, decades ago, we had suggested to a legal scholar that the Judiciary would play such an active and intervening role in the daily life of the other Powers, they would certainly doubt this opinion.

This change, which can be termed “radical”, is due to a historical moment where the pendulum of law is positioned in an extreme lateral boundary, where the search for what is, by the majority of the population, taken as right, has interfered in legal decisions and in the standards that are being edited. We live the prevalence of common sense rather than the written standard. The quest for the good of the majority is used interchangeably to offend individual guarantees.

I believe that the history of mankind can be compared to the figure of a pendulum, which goes to the right and when it reaches the extreme right, moves to the left, until reaching its limit, where it starts the reverse movement.

Stopping the pendulum or even balancing such an object is a great challenge for mankind, and the most developed nations throughout mankind are those that achieve a certain balance for the longest period of time.

In law we must understand that we are in a time of extremes and that it is necessary that the pendulum seeks to return to the balance zone. Decisions are being made today that, while looking for something that may seem good, will be seen in a short time as something totally wrong.

One of the important points that needs to be immediately reviewed is the number of legal decisions determining the financial burden of the Government. Today, any right must be guaranteed by the treasury, which has been weakened by the amount of obligations it has to take over.

When it is determined that a school, nursery, hospital is built, or even a less important obligation, a public policy is being chosen, and the Executive is told to do something it often cannot do. Choosing what to do with the money of the Executive is on nobody but its Managers, elected for this reason and with the mission to decide the direction of a city, a State or even the Nation.

What is more, there is now an exaggerated protectionism of the right of public servants, who have been repeatedly benefited

Dyogo Crosara THE LAW AND THE PENDULUM

by pecuniary incorporations, wage differences and by a counter-productive stability with administrative efficiency.

It is necessary to review the interpretation of art. 37 of the Federal Constitution of 1988, especially of its second clause, which has been an umbrella for the inefficiency of servants who seek stability in a real early retirement. Meritocracy must be recognized by the Judiciary in its decisions, and the possibility of extinction of the functional bond of tenured servants must be clearly discussed.

The Brazilian state is a pachyderm that needs to lose weight and it will be up to the Judiciary to stop interpreting the functional guarantees only through the prism of personal guarantees to ensure the financial health of the treasury.

It will be for the Legislative to understand that it is necessary to change the direction of the pendulum of the State's swelling and to try to seek, if not the minimum State, at least the balance.

Another point where it is necessary to understand that the course must change is about the impossibility of the Judiciary to change the course of what is written in the Constitution.

Needless to say is the amount of decisions where principles are overlapping the norms. It is necessary to re-recognize that the written and formal law has value and it cannot allow the interpreter to go where the law said it was not to go.

Let me clarify: item V of §3 of art. 14 of the Citizen Charter is expressed when predicting party affiliation is an absolute condition of eligibility. That's what the written rule says. However, decisions that are initiated try to create the possibility of the so-called “single application”, that is, the one in which the party bond is dispensed with.

However, in spite of the technical disturbance that such an understanding might generate, it is necessary to recognize that the Judiciary cannot “revoke” such a clear prediction and admit such disputes. The constituent legislator wrote that this would be so, and thus no crisis of the parties or of the electoral system can be used as an excuse to decide differently.

Pull the pendulum and make it clear again that legislative options cannot be changed by the power of the toga, although one must recognize it has the best of intentions. It is clear that the judiciary has acted in the face of a vacuum and of disbelief in other institutions. However, neither can this be an excuse for overcoming what is claimed in art. 2nd of our basic text.

It must be said that the popular will is apparently making this way in search of a center. However, the pendulum of our Judiciary takes longer to understand that it is time to change course.

Let's hope we have a return to the quiet center and that we live a longer period of peace and a more balanced pendulum.



Luiz Flávio Borges D'Urso

O SAGRADO DIREITO DE DEFESA

Três séculos antes de Cristo, Sêneca afirmava que ninguém poderia ser punido por um crime sem ser ouvido, sem ter o seu direito de defesa. Antes disso, desde relatos bíblicos, sobre a origem de tudo, verifica-se em GÊNESIS, 4, 9, 10, quando relata o crime de Caim, que matou seu irmão Abel, ambos filhos de Adão, que Deus, antes de puni-lo, assegurou-lhe o direito de falar em sua defesa. Assim, desde o primeiro crime, no início da humanidade, estava presente o direito de defesa.

Assim, o direito de defesa está na essência do ser humano, como uma inspiração de sua alma.

É verdade que, na evolução da humanidade, a história registra muitos episódios, nos quais foi eliminado o direito de defesa, ou ainda, períodos em que havia somente um simulacro, um arremedo do direito de defesa, que dava uma aparência de que existia defesa, mas, na verdade, ela inexistia. Isso ocorreu na Inquisição e também em vários períodos ditatoriais.

Na organização do Estado, o direito de defesa ganha relevo, herdado de todo tipo de agrupamento humano, desde os mais primitivos, vale dizer, sempre, em quase a totalidade das culturas, nos grupos, tribos, colônias, cidades e Estados, o direito de defesa, quase de modo unânime, foi respeitado antes de se condenar alguém, havendo ou não um julgamento.

Dessa forma, antes de se concluir pela culpa de alguém, acusado de violar uma regra, há que se ouvir seus argumentos, para, somente depois disso, decidir-se sobre sua culpa e respectiva punição.

Independente do crime que se está examinando no processo há sempre um ser humano, sujeito de direitos, que será julgado, a quem se atribui a autoria, de modo que o direito de defesa é obrigatório, na sua amplitude constitucional, a ser exercido por profissional habilitado, que é o Advogado, em igualdade de condições com o órgão acusador.

De modo geral, nosso sistema está estruturado dessa maneira e num verdadeiro pacto social, essa estrutura foi estabelecida em nossa Lei Maior, de modo que a Constituição Federal brasileira, a exemplo de tantos outros países com segurança jurídica, decretou que ninguém será considerado culpado de um crime sem direito de defesa.

Na constituição brasileira, em seu art. 5º, insculpiu-se alguns preceitos que garantem esse direito de defesa, desde a regra que estabelece que “aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (inciso LV).

A previsão constitucional é expressa, precisa, e não só assegura a defesa, mas determina que ela seja ampla, sem restrições, desde que dentro da lei.

Também estabelece a Lei Maior, a proibição de juízo ou tribunal de exceção (inciso XXXVII), o que garante que o direito de defesa será observado de modo a produzir efeito, pois, caso contrário, a defesa seria simbólica e ilusória.

Resta salientar, que a constituição, nessa esteira, ainda estabelece que, antes da condenação, a apuração da culpa se dê no palco de um processo, previstas suas etapas e formas em lei, dando, assim, segurança da existência de uma uniformidade legal para se processar, colher provas, examinar responsabilidade de alguém e, só depois disso, julgar e se necessário punir.

Por todos esses comandos constitucionais, observa-se que, no Brasil, o direito de defesa é indispensável e sua falta impede a punição do indivíduo.

Embora exista, fruto da própria evolução humana, o direito de defesa, assegurado por lei no Brasil, há momentos nos quais se tenta relativizar esse direito fundamental de quem é julgado em nosso país.

Um dos fatores que impactam diretamente contra o direito de defesa é a repercussão do crime, pois quando este comove a opinião pública, quando este é repugnante ou quando este sofre uma campanha que antagoniza a população, é comum, inadvertidamente, admitir-se que a observação do rito processual

legal seja desnecessário e, ainda, que o direito de defesa seja um estorvo para que a punição ocorra, vale dizer, para que a justiça seja realizada.

Causa preocupação quando esse ícone democrático do direito de defesa é questionado pela opinião pública, que é orquestrada e faz coro com as autoridades que tem o dever de garanti-lo.

Essa verdadeira deformação é injusta manifesta e prenúncio de rompimento dos ditames constitucionais, senão subversão do próprio sistema democrático, muito semelhante aos regimes ditatoriais.

Independente do crime que se está examinando no processo há sempre um ser humano, sujeito de direitos, que será julgado, a quem se atribui a autoria, de modo que o direito de defesa é obrigatório, na sua amplitude constitucional, a ser exercido por profissional habilitado, que é o Advogado, em igualdade de condições com o órgão acusador.

É nesse contexto que só devem ser examinadas as provas, colhidas à luz do devido processo legal, garantindo-se o contraditório, com isenção para julgar sem pressões de quem quer que seja e punir quem precisa ser punido, preservando-se quem, embora acusado, seja inocente.

Nesse contexto, aquele que luta para ver assegurado o direito de defesa, o Advogado, por vezes é confundido com seu cliente e também se torna alvo de hostilidades e até de agressões.

A opção de um povo deve servir para todos os seus integrantes, sem distinção. Aliás, é nisso que se funda o princípio do Estado Democrático de Direito, no qual todos devem se submeter ao império da lei, julgados e julgadores, leigos ou doutores, absolutamente todos.

O Brasil, diante de tantos escândalos e desafios, com maior razão, deverá observar a lei, especialmente nossa Constituição Federal, de modo a garantir o sagrado e amplo direito de defesa a todos, pois, somente dessa forma, é que se poderá escrever mais esta página da história da humanidade, garantindo-se a normalidade democrática, a regularidade do sistema penal e a estabilidade na condução da paz para nosso povo.

Three centuries before Christ, Seneca affirmed that nobody could be punished for a crime before being heard, without having their right to defense.

Before that, from biblical accounts about the origin of everything, it is verified in GENESIS, 4, 9 – 10, about the crime report of Cain, who killed his brother Abel, both sons of Adam, that God, before punishing him, assured him the right to speak in his defense. Thus, from the first crime in the beginning of human kind the right of defense made itself present.

Thus, the right of defense is in the essence of the human being, like an inspiration of their soul.

It is true that, in human kind evolution, history records several episodes in which the right of defense was eliminated or periods in which there was only a simulation, a mockery of the right of defense, which made it seem there was a defense when, in fact, there was not. This happened in the Inquisition and also during many dictatorial times.

In the organization of the State, the right of defense gained ground, inherited from all kinds of human grouping, from the most primitive ones – it is always worth mentioning that in almost every culture, in groups, tribes, colonies, cities, and states, the right of defense has been almost unanimously respected before condemning a person, whether or not a judgment takes place.

So, before concluding somebody’s guilt, accused of violation a rule, their arguments have to be heard so that, only after that, the decision on this person’s guilt and possible punishment is made.

Generally, our system is structured in this manner and, in a truly social pact, this structure was established by our Constitution, so that the Brazilian Federal Constitution, like in many other countries with legal certainty, decreed that nobody shall be found guilty of a crime without the right of defense.

The Brazilian Constitution, in its article 5, insisted on some precepts that guarantee this right of defense, from the rule that establishes that “to both the litigants in a legal or administrative action and the ones accused in general, the adversary and ample defense are ensured with means and resources inherent to it” (item LV).

The constitutional provision is express, accurate, and not only ensures the defense, but determines that it shall be broad, unrestricted, provided that it is within the law.

The Constitution also determines the prohibition of an exception venue or court (item XXXVIII), which ensures that the right of defense will be observed in such a way to produce effect because the defense would otherwise be symbolic and illusory.

It should be pointed out that the constitution still establishes that, prior to the conviction, the determination of guilt occurs on the stage of a process, considering its steps and forms in law, thus

Luiz Flávio Borges D’Urso THE SACRED RIGHT OF DEFENSE

giving security of the existence of legal uniformity to prosecute, take evidence, examine someone’s responsibility, and then judge and punish, if necessary.

Through all these constitutional commands it is observed that, in Brazil, the right of defense is indispensable and its lack prevents the individual’s punishment.

Though the right of defense, fruit of the human evolution itself, exists, ensured by law in Brazil, there are moments in which attempts are made to relativize this fundamental right of those who are tried in our country.

One of the factors that have a direct impact on the right to defense is the repercussion of the crime, because when it is disturbing to the public, when it is repugnant or when it undergoes a campaign that antagonizes the population, it is common to inadvertently admit that observation of the legal procedural rite is unnecessary and also that the right of defense is an obstacle for the punishment to occur, that is, for justice to be performed.

It causes concern when this democratic icon of the right of defense is questioned by public opinion, which is orchestrated and makes contact with the authorities that have a duty to guarantee it.

This true deformation is manifest injustice and foreshadows the breaking of constitutional principles, if not subversion of the democratic system itself, very similar to dictatorial regimes.

Regardless of the crime examined in the process, there is always a human being, subject of rights, who will be judged, to whom the authorship is attributed, so that the right of defense is mandatory, in its constitutional scope, to be exercised by a qualified professional, the lawyer, on equal terms with the accusatory body.

It is in only this context that evidence must be examined, taken in the light of due process of law, ensuring the adversary, with an exemption to judge without pressure from anyone and punish those who need to be punished, while preserving the one who, although accused, is innocent.

In this context, the one who struggles to see the right of defense ensured, the lawyer, is sometimes confused with their client and also becomes the target of hostilities and even of aggressions.

The option of a people must serve to all their members, without distinction. In fact, this is the basis of the principle of the Democratic State of Law, in which all must submit to the rule of law, judged ones and judges, lay or doctor – absolutely all.

Brazil, in the face of so many scandals and challenges, with greater reason, must observe the law, especially our Federal Constitution, in order to guarantee the sacred and broad right of defense to all, because only in this way, it is possible to write this one more page of the history of humanity, ensuring democratic normalcy, regularity of the penal system and stability in the conduct of peace for our people.



Davi Gebara Neto

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NO DIREITO PENAL

O Direito Penal é visto como o implacável direito, tendo em vista, ser o único capaz de tirar a liberdade do ser humano por meio de seu processo altamente rigoroso.

O Código de Processo Penal dedicou o título VII para tratar exatamente das provas (artigos 155 a 250). Diante das várias formas de provas previstas (do exame do corpo de delito e das perícias em geral, do interrogatório do acusado, da confissão, do ofendido, das testemunhas, do reconhecimento de pessoas e coisas, da acareação, dos documentos, dos indícios, da busca e da apreensão), temos, dentro do capítulo II, a perícia em geral. A perícia contábil é uma espécie específica de prova, da qual podemos deduzir que em processos investigatórios ou judiciais seu uso torna-se necessário.

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC – T – 13 – CFC), a perícia contábil é o conjunto de procedimentos na atuação técnica e científica destinada a levar à instância decisória provas necessárias para auxiliar na justa solução de litígios. Assim, através de laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for atinente, a perícia contábil apresenta princípios pelos quais se pode solucionar um conflito que exija tais aferimentos.

Por meio da perícia pode-se apresentar a veracidade de acontecimentos ocorridos e, conseqüentemente, contestados por uma das partes, sendo, assim, um instrumento imprescindível para a organização e evolução da sociedade.

Insta salientar que o laudo realizado por um perito devidamente inscrito no Conselho Federal de Contabilidade, é revestido de fé pública e, é visto como uma prova com maior credibilidade, porém há de ressaltar que: “O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte” (Código de Processo Penal, artigo 182). Sendo assim, podemos acreditar que um laudo contábil poderá auxiliar no convencimento do Juiz, principalmente no Direito Penal Econômico.

Através da história percebe-se a necessidade da constatação pericial para a resolução de conflitos e a importância de conhecimentos específicos para tais apresentações. Os métodos e conclusões são cada vez mais pautadas nas virtudes e na índole dos profissionais capacitados para a revelação dos fatos.

Por meio da perícia pode-se apresentar a veracidade de acontecimentos ocorridos e, conseqüentemente, contestados por uma das partes, sendo, assim, um instrumento imprescindível para a organização e evolução da sociedade.

Ao recolher alguns conceitos, demonstra-se o quanto a perícia contábil se tornou um meio eficaz de obtenção de prova quando se exige um conhecimento técnico e específico no campo da contabilidade. Muitas perícias são hoje utilizadas principalmente na parte de revisão de encargos financeiros contra bancos ou referentes ao Sistema Financeiro Habitacional, e outras questões como *leasing*, condomínios. O profissional de contabilidade que realiza a perícia contábil é nomeado pelo juiz ou pelas partes. Assim, a perícia é um meio de prova previsto no Direito.

Perícia originado do latim *peritia*, estaria diretamente ligado a conhecimento. Ao retirarmos a raiz da palavra, *per*, teremos a tradução “por”, ou seja, um meio, através, um caminho, a própria palavra em si já traz consigo a lógica da ligação entre dois extremos, duas partes, dois interesses. Já a palavra contábil refere-se à contabilidade, que quer dizer uma ciência das contas comerciais, com escrituração da receita e da despesa.

Percebe-se, então, que a perícia contábil seria uma ação de investigação e formulação de prova através da análise dos registros de uma instituição ou pessoa. Estas assertivas, no entanto, não conceituam a contento a perícia na amplitude de seu significado.

A perícia contábil abrange diversas áreas do conhecimento, pois ao unir o Direito à Contabilidade, temos uma ampla gama de múltiplas ciências se encontrando. Uma dependerá da outra para a resolução de um conflito específico.

O conceito mais acertado é que a perícia contábil é o meio de prova capaz de transmitir ou trazer atestados de materialidade que requerem conhecimento científico e habilidade técnica no

campo da ciência contábil. E quando se fala de ciência contábil é importante destacar que essa é uma ciência humana pautada em princípios sociais éticos e morais, podendo trazer de forma justa a realidade dos fatos. A perícia contábil é considerada prova técnica, sendo ou não somada a outras provas, para a solução do conflito.

A perícia contábil se apresenta como instrumento aplicável no âmbito judicial e vem ganhando notoriedade nesse campo por demonstrar de forma material e concreta a veracidade dos fatos.

Na prática, várias aplicações podem ser citadas, tais como: violação de estatuto, liberalidades excessivas, suspeitas de irregularidades, ausência prolongada de distribuição de resultados, ou seja, uma série de fatos podem sugerir ações na justiça, movidas por sócios e acionistas, ou interessados, no sentido de que se ordene a exibição de livros e de documentos. Lembrando que, diante da negativa em se exibir os livros, quando solicitada, pode o juiz determinar a “Busca e Apreensão”, ou seja, determinar a exigência da apresentação.

Visto que a perícia contábil é um instrumento garantido por lei a serviço da sociedade e do poder judiciário, que solicita conceito e objetivo, planejamento e realização, procedimentos e laudo. Além disso, a perícia judicial tem um amplo enfoque que envolve questões patrimoniais e administrativas, o que faz da prova pericial contábil um meio jurídico pelo qual se chega à realidade dos fatos, e pode levar a autoridade à certeza sobre questões ou fatos contábeis.

Esse laudo científico será uma prova importante e, talvez, decisiva para a tomada de decisão em um processo jurídico envolvendo valores econômicos. A perícia contábil é uma maneira científica de provar o que alega uma das partes e lhe dá o direito de validar o litígio e exigir a dissolução do problema.

Entende-se que uma verificação pericial é um trabalho que exige especialização, além de ética e atenção, por parte do perito. Os documentos, os dados, as análises e as conclusões são realizadas conjuntamente com o fator “tempo” e, muitas vezes, o perito precisa investigar arquivos ao longo de vários anos.

Acerca de tudo o que foi dito, pode-se evidenciar que os aspectos de construção das provas, o afã dos peritos, seja o nomeado ou o indicado, atende ao objetivo da perícia que é o de demonstrar a verdade dos fatos ou atos alegados, baseado em um raciocínio contábil, apresentando um laudo que mostre, de forma clara e justa, a realidade. Fica inegável a grande importância da perícia contábil para o Direito e, assim, conseqüentemente, para a justiça, deixando nítido que esse instrumento traz inúmeros benefícios probatórios ao Direito Penal.

Criminal law is seen as the relentless right aiming at being the only one able to take the human being freedom through its highly rigorous process.

The Criminal Procedural Code has dedicated item VII to exactly deal with evidence (Articles 155 to 250). In the face of the various forms of evidence provided for (from the examination of the corpus delicti and expert witness in general, of the interrogation of the accused, the confession, of the victim, the witnesses, the recognition of persons and things, confrontation, documents, of search and seizure), we have, within chapter II, the expertise in general. The accounting expert is a specific kind of evidence, from which we can deduce that in investigative or legal proceedings its use becomes necessary.

According to the Brazilian Accounting Standards (NBC – T – 13 – CFC), the accounting expert is the set of procedures in the technical and scientific action destined to take to the judgement instance the necessary evidence to assist the fair settlement of disputes. Thus, by means of an accounting expert’s report or an expert’s opinion, in accordance with legal and professional norms and the specific legislation in which it is concerned, the accounting expert presents principles by which a conflict that requires such confrontation can be solved.

It urges to emphasize that the report made by an expert duly registered with the Federal Accounting Council, is vested in public faith and is seen as a more credible evidence, however it should be emphasized that: “*The judge shall not be limited to the report and might either accept or reject it, in whole or in part*” (Criminal Procedural Code, article 182). Therefore, we can believe that an accounting report may help in convincing the Judge, especially in the Economic Criminal Law.

Through history, the need of expert witnessing for the resolution of conflicts is noticed as well as the importance of specific knowledge for such presentations. The methods and conclusions are increasingly based on the virtues and nature of the professionals trained to disclose the facts.

Through the expertise the truthfulness of occurred events can be presented and, consequently, contested by one of the parties, thus being an essential instrument for the organization and evolution of society.

In gathering some concepts, it is shown how accounting expertise has become an effective means of obtaining evidence when a technical and specific knowledge is required in the field of accounting. Many expert evidences are currently used mainly in the review of financial charges against banks or referring to the Housing Financial System, and other issues such as leasing, condominiums. The accounting professional performing the accounting expert report is appointed by the court or by the parties. Thus, the expert report is a means of evidence provided for in the Law.

The Portuguese word “perícia”, originating from the Latin *peritia*, would be directly linked to knowledge. When we remove the root of the word, *per*, we will have the translation “by” (*por*), that is, a means, through a path, the word itself already brings with it the logic of the connection between two extremes, two parts, and two interests. The word accounting means a science of commercial accounts, with bookkeeping of revenue and expenditure.

We then realize that the accounting expert report would be an investigation and formulation of evidence action through the records analysis of an institution or person. These positive statements, however, do not satisfactorily conceptualize the expert report in the amplitude of its meaning.

Davi Gebara Neto

THE IMPORTANCE OF THE ACCOUNTING EXPERT REPORT IN CRIMINAL LAW

The accounting expert report covers several areas of knowledge since, by uniting Law to Accounting, we have the meeting of a wide range of multiple sciences. One will depend on the other for resolving a particular conflict.

The most accurate concept is that accounting expert report is the means of evidence capable of transmitting or bringing attestations of materiality that require scientific knowledge and technical skill in the field of accounting science. And when talking about accounting science, it is important to point out that this is a human science based on ethical and moral social principles, that can fairly present the reality of the facts. The accounting expert report is considered technical evidence, whether or not added to other evidence, for the solution of the conflict.

The accounting expert report is presented as an instrument applicable in the legal area and has been gaining notoriety in this field for demonstrating the truth of the facts in a material and concrete way.

In practice, several applications may be cited, such as: violation of articles, excessive liberalities, alleged irregularities, prolonged absence of profit distribution, that is, a series of facts may suggest actions in court, filed by partners and shareholders, or stakeholders, so to order the disclosure of books and documents. Recalling that, in case of refusal to disclose the books when requested, the judge can determine “Search and Seizure”, that is, determine the requirement of the presentation.

Accounting expert report is an instrument guaranteed by law at the service of society and the judiciary, which requires concept and purpose, planning and realization, procedures and award. In addition, legal expert evidence has a broad focus on equity and administrative matters, which make accounting expert evidence a legal means by which one reaches the reality of the facts, and can conduct the authority to the certainty about matters or accounting facts.

This scientific report will be an important and perhaps decisive evidence for decision-making in a legal process involving economic values. Accounting expert report is a scientific way of proving what one of the parties alleges, giving them the right to validate the dispute and demand the dissolution of the problem.

It is understood that an expert review is a work that requires expertise, in addition to ethics and attention, on the part of the expert. Documents, data, analyzes and conclusions are carried out together with the “time” factor, and the expert often needs to investigate files over several years.

On all that has been said, it may be shown that the aspects of evidence construction, the zeal of the experts, whether the designated one or the nominated one, meets the purpose of the expert report, that is to demonstrate the truth of the facts or acts alleged, based on an accounting reasoning, presenting a report that clearly and fairly shows the reality. The great importance of accounting expert report for the law and consequently for justice is undeniable, making it clear that this instrument brings numerous benefits to the criminal law.



David Rechulski
**CORRUPÇÃO NO BRASIL,
UMA MOEDA DE 3 FACES**

Nesse país, o problema da corrupção é endêmico, cultural e ancestral. Hipocritamente nossos governantes, em mais uma nítida transferência de responsabilidades, quando promulgaram a lei anticorrupção brasileira, quiseram, claramente, passar a imagem para nossa sociedade e para o mundo que o problema da corrupção no Brasil, como fonte originária, estava preponderantemente na iniciativa privada, a qual, a partir de então, ficaria prostrada diante de uma lei que imporia consequências gravíssimas para o mundo corporativo, tivesse ou não culpa institucional consciente e que só a leniência e um programa de *compliance* efetivo poderiam mitigar, parcamente, as gravíssimas penalidades passíveis de imposição.

Quem pode dizer nesse país, de forma verdadeiramente sincera, serena e em sã consciência, que é possível, mesmo num devaneio de destemor, denunciar aos poderosos ou aos senhores da caneta, os seus próprios subordinados, os seus asseclas, e já nessa hipótese mais singela, não sofrer qualquer retaliação?

Ok, ótimo! Efusivos aplausos! Mas e o ambiente público, aquele por onde perambulam os funcionários fantasmas, os marajás, os apadrinhados do fisiologismo, aqueles que são remunerados por intermédio dos nossos impostos e que lá estão para proteger a coisa pública e garantir probidade administrativa em prol do desenvolvimento da nação?

Por que essa lei não cortou na própria carne, criando, por exemplo, a obrigatoriedade da implantação de programas de *compliance* nos órgãos e repartições públicas, nos partidos políticos, nos gabinetes, nos comitês de campanha? Certamente seria um pedregulho no sapato de muita gente. No país da jabuticaba, a fé pública, para muitos, mais serve para criar dificuldades e vender facilidades. Essa é mais uma “regra do jogo”, que macula com os seus malfeitos não só a credibilidade nas instituições, mas os bons e honestos servidores públicos, que obviamente acabam injustamente respingados pelas ações das exceções, sobretudo num momento em que a sociedade, já saturada e oprimida, busca mais o justicamento generalizado do que a Justiça individualizada!

Até porque, quem nunca ouviu, e não apenas uma vez, frise-se, a “história” de um mau funcionário público, de uma má autoridade criando dificuldades, prevalecendo-se do cargo, do poder que detém e valendo-se da burocracia que nos assola desde a época do império, para com isso corromper o particular a corrompê-lo para que então opere o desenlace do nó que ele mesmo, ardidamente, atou.

Aqui, muitas e muitas vezes, o corrupto é o próprio corruptor, isso é fato e não há peneira que tampe o brilho nefasto desse sol da meia noite. Os mais utópicos, bradando de longe, podem dizer: Por que não denunciar? Simples: porque o Papa mora em Roma e tem mais o que fazer! Ora, a palavra isolada de um particular contra a de um corrupto camuflado pela fé pública não tem o mesmo peso e não raro a base da corrupção age em prol e

conluio com o vértice dessa casta. E mais: não nos esqueçamos do espírito de *corpus*.

Quem pode dizer nesse país, de forma verdadeiramente sincera, serena e em sã consciência, que é possível, mesmo num devaneio de destemor, denunciar aos poderosos ou aos senhores da caneta, os seus próprios subordinados, os seus asseclas, e já nessa hipótese mais singela, não sofrer qualquer retaliação?

O que se dirá, então, de denunciar os próprios poderosos, os próprios senhores da caneta, o próprio poder estratificado em si mesmo! Enfim, o dilema é negativo e, mal comparando, uma verdadeira escolha de Sophia (Romance de William Styron que retrata o dilema de uma mãe polonesa, presa num campo de concentração durante a Segunda Guerra e que é forçada por um soldado nazista a escolher um de seus dois filhos para ser morto. Se ela se recusasse a escolher um, ambos seriam mortos). Assim, não é matar ou morrer, é tentar matar e provavelmente morrer!

Resumindo, no frígir desses ovos chocos, fica a sugestão de que se editem leis que imponham a obrigatoriedade de programas de *compliance* a ser implantados em órgãos e repartições públicas com as mesmas bases de deveres impostas aos particulares, sob pena de improbidade administrativa ao gestor público que não o fizer, sujeito, inclusive, à pena de demissão a bem do serviço público (até porque, convenhamos, o *non compliance* atenta diretamente contra os princípios basilares da Administração Pública, (especialmente os da legalidade e moralidade) e, em ocorrendo corrupção em seu ambiente de gestão, que igualmente não se valham do argumento reinante, puro e simples, do famigerado “eu não sabia”.

Por fim, que também se crie um programa de garantias à pessoa jurídica denunciante, para que, sem retaliações, sem perseguições, possa exercer seu pedido de socorro em alto e bom tom! Só assim a página será realmente virada!

David Rechulski CORRUPTION IN BRAZIL, A CURRENCY WITH THREE SIDES

In Brazil, corruption is an endemic, cultural and ancestral problem. Hypocritically, our governors – in one more clear transfer of accountability – when enacting the Brazilian anticorruption act clearly wanted to show our society and the world that the problem with corruption in Brazil, as a primitive source, was predominantly in the private sector, which, from then on, would be subdued before a law that would impose severe consequences to the corporate world, whether or not it was a conscious institutional fault, and that only leniency and an effective compliance program could scarcely mitigate the extremely severe penalties that could be imposed.

Okay, great! Enthusiastic applause! But, what about the public environment, in which one can find wandering ghost employees, the so-called maharajas, those patronized by physiology, those paid by means of our taxes and who are there to protect the public institution, to ensure candor in public office in the name of the nation’s development?

Why hasn’t this bill also cut its own flesh by, for example, creating the obligation to implement compliance programs to public offices and departments, to political parties, cabinets, to political campaign committees? It would be certainly a thorn in many people’s sides. In the country of jabuticaba, full faith and credit only serves, to many, to create obstacles and sell solutions. This is another “game rule”, which not only stains institutions’ credibility with its damage, but also the good and candid public servants, who obviously end up unfairly involved by the actions of exceptions, especially when society – fed up and oppressed – seeks further general capital punishment rather than individualized Justice!

Who has never heard – let’s be honest, more than once – the “story” of a bad public servant, a bad officer who would create difficulties, taking advantage of their position, of their power and using bureaucracy, that has devastated our country since the time of the Empire, in order to mislead the subject in such a way to only be able to untangle the knot they have artfully tied themselves.

This is when, many times, the corrupt is the corruptor himself, that’s a fact, and there’s no sieve capable of covering the

nefarious glow of this midnight sun. The utopic ones, shouting in the distance, might say: “Why not denounce them?” That’s simple: Because the Pope lives in Rome and he’s got more things to do! Well, the isolated word of a person against the word of a corrupt camouflaged by public faith does not weigh the same, and not rarely the base of corruption acts in the name and in collusion with the apex of this caste. Furthermore: Do not forget the corpus spirit.

Who in this country could honestly, serenely and in sound consciousness say that, even in a fearless daydream, it would be possible to denounce the powerful ones or the masters of the pen, their subordinates, minions and, in such simple hypothesis, not suffer any retaliation?

What would one say of the masters of the pen themselves denouncing the powerful ones, the own power stratified in its own! Finally, the dilemma is negative and, barely comparing, a true choice of Sophia (William Styron’s romance portraying the dilemma of a Polish mother, trapped in a concentration camp during World War II and forced by a Nazi to choose one of her children to be killed. In case she refused to choose only one, both would be killed). Thus, it is not about killing or dying, but rather trying to kill and probable get killed oneself!

In short, at the end, the suggestion is to edit laws imposing compliance programs to be implemented in public offices and departments under the same duty bases imposed to the private ones, under the penalty of misconduct in public office on the public manager who fails to follow it, subject also to the penalty of dismissal for the good of the public service, even because, let’s face it, non-compliance directly acts against the basic principles of Public Administration (especially the ones of legality and morality) and, in case of corruption in its managing environment, may the pure and simple infamous “I didn’t know it” not be used at all.

At last, may one also create a guarantee program to the denouncing legal entity so that they can ask for help out loudly with no retaliations or persecutions! Only then the page can be effectively turned!



Rubens Decoussau Tilkian

A NOVA ADVOCACIA: MUDAMOS E SOBREVIVEREMOS

“O mais precioso trabalho do advogado civilista é o que ele realiza antes do processo, matando os litígios logo no início com sábios conselhos de negociação, e fazendo o possível para que eles não atinjam aquele paroxismo doentio que torna indispensável a recuperação na clínica judiciária. Vale para os advogados o mesmo que para os médicos: embora haja quem duvide que o trabalho deles seja de fato capaz de modificar o curso da doença já declarada, ninguém ousa negar a grande utilidade social da sua obra profilática. O advogado probo deve ser, mais que o clínico, o higienista da vida judiciária – e, precisamente por esse trabalho diário de desinfecção da litigiosidade, que não chega à publicidade dos tribunais, os juízes deveriam considerar os advogados como seus mais fiéis colaboradores”.

CALAMANDREI (Eles, os Juízes, vistos por um Advogado, Martins Fontes, 1996, SP, trad. Eduardo Brandão)

O fenômeno da massificação está entre os grandes vilões responsáveis pela alta litigiosidade nas relações interpessoais contemporâneas. As mazelas deste acontecimento permeiam de forma avassaladora todas as atividades, em que critérios qualitativos perdem espaço para uma rapidez judicante barata, rasa e quase sempre ineficiente. Resultado disso são indivíduos frequentemente insatisfeitos e impacientes, potencializando e tornando recorrentes os conflitos no cotidiano social.

Na área da educação, enxergamos isso com clareza solar. Vale lembrar os três marcos da evolução educacional no Brasil: primeiro, o ensino é transferido das mãos da família para o serviço público de educação, cuja qualidade era inegável; segundo, surge a iniciativa privada ofertando serviços na área, em franca concorrência com o ensino estatal; terceiro, e talvez o mais importante deles, o desenfreado crescimento das instituições de ensino, que passaram a abrigar centenas de milhares de alunos sonhadores com a diplomação, mas que ao final, mesmo certificados, mal sabiam ler e escrever.

O advogado de hoje deve ser aquele que filtrará o pedido inicial de seu cliente, com vistas a apurar seu verdadeiro interesse, impedindo, assim, que aspectos relacionais e emocionais contaminem a pretensão material em jogo, e represente um entrave à solução do conflito.

O mesmo caminho foi trilhado pelo ensino jurídico no país. O Ministério da Educação, desprovido de melhores critérios para autorizar novos cursos e eficiência para fiscalizar a qualidade daqueles já existentes, colocou o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial dos países com maior número de faculdades de direito, com aproximadamente 1.263 instituições. Assim, também se estendeu a massificação à atividade jurídica, que acabou por contaminar órgãos do Poder Judiciário.

Círculo vicioso perigoso, em que profissionais despreparados almejam carreiras que exigem sofisticada aptidão para enfrentar os desafios que lhes são confiados.

Essa conjuntura reflete nossos dias atuais: órgãos públicos obsoletos e paralisados no tempo, fazendo com que as soluções processuais perpassam gerações; juízes perdendo tempo com assuntos banais, que poderiam ser resolvidos administrativamente ou por métodos consensuais, ao invés de dedicarem tempo a matérias que dependem da intervenção estatal; elevadíssimo índice de reprovação nas provas da OAB, com pouco mais de 20% de candidatos aprovados no último exame de abril de 2017; advogados distanciados dos valores de sua profissão, sendo os primeiros responsáveis pelo aviltamento de seus próprios honorários; e, ainda, jurisdicionados estressados e menos pacientes, praticamente cegos em relação aos benefícios do diálogo e obcecados pelo percurso incerto da judicialização.

Enfim, uma descontrolada e generalizada massificação, que acaba ferindo a credibilidade e a eficiência do Poder Judiciário. Pois bem, tudo parece estar perdido, mas não está. O poder de mudar este quadro não depende desta ou daquela classe e, sim, do sistema como um todo. E aos advogados, indispensáveis à administração da Justiça, a mudança inicial parece ser de fácil e benfiteira implantação.

Nesse novo contexto, passa-se a exigir dos advogados, antes de uma fervorosa demanda – e também no curso dela –, uma visão mais colaborativa e estratégico-negocial, pois, como se sabe, é comum que decisões terminativas não consigam agradar a qualquer dos litigantes, visto que prolatadas quase sempre tardiamente e ao arrepio dos verdadeiros interesses das partes. Situação no mínimo estranha, na qual duas partes brigam e, ao final, nenhuma sai satisfeita.

Um olhar mais apurado sobre o conflito é o bastante para se constatar que as partes encetam o litígio por determinados motivos e, anos depois, digladiam-se por inúmeros outros, sendo que nem sequer se recordam das causas originárias da contenda.

Cabe ao advogado, portanto, evoluir e acompanhar a era da pacificação dos conflitos, em que se busca, por meio de técnicas específicas, maior rapidez e eficiência aos clientes na solução das controvérsias, fulminando a ideia secular de que o bom advogado é aquele que se acomoda no lento caminhar dos processos.

O advogado de hoje deve ser aquele que filtrará o pedido inicial de seu cliente, com vistas a apurar seu verdadeiro interesse, impedindo, assim, que aspectos relacionais e emocionais contaminem a pretensão material em jogo, e represente um entrave à solução do conflito.

O Código de Processo Civil conferiu aos meios alternativos de solução de conflitos – v.g. a mediação – caráter principiológico e obrigatório no curso do processo judicial, incentivando as partes e os juízes a prestigiarem o caminho da composição. No mesmo sentido, merece destaque a Lei de Mediação (13.140/2015), cujo tema ganha espaço e prestígio dia após dia.

Portanto, desponta no cenário nacional uma nova e moderna oportunidade de trabalho aos advogados, a de atuarem de forma célere, menos custosa e mais estratégica à sua clientela. Essa metodologia não retirará trabalho dos advogados, nem mesmo tornará a demanda judicial menos importante. Ao contrário, abrirá espaço para mais casos, com soluções mais rápidas e menos desgastantes, premiará financeiramente o causídico com uma remuneração imediata e deixará o caminho aberto para os litígios estratégicos e verdadeiramente necessários, que nunca deixarão de existir.

Muita coisa precisa mudar, mas providência atual e realista é a de obter do Judiciário incentivo ao uso da mediação – valendo-se das câmaras privadas, por exemplo, e despertar nos advogados o interesse em novas capacitações, negociais e colaborativas, para que eles se tornem especialistas em atuar nos métodos alternativos de solução de conflitos ao lado de seus clientes, assim cumprindo o seu papel de “higienistas da vida judiciária”.

Uma última consideração: que a era da mediação prospere por caminhos opostos da massificação.

“The most precious work of the civil lawyer is the one they perform before the lawsuit, killing disputes early on with wise negotiating advice, and doing their best not to attain that sickly paroxysm which makes recovery in the legal scenario indispensable. It is true for lawyers as well as for doctors: although there are those who doubt that their work is, indeed, able to change the course of the already declared disease, no one dares denying the great social usefulness of their prophylactic work. The just lawyer must be more than the physician, the hygienist of the judicial life – and, precisely because of this daily work of disinfecting litigiousness, which does not reach the publicity of the courts, judges should consider lawyers as their most faithful collaborators”.

CALAMANDREI (*Eles, os Juízes, vistos por um Advogado*, Martins Fontes, 1996, SP, trad. Eduardo Brandão)

The phenomenon of massification is among the great villains responsible for high litigation in contemporary interpersonal relations. The wounds of this event overwhelmingly permeate all activities, in which qualitative criteria lose space for cheap, shallow and almost always inefficient judicative speed.

The result of this are often dissatisfied and impatient individuals, potentializing and making conflicts in the social quotidian recurrent.

In the area of education, we see this with solar clarity. It is worth remembering the three milestones of educational evolution in Brazil: first, education is transferred from the hands of the family to the public education service, whose quality was undeniable; second, there is the private initiative offering services in the area, in open competition with state education; third, and perhaps most important of all, the unbridled growth of educational institutions, which housed hundreds of thousands of dreamy students through the distribution of diplomas, but who, in the end, even with a degree, scarcely knew how to read and write.

The same path was followed by legal education in the country. The Ministry of Education, devoid of better criteria to authorize new courses and efficiency to control the quality of those already existing, placed Brazil first in the world ranking of countries with the highest number of law schools, with approximately 1,263 institutions. Thus, it also extended the massification to legal activity, which eventually contaminated bodies of the Judiciary.

A dangerous vicious circle, in which unprepared professionals aim for careers that require sophisticated aptitude to face the challenges entrusted to them.

This situation reflects our present day: obsolete public agencies, paralyzed in time, making procedural solutions span through generations; judges wasting time on banal issues, which could be resolved administratively or by consensus, rather than devoting time to matters that depend on state intervention; very high failure rate in the Brazilian Bar Association tests, with slightly more than 20% of candidates approved in the last exam in April 2017; lawyers distanced from the values of their profession, being the first responsible for the degradation of their own fees; and even less stressed, less patient, jurisdictional bodies, practically blind to the benefits of dialogue and obsessed with the uncertain course of the judiciary.

In short, an uncontrolled and widespread massification, which ends up hurting the credibility and efficiency of the Judiciary. Well, everything seems to be lost, but it is not. The power to change this picture does not depend on this or that class, but on the system as a whole. And to lawyers, indispensable to the administration of Justice, the initial change seems to be of easy and beneficial implementation.

Rubens Decoussau Tilkian THE NEW PRACTICE OF LAW: WE MUST CHANGE TO SURVIVE

In this new context, a more collaborative and strategic-negotiating view is required of lawyers, before fierce demand – and also in the course of it – since, as we all know, it is common for terminating decisions to fail to please any of the litigants, since they are almost always delayed and at the expense of the true interests of the parties. Situation in the least strange, in which two parties fight and, in the end, none comes out satisfied.

A closer look at the conflict is enough to show that the parties begin litigation for certain reasons and, years later, they are contradicted by innumerable others, and they do not even remember the causes of the dispute.

It is for the lawyer, therefore, to evolve and follow the era of conflict pacification, in which, by means of specific techniques, speediness, and efficiency to the clients, they seek the solution of controversies, fulminating the secular idea that the good lawyer is the one who is accommodated in the slow progress of processes.

Today’s lawyer must be the one who will filter the initial request of their client (positional bargaining) in order to ascertain their true interest, thus preventing relational and emotional aspects from contaminating the material pretension at stake, and represent an obstacle to the solution of conflict.

The Civil Procedural Code conferred alternative means of conflict resolution – e.g. mediation – of a principle and obligatory character in the course of the legal process, encouraging the parties and the judges to prestige the path of composition. In the same sense, the Mediation Law (13.140 / 2015), whose theme gains space and prestige day by day, deserves to be mentioned.

Therefore, a new and modern opportunity for lawyers to work in a fast, less costly and more strategic way for their clients emerges in the national scenario. This methodology will not remove work from lawyers, nor will it make the lawsuit less important. Instead, it will open space for more cases, with faster and less burdensome solutions, financially reward the lawyer with immediate pay, and leave the way open for strategic and truly necessary litigation that will never cease to exist.

There is a lot that needs to change, but the current and realistic provision is to obtain an incentive from the judiciary to use mediation – using private chambers, for example, and awakening in lawyers the interest in new negotiating and collaborative capacity, so that they become experts in working on alternative methods of conflict resolution alongside their clients, thus fulfilling their role as “hygienists of judicial life.”

One final consideration: that the era of mediation thrives on opposite paths of massification.



Eduardo Antônio Lucho Ferrão

QUESTÃO DE RESPEITO

É indisfarçável a crescente dificuldade que se opõe ao exercício da advocacia, em sua plenitude, nas mais diversas instâncias judiciárias. Não raras vezes, o advogado é visto como “um mal a ser tolerado”, tanto por magistrados como por servidores. O tratamento dispensado é normalmente marcado pelo desrespeito. Ou em forma de indiferença, de descaso ou mesmo de hostilidade.

“I have no patience with the complaint that criticism of judicial action involves any lack of respect for the courts. Where the courts deal, as ours do, with great public questions, the only protection against unwise decisions, and even judicial usurpation, is careful scrutiny of their action and fearless comment upon it.” (Chief-Justice STONE)¹

Para os magistrados das instâncias ordinárias, então, salvo honrosas exceções, receber o advogado em audiência é quase um favor. E certamente a mais desagradável de suas tarefas. Afinal, audiências agendadas são frequentemente canceladas, sem prévio aviso, porque Sua Excelência teve que levar o filho ao médico ou a esposa ao dentista. Ou porque contraiu uma virose e permaneceu em casa, convalescendo.

Nos tribunais superiores, onde antigamente éramos tratados com cortesia, o panorama está mudando. Já na entrada, somos compelidos a passar por detector de metais. No Supremo Tribunal Federal, a revista implica na retirada do paletó. Com os seguranças atentos a qualquer movimento indevido. Advogados devem abrir as pastas; advogadas, as bolsas. Vale dizer, não merecemos confiança. Passamos por ali quase diariamente, no exercício da profissão, há cerca de trinta anos. E, mesmo assim, com intensa atuação na Corte bem anterior à posse da maioria de seus integrantes, viramos suspeitos.

Soube que, há poucos dias, um segurança, sob o pretexto de que o plenário estava lotado, tentou barrar o acesso de um conhecido e ilustre colega, que estava com processo na pauta. Achou-se, ainda, o guardião da portaria no direito de advertir o advogado de que deveria ter chegado mais cedo. Ouviu, como resposta, um altivo e sonoro “não lhe devo satisfações”. E não ousou prosseguir no confronto.

Os pedidos de audiência são cada vez atendidos com maior dificuldade. É comum a resposta: “a agenda do Ministro está lotada até outubro”! Ou “O Ministro não concede audiência para julgamento de embargos declaratórios ou agravo interno”! Ou, ainda, “Sua Excelência

só recebe em audiência advogados em processo do qual seja relator e que já esteja pautado”!

É mesmo?

Já são poucos os que atendem a todos, em dias certos.

É do velho Rui o conselho, na Oração aos Moços:

“Não vos pareçais com esses outros juízes, que, com tabuleta de escrupulosos, imaginam em risco a sua boa fama, se não evitarem o contato dos pleiteantes, recebendo-os com má sombra, em lugar de os ouvir a todos com desprevenção, doçura e serenidade.”

O que os responsáveis por estas cancelas, por estes constrangimentos e por estas desconsiderações ignoram é que não estamos ali por prazer, por diletantismo, por força de um processo licitatório² (do qual o concurso público é uma modalidade), de uma injunção política ou de uma canetada de um chefe circunstancial do poder executivo. Ali comparecemos por força de um mandato que nos foi outorgado por um jurisdicionado, que é a razão de existir de toda aquela engrenagem e de todo aquele aparato. **Jurisdicionado** que, em última análise é “**povo**”, de quem emana “**todo o poder**”. E de quem todos os funcionários públicos, sem exceção, são “servidores”.

A distância entre a toga e a beca é horizontal e meramente topográfica.

Jamais vertical.

Numa sociedade livre, republicana e sem imperadores, o respeito norteador das relações repousa na reciprocidade.

Portanto, não esperem respeito de quem não está sendo respeitado. Respeitar a quem não respeita é subserviência.

O que é incompatível com a advocacia.

The growing difficulty that opposes the practice of law, in its fullness, in the most diverse legal instances, is undeniable. Not infrequently, the lawyer is seen as “an evil to be tolerated,” both by judges and by public servants. The treatment given is usually marked by disrespect, either in the form of indifference, disregard or even hostility.

And, for judges of lower courts, with honorable exceptions, receiving the lawyer in court is almost a favor. And certainly the most unpleasant of their tasks. After all, scheduled hearings are often canceled without prior notice because His/Her Honor had to take the child to the doctor or the wife to the dentist. Or because they contracted a virus and stayed home, convalescing.

In the higher courts, where we were once courteously treated, the picture is changing. Already at the entrance we are compelled to go through metal detector. At the Federal Supreme Court, the security check implies in removing your jacket, while security officers are alert to any undue movement. Lawyers are expected to open up their briefcases, female lawyers, their purses. That is, we deserve no trust. We have passed by this place almost every day in the past 30 years in the exercise of our profession. Nonetheless, with the intense action at the Court well before the entrance into office of the majority of its members, we became suspicious.

I learned that, a few days ago, a security guard, under the pretext that the en banc court was full, tried to bar the access of a well-known and illustrious colleague, who had a process in the agenda. The security officer also felt he had the right to warn the lawyer that he should have arrived earlier. As a reply, he got a loud and arrogant “It’s none of your business.” And he dared not to go on with the confrontation.

Eduardo Antônio Lucho Ferrão A MATTER OF RESPECT

The hearing requests are granted with increasing difficulty. The common reply: “*The Justice’s agenda is full until October!*” Or “*The Justice does not grant hearings to rule on motions for clarification or internal appeals!*” Or yet “*His/Her Honor only receives, in hearings, lawyers in actions in which they are rapporteurs and already set in the agenda!*”

Really?

Few are the ones receiving all of them, in some days.

Old Rui advised, in the Prayer for the Youngsters:

“Thee shall not be like those other judges who, with a scrupulous signboard, imagine their good reputation is at risk, if they do not avoid the contact of the petitioners, receiving them with a bad shadow, instead of listening to them all with improvidence, gentleness, and serenity.”

What those responsible for these barriers, for these constraints, and for such insults ignore is that we are not there for pleasure, for diletantism, due to a bidding process (of which the public exam is a modality), a political injunction or a signature of a circumstantial chief from the executive branch. We are there by virtue of a mandate given to us by a court, which is the reason for all that gear and all that apparatus. A **court** that, ultimately, means the “**people**” from whom all the power emanates. And of whom all public servants, with no exception, are “**servants**”.

The distance between the toga and the magistracy is horizontal and merely topographical.

It is never vertical.

In a free and republican society, a society with no emperors, the guiding respect of relationships rests on reciprocity.

Therefore, do not expect any respect from someone who is not being respected.

To respect someone who is disrespecting the other is subservience.

What is incompatible with the legal practice.

¹Apud ALIOMAR BALEEIRO, in “Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar”, Forense, prefácio da 2ª edição, 1959.

²Depois da licitação, a empreiteira vencedora assina contrato; o concursando aprovado toma posse.



Claudia David e Michael Cunha **LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Nos últimos anos, presenciamos uma série de julgamentos e alterações legislativas que se referem ou influenciam, positiva ou negativamente, o exercício da liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Supremo Tribunal Federal proferiu recentes julgamentos de eficácia vinculativa em que foram definidas justamente a amplitude das garantias constitucionais voltadas à liberdade plena de expressão, livre de censura. O principal marco foi o julgamento da ADPF 130, em abril de 2009, que concluiu ser a Lei de Imprensa incompatível com a Constituição de 1988, justamente em respeito aos valores democráticos garantidos pela nova ordem constitucional, que não eram condizentes com os preceitos da legislação datada da era militar (1967). Em setembro de 2010, o Plenário da Corte Suprema voltou a se debruçar sobre o tema, ao julgar a ADI 4451, que analisou a relevância das publicações de humor, ao considerar inconstitucional um dispositivo que impedia a sua prática em período eleitoral. Em junho de 2015, foi o julgamento da ADI 4815, também conhecida por “ADI da Biografia”, em que o Supremo declarou a desnecessidade da autorização prévia do biografado – ou de seus legitimados (parentes, herdeiros) – para a publicação de obra biográfica.

Como ensina Rui Barbosa, a liberdade é inseparável dos seus encargos. Dela não é digno o povo, que não saiba sofrer os males naturais de sua situação, e espere de outros recursos, que não a liberdade mesma, o meio de vencê-los.

Em todos esses julgamentos, o Supremo Tribunal Federal tem reforçado o entendimento pela prevalência do direito à liberdade de expressão, de natureza coletiva, ao direito individual de intimidade ou privacidade, sem que isso signifique, obviamente, anular os últimos.

Com satisfação, também assistimos alterações legislativas relacionadas ao tema, tais como a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), que dispõe sobre procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação; a Lei do Marco Civil (12.965/2014), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil; a Lei do Direito de Resposta (13.188/2015), que regulamenta o exercício do direito de resposta – embora, de nossa parte, criticável em alguns pontos.

Na contramão dessas alterações legislativas e do posicionamento da Corte Suprema, assistimos, com preocupação, e já há muito tempo, o crescente número de decisões judiciais que impõem restrições à atividade jornalística, ora retirando conteúdo de mídia eletrônica, ora determinando recolhimento de publicações impressas, ora buscando editar material jornalístico.

Será tudo isso possível à luz do atual ordenamento jurídico brasileiro e dos nossos valores democráticos?

Evidentemente que não se está aqui a negar que a liberdade de expressão deve ser exercida com responsabilidade, de modo compatível com outros valores de igual dignidade constitucional, como o direito à imagem, à honra e à vida privada (Constituição Federal, artigo 5º, X). No entanto, ao contrário de alguns posicionamentos que verificamos na observância desses valores a possibilidade de restrição conferida pelo legislador constituinte, defendemos que não. Os dois valores, de dignidade constitucional,

são compatíveis e não excludentes, de modo que observar direitos da personalidade não traduz permissão para intervenção estatal em conteúdo jornalístico.

Para que se possa responder o questionamento anterior, deve-se lembrar, primeiramente, que a Constituição Federal assegura a atividade jornalística, não pactuando com a possibilidade de se tolher o exercício da crítica, como prevê o artigo 220 (“*a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição*”), além de garantir que a sociedade saiba tudo o que lhe consulta o interesse (art. 5º, XIV, CF).

Assim, ao se determinar a exclusão ou o recolhimento de material jornalístico, bem como a sua reedição, ou qualquer outra medida que configure intromissão do Estado no exercício editorial do veículo de comunicação, esse comportamento implica automaticamente em violação direta ao texto constitucional, que garante aos veículos de comunicação uma atividade jornalística plena, cujo exercício não pode e não deve sofrer qualquer tipo de embaraçamento.

Não é possível, pela atual ordem democrática, qualquer ingerência do Estado à atividade jornalística, ainda que venha a se concluir por eventual irregularidade praticada pela imprensa. Portanto, o Estado, ou qualquer outra pessoa, determinar o que se deve publicar em veículo de comunicação constitui violação à nova ordem constitucional, que estabelece as tutelas indenizatórias, privativas de liberdade e de resposta como as únicas legítimas a combater abusos cometidos pela imprensa.

Como ensina Rui Barbosa, *a liberdade é inseparável dos seus encargos. Dela não é digno o povo, que não saiba sofrer os males naturais de sua situação, e espere de outros recursos, que não a liberdade mesma, o meio de vencê-los.*

In recent years, we have witnessed a series of judgments and legislative changes that refer to or influence, either positively or negatively, the exercise of freedom of expression guaranteed by the Federal Constitution of 1988.

The Federal Supreme Court has issued recent judgments of binding effectiveness, in which the extent of constitutional guarantees aimed at full freedom of expression, free of censorship, has been defined. The main landmark was the judgment of ADPF (action against the violation of a constitutional fundamental right) 130 in April 2009, which concluded that the Press Law was incompatible with the 1988 Constitution, precisely in respect of the democratic values guaranteed by the new constitutional order, which were not in line with the precepts of legislation dating from the military era (1967). In September 2010, the Full Court of the Supreme Court re-examined the issue, judging ADI (direct action for the declaration of unconstitutionality) 4451, which analyzed the relevance of humor publications, as it considered a device that prevented its practice during the election period unconstitutional. In June 2015, ADI 4815, also known as the “ADI of Biography”, was judged by the Supreme Court, which declared that the prior authorization from the biographee – or their legitimates (relatives, heirs) – was not necessary for the publication of a biographical work.

In all these judgments, the Federal Supreme Court has reinforced the understanding of the prevalence of the right to freedom of expression of a collective nature to the individual right of privacy or intimacy, without, of course, canceling the latter.

We gladly assist in legislative changes as well related to the subject, such as the Law on Access to Information (12.527/2011), which deals with procedures to ensure the fundamental right of access to information; the Civil Rights Framework for the Internet (12.965/2014), which establishes principles, guarantees, rights and duties for the use of the Internet in Brazil; the Law of Right of Response (13.188 / 2015), which regulates the exercise of the right of reply – although, on our view, criticizable in some points.

Contrary to these legislative changes and the position of the Supreme Court, we have been concerned for a long time with the growing number of judicial decisions that impose restrictions on journalistic activity, either by withdrawing electronic media

Claudia David e Michael Cunha FREEDOM OF EXPRESSION

content or by determining the collection of printed publications, or seeking to edit journalistic material.

Is all this possible in light of the current Brazilian legal system and our democratic values?

Of course, we are not here denying that freedom of expression should be exercised responsibly, in a manner compatible with other values of equal constitutional dignity, such as the right to image, honor and private life (Federal Constitution, Article 5, X). However, contrary to some of the positions that in observing these values see the possibility of restriction conferred by the constituent legislator, we defend it can't be so. The two values of constitutional dignity are compatible and not exclusive, so that observing personality rights does not translate into permission for state intervention in journalistic content.

In order to answer the previous question, one must first remember that the Federal Constitution assures journalistic activity, not agreeing with the possibility of restraining the exercise of criticism, as provided in Article 220 (“*the manifestation of thought, the creation, expression and information, in any form, process or vehicle, shall not be restricted*”), as well as ensures that society is aware of everything it is concerned about (Article 5, XIV, CF).

Thus, when determining the exclusion or the collection of journalistic material, as well as its reissue, or any other measure that constitutes State interference in the editorial exercise of communication means, this behavior automatically implies a direct violation of the constitutional text, which guarantees journalistic activity, whose exercise cannot and should not suffer any kind of embarrassment.

By the current democratic order, any interference by the State in the journalistic activity is not possible, even if one gets to the conclusion on any possible irregularity practiced by the press. Therefore, for the State or any other person to determine what should be published in any means of communication constitutes a violation of the new constitutional order, which establishes the rights of compensation, imprisonment and response as the only legitimate ones to combat abuses committed by the press.

As Rui Barbosa teaches, *freedom is inseparable from its duties. It is not worthy of the people, who do not know how to suffer the natural evils of their situation, and expect other resources, that not freedom itself, to overcome them.*



Gamil Föppel El Hireche A CRIMINALIZAÇÃO À VIOLAÇÃO DAS PRERROGATIVAS DOS ADVOGADOS: UMA VITÓRIA DE PIRRO?

Partindo de um texto aparentemente contraditório, no qual correlaciona o ministério privado à prestação de um serviço público, o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, repetindo disposição constante da própria Constituição da República, consagra a atividade do advogado como indispensável à administração da justiça.

Com efeito, a fim de possibilitar o eficaz exercício desse mister, observando suas inerentes particularidades, foram outorgadas determinadas prerrogativas profissionais que, na lição de Fábio Konder Comparato¹, não se confundem com privilégios de caráter pessoal, representando garantias instrumentais ao direito de defesa.

Isto é, as prerrogativas profissionais não são atribuídas ao advogado para o seu proveito próprio, mas sim reconhecidas em função do interesse alheio, mais precisamente, do interesse público ou comum. Afinal, desde sua acepção etimológica, advogar é um exercício inexoravelmente em prol de outrem.

¹COMPARATO, Fábio Konder. *A função do advogado na administração da justiça*. Revista dos Tribunais, São Paulo, vol. 694, p. 43-49, ago., 1993.

Outras propostas seriam mais adequadas, tanto prever a ação penal como de iniciativa privada, quanto conferir legitimidade à própria OAB, ainda que isso demandasse uma emenda à Constituição.

O cotidiano da prática forense, contudo, mormente na seara criminal – ainda marcada pelas constantes agruras do autoritarismo intrínseco ao vigente modelo inquisitorial de investigação preliminar – desvela diuturnas violações às prerrogativas dos advogados, malgrado sua guarida em lei federal e amparo por expressa previsão constitucional (artigo 133 da CF/88). Deveras, o histórico de lutas da advocacia caminha ombreado pelas constantes violações às prerrogativas profissionais.

Com efeito, há muito se propõe a criação de um novo tipo penal para criminalizar condutas violadoras às prerrogativas legais dos advogados. Desde 2004, o tema foi incluído na pauta política da Ordem dos Advogados do Brasil, após reunião do Colégio de Presidentes das Seccionais, com a edição da Carta de Curitiba, pela qual a entidade de classe manifestava sua posição pela responsabilização penal dos agentes violadores das prerrogativas.

Esse movimento ganhou especial fôlego no ano de 2005, quando nada menos que sete projetos de lei foram apresentados na Câmara dos Deputados², todos com teor muito parecido, tanto na definição do preceito incriminador primário, quanto na cominação da respectiva pena. Distinguiam-se, basicamente, pela técnica legislativa adotada, alguns acrescentando novo artigo ao Estatuto da OAB – ou ao próprio Código Penal – outros definindo o delito em lei esparsa.

Importa notar o contexto histórico daquela época, especialmente a recorrência com que se noticiavam invasões a escritórios de advocacia, no bojo de midiáticas operações policiais, em manifesta ofensa à inviolabilidade daquele recinto profissional.

Esse contexto de violações torna-se a repetir. Mais uma vez, a classe dos advogados é atacada das mais diversas formas. Desse modo, o exercício da profissão, com o manejo de legítimos instrumentos e argumentos jurídicos, é prontamente vilipendiado, inclusive por agentes do Estado, sob absurda pecha do cometimento de chicana processual³. Em mesa de audiência, ilustrado membro

do Poder Judiciário, em manifestação de descortesia contra toda a classe, sugere ao advogado de defesa que estudasse para ingressar na magistratura⁴. Durante sessão de julgamento, ainda que com as melhores intenções, eminente julgador arvora-se a conceder perdão aos advogados por defenderem seus clientes⁵...

E, como esperada e necessária reação, a criminalização da violação de prerrogativas, como forma de conter o eventual abuso de agentes do Estado, retoma à pauta de discussão.

Assim, a temática foi inserida no conjunto de propostas de alteração da lei de abuso de autoridade, estando também presente no PLS 141/2015, recentemente aprovado pelo Senado Federal. Não que o Direito Penal seja a solução para todos os males, mas a gravidade dos abusos, em casos tais, aliada à importância do bem jurídico, legitima tal pretensão.

Há, contudo, imperdoáveis falhas no projeto de lei. A mais representativa refere-se à legitimação para o oferecimento da ação penal, ainda de iniciativa pública. Ora, não é possível outorgar o poder de fiscalização para quem, por reiteradas vezes, quanto à violação de prerrogativas, poderia, em tese, assumir a condição de fiscalizado.

Outras propostas seriam mais adequadas, tanto prever a ação penal como de iniciativa privada, quanto conferir legitimidade à própria OAB, ainda que isso demandasse uma emenda à Constituição. Tal erro não é corrigido pela previsão de intervenção como assistente de acusação ou pela outorga de legitimidade para pedido de abertura de investigação, nem pela possibilidade de se manifestar depois de o Ministério Público promover o arquivamento.

A proposta demonstra a necessária preocupação com a preservação das prerrogativas do advogado e, em última instância, com o próprio direito de defesa. Mas não se pode perder a única chance de criar um tipo penal efetivo, e não uma pseudo proteção (característica da função simbólica do direito penal). Será uma autêntica vitória de Pirro.

²Projetos de Lei n. 4.915/2005; 5.083/2005; 5.282/2005; 5.383/2005; 5.476/2005; 5.753/2005 e 5.761/2005.

³Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-fev-13/procurador-lava-jato-acusa-advogado-chicana>>, acesso em 25 de setembro de 2017.

⁴Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4889514/faca-concurso-para-juiz-diz-moro-ao-ser-questionado-por-advogado>>, acesso em 25 de setembro de 2017.

⁵Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jul-31/perdoo-advogado-vem-aqui-defender-clientes-desembargador>>, acesso em 25 de setembro de 2017.

GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE, Doutor em Direito Penal Econômico pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Ciências Criminais pelo Instituto de Estudos Luiz Flávio Gomes – SP. Pós-graduado em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito de Coimbra. Advogado Criminalista. Bacharel em Direito pela UFBA. Membro da Comissão de Juristas, nomeado pelo Senado Federal, para a Revisão do Código Penal. Membro da Comissão de Juristas, nomeado pelo Senado Federal, para a Revisão da Lei de Execuções Penais. Condecorado pela Assembleia Legislativa da Bahia com a Comenda Dois de Julho (2015) – a mais alta honraria do legislativo baiano – e agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo Câmara dos Deputados (2011). Também professor de Direito Penal e de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Pós-Graduação da Faculdade Baiana de Direito e do Ciclo. Professor do Cers/Múltipla (Complexo de Ensino Renato Saraiva) e da Rede LFG/SP, além do Curso Pretorium/MG, do Espaço Jurídico/PE, da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e da Escola Superior da Advocacia/SP.

Gamil Föppel El Hireche THE CRIMINALIZATION OF LAWYERS PREROGATIVES VIOLATION: A VICTORY OF PYRRHUS?

Based on a seemingly contradictory text in which the private prosecution correlates with the rendering of public service, the Law Practice Statute and the Brazilian Bar Association, repeating a provision in the Constitution itself, establish the activity of the lawyer as indispensable to the administration of justice.

In fact, in order to allow the effective exercise of this duty, in view of its inherent peculiarities, certain professional prerogatives were granted, which, in the lesson of Fábio Konder Comparato, are not confused with privileges of a personal nature, representing instrumental guarantees to the right of defense.

That is, professional prerogatives are not attributed to the lawyer for their own benefit, but recognized by the interest of others, more precisely, of the public or common interest. After all, from its etymological meaning, law practice is an exercise inexorably for the benefit of others.

The daily routine of forensic practice, however, especially in the criminal sector – still marked by the constant hardships of authoritarianism intrinsic to the current inquisitorial model of preliminary investigation – reveals several violations of lawyers prerogatives, despite its legal status and support by express constitutional provision (article 133 of the Federal Constitution of 1988). Indeed, the history of law practice struggles rivals with constant violations of professional prerogatives.

In fact, it has long been proposed to create a new criminal type to criminalize conduct that violates the legal prerogatives of lawyers. Since 2004, the topic has been included in the political agenda of the Brazilian Bar Association, after a meeting of the College of Chapter Presidents, with the edition of the Charter of Curitiba, by which the class entity expressed its position for the criminal responsibility of agents who violate prerogatives.

This movement gained special momentum in 2005, when no less than seven bills were submitted to the House of Representatives, all with very similar content, both in the definition of the primary incriminating precept and in the imposition of the respective sentence. They were basically distinguished by the legislative technique adopted, some adding a new article to the Statute of the Brazilian Bar – or to the Penal Code itself – others defining the crime under an uncodified law.

It is important to note the historical context of that time, especially the recurrence with which there were reports of invasions

of law firms in the midst of mediatic police operations, in obvious offense to the inviolability of that workplace.

This context of violations is repeated once again. Once more, the class of lawyers is attacked in a variety of ways. In this way, the exercise of the profession, with the handling of legitimate instruments and legal arguments, is promptly despised, even by agents of the State, under an absurd defect of committing procedural scheme. At a courtroom, an educated member of the Judiciary, in a manifestation of rudeness against the whole class, suggests the defense lawyer to study in order to enter the judicature. During a trial session, even with the best of intentions, the honorable judge shows off to grant pardon to lawyers for defending their clients...

And, as an expected and necessary reaction, the criminalization of the prerogatives violation as a way to contain the possible abuse of agents of the State, resumes the discussion agenda.

Thus, the theme was inserted in the set of proposals to change the law of abuse of authority, also present in PLS 141/2015, recently approved by the Federal Senate. Not that criminal law is the solution to all ills, but the seriousness of abuses, in such cases, allied to the importance of the legal good, legitimizes such claim.

There are, however, inexcusable shortcomings in the bill. The most representative one refers to the legitimation to bring charges, still from public initiative. However, it is not possible to grant the power of supervision to those who, on repeated occasions, as to the breach of prerogatives, could, in theory, assume the status of supervised ones.

Other proposals would be more appropriate, both expecting criminal and private initiative and conferring legitimacy to the Brazilian Bar itself, even though this would require an amendment to the Constitution. Such an error is not corrected by the provision of intervention as an assistant prosecutor or by the grant of legitimacy for a request to open an investigation, or by the possibility to produce a statement after the Public Ministry promotes the filing.

The proposal demonstrates the necessary concern with the preservation of lawyers prerogatives and, ultimately, with the right of defense itself. But one cannot lose the only chance to create an effective criminal type, and not a pseudo protection (characteristic of the symbolic function of criminal law). It will be an authentic Pyrrhic victory.



Marcelo Leonardo e Sérgio Leonardo **DELAÇÃO PREMIADA. IMPUNIDADE SELETIVA.**

O uso imoderado do instituto da delação premiada fez com que a sociedade, e não apenas o meio jurídico, voltasse os olhos para tal meio de obtenção de prova, fazendo surgir a falsa impressão de tratar-se de novidade no universo do direito.

Há registros históricos de delações trocadas por benefícios patrimoniais desde a Grécia Clássica e o Império Romano. Na bíblia, mais precisamente em Mateus, 26, há o seguinte registro histórico alusivo à intenção de beneficiar-se a partir da traição: *“Então um dos Doze, chamado Judas Iscariotes, foi até o chefe dos sacerdotes e disse: O que me dareis se eu o entregar?”*.

Na Idade Média, a Inquisição prometia penitências mais brandas àqueles que delatassem outros “hereges”. Já nas monarquias do sistema anglo-saxão existia a previsão da “crownwitness”, que mesmo confessando a prática de um crime, poderia ficar impune caso delatasse seus comparsas. As monarquias absolutistas são ricas em exemplos de delatores premiados, sendo o mais próximo de nós o delator de Tiradentes, Joaquim Silvério, que obteve da Coroa Portuguesa perdão de dívidas fazendárias, título de nobreza, pensão vitalícia e nova moradia.

O maior conflito do Direito Premial é com a Ética.

O uso exacerbado e desregrado das delações fez com que os liberais reagissem, sendo relevantes as advertências de Beccaria e Ihering. O primeiro, em obra de 1764, registrou que “certos tribunais oferecem a impunidade ao cúmplice de um grande delito, que traiçoa seus colegas” e concluiu que nestas circunstâncias “as leis atestam sua fraqueza, implorando a ajuda do próprio criminoso que a violou”. O segundo, em texto de 1853, defendeu que a delação e os demais institutos do chamado Direito Premial deveriam ser introduzidos efetivamente dentro do direito, “delimitando-o com regras precisas, fora da mera faculdade ou arbítrio” dos detentores do poder.

Na história mais recente, há registros de delações premiadas no nazismo de Hitler (troçadas por comida e sobrevivência), no stalinismo na União Soviética (delatores glorificados), no macharismo americano (incentivo às delações) e na ditadura militar no Brasil (alcaguetes protegidos).

Os institutos do assim chamado Direito Premial são aqueles através dos quais se concede um prêmio a quem delatar e a quem desistir de prosseguir na prática delitiva ou procurar minorar ou reverter as consequências de sua conduta para o bem jurídico protegido.

A possibilidade de coexistência entre o Direito Premial e o Direito Penal nos é clareada por Hans Kelsen (1934), segundo o qual o conceito de sanção pode abranger tanto a sanção prêmio, como a sanção castigo, sendo ambas informadas pelo princípio retributivo. Através da primeira, o legislador quer incentivar uma conduta, ao passo que na segunda, determina seja penalizado aquele que violou a conduta vedada.

O maior conflito do Direito Premial é com a Ética. As restrições doutrinárias neste sentido são muito fortes, uma vez que o prêmio ao “malfeitor” consiste num “pagamento contaminado por atitude eticamente reprovável”, lastreado que é a traição de companheiros aos quais o delator “se vinculava por relações mútuas de confiança”. O preço a pagar parece “alto em demasia” e chama atenção para o questionamento de se justificar, com esteio na maior eficácia da Justiça Penal, “a adoção de métodos cuja moralidade possa parecer duvidosa” (Paulo Quezado, 2009).

A legislação brasileira absorveu aos poucos os institutos de Direito Premial, sendo que mais recentemente, sob a influência das Convenções da ONU de Palermo e de Mérida, do instituto do “plea bargain” americano e do pentitismo italiano, foram sancionados os novos instrumentos normativos anticorrupção, antitruste e de combate às organizações criminosas. No espaço reduzido deste artigo, à guisa de observações gerais, destaca-se que a maior lição da Lei Anticorrupção é no sentido de ser

imperiosa a implementação efetiva de programas de compliance nas empresas, especialmente para que haja condições de prevenir, identificar e reprimir atos de corrupção e, também, para defesa de acusações neste sentido, especialmente num país que adota, à brasileira, as teorias do domínio do fato e da cegueira deliberada. No que diz respeito à legislação antitruste, o maior benefício do acordo de leniência é a extensão dos efeitos do acordo à esfera penal.

No que toca à delação premiada, a Lei nº 12.850/2011 prevê múltiplas possibilidades de benefícios para pessoas físicas: imunidade processual penal, perdão judicial, redução e substituição de penas. A norma estabelece os requisitos alternativos de resultados que devem advir da delação, a ser firmada com o Ministério Público ou o delegado de Polícia, ficando reservada ao magistrado a aferição da regularidade, legalidade e voluntariedade para homologação do acordo.

Ocorre que o uso abusivo, ilegal, desmedido e desregrado da delação premiada tem causado perplexidade. Delações têm sido homologadas em circunstâncias que deixam nítida (A) a falta de voluntariedade do delator, (B) a forma irregular de acordos em virtude de assistência fictícia dos advogados “porta de gabinete” que assumem o patrocínio de clientes com defesas colidentes e (C) o festival de cláusulas ilegais, como aquelas que estabelecem penas a quem dos mínimos legais e outras que suprimem garantias constitucionais fundamentais.

Prisões preventivas e sentenças têm sido proferidas com base apenas nas palavras dos delatores, desacompanhadas das imprescindíveis provas de corroboração, potencializando o risco de injustiças e desvios nas investigações. O protagonismo e a busca por holofotes por parte de alguns membros do Ministério Público também maculam o uso do instituto, gerando disparidade entre acusação e defesa o uso da mídia para chancelar acusações lastreadas exclusivamente em delações.

Um dos maiores problemas, no entanto, é a total falta de regulamentação da fase de negociações, que deixa os potenciais colaboradores e seus advogados vulneráveis e sujeitos “a mera faculdade ou arbítrio” dos membros do MP, que se têm valido de técnicas como o “stick and carrot” e o Dilema do Prisioneiro (Teoria dos Jogos), para conseguir as informações dos pretendentes ao acordo, postergando de forma proposital a conclusão das negociações.

Todo este cenário tem desaguado num quadro de odiosa impunidade seletiva, capitaneada pelo parquet que conduz o balcão de negociações das delações e chancelada por juízes justiceiros travestidos de falsos heróis.

The immoderate use of plea bargaining made society, and not just the legal environment, become aware of such a means of getting evidence, giving rise to the false impression this is a novelty in the universe of law.

There are historical records of turning in evidence to be exchanged for patrimonial benefits from Classical Greece and the Roman Empire. In the bible, more precisely in Matthew, 26, there is the following historical record alluding to the intention to benefit from the betrayal: “*Then one of the Twelve, called Judas Iscariot, went unto the chief of the priests and said, “What shall you give me if I give him in to you?”*”

In the Middle Ages, Inquisition promised milder punishments to those who betrayed other “heretics”. Yet, in the monarchies of the Anglo-Saxon system, there was the prediction of the crownwitness, that even confessing to the practice of a crime, could go unpunished if it they turned their accomplices in. The absolutist monarchies are rich in examples of informers, the closest of us being Tiradentes, Joaquim Silvério, who was forgiven by the Portuguese Crown on tax debts, got a nobility title, a life pension and a new dwelling.

The exacerbated and unregulated use of plea bargaining made liberals react, so that warnings of Beccaria and Ihering were relevant. The first, in a work of 1764, recorded that “certain courts offer impunity to the accomplice of a great crime who betrays their colleagues” and concluded that in these circumstances “the laws attest to their weakness, begging for the aid of the criminal who violated it”. The second, in a text from 1853, argued that the plea bargaining and other institutes of the so-called Rewarding Right should be effectively introduced into law, “delimiting it with precise rules, beyond the mere capacity and discretion” of the holders of power.

In more recent history, there are records of Hitler’s Nazi bargaining (exchanged for food and survival), in the Soviet Union Stalinism (glorified informers), American McCarthyism (encouragement to plea bargaining), and military dictatorship in Brazil (protected informers).

The institutes of the so-called Rewarding Right are those through which a prize is awarded to those who betray and to whom gives up from pursuing the delinquent practice or seeks to reduce or reverse the consequences of their conduct for the protected legal good.

The possibility of coexistence between the Rewarding Right and Criminal Law is clarified by Hans Kelsen (1934), according to whom the concept of sanction can cover both the reward sanction and the punishment sanction, both of which are informed by the retributive principle. Through the first, the legislator wants to encourage conduct, while in the second, they determine the one who violated the prohibited conduct is punished.

The greatest conflict of Rewarding Right is with Ethics. The doctrinal restrictions in this regard are very strong, since the “evildoer” reward consists of a “payment contaminated by an ethically reprehensible attitude”, backed by the betrayal of companions to whom the informant “was bound by mutual relations of trust.” The price to pay seems “too high” and draws attention to the questioning of justification, based on more efficient criminal justice, “the adoption of methods whose morality may seem doubtful” (Paulo Quezado, 2009).

The Brazilian legislation gradually absorbed the institutes of

Marcelo Leonardo e Sérgio Leonardo PLEA BARGAINING. SELECTIVE IMPUNITY.

the Rewarding Right, and more recently, under the influence of the UN Conventions of Palermo and Merida, the American plea bargain institute and Italian pentitismo, the new anti-corruption, antitrust normative instruments, and anti-trust organizations were sanctioned.

In the short space of this article, as a general observation, it should be pointed out that the greatest lesson of the Anti-Corruption Law is that it is imperative to effectively implement compliance programs in companies, especially in order to prevent, identify and repress acts of corruption, and also for the defense of accusations in this sense, especially in a country that, in Brazilian fashion, adopts theories of the domain of fact and deliberate blindness. As far as antitrust legislation is concerned, the leniency agreement’s greatest benefit is the extension of the agreement’s effects to the criminal law.

Regarding the plea bargaining, Law no. 12.850 / 2011 provides for multiple possibilities of benefits for individuals: Immunity from criminal procedure, judicial pardon, reduction and substitution of punishments. The Law establishes the alternative requirements of results that must come from the bargain, to be signed with the Public Prosecutor or the chief of police, reserving to the judge the measuring of regularity, legality and willingness for the agreement approval.

Yet, the abusive, illegal, excessive and unruly use of the plea bargaining has caused perplexity. Bargaining has been ratified in circumstances that make clear (A) the lack of willingness of the informant, (B) the irregular form of agreements by virtue of the fictitious assistance of “door-to-door” lawyers who take on the patronage of clients with collateral defenses and (C) the festival of illegal clauses, such as those that establish punishments below legal minimums and others that suppress fundamental constitutional guarantees.

Pretrial detention and sentences have been pronounced based only on the words of the informers, unaccompanied by the essential corroboration evidence, increasing the risk of injustices and deviations in the investigations. The leadership and the search for spotlights by some members of the Public Prosecution also smear the use of the institute, generating disparity between accusation and defense, the use of the media to approve accusations based exclusively on bargaining.

One of the biggest problems, however, is the total lack of regulation of the negotiation phase, which leaves potential collaborators and their lawyers vulnerable and subject “to the mere capacity or discretion” of the Public Prosecution members, who have used techniques such as “stick and carrot” and the Prisoner’s Dilemma (Game Theory), to get the information from the suitors to the agreement, deliberately postponing the conclusion of the negotiations.

All this scenario has been drained in a frame of hateful selective impunity, captained by the Prosecution Office that leads the bargaining counter, and approved by justice judges transvestite of false heroes.

Alexandre Parra de Siqueira

LIMITES DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Quais os limites do planejamento tributário? Para responder essa tormentosa e importante questão é preciso traçar algumas breves linhas. Planejamento tributário se tornou uma expressão repetida pelos operadores do Direito quase como um mantra a ser perseguido na atividade empresarial e combatido pelas autoridades fiscais. Em largos traços, o planejamento tributário é a programação ou a metodologia desenvolvida pelo contribuinte, a fim de reorganizar sua atividade econômica para ter a menor carga tributária possível.

Se por um lado o pagamento de tributos decorre do princípio da solidariedade e do dever de todos em contribuir para o bem comum da sociedade, nem por isso o contribuinte, individualmente considerado, deve optar pela maior carga tributária para sua atividade.

Ora, mais do que um desejo ou opção do contribuinte de planejar-se com o objetivo de diminuir os custos da sua atividade, o planejamento tributário é até mesmo uma obrigação do administrador de qualquer companhia, conforme se extrai da inteligência do artigo 153 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S/A): *“Art. 153. O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.”*

O direito de ter o menor ônus fiscal deriva também do princípio constitucional imutável da livre iniciativa (art. 1º, inciso IV, art. 5º, incisos II, XIII, XIV, art. 170, incisos II e IV e parágrafo único, todos da Constituição Federal).

Em suma, não havendo ilegalidade na conduta do contribuinte, tendo ele legitimamente afastado ou diminuído a obrigação tributária, sua conduta deve ser respeitada pelo fisco, que não poderá lhe cobrar qualquer valor a maior, tampouco aplicar-lhe sanção.

Entender diferente fere a razoabilidade, uma vez que não se pode supor que o contribuinte deva optar por exercer a sua atividade com maiores custos do que o necessário.

Consagrada essa premissa, advogados, contabilistas e empresários invocam o planejamento tributário como um grande escudo face a pesadíssima carga tributária, ao passo que os agentes arrecadadores a enxergam como algo que deve ser combatido a todo custo.

E dessa dicotomia entre contribuintes e fisco e da relação historicamente tensa entre essas partes, cujos objetivos são naturalmente antagônicos, advém a pergunta de quais seriam os limites ideais do planejamento tributário. E a resposta não poderia ser mais simples e óbvia: os limites do planejamento tributário são a lei e o propósito negocial.

Falando primeiramente da lei como limite do planejamento, tem-se o tão prolapado princípio da legalidade insculpido no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza que *“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”*. Esse princípio não deixa dúvidas que, dentro da lei, o contribuinte pode planejar pagar menos tributos, tendo o contribuinte o direito constitucional de gerir seus negócios com liberdade. Isso porque não existe planejamento tributário que desrespeite a lei. Se for ilegal o ato praticado, não há que se falar em planejamento, mas sim em fraude e sonegação.

Nessa esteira, o momento da ocorrência do fato gerador se mostra como a pedra de toque fundamental para distinguir o planejamento lícito da sonegação. Planejar-se antes do fato gerador denomina-se Elisão Fiscal, sendo a mesma legal, não passível de sanção e até mesmo estimulada quando respeitada a livre iniciativa. Por outro lado, medidas tomadas após o fato gerador são denominadas Evasão Fiscal e são ilegais por não serem verdadeiros planejamentos, mas sim fraude à lei, devendo sempre ser combatida.

Independentemente da nomenclatura utilizada, para que o planejamento tributário seja legítimo, a elisão precisa estar estruturada de molde a evitar a ocorrência do fato gerador, afastando-se, consequentemente, o pagamento de determinado tributo. Diferentemente da elisão fiscal, na evasão ocorre o fato gerador, mas o contribuinte, valendo-se de métodos fraudulentos

ou simulatórios, não paga o devido, constituindo um meio ilícito de afastar o pagamento de tributos.

Por outro lado, é certo que, caso a administração tributária se depare com atos ou negócios jurídicos viciados por fraude ou simulação, pode desconsiderá-los e qualificá-los, de ofício, de acordo com a categoria jurídica e a norma de tributação pertinentes.

Em suma, não havendo ilegalidade na conduta do contribuinte, tendo ele legitimamente afastado ou diminuído a obrigação tributária, sua conduta deve ser respeitada pelo fisco, que não poderá lhe cobrar qualquer valor a maior, tampouco aplicar-lhe sanção.

Dito isto, além da lei, outro requisito que se mostra atualmente imprescindível para um planejamento tributário de sucesso é o propósito negocial.

O propósito negocial, entendido como substância econômica da operação, é elemento legitimador do planejamento, tal qual o respeito à legalidade o é. Essa exigência deu-se em vista da recorrência com que as empresas realizavam planejamentos tributários sem motivação aparente e com nítido abuso das formas jurídicas.

Se em determinado momento da história, o respeito formal à legalidade bastasse para que planejamentos tributários fossem aceitos, hoje não se pode dizer o mesmo, vale dizer, hodiernamente apenas a não infringência da lei não é suficiente. O Direito, assim como a sociedade, evolui e com ele também evoluiu a noção de que o propósito negocial é tão essencial para o planejamento tributário, como é o respeito à lei.

Apesar do propósito negocial ser juridicamente questionável como elemento fundamental do planejamento, já que esse requisito se originou mais da Economia do que do Direito, fato é que se mostra muito mais inteligente por parte do contribuinte fugir do confronto com o Fisco e preencher a sua reorganização tributária com conteúdo econômico e propósito negocial do que simplesmente abusar de formas extremamente formalistas.

Diante do quadro apresentado, apesar do presente artigo não ter a pretensão de esgotar o tema, tampouco apresentar uma conclusão definitiva, vislumbra-se que um planejamento tributário exitoso está condicionado a licitude dos meios utilizados para obter a redução da carga tributária almejada, de modo que os limites do planejamento sempre devem ser a lei e o propósito negocial.

What are the limits in tax planning? In order to answer this important yet troublesome question, one has to draw some brief lines.

Tax planning has become an expression repeated by law professionals almost like a mantra to be pursued in business activities and fought by tax authorities. Broadly speaking, tax planning is the programming or methodology developed by taxpayers in order to reorganize their economic activity so to have the least possible tax burden.

If on one hand tax payment derives from the principle of solidarity and from the duty of everyone to contribute to the common good of society, on the other the taxpayer, as an individual, should not be forced to choose the highest tax burden for their activity.

Now, more than the taxpayers' simple desire or option to perform a plan aiming at reducing the costs of their activities, tax planning is also a duty for any company's manager, as extracted from the wording of article 153 of Law no. 6.404/1976 (Law of Corporations): *“Art. 153. The company's administrator shall employ, when exercising their functions, the care and diligence that every active and honest man usually employs when managing their own business.”*

The right for a lower tax burden also derives from the unchangeable constitutional principle of free enterprise (art. 1, item IV; art. 5, items II, XIII, XIV, art. 170, items II and IV and only paragraph, all from the Federal Constitution).

Any different understanding violates reasonableness, since we cannot presume that the taxpayer should opt in practicing their activity with more costs than necessary.

Having this premise in mind, lawyers, accountants, and business-people invoke tax planning as a great shield before the extremely heavy tax burden, while collection agents see it as something to the fought against at all costs.

From such dichotomy between taxpayers and tax authorities, and a historically tense relationship between these parties, whose goals are naturally antagonistic, emerges the question on which would be the ideal thresholds of tax planning. And the response to it could not be simpler and more obvious: Limits of tax planning are both the law and the business purpose.

Speaking firstly of the law as a planning limit, there is the well spread principle of legality registered in item II of article 5 of the Federal Constitution, which preconizes that *“nobody shall be obliged to do or not to do anything except because of the law”*. This principle leaves no doubt that, under the law, the taxpayer can plan to pay less taxes, having the constitutional right of managing their own business with freedom, because there is no tax planning that violates the law. If the action taken is considered illegal, we should not speak of planning but rather of fraud and evasion.

Thus, the moment in which the generating event takes place

Alexandre Parra de Siqueira LIMITS IN TAX PLANNING

appears as the fundamental touchstone to distinguish the lawful evasion planning. Planning prior to the generating event is called Tax Avoidance, and it is legal, not punishable and even stimulated when the free enterprise is respected. On the other hand, measures taken after the generating event are called Tax Evasion and are illegal since they are not an actual planning but fraud against the law, which should be always fought against.

No matter which is the used terminology: In order for tax planning to be legitimate, avoidance has to be structured as to prevent the occurrence of the generating event, and consequently reject the payment of certain tax. Different from tax avoidance, in case of evasion there is the generating event, but the taxpayer does not pay what is due by using fraudulent or simulatory methods, which constitutes an illicit way of rejecting tax payments.

However, the fact is that, in case tax authorities face any legal acts or businesses tainted by fraud or simulation, they can disregard them and qualify them, ex officio, according to the relevant legal category and taxation standard.

In short, if there is no illegality in the conduct of the taxpayer, since they have legitimately removed or reduced the tax obligation, their conduct must be respected by the tax authorities, which cannot charge any greater amount, nor impose a sanction.

Having said that, besides the law there is another requisite currently indispensable for a successful tax planning: business purpose.

Business purpose, understood as the economic substance of the operation, is the legitimating element of planning, just as is the respect to legality. Such requirement has derived from the recurrence with which companies carried out tax planning without any apparent motivation and with clear abuse of legal forms.

If in a certain moment of history formal respect to legality would suffice for tax planning to be accepted, this is currently not the same anymore, that is to say that, nowadays, the non-violation of law itself is not enough. Law, as well as society, evolves and, with it, the notion that business purpose is so essential to tax planning as is the respect to the law.

Although business purpose is legally questionable as a fundamental element for planning, since this requisite has originated more from Economics rather than Law, the fact is that it seems to be much more intelligent for the taxpayer to run from the confrontation with Tax Authorities and fill their tax reorganization with economic content and business purpose than simply abuse of extremely formalist ways.

Before such scenario, although the current article has no intention in exhausting the topic nor presenting any definite conclusion, it envisages that successful tax planning is conditioned to the legitimacy of the means used to obtain the reduction of the desired tax burden, so that planning limits should always be the law and the business purpose.



Roberto Rosas

ADVOCACIA NOS TRIBUNAIS: STF/STJ

A advocacia tem mudado sua prática nos últimos cinquenta anos, em uns pontos evolui, em outros involui. Tal circunstância projeta-se na vida dos advogados nos tribunais, especialmente no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal nos quais se reflete, de modo diferente dos tribunais ordinários, onde o advogado trabalha intensamente com a prova, os fatos, e os julgadores estão mais perto dos acontecimentos do que os juízes dos tribunais em Brasília. Aqui, ficamos no Supremo Tribunal e no Superior Tribunal de Justiça, atuantes dentro de limites técnicos, e em princípio, sem revisão de provas e fatos.

Para o STF/STJ é essencial a preparação da causa, na inicial, no início da demanda, a partir da dicotomia infraconstitucional e constitucional, como abordagem e posicionamento, muitas vezes sob a forma de separação ambígua, porque tratada na lei ordinária e na Constituição (ex. coisa julgada).

A tecnologia tem facilitado a vida do advogado, com o acesso à legislação, à jurisprudência dos tribunais e, principalmente o processo eletrônico que permite ao advogado o amplo exame dos autos, sem carga ou retirada, com acesso irrestrito. O advogado deve explorar essa tecnologia e inserir sua atividade dentro dessa facilidade.

Sempre foi dito pelos advogados de fora de Brasília sobre a facilidade de acesso aos ministros nos tribunais em Brasília, entretanto, passamos a uma boa vontade sem agenda, já nos dias atuais, há ministros recebendo 20 ou 30 advogados num dia de audiência. A restrição será fatal.

Há necessidade de boa conduta profissional e social perante os tribunais e, na verdade, em todo o Judiciário, sendo um quesito essencial a urbanidade entre advogados e, particularmente entre juízes e advogados, como na observação clássica de Piero Calamandrei – o dever de urbanidade impõe ao advogado o respeito aos juízes e aos outros advogados. Calamandrei adverte: “*não se pode baixar o nível de uma carreira, sem que o nível da outra, desça na mesma medida*” (*Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*. Livraria Clássica, Lisboa, 5ª ed., pg. 54).

Observa-se enorme uso, decorrente da informática, de extensas petições. É claro, não há uma dimensão para a exposição de fatos ou demonstrações legais, podendo ser maiores ou menores, na medida da importância do debate. A crítica dirige-se à transcrição de decisões impertinentes ou apenas remissão a óbvias informações, como a citação de autores sobre uma definição conhecida e primária.

Um material de trabalho da mais alta importância é o memorial, como resumo e exposição dos principais fatos, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso concreto, mas o memorial deve ser o mais sucinto, para que seja prontamente lido pelo julgador, pois o tamanho assusta, como afasta o leitor de um livro, ainda que, clássico ou importante (ex.: *Montanha Mágica* de Thomas Mann). Todo memorial deve se abrir com pequeno sumário da questão, em tópicos ou breves linhas, tanto que é resumo, bem como conter a indicação das partes, julgador e, se pautado o julgamento, mostrar em relevo tal informação. Tome-se, em conta, que os ministros recebem número avultado de memoriais, leva a melhor, e com boa vontade, o breve memorial, objetivo, e do ponto de vista plástico, com poucos caracteres na abertura.

Lembre-se que enfrentamos a massificação do Judiciário brasileiro, com milhares de demandas, especialmente no STJ/STF, onde não há milagre a atender todos os pleitos, principalmente com uma boa leitura de tão vastas peças. Presença moderna nos tribunais nesse escopo, é a importante atuação do assessor do ministro. Aqui fala um ex-assessor no Supremo Tribunal Federal, casa que copiou da Suprema Corte dos Estados Unidos a figura do *clerk*, que podemos traduzir para os tribunais – assessor. Lá

essa personagem tem papel muito importante, tanto que dos atuais nove juízes, três foram *clerk*, entre eles o Presidente John Roberts, o mais novo Neil Gorsuch, e Stephen Breyer. O assessor do tribunal brasileiro, portanto, tem função importante para desmontar a montanha de processos (inseridas no computador), e deve ser um leitor de memoriais e dos autos; por isso, todos os escritos não são só para os ministros, também para os assessores.

Sempre foi dito pelos advogados de fora de Brasília sobre a facilidade de acesso aos ministros nos tribunais em Brasília, entretanto, passamos a uma boa vontade sem agenda, já nos dias atuais, há ministros recebendo 20 ou 30 advogados num dia de audiência. A restrição será fatal. O sistema de audiência varia entre os ministros, em horários e tempo de escuta, demora ou não na concessão de data. Por isso, essa visita ao ministro deve ser rápida, objetiva e o advogado seguro de um tema, tópico ou circunstância, não precisa fazer sustentação oral no gabinete, o que não é de bom tom, nem simpático, nem o ministro tem tempo. Um outro conselho: não é de bom agrado o advogado perguntar sobre a vida do ministro como forma simpática de aproximação. Algo familiar deve vir do magistrado, e não do advogado.

Item importante na vida do advogado é a sustentação oral. Fazer ou não fazer. Em muitos casos é melhor contar com a diretriz do relator, e ele levará a turma para bom julgamento. Outras vezes, é essencial a sustentação para revelar aspectos e alertar para o principal.

É dispensável a sustentação do óbvio, como revelação da intempestividade do recurso, ou da deserção, fatos sumários na observação do julgador. A sustentação deve ser objetiva sem discurso ou exaltação, se possível, breve introdução ao tema em debate. Leitura de memorial é a suma antipatia, a demonstração da insegurança do advogado, e afasta a atenção do ouvinte.

Aqui explanaram-se pequenas observações de antigo advogado no STF/STJ, em várias posições (recorrente / recorrido), e até como julgador (TSE). Em qualquer situação o advogado é obrigado a prestigiar o Judiciário, respeitar os outros advogados, principalmente os adversários, e sempre zelar pelo Direito e pela Justiça.

Advocacy has changed its practice in the last fifty years, evolving in some points and receding in others. This circumstance is projected in lawyers' life in courts, especially in the Superior Court of Justice and in the Federal Supreme Court in which it is reflected – unlike the ordinary courts, where the lawyer works intensely with the evidence, the facts, and the judges are closer to the events than the judges of the courts in Brasília. Here, we stay in the Supreme Court and the Superior Court of Justice, acting within technical limits, and in principle, without reviewing evidence and facts.

For the STF / STJ, it is essential to prepare the cause, at the pleading, at the beginning of the dispute, from the infra-constitutional and constitutional dichotomy, as an approach and positioning, often in the form of ambiguous separation, as dealt with in ordinary law and in the Constitution (eg, *res judicata*).

Technology has eased the lawyer's life, allowing access to the law, to the decisions of the courts and, mainly the electronic process that allows the lawyer ample examination of the records, with no load or withdrawal, with unrestricted access. Lawyers must exploit this technology and insert their activity within that opportunity.

There is a need for good professional and social conduct before the courts and, indeed – throughout the Judiciary, an essential issue being the politeness between lawyers and, particularly between judges and lawyers, as in the classic observation of Piero Calamandrei – the duty of politeness imposes a lawyer the respect to judges and other lawyers. Calamandrei warns: “*one cannot lower the level of one career without having the level of the other fall to the same extent*” (*Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*. Livraria Clássica, Lisboa, 5th ed., pg. 54).

There is a huge use of long pleadings due to informatics. Of course, there is no dimension to the disclosure of facts or legal demonstrations, and it may be larger or smaller, in proportion to the importance of the debate. The criticism is directed at the transcription of impertinent decisions or just reference to obvious information, such as the summons upon the plaintiffs on a known and primary definition.

A work material of the highest importance is the brief, as the summary and background of the case, doctrine and decisions applicable to the facts of the case – but the brief should be the most succinct, so that it is readily read by the judge, because the size scares, as it distances the reader from a book, however classic or important (eg: *The Magic Mountain* by Thomas Mann). Every brief should be opened with a small summary of the question, in topics or in a few lines, for it is a summary, as well as it should contain the indication of the parties, judge and, if based on the judgment, show such information in bold. Take into account that judges receive large numbers of briefs and the smallest and most

Roberto Rosas LAW PRACTICE IN COURTS: FEDERAL SUPREME COURT AND SUPERIOR COURT OF JUSTICE (STF/STJ)

objective ones, from the plastic point of view, with few characters in the opening, will take advantage.

Remember we face the massification of the Brazilian Judiciary, with thousands of claims, especially in the STJ / STF, where there is no miracle to meet all lawsuits, especially with a good reading of such vast pieces. Modern presence in the courts in this scope is the important role of the judge's adviser. Here speaks a former advisor to the Federal Supreme Court – a body that copied the figure of the clerk from the Supreme Court of the United States, which we can be translated to the courts as advisor. There this character has a very important role, such that of the current nine judges, three were clerks, among them President John Roberts, the youngest Neil Gorsuch, and Stephen Breyer. The advisor of the Brazilian court, therefore, has an important function to disassemble the pile of actions (inserted in the computer), and must be a reader of briefs and of the records; therefore, all the writings are not only meant for the judges, also for the advisors.

It has always been talked, by lawyers outside Brasília, about the ease of access to the judges in the courts in Brasília, however, we have moved to a good will with no agenda: today, there are judges meeting 20 or 30 lawyers on a hearing day. Restriction will be fatal. The hearing system varies among the judges, in terms of time and listening time, delay or not in the grant of date. Therefore, this visit must be fast, objective and the lawyer must be sure of a theme, topic or circumstance, does not have to make oral argumentation in the cabinet, which is not polite, nor sympathetic, besides of the facts that the judge has no time. Another piece of advice: it is not good for the lawyer to ask about the judge's life as a nice approach. Something familiar must come from the judge, not from the lawyer.

An important item in a lawyer's life is oral argumentation. To do or not to do. In many cases it is better to have the rapporteur's directive, and he/she will take the panel to a good judgment. In other times, argumentation is essential to reveal aspects and alert to the main points.

It is not necessary to argument on the obvious, as a revelation of the untimely appeal, or desertion, summary facts in the observation of the judge. The argumentation should be objective without discourse or exaltation, if possible, a brief introduction to the topic under discussion. The reading of a brief is the ultimate antipathy, demonstrating the lawyer's insecurity, and it drives the listener's attention away.

Here, small observations were made by a former lawyer of the STF / STJ, in several positions (appellant / defendant), and even as a judge (TSE). In any situation the lawyer is obliged to prestige the Judiciary, respect other lawyers, especially the adversary ones, and always watch over Law and Justice.



Geraldo Soares de Oliveira Junior

OS PRIVILÉGIOS DO ESTADO EM MATÉRIA FISCAL

Dedicado ao querido sócio Geraldo Soares de Oliveira, meu pai.

A lei confere ao Estado, na sua atribuição de fiscalizar e cobrar os tributos de sua respectiva competência, inúmeros privilégios. Por outro lado, ao exigir o cumprimento de determinada obrigação tributária, a autoridade fazendária deverá se ater aos comandos legais correspondentes à hipótese de incidência de cada exação, e, sobretudo, ter conhecimento das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no caso de situações onde o tributo é declarado inconstitucional com fixação do respectivo tema de repercussão geral.

Nesse compasso, a judicialização da cobrança do crédito tributário é precedida de procedimentos agudos visando a regularização fiscal sem a necessidade do pesado ritual judicial, quais sejam: a inscrição do contribuinte no CADIN, a impossibilidade da obtenção de certidões de regularidade fiscal, o protesto do título em cartório, (...). Se restarem infrutíferas as providências administrativas em destaque, a cobrança segue o caminho judicial através da Execução Fiscal, que deverá obedecer aos termos contidos na Lei Federal nº 6.830/80, redigida, a propósito, nos tempos da ditadura militar.

Sintetizando a questão, é fato notório que a referida lei disponibiliza importantes privilégios que certamente teria louvor se o fruto da perseguição, uma vez colhido, cumprisse sua destinação estabelecida legalmente.

Percebe-se a existência recorrente de vários elementos condenáveis contra a figura do contribuinte uma vez que, a par de determinadas condutas funcionais que resultam na cobrança de tributo indevido ou na utilização de meios disfarçados que resultam em constrangimento público do sujeito passivo da obrigação tributária, o Estado se blindava através da ação de seus agentes.

Para tanto o Estado, por exemplo, ao inserir na composição de certa dívida os juros calculados sobre nível que ultrapassa o índice previsto na lei ou na declaração de sua inconstitucionalidade ou, ainda, ao exigir que certo tributo seja calculado mediante aplicação da incidência da alíquota sobre uma base de cálculo majorada pela inclusão de valor que já se fora afastado pela sua inconstitucionalidade, aprimora a cobrança onde este se enriquece indevidamente ou, ao menos, impõe ao sujeito passivo o esforço enorme consubstanciado em ato ilegal e vexatório.

Nesse diapasão percebe-se a existência recorrente de vários elementos condenáveis contra a figura do contribuinte uma vez que, a par de determinadas condutas funcionais que resultam na cobrança de tributo indevido ou na utilização de meios disfarçados que resultam em constrangimento público do sujeito passivo da obrigação tributária, o Estado se blindava através da ação de seus agentes.

Hodiernamente se atesta reiteradas práticas no sentido destacado nessas linhas, sendo simples apontar dois exemplos clássicos: a) Aplicação, pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, dos Juros Moratórios em contraposição ao determinado no Acórdão proferido em 27.02.2013, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo¹ e pelo Supremo Tribunal Federal²; b) Na reiterada prática da Receita Federal do Brasil em desafiar a decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, conforme o voto proferido pela Ministra Relatora Carmem Lúcia³, em Sessão ocorrida em 15.03.2017.

No exemplo “a” a postura da Fazenda Paulista é gritante uma vez que existe em vigor a Lei Complementar Estadual 939/93 que regula os direitos e obrigações do contribuinte e que, na prática, é ignorada pelos entes públicos. Na outra ponta temos o Estado de São Paulo engendrando imposições de Regimes Especiais de Ofício, por considerar o contribuinte inadimplente de tributos como devedor contumaz, causando a este inúmeros obstáculos de gestão empresarial, sendo que, na verdade, o órgão público acusador exige tributo inchado de juros ilegais em absoluta afronta aos ditames constitucionais.

E, ao notório devedor de precatórios, nada implicará.

Ainda na seara da Lei Complementar nº 939/13, o artigo 4º, XX dispõe que são direitos do contribuinte, dentre outros, o ressarcimento por danos causados por agente da Administração Tributária, agindo nessa qualidade, decorrentes de abuso de poder por parte do Estado na fiscalização.

A completa desconsideração deste comando legal se explica no fato de que o Estado de São Paulo, se condenado a ressarcir o contribuinte, o fará, efetivamente, em algumas dezenas de anos.

Em relação ao exemplo “b”, a Receita Federal do Brasil, a par da fazenda paulista, não se faz de rogada.

A manutenção da cobrança do PIS e da COFINS, mediante aplicação da alíquota sobre a base adicionada do ICMS é imperativa ao ponto do leigo pensar que a decisão emanada pelo STF não tem serventia nenhuma. A sensação parece proceder.

Deste feita se alastram rumores que se a decisão da Corte lei for aplicada haverá impacto insuportável ao Governo Federal, sendo esta, portanto, a razão do pedido de modulação do aresto que está por vir.

Ora, não se entende a lógica jurídica pela qual os cidadãos brasileiros estão submetidos.

O Governo Federal, bem como boa parte dos empresários já tinham conhecimento do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 240.785/MG – Min. Marco Aurélio, desde outubro de 2014.

O fato é que a decisão proferida em 15.03.17, em que pese não ter sido publicada até então, fixou o Tema de Repercussão Geral nº 69, que assim preconiza: “O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS”.

Assim, a exclusão do ICMS da base de cálculo do COFINS/PIS se impõe, pois o seu valor não é abrangido pelo conceito de faturamento, sendo o ICMS receita do Erário Estadual, afinal, nenhum agente econômico fatura o imposto, mas apenas as mercadorias ou serviços.

*Dedicated to dear partner
Geraldo Soares de Oliveira, my father.*

The law confers on the State numerous privileges in its attribution to inspect and collect the taxes of its respective competence.

On the other hand, by demanding compliance with a certain tax obligation, the tax authority must adhere to the legal controls corresponding to the hypothesis of incidence of each tax, and, above all, be aware of the decisions handed down by the Federal Supreme Court in situations where tax is declared unconstitutional with the establishment of the respective general repercussion theme.

In this sense, judicialization of tax credit collection is preceded by acute procedures aimed at tax regularization without the need for heavy legal ritual, such as: the registration of the taxpayer in CADIN, the impossibility of getting certificates of fiscal regularity, protest title in notary’s office, (...). If the administrative measures in question remain unfruitful, collection follows the judicial path through Tax Foreclosure, which shall comply with the terms under Federal Law No. 6.830/80, by the way drafted in the times of the military dictatorship.

Summarizing the question, it is a well-known fact that this law provides important privileges that would certainly be praised if the fruit of persecution, once harvested, fulfilled its legally established destination.

For this purpose, the State, for example, by inserting, in the composition of a certain debt, the interest calculated on a level that exceeds the index provided for in law or in the statement of its unconstitutionality or, further, by requiring that a certain tax be calculated by applying the incidence of the rate on a basis of calculation increased by the inclusion of value that had already been ruled out by its unconstitutionality, improves the collection where it unduly enriches or at least imposes on the taxpayer the enormous effort embodied in an illegal and vexatious act.

In this way, the existence of a number of reprehensible elements against the taxpayer is evident, since, along with certain functional conduct that results in the collection of undue tax or the use of disguised means that result in public embarrassment of the person taxable of the duty, the state gets shielded through the action of its agents.

Currently, reiterated practices in the sense highlighted in these lines are testified, being simple to point two classic examples: Application by the São Paulo State Treasury of the Interest for late payment as opposed to that determined in the Decision rendered on February 27, 2013, by the Special Body of the Court of Justice of São Paulo and by the Federal Supreme Court; b) In the reiterated practice of the Federal Revenue of Brazil to challenge the decision handed down by the Full Court of the Federal Supreme

Geraldo Soares de Oliveira Junior THE PRIVILEGES OF THE STATE IN TAX MATTERS

Court, according to the vote given by the Minister Rapporteur Carmem Lúcia, in a session held on March 15, 2017.

In example “a”, the position of the Sao Paulo Treasury is striking, since State Complementary Law 939/93, that regulates the rights and obligations of the taxpayer and that, in practice, is ignored by public entities. At the other end we have the State of São Paulo engendering impositions of Special Legal Regimes, for considering the taxpayer defaulting on taxes as a persistent debtor, causing innumerable obstacles of business management when, in fact, the accusatory public body demands swollen illegal interest tax in absolute attack to the constitutional principles.

And, to the notorious debtor of court-issued warrants, nothing will be implied to.

Also in the area of Complementary Law 939/13, Article 4, XX provides that the taxpayer’s rights, among others, are compensation for damages caused by an agent of the Tax Administration, acting in that capacity, resulting from an abuse of power by the State supervision.

The complete disregard of this legal command is explained by the fact that the State of São Paulo, if convicted of reimbursing the taxpayer, will effectively do so in a few tens of years.

Concerning example “b”, the Federal Revenue Service of Brazil, along with the São Paulo Treasury, finds no trouble in it.

The maintenance of the PIS and COFINS collection, by applying the rate on the added value of ICMS, is prevailing to the point of the layman to think that the decision originated by the STF is useless. The feeling seems logical.

In this way, rumors spread that if the decision of the Court is enforced, there will be an unbearable impact on the Federal Government, which is the reason for the request for modulation of the upcoming decision.

However, the legal logic by which Brazilian citizens are subjected is not understood.

The Federal Government, as well as most of the businessmen, were aware of the position of the Federal Supreme Court, when the Extraordinary Appeal 240.785 / MG – Justice Marco Aurélio had been ruled since October 2014.

The fact is that the decision rendered on March 15, 2017, despite not having been published until now, established the General Repercussion Theme No. 69, which advocates as follows: “The ICMS does not make up the calculation base for the incidence of PIS and COFINS”.

Thus, the exclusion of ICMS from the COFINS / PIS calculation basis is imposed, since its value is not covered by the billing concept, and the ICMS is a revenue from the State Treasury, after all, no economic agent invoices the tax, but only the goods or services.

¹Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.000 – Relator Desembargador Kioitsi Chicuta.

²Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 442/SP – Relator Ministro Eros Grau.

³Recurso Extraordinário nº 574.706/PR.



José Carlos Tinoco Soares **COMEÇO E CONCEITO**

Muitos são os advogados que constituem uma empresa ou que passam a advogar para uma já existente sem cuidar do seu mais vasto patrimônio, qual seja: o nome comercial, a marca e a invenção.

Assim ocorre regularmente porque nos bancos acadêmicos sequer têm o necessário conhecimento do que é a Propriedade Industrial. Cuidam com certeza de todo mais para o seu franco desenvolvimento, mas deixam de proteger aquele menos, que na verdade é o mais importante. Só é lembrado quando o primeiro problema de conflito ou contrafação acontece em decorrência de direitos anteriormente obtidos, por terceiros.

Não nos cabe ministrar aulas, mas sim lembrar como muitas situações desagradáveis podem ser evitadas.

Toda indústria tem um objetivo a alcançar, isto é, colocar um “produto” no mercado. Antes de se lançar ao mercado deve pesquisar o que já existe, porém, o principal é buscar junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial “INPI” a revelação do já existente no seu “Banco de Patentes”.

Pela Constituição Federal é assegurado o “privilégio da invenção, dos sinais distintivos, da marca e do nome comercial com o caráter de propriedade e de exclusividade dentro do âmbito do território nacional”. Qualquer exportação de produtos, prestação de serviço ou comercialização mediante fabricação em qualquer outro país estará sujeita aos requisitos e aos ditames das leis locais.

A “Patente” é a base, o princípio, o começo, no entanto, a sua proteção exige o cumprimento de três requisitos básicos: 1) Novo-Original, 2) Atividade Inventiva e 3) Aplicação Industrial. Fato importante a considerar é que tudo se modifica e se altera, daí originando um novo produto. Por isso que a Lei de Propriedade Industrial permite a patente do aperfeiçoamento, do melhoramento e do processo de fabricação. Grande parte de pedidos de patente são requeridos no âmbito dessas modalidades.

Além dessas, existe outra, a pequena patente ou “modelo de utilidade” e neste âmbito são amparados os modelos de forma aliados a uma nova função.

Por derradeiro, os frascos, recipientes, embalagens, tênis, joias, bijuterias e toda a sorte de configurações, são protegidos pelo “Registro de Desenho Industrial”.

Em idealizando algo, em aperfeiçoando o existente, em dando uma nova forma ao objeto conhecido ou em obtendo uma estilização própria, busque a proteção adequada.

Todo o industrial, comerciante ou prestador de serviço para identificar-se necessita de um “sinal”, pelo qual deve se distinguir dentre os outros, isto é, a sua “marca”. Existem quatro modalidades que são: – “Nominativa”: – “*É a representada por inscrições latinas (de uso ocidental) no sentido amplo do alfabeto romano, por algarismos arábicos e/ou romanos, compreendendo palavras, combinações de palavras, de letras e/ou de algarismos*”. “Figurativa”: – “*É constituída por desenho, figura, imagem, emblema, símbolo e/ou forma fantasiosa de letra ou palavra (monograma ou logotipo) e de número, bem como por inscrições e caracteres não latinos, tais como: – japonês, chinês e outros*”. “Mista”: – “*É a junção das duas precedentes. É também a consistente na etiqueta, rótulo, envoltório, invólucro, embalagem e toda e qualquer forma de apresentação do artigo, produto ou mercadoria ao mercado*”. “Tridimensional”: – “*É aquela constituída pela*

forma plástica do produto ou da embalagem, cuja forma tenha capacidade distintiva em si mesma e esteja dissociada de qualquer efeito técnico”.

Na normalidade protege-se a marca na sua forma “nominativa”. Para cada variação em que se colocar ao mercado, nova modalidade se impõe para com a maneira pela qual se apresentar.

O industrial, o comerciante ou o prestador de serviço tem a faculdade, também, de passar a sua incumbência a terceiros e neste caso poderá optar pela “licença” da fabricação, da comercialização ou da prestação de serviços. Para tal efeito deverá estabelecer o “contrato” de fabricação, comercialização ou franquia.

Este procedimento quando ocorrer impõe a obrigatoriedade, não só da confecção do contrato entre as partes como também a sua consequente averbação no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI para assegurar o pagamento de “royalty”.

Pela Constituição Federal é assegurado o “privilégio da invenção, dos sinais distintivos, da marca e do nome comercial com o caráter de propriedade e de exclusividade dentro do âmbito do território nacional”. Qualquer exportação de produtos, prestação de serviço ou comercialização mediante fabricação em qualquer outro país estará sujeita aos requisitos e aos ditames das leis locais.

Todo o objeto de uma patente poderá ter a extensão de sua proteção, mantendo-se a prioridade originária, a todos os demais países através do “PCT” Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, com um único depósito perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e, desde logo, elegendo os países em que almejar a extensão da proteção.

A marca também poderá ser alvo de proteção a vinte e sete países mediante um único depósito e com extensão à toda comunidade europeia.

Many as the lawyers who open a company or begin to work for an existing organization and pay no attention to their most valuable asset: the commercial name, the brand and the invention. And this frequently happens because academic institutions don’t even know what Industrial Property means. They surely handle everything else in order to *strongly* develop, but forget to protect the *weaker* part, which actually is the most important one. They only think about it when the first conflict or counterfeit happens as a result of rights previously obtained by third parties.

It is not up to us to lecture about it but to remind people of how many of these situations can be avoided.

Every industry has a goal to achieve, i.e, to place a “product” in the market. Before entering the market they should research about what already exists, but, above all, they should search the *Instituto Nacional da Propriedade Industrial* “INPI” (National Industrial Property Institute) to know what is already registered in their “patent bank”.

“Patent” is the base, the start, the beginning – however, its protection requires three basic steps to be fulfilled: 1) New Original 2) Inventive Activity and, 3) Industrial Application. An important fact to take into account is that everything changes, thus originating a new product. That is why the Industrial Property Law allows the patent of improvement, betterment and manufacturing process. Great part of patent requests are made in the scope of these modalities.

Besides these ones, there’s another, the small patent or a “utility model” and, in this scope, models are supported as to be linked to a new function.

Thus, bottles, containers, packaging, sneakers, jewelry, fake jewelry and all sorts of settings are protected by the “Industrial Design Register”.

Seek adequate protection when idealizing something, improving what already exists, reshaping a known object, or styling one on your own.

Every industry, trader or service provider, in order to identify themselves, need a “sign” which should be distinguished

José Carlos Tinoco Soares BEGINNING AND CONCEPT

among others, i.e, their “mark”. There are four types, namely: “Nominative”: “*Represented by Latin inscriptions (Eastern use) in the broad sense of the Roman alphabet, by Roman/Arabic numerals, comprising words, combinations of words, letters and/or numerals*.” “Figurative”: “*Constituted by a drawing, figure, image, badge, symbol and/or fantasy form of a letter or word (monogram or logo) and number, as well as non-Latin inscriptions and characters, such as the Japanese, Chinese, and others*.” “Mixed”: “*The union of the two aforementioned types. It also consists of the label, tag, cover, wrapping, package, and all and every form of presentation of the article, product, or merchandise to the market*.” “Tridimensional”: “*Constituted in the product’s plastic form or package, whose form carries a distinctive ability by its own and is dissociated from any technical effect*.”

Usually a brand is protected under the “normative” form. For each variation placed in the market, a new modality is imposed towards the way it is presented.

The industry person, trader or service provider also has the choice to transfer their duty to others and, in this case, they can choose the manufacturing, trading or service rendering “license”. A manufacturing, trading or franchising “contract” should be drawn up for this purpose.

This procedure, when it occurs, imposes the obligation not to only draw up the contract between the parties but also its consequent registration at the *Instituto Nacional da Propriedade Industrial* – INPI, in order to ensure the payment of royalties.

The “privilege of invention, distinctive signs, brand and commercial name with property character and uniqueness within the national territory” is ensured by the Federal Constitution of Brazil. Any export of products, service or trade upon manufacturing in any other country is subject to the local laws requirements and rules.

Every object of a patent could have an extension of its protection, keeping the original priority, to all other countries through the “PCT” – Patent Cooperation Treaty, by means of a single deposit to the INPI, and electing the countries aimed at the project’s extension from the start.

The brand can also be protected in 27 countries upon a single deposit and extension through all the European Community.

JOSÉ CARLOS TINOCO SOARES. Bacharel pela USP – 1964. Doutor em Direito Comercial pela USP – 1972. Autor de 18 livros e mais quatro tratados da Propriedade Industrial, sendo que o último “Tratado de La Propiedad Industrial de las Américas- Marcas Y congêneres,” foi publicado na língua castelhana. Possui mais de uma centena de artigos sobre propriedade industrial publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Participa ativamente como palestrante, debatedor ou moderador em congressos nacionais e estrangeiros. Fundador e Primeiro Pres. da Associação Paulista da Propriedade Intelectual – ASPI. Por duas vezes vice-presidente da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial ABAPI. Vice-presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual ABPI. Vice-presidente da Asociación Interamericana de La Propiedad Intelectual ASIPI. Pela oitava vez integra a Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/SP.



inBOOK

ISBN 978-85-64654-23-5



9 788564 654235

Migalhas